



Universidade Nova de Lisboa

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Leitores de Língua e Cultura Portuguesas no
Estrangeiro: Experiências de Leitorado e
Percursos Profissionais

Dissertação de Mestrado em Sociologia – Conhecimento e
Sociedade: Competências e Trajectórias Sociais

Ana Patrícia Faria Pereira

Lisboa

Novembro de 2007

Universidade Nova de Lisboa
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Leitores de Língua e Cultura Portuguesas no Estrangeiro: Experiências de Leitorado e Percursos Profissionais

Dissertação de Mestrado em Sociologia – Conhecimento e
Sociedade: Competências e Trajectórias Sociais

Ana Patrícia Faria Pereira

Orientação Científica:

Professor Doutor Luís Vicente Baptista



Lisboa

Novembro de 2007

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de endereçar um especial agradecimento a todos antigos e actuais Leitores entrevistados no âmbito desta dissertação. Sem a sua colaboração e simpatia não teria sido possível recolher a informação que constitui a base deste trabalho.

Agradeço também à Leitora do Instituto Camões no México assim como a todos os alunos e professores de português da Universidade Nacional Autónoma do México. A simpatia e disponibilidade com que fui acolhida contribuíram quer para o sucesso da recolha de dados, quer para que me sentisse bem vinda na universidade e na cidade.

Agradeço ainda, pelas informações e opiniões acerca das políticas internacionalização da Língua Portuguesa: à Dra. Simonetta Luz Afonso, à Professora Doutora Maria José Stock, ao Professor Doutor Fernando Cristóvão, ao Professor Doutor João Paulo Monteiro, ao Professor Doutor Jorge Couto, ao Professor Doutor Luís Adão da Fonseca e ao Professor Doutor Armando Marques Guedes.

Para a realização deste trabalho contei com apoio de diversas instituições às quais não posso deixar de agradecer: a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, a Fundação para Ciência e Tecnologia, o Gabinete de Relações Internacionais da Ciência e do Ensino Superior, a Universidade Nacional Autónoma do México, o Instituto Camões e a Embaixada do México em Lisboa.

Por fim, um agradecimento ao Professor Luís Baptista, pela sua orientação.

Índice

ÍNDICE DE FIGURAS, FOTOGRAFIAS, MAPAS E QUADROS	5
I. INTRODUÇÃO.....	7
1.1. Abordagem Teórica	9
1.1.1. Contributos da Sociologia das Profissões.....	9
1.1.2. Indivíduo, Família, Modernidade	17
1.1.3. Leitores de Língua e Cultura Portuguesa: profissionais itinerantes	21
1.2. Abordagem Metodológica	24
1.2.1. Pesquisa documental.....	25
1.2.2. Entrevistas.....	27
1.2.3. Trabalho de campo.....	32
1.2.4. Inquérito por questionário.....	35
1.2.5. Questões deontológicas relativas ao processo de investigação	38
II. CONTRIBUTOS PARA UMA HISTÓRIA INSTITUCIONAL DOS LEITORADOS PORTUGUESES EM UNIVERSIDADES ESTRANGEIRAS	39
III. LEITORES DE LÍNGUA E CULTURA PORTUGUESAS: INSTITUCIONALIZAÇÃO DE UMA POPULAÇÃO DE PROFESSORES E AGENTES CULTURAIS.....	57
3.1. Dispositivos e critérios de recrutamento desde meados dos anos 80	60
3.2. A formação académica enquanto principal critério de recrutamento	61
3.3. Outros critérios de selecção	62
3.4. Vínculos laborais	65
3.5. Designações e funções atribuídas aos leitores de língua e cultura portuguesa....	67

3.6. Os leitores de língua e cultura portuguesas: falantes nativos cultos, professores e especialistas	75
 IV. O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA UNIVERSIDADE NACIONAL AUTÓNOMA DO MÉXICO (UNAM).....	79
4.1. O Pólo Ciudad Universitária.....	82
4.1.1. Formação de Professores	86
4.1.2. Cátedras	88
4.2. O Pólo de Acátlán	91
4.3. O Pólo Aragón	96
4.4. Actividades do Leitor de Língua e Cultura Portuguesa na Universidade Nacional Autónoma do México	99
4.5. O Centro de Estudos Brasileiros da Embaixada do Brasil no México	107
4.6. O Questionário aos Alunos de Português da UNAM	109
4.6.1. Caracterização dos alunos.....	109
4.6.2. Áreas de Estudo frequentadas pelos alunos.....	111
4.6.3. Ciclo de ensino frequentado pelos alunos.....	115
4.6.4. Níveis e tipos de aulas ligadas à língua portuguesa.....	115
4.6.5. Motivações para a aprendizagem e utilidade da língua portuguesa.....	117
 V. EXPERIÊNCIA DE LEITORADO E PERCURSOS PROFISSIONAIS DOS LEITORES DE LÍNGUA E CULTURA PORTUGUESAS.....	127
5.1. Formação	127
5.2. Actividades profissionais anteriores à experiência de leitorado	130
5.3. Motivações.....	133
5.4. Funções de Leitor.....	138
5.5. Percepções sobre a função do leitor.....	149

5.6. Mobilidade / Itinerância Geográfica	152
5.7. Avaliação da experiência de leitorado	154
5.8. Actividades profissionais posteriores à experiência de leitorado (antigos leitores): um esboço tipológico	159
5.9. Perspectivas para o futuro dos actuais leitores	161
5.10. Relações familiares e conjugais	163
 VI. CONCLUSÃO	 171
 VII. BIBLIOGRAFIA E FONTES	 179
7.1. Livros e artigos	179
7.2. Imprensa.....	184
7.3. Fontes documentais on-line	185
7.4. Outras Fontes Documentais	186
7.5. Legislação	187
7.6. Entrevistas.....	187

ANEXOS

- A Quadro-resumo dos Leitorados de Língua e Cultura Portuguesas por países de 1930 a 2007
- B Legislação
 - B1 Quadro-resumo de legislação relativa aos leitorados
 - B2 Decreto-Lei 16 381 de 16 de Janeiro de 1929
 - B3 Lei 1 941 de 11 de Abril
 - B4 Decreto-Lei 26 611 de 11 de Abril
 - B5 Decreto 38 680 de 17 de Março de 1952
 - B6 Decreto-Lei N.º 46 038 de 16 de Novembro de 1964
 - B7 Decreto-Lei n.º 50/80 de 22 de Março de 1980
 - B8 Decreto-Lei N.º 135/92 de 15 de Julho de 1992
 - B9 Decreto-Lei N.º 48/94 de 24 de Fevereiro de 1994
 - B10 Decreto-lei N.º 170/97 de 5 de Julho de 1997
 - B11 Decreto-Lei N.º 119/2007 de 27 de Abril de 2007
 - B12 Portaria N.º 509/2007 de 30 de Abril de 2007
- C Instituições responsáveis pelos leitorados
- D Presidentes das instituições responsáveis pelos leitorados
- E Quadro Resumo de informação sobre os concursos para leitores
- F Centros de Língua do instituto Camões
- G Protocolo entre o instituto Camões e a UNAM
- H Folheto promocional do curso de professores de línguas estrangeiras da UNAM
- I Notícias de jornais universitários relativas às actividades culturais ligadas ao português

ÍNDICE DE FIGURAS, FOTOGRAFIAS, MAPAS E QUADROS

Figuras

1	Nº de leitorados em 1985 e 1989, por países em números absolutos	48
2	Nº de leitorados por países em 1992 e 1994 em números absolutos	50
3	Número de Leitorados, Universidades apoiadas e Cátedras em 2004/2005 e 2006/2007, por países, em nº absolutos	52
4	Rede de docência do Instituto Camões em 2006/2007 por continentes	53
5	Características intrínsecas da língua	118
6	Interesse pela produção cultural / modo de vida das populações	118
7	Interesse pelos países onde é falada a língua	118
8	Motivações ligadas ao percurso académico	118
9	Motivações ligadas à (futura) carreira profissional	121
10	Motivações ligadas a questões administrativas	121
11	Características extrínsecas da língua	121
12	Outras motivações	121
13	Útil para a vida académica	123
14	Útil para a aquisição de conhecimentos	123
15	Útil na fruição de actividades de lazer	123
16	Útil para a vida profissional / futura vida profissional	123
17	Útil para comunicar	125

Fotografias

1	Concerto na Cidade Universitária, Março de 2007	80
2	Edifício da Biblioteca Central, <i>Ciudad Universitaria</i>	83
3 e 4	CELE (Centro de Enseñanza de Lenguas Extranjeras), <i>Ciudad Universitaria</i>	84
5	Pormenor do Centro de Língua Portuguesa do Instituto Camões no CELE, <i>Ciudad Universitaria</i>	86
6	Facultad de Estudios Superiores de Acatlán	91
7 e 8	Pormenores do Centro de Língua Portuguesa do Instituto Camões no CLE, FES Acatlán	93
9 10 e 11	<i>Facultad de Estudios Superiores de Aragón</i>	97
12	Pormenor do espaço do futuro Centro de Língua Portuguesa/Instituto Camões no <i>Centro de Lenguas Extranjeras</i> de Aragón	98

Mapa

1	Mapa da <i>Ciudad Universitaria</i>	83
---	-------------------------------------	----

Quadros

1	Guião de Entrevista	29
2	Objectivos para a visita de estudo ao México	33
3	Questionário aos alunos de língua portuguesa da UNAM	26
4	Nº de leitorados de 1930 a 1934, por países em números absolutos	41
5	Nº de leitorados de 1937/38 a 1950, por países em números absolutos	43
6	Nº de leitorados de 1955 a 1974, por países em números absolutos	45

7	Designações atribuídas aos professores da Rede de Docência do Instituto Camões	68
8	Alunos do CELE - UNAM por línguas	84
9	Alunos do CLE - FES Acatlán por línguas	92
10	Alunos do CLE - FES Aragón por línguas	98
11	Motivações dos alunos do CEB para estudar língua portuguesa	108
12	Número de alunos inscritos em aulas de Português, nº de respostas obtidas e	110
13	Sexo e idade dos inquiridos	110
14	Nacionalidade dos inquiridos	111
15	Área de Estudo dos Inquiridos	112
16	Inquiridos por cursos da área de Estudo “Ciências Sociais e do Comportamento”	112
17	Inquiridos por cursos da área de Estudo “Informação e Jornalismo”	113
18	Inquiridos por cursos da área de Estudo “Humanidades”	113
19	Inquiridos por cursos da área de Estudo “Formação de Professores / Formadores e Ciências da Educação”	114
20	Ciclo de ensino frequentado pelos alunos de português	115
21	Nível de língua portuguesa frequentado pelos alunos	116
22	Tipo de aulas frequentado pelos alunos	117
23	Países mencionados nas respostas dos alunos	120
24	Itinerância geográfica dos entrevistados	153

I. INTRODUÇÃO

“Nos anos setenta ser-se Leitor era coisa de algum prestígio mas sem continuidade garantida, apenas um emprego temporário, digamos, o culminar de uma formação académica mais do que o início de uma carreira dedicada, ou então uma pausa no ensino, geralmente secundário. Julgo que esse estatuto, honroso mas precário, continua hoje a ser mais ou menos o mesmo. Não sei se há ou não vantagens em mudá-lo, mas pode-se talvez pensar no assunto.”

Américo Guerreiro de Sousa, Professor, escritor e ex-Leitor do ICALP

A escolha do tema da presente dissertação de Mestrado decorreu da minha integração, em Maio de 2005, na equipa de investigação do projecto “Políticas e Práticas de Internacionalização do Ensino da Língua Portuguesa: os Leitorados de Português” (PLUS/SOC/50310/2003). Este projecto, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, através do programa Lusitânia, parceria entre a própria Fundação, o Instituto Camões e o Gabinete de Relações Internacionais da Ciência e Ensino Superior, tinha como objectivo, numa perspectiva de partilha interdisciplinar entre a Sociologia e a Linguística, articular as questões da língua transpostas para as relações entre sociedades, linguística e culturalmente distintas, com a análise dos percursos profissionais dos leitores de língua e cultura portuguesa em universidades estrangeiras.

Nesse sentido, a presente dissertação de mestrado inscreve-se num processo cumulativo de produção de conhecimento sobre a realidade da população flutuante de leitores de língua e cultura e portuguesas em universidades estrangeiras.

Em Portugal fala-se pouco de política de língua, até porque o nosso país é considerado um dos poucos territórios europeus unificado linguisticamente, e como tal, a questão da criação de políticas de gestão do pluringuismo ou da diglossia não se coloca com frequência. Assim, a política de língua do Estado português tem essencialmente duas componentes¹, a da normalização da língua nacional e a da divulgação e defesa da língua fora do território nacional, que é justamente a temática geral desta investigação. É importante reter que para Calvet, a política de língua aparece invariavelmente ligada

¹ Excluem-se aqui as questões de política de língua ligadas ao reconhecimento do mirandês e as questões levantadas pelo recente afluxo ao nosso país de imigrantes que não dominam de todo a língua portuguesa.

ao estado e que a sua aplicação constitui uma intervenção directa e voluntária do poder político no domínio da língua (Calvet, 1999: 155).

Ligada à divulgação da língua, a divulgação da cultura e da produção cultural portuguesas em territórios estrangeiros é também, em grande parte, levada a cabo pelo Estado, mais especificamente pelo Instituto Camões, na dependência do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pois “[...] a comunicação e a competição internacionais são desiguais e geradoras de desigualdades, não podem ser enfrentadas apenas por actores de natureza privada” (Silva, 1997: 41-42). E, apesar das políticas externas de língua e cultura terem sofrido alterações ao longo das décadas, os leitores têm sido, desde os anos 20, agentes de divulgação da língua e cultura portuguesas no estrangeiro.

Partindo da observação empírica, este é um trabalho exploratório que tem como objectivos específicos:

1. Compreender, numa perspectiva orientada pelas teorias interaccionistas das profissões, como constroem estes indivíduos a sua experiência enquanto leitores face a um quadro institucional definido estruturalmente pelo Estado, com regras próprias e características específicas.
2. Analisar um caso concreto de experiência de leitorado: o da Cidade do México. A escolha deste leitorado como estudo de caso deve-se ao grande número de alunos que ali frequentam aulas de língua portuguesa, à existência de 3 Centros de Língua, mas também ao seu enquadramento no contexto latino-americano, que permite explorar algumas pistas de outra maneira menos fecundas, nomeadamente a importância do Brasil no interesse pela língua portuguesa.
3. Finalmente, e tendo em conta que “ser leitor” é uma actividade “temporária”, tentar-se-á ainda descrever diferentes experiências de leitorado situando-as no contexto das carreiras profissionais dos que num dado momento foram leitores e compreender a forma como os indivíduos se percebem a si próprios e aos seus pares no exercício de uma função temporária, certo, mas que exige da sua parte um empenho particular, que passa desde logo pela aceitação da mobilidade geográfica.

No Iº capítulo desta dissertação apresentam-se as principais orientações teóricas e metodológicas que dirigiram a elaboração do trabalho. No capítulo II proceder-se-á a

uma reconstituição da história institucional dos leitorados e da sua evolução ao longo das décadas. No capítulo III apresentar-se-ão os mecanismos institucionais de selecção e recrutamento de leitores, elementos definidores da população. Este capítulo permite-nos, numa perspectiva diacrónica, conhecer os vários tipos de profissionais que têm acesso a exercer a função de leitor, e em que moldes, assim como as características funcionais do cargo.

O capítulo IV é o resultado de uma incursão no terreno, mais especificamente do trabalho de campo realizado durante uma visita de 10 dias ao leitorado do México. Este capítulo tem como objectivo descrever de forma aprofundada as condições de trabalho do leitor, o meio social em que este se move, assim como as tarefas que realiza no desempenho desta função, lançando as bases para uma melhor compreensão da realidade actual dos leitores.

Finalmente, no capítulo V é apresentado o resultado da análise das 31 entrevistas realizadas a antigos e actuais leitores e pretende dar conta das várias etapas na carreira do leitor, tendo como elemento central a experiência, ou experiências de leitorado, explorando questões vistas como pertinentes pelos próprios, como a mobilidade geográfica ou a gestão da vida conjugal e familiar.

1.1. Abordagem Teórica

1.1.1. Contributos da Sociologia das Profissões

“Any occupation in which people make a living may be studied sociologically.”

E. C. Hughes, *The Sociological Eye: selected papers*, 1993

A análise sociológica das profissões teve o seu primeiro impulso nas primeiras décadas do século XX. Tendo quase sempre como objecto de estudo as profissões jurídicas e médicas, os teóricos da sociologia funcionalista das profissões procuraram identificar características, atributos e traços das profissões, definido assim um ideal-tipo que permitia classificá-las segundo as suas características, modo de funcionamento e

organização, e ainda classificar os grupos ocupacionais que se afastavam deste tipo ideal (Rodrigues, 2002:7). Carr-Saunders e Wilson produziram aquela que é considerada a primeira obra de síntese histórica e sociológica sobre as profissões estabelecidas², ou seja, sobre actividades organizadas sob a forma de associações profissionais, voluntárias e reconhecidas legalmente (Dubar e Tripier, 2003: 74). Mas Parsons foi talvez, segundo Maria de Lurdes Rodrigues, o primeiro sociólogo a abordar o fenómeno das profissões em termos teóricos, com a intenção explícita de “*construir uma teoria do seu funcionamento e da sua génese*” (Rodrigues, 2002:9). Posteriormente, o modelo parsoniano foi desenvolvido pelos seus seguidores mas não sofreu grandes alterações. Assim, a abordagem funcionalista assentaria em três pressupostos definidores do conceito de profissão: (1) o estatuto profissional, que resulta do saber – científico e prático – mas também do ideal de serviço corporizados por comunidades formadas em torno do mesmo corpo de saber, dos mesmos valores e ética de serviço; (2) o reconhecimento social da competência fundada sobre uma formação longa e (3) as instituições profissionais como resposta a necessidades sociais: ocupando uma posição de charneira entre as necessidades individuais e as necessidades sociais, contribuindo para a regulação e controlo sociais e permitindo o bom funcionamento da sociedade (Dubar, 1991, Rodrigues, 2002).

Esta abordagem do mundo profissional foi alvo de severas críticas, nomeadamente perante o facto de o alto estatuto das profissões dominantes ser mais apropriadamente atribuído ao seu crescente poder de controlo do mercado do que à gratidão do público pelos serviços prestados (Hoyle 1994). Segundo Catherine Paradeise, profissões estabelecidas, como a medicina ou o direito, não são afectadas pelo mercado, pois o seu acesso é severamente controlado pelos pares através do controlo científico dos processos de aprendizagem e de um controlo ético das práticas (Paradeise, 2003: 27).

Desde logo por não ser uma ocupação tradicionalmente exercida durante toda a trajectória profissional do indivíduo, mas também por não estar organizada numa qualquer associação profissional, a ocupação “leitor de língua e cultura portuguesa”, não é passível de ser integrada na categoria “profissão”, na acepção funcionalista do termo.

² Carr-Saunders, A. M. e P. A. Wilson (1933), *The Professions*, Oxford, Clarendon Press

As pistas teóricas que nos parecem mais adequadas para orientar a nossa análise sobre os percursos profissionais dos leitores e o seu trabalho de ensino e divulgação da língua e cultura portuguesas são aquelas que proporcionam as leituras interaccionistas das ocupações e das profissões, em particular os ensaios de E. C. Hughes. A leitura interaccionista adopta uma abordagem indutiva ao seu objecto, o que implica que as categorizações conceptuais, aplicadas às profissões resultem de um trabalho empírico, de uma experiência de terreno (Piriou, 1999: 177), como é também o caso na investigação que está na base desta dissertação. A perspectiva interaccionista, crítica do uso que a teoria funcionalista faz da categoria profissão - reificadora de definições que reforçam os interesses dos *professionais* – defende a adopção de uma atitude que consiste em compreender e analisar a profissão como “uma categoria da prática quotidiana” (Chapoulie, 1973, cit in Piriou 1999), uma construção social idealizada e manipulada.

“Pour cela la démarche interaccioniste préconise d’interroger et de rendre compte de la catégorie profession et de ses attributs, en étudiant tous les aspects du travail auquel sont confrontés les professionnels. Ces aspects comprennent les relations de travail et celles entretenues avec les clients; les tâches professionnelles, la répartition des tâches; enfin la catégorisation des professions pour spécifier ce que les professionnels font ou ce qu’ils sont, etc.” (Piriou, 1999: 178)

Neste sentido, Hughes refere que qualquer ocupação, não apenas aquelas que ascenderam ao estatuto, socialmente construído, de profissão, é passível de ser estudada sociologicamente (Hughes, 1993: 283). A sociologia interaccionista das ocupações de Hughes tem um carácter empírico e pragmático, tornando-a o enquadramento teórico mais adequado à nossa abordagem exploratória aos leitores e aos seus percursos profissionais. Procuraremos conhecê-los em conformidade com o ponto de vista de Hughes, quando afirma que a melhor forma de conhecer uma ocupação ou uma profissão é através da sua própria visão:

“The basic information concerning nursing has, in the end, to come from the only people who have that information deep in their systems from experience – the nurses themselves.” (Hughes, 1984: 312)

A visão “de dentro” consiste, para Hughes, a melhor forma de conhecer e compreender uma ocupação, mas o autor vai mais longe quando refere que nenhuma ocupação pode ser descrita, e muito menos compreendida, sem ser por referência quer ao quadro em que se desenvolve, quer à sua própria história.

“The career of a man is worked out in some organized system without reference to which it can not be described, much less understood; and the career of an occupation consists of the changes of its internal organisation and of it's place in the division of labour of which society itself consists” (Hughes, 1993: 9)

Neste sentido, a nossa análise dos leitores e dos seus percursos profissionais é realizada por referência ao meio social em que se movem, componente de análise que desenvolvemos no capítulo IVº da dissertação através do estudo de caso do México. Mas também por referência ao enquadramento institucional em que exercem as suas funções, que desenvolvemos no IIº capítulo, construído com base em documentos arquivísticos e legais da história institucional dos leitorados e no IIIº capítulo, que consiste numa breve análise diacrónica dos dispositivos e mecanismos de construção da população de leitores.

Os sociólogos interaccionistas da Escola de Chicago consideram que a realidade social é objecto de um trabalho de construção social que só adquire sentido através da subjectividade dos actores, ou seja, da interpretação que os próprios fazem da sua situação, das acções dos outros actores e das suas motivações. Consequentemente, a realidade social é construída pelas interacções que se criam entre indivíduos e grupos (Pirou, 1999:180). No caso das interacções em contexto laboral, estas não acontecem apenas entre colegas de uma mesma ocupação, mas também entre os diferentes actores de uma ocupação e os seus clientes, e actores ligados a outras ocupações, que se movem no mesmo contexto, mas que podem não ter da sua ocupação a mesma concepção que os próprios. É a influência do ambiente social, os seus valores, as suas normas, que leva os interaccionistas a defender uma interpretação cultural da profissão enquanto “categoria da prática quotidiana”. Os valores e normas de conduta de uma ocupação são construídos por relação a modelos culturais dominantes, e é da sua adequação a estes modelos que depende o seu sucesso (Pirou, 1999: 180-181).

Na análise das ocupações de Hughes, a interacção social remete ainda para a divisão moral do trabalho, ou seja, para processos de distribuição de diferentes funções morais entre indivíduos ou categorias de indivíduos.

“The processes by which differing moral functions are distributed among the members of a society, both as individuals and as kinds or categories of individuals” (Hughes, 1981:80)

Sobretudo estabelece uma divisão entre aqueles que têm a responsabilidade e o poder de definir os valores e as regras e aqueles que delegam a outros essa responsabilidade e

esse poder. Essa divisão baseia-se em dois elementos essenciais: a *licença*, o *mandato*, que são também os elementos necessários ao reconhecimento da ocupação. Assim, a *licença* é uma autorização legal de praticar um determinado ofício ou ocupação:

“An occupation consists, in part, of a successful claim of some people to licence to carry out certain activities which others may not, and to do so in exchange for money, goods or services.” (Hughes, 1981:78)

E o *mandato* é um incremento do poder simbólico do grupo, ou grupos, que detêm a licença.

“Those who have such licence will if they have any sense of self-consciousness and solidarity also claim a mandate to define what is proper conduct of others toward the matters concerned with their work.” (Hughes, 1981:78)

Assim, os membros da sociedade munidos de uma licença podem, não apenas, individualmente, exercer um ofício, mas dotados de um mandato, podem, colectivamente, indicar à sociedade o que, num determinado domínio, é bom e justo para o indivíduo e para a sociedade (Hughes, 1981:79).

Para definir e controlar a política externa, da qual faz parte a internacionalização da língua e da cultura portuguesas, o Estado cria instituições especializadas, e no seu seio um corpo de especialistas, os leitores – que recruta mediante determinados critérios – a quem outorga a autorização de ensinar e divulgar a língua e cultura portuguesas nas instituições para onde os envia. Aqui coloca-se a questão da autoridade – para definir o conteúdo do que é ensinado e divulgado – cujo exercício está, em última análise, a cargo da instituição e não do leitor.

A detenção de uma *licença* e o encargo de um *mandato* conduzem os profissionais a adoptar uma visão particular da sua actividade profissional. É esta visão específica que constitui a maior parte da cultura profissional (Piriou, 1999: 183).

“Elle [la culture professionnelle] est enseignée de manière plus ou moins implicite en cours de formation au métier tout en étant censée être partagée par l’ensemble des professionnels” (Piriou, 1999: 183)

No caso dos leitores, é na forma como exercem as suas funções, mas também na forma como as percebem que se revela esta cultura profissional. Apercebemo-nos ainda que os cursos de formação de leitores contribuem de certo modo para a construção dessas percepções. Assim, apesar de curta, a socialização dos leitores através da formação é uma realidade.

A divisão moral do trabalho, de que aqui nos temos vindo a ocupar, corresponde também a uma divisão interna que hierarquiza as funções no seio de uma mesma ocupação, entre funções mais ou menos importantes e prestigiosas e entre profissionais mais ou menos consagrados. De facto, tudo depende da missão confiada a cada indivíduo. Assim, a divisão moral do trabalho é complementada por uma divisão social do trabalho que desmente a unidade no seio de cada profissão ou ocupação (Pirou, 1999: 183).

A divisão moral e social do trabalho, construídas com base na interacção entre indivíduos e grupos, remetem ainda para a identificação do indivíduo a uma ocupação, ou seja, à função que exerce. Para Claude Dubar, a identidade é o resultado de uma identificação contingente e de uma dupla operação de diferenciação e de generalização.

“La première est celle qui vise à définir la différence, ce qui fait la singularité de quelque chose ou de quelqu’un par rapport à quelqu’un ou quelque chose d’autre, l’identité c’est la différence. La seconde est celle qui cherche à définir le point commun à une classe d’éléments tous différents d’un même autre : l’identité c’est l’appartenance commune. ”
(Dubar, 2003: 3)

O autor propõe uma abordagem dinâmica às identidades enquanto formas sociais de individualização, articulando a dimensão biográfica e a dimensão estrutural. Liga aos princípios explicativos da socialização e dos constrangimentos estruturais, as interpretações subjectivas e os significados sociais produzidos pela interacção entre actores sociais. Trata-se de um duplo processo de elaboração das identidades sociais.

O primeiro diz respeito à atribuição da identidade pelas instituições e pelos agentes em interacção com o indivíduo e, não pode ser analisado fora dos sistemas de acção nos quais o indivíduo está implicado, corresponde a uma forma de *etiquetagem*. O segundo processo diz respeito à incorporação da identidade pelos próprios indivíduos e não pode ser analisado fora das trajectórias sociais pelas quais e nas quais os indivíduos constroem identidades para si. Mas estes dois processos não são obrigatoriamente coincidentes, podendo haver desacordo entre a identidade que é atribuída e por outrem e aquela que o indivíduo se atribui a si próprio. As estratégias identitárias são uma consequência deste desacordo e têm como finalidade reduzir o desvio entre as duas identidades.

“[As estratégias identitárias] podem assumir duas formas: ou a de transacções “externas” entre o indivíduo e os outros significativos que visam acomodar a identidade para si à

identidade para o outro (transacção chamada “objectiva”) ou a de transacções “internas” ao indivíduo, entre a necessidade de salvaguardar uma parte das suas identificações anteriores (identidades herdadas) e o desejo de construir para si novas identidades no futuro (identidades visadas) procurando assimilar a identidade-para-outro à identidade-para-si. Esta transacção chamada subjectiva constitui um segundo mecanismo central do processo de socialização concebido como produtor de identidades sociais.” (Dubar, 1997:107-108)

Esta transacção é o fruto de um compromisso entre a necessidade de acomodar as identidades herdadas e o desejo de aceder a uma nova identidade. Assim, as identidades profissionais são formas de identificação dos indivíduos no campo do trabalho e do emprego que são não apenas relacionais (identidades de actores num sistema de acção, mas também biográficas (tipos de trajectórias no decurso da vida de trabalho) (Dubar, 2003: 95).

Como o conceito de identidade ou de *identificação* em Dubar, também o conceito de carreira, como definido por Hughes, é bi-dimensional:

“In a highly and rigidly structured society, a career consists, objectively, of a series of status and clearly defined offices. In a freer one, the individual has more latitude for creating his own position or choosing from a number of existing ones; he has also less certainty of achieving any given position. [...] Subjectively, a career is the moving perspective in which the person sees his life as whole and interprets the meaning of his various attributes, actions, and the things which happen to him.” (Hughes, 1981: 63)

Compreende uma dimensão objectiva, constituída pelos cargos e posições ocupadas pelo indivíduo, mas também as aventuras, os falhanços, as reconversões profissionais e os retornos à actividade original, e uma dimensão subjectiva constituída pela interpretação que os próprios fazem de tudo o que realizam ao longo das suas vidas. Sendo o objectivo desta dissertação conhecer as formas como se configuram as trajectórias individuais de carreira dos leitores, tendo como elemento central a sua experiência de leitorado, face ao quadro organizacional em que esta se desenrola, o conceito de carreira revela-se central. A mobilização dos conceitos de carreira e de identificação, como aqui foram abordados, permitem-nos focar a análise não só nos percursos profissionais dos leitores como também nas percepções que deles têm e que constroem sobre si próprios e na forma como se identificam com o trabalho que realizam.

Um outro autor cuja produção teórica nos parece essencial para este trabalho é Andrew Abbott. Na sua obra *System of Professions*, avança uma definição lata de profissão,

enquanto *"exclusive occupational groups applying somewhat abstract knowledge to particular cases."* (Abbott, 1988: 8). O conceito, assim revisto, pode de facto contribuir para uma melhor compreensão da função que escolhemos estudar e do grupo, flutuante, de indivíduos que a tem vindo a assumir.

Abbott considera que as teorias clássicas de análise das profissões pecam por focarem sobretudo as formas de organização das profissões e não o conteúdo da actividade e o contexto em que esta ocorre (Abbott, 1988: 2). O autor considera que o estudo das profissões deve consistir no estudo do trabalho que realizam.

"The study of professions must be first and foremost a study of their work, for professions exist to control and execute work. Above all that study cannot assume the functional identity of profession and task. It must begin [...] with a story of tasks and problems."
(Abbott, 1988: 314)

O fundamental da contribuição de Abbott para a Sociologia das Profissões concretiza-se em cinco ideias principais. Em primeiro lugar, numa perspectiva ecológica do desenvolvimento e da mudança das profissões, ou seja, para o autor, as profissões desenvolvem-se quando existem nichos que o permitem, e mudam quando outras profissões ameaçam o seu controlo sobre tipos específicos de trabalho. Desta forma a história das profissões é a história de lutas recorrentes sobre o controlo de funções e tarefas. Em segundo lugar, para compreender as profissões é necessário estudar as jurisdições, ou seja, as áreas de trabalho sobre as quais as profissões competem. Em terceiro lugar, as profissões constituem um sistema em que as lutas por jurisdição sobre determinadas áreas de trabalho têm efeitos exponenciais, por exemplo, um grupo que perde jurisdição sobre uma actividade pode afastar um grupo mais fraco de uma outra; ou se uma profissão abandona um tipo de trabalho para tomar outro, mais prestigiado, deixa livre uma área de trabalho para ser tomada por outro grupo. Em quarto lugar, a luta profissional ocorre em três níveis: o local de trabalho; a opinião pública e as regras legais e administrativas. O ritmo das mudanças varia consoante estes três níveis, sendo que a maioria das mudanças no controle jurisdicional ocorre em primeiro lugar no local de trabalho, em segundo na percepção pública e finalmente no sistema legal. Por fim, a competência e a teoria têm efeitos concretos nas lutas pela jurisdição (DiMaggio, 1988: 534)

O autor rejeita o conceito de profissionalização, tal como é desenvolvido pelos teóricos do funcionalismo e posteriormente pelos monopolistas como Friedson, como modelo

para olhar as profissões, e desenvolve em alternativa um modelo interrelacional das profissões, cujo motor é a *jurisdição*.

“Since jurisdiction is the defining relation in professional life, the sequences that I generalise are sequences of jurisdictional control, describing who had control of what, when and how. Professions develop when jurisdictions become vacant, which may happen because they are newly created or because an earlier tenant has left them altogether or lost its firm grip on them. If an already existing profession takes over a vacant jurisdiction, it may in turn vacate another or it’s jurisdictions or retain merely supervisory control of it. Thus events propagate backwards in some sense, with jurisdictional vacancies, rather than the professions themselves, having much of the initiative. This simple system model shows how a set of historical stories can be analyzed without assuming a common career pattern, as in the concept of professionalization. (Abbott, 1988: 3)

A jurisdição, vista como a ligação não permanente entre um grupo ocupacional, ou profissão, no sentido mais lato que lhe é atribuído por Abbott, e uma determinada função, permite-nos perceber “leitor” como uma função, existente no universo do trabalho, que tem vindo a ser exercida por diferentes grupos de indivíduos.

“Each profession is bound to a set of tasks by ties of jurisdiction, the strengths and the weaknesses of these ties being established in the processes of actual professional work. Since none of these links is absolute or permanent, the professions make up an interacting system, ecology.” (Abbott, 1988: 33)

No caso em estudo, o Estado, enquanto entidade recrutadora, decide as características do grupo ou grupos que podem exercer jurisdição sobre a função de leitor, assim como decide também em que consiste o *mandato* dos leitores, duas questões que serão abordadas nesta dissertação.

1.1.2. Indivíduo, Família, Modernidade

O estudo dos percursos profissionais remete para uma pluralidade de dimensões, entre as quais figuram dimensões ligadas à vida pessoal dos indivíduos. As escolhas realizadas no âmbito da esfera profissional acarretam invariavelmente consequências para a vida privada, nomeadamente para a vida familiar. Não poderíamos, num estudo sobre os percursos profissionais dos leitores de língua e cultura portuguesa – ocupação cuja principal exigência é a mobilidade, ou até mesmo a itinerância geográfica – deixar de abordar as relações entre vida profissional e vida privada.

As famílias e as relações familiares sofreram, com a modernidade, alterações significativas, cuja extensão, penetração e intensidade aumentaram nas últimas décadas, e que nos obrigam a repensá-las. A modernidade³ acarretou novas formas de pensar a vivência dos homens, quer no que diz respeito à sua vida pública, quer no que diz respeito à sua vida privada. Singly refere-se às recentes transformações nas relações familiares nos seguintes termos:

“L’histoire de la famille contemporaine peut être divisée en deux périodes. Du XIX siècle jusqu’aux années 1960, on constate une coïncidence entre l’institution du mariage et la centration sur les relations interpersonnelles. (...) Pendant un demi-siècle (1918-1968), le fait que l’homme travaille à l’extérieur pour gagner l’argent du ménage et que la femme reste à la maison pour s’occuper le mieux possible des enfants est une évidence dans tous les milieux. A partir des années 1960, le modèle de la femme au foyer est critiqué, en particulier par le mouvement social des femmes, par le féminisme. La stabilité des mariages diminue, le divorce par consentement mutuel devenant possible avec la loi du 11 juillet 1975. La cohabitation en dehors du mariage se développe. Institution matrimoniale et rôles sexuels ne disparaissent pas – la majorité des couples en 1990 sont mariés, et vivent selon une spécialisation des tâches domestiques – mais ils ont perdu une grande partie de leur légitimité.” (Singly, 1993: 87-89)

Para este autor, o período contemporâneo caracteriza-se por um maior poder de controlo do destino individual e familiar por duas razões que se reforçam mutuamente: um sistema de valores que aprova esta autonomia, desvalorizando a herança material e simbólica e condições objectivas que autorizam esse domínio. A família contemporânea centra-se sobre as relações entre os seus membros, valorizadas menos por si próprias do que pelas satisfações que garantem a cada um: o ‘eu’ ganha importância relativamente ao ‘nós’, mas não exige o desaparecimento do grupo familiar, antes espera dele que o complete enquanto indivíduo. Para o autor de *Libres Ensemble* a família é o lugar por excelência onde cada um se constrói como pessoa autónoma:

“Dans un monde social où la valeur de référence est devenue le soi, la famille conserve une utilité: celle d’aider chacun à se construire comme personne autonome.” (Singly, 1993: 91).

A necessidade de laços de interdependência e, simultaneamente, a negação dessa necessidade constituem a contradição básica das relações familiares e criam tensão no interior das famílias.

³³ Tal como a sua ‘radicalização’, desde meados do século XX, apelidada por uns de pós-modernidade, por outros de modernidade tardia, modernidade reflexiva ou modernidade liberal alargada (nomenclaturas diferentes para definir diferentes concepções da mudança das sociedades ocidentais contemporâneas).

Na sua vasta obra, François de Singly oferece-nos, mais do que uma análise das estruturas familiares, uma análise das relações familiares – que são para ele o elemento teórico mais importante de uma sociologia da família. Na sua obra mais generalizante, *Sociologia da Família Contemporânea* (Singly, 1993), descreve a família na actualidade através de três características essenciais: uma maior dependência em relação ao Estado, uma maior independência relativamente aos círculos de parentesco e uma maior independência dos membros do casal em relação à família nuclear. Ou seja, para este autor, as famílias contemporâneas descrevem um duplo movimento de privatização – consequência da maior importância atribuída à qualidade das relações interpessoais – e de socialização – resultante da maior intervenção do Estado (Singly, 1993: 5).

Das três características apontadas como essenciais para a compreensão da família contemporânea, a que me parece mais relevante no âmbito desta dissertação é a da autonomia do indivíduo em relação ao grupo familiar, isto porque, como veremos, grande parte dos leitores reivindicam a decisão de empreender a experiência do leitorado, apesar de poder ser negociada no seio da família, como projecto individual.

As maiores transformações da família remetem para a procura de autonomia, para a desvalorização dos laços de dependência e ainda para uma valorização dos laços afectivos. Esta valorização da autonomia permite aos membros da família perseguir objectivos pessoais sem pôr em risco a união familiar. A possibilidade de autonomia individual no seio da família pressupõe que os laços conjugais se formem, tendencialmente, na base da electividade, ou seja da escolha do indivíduo e não da ‘imposição’ tradicional ou reprodução de bens familiares como era o caso na época pré-moderna. Mas se a vida de casal nunca foi, tanto como agora, resultado de escolhas de afinidade, paradoxalmente, nunca a vida privada esteve tão subordinada a novas modalidades da vida profissional (Bertaux-Wiame, 2006: 71).

Veremos como a questão da autonomia face à família é importante quando falamos de uma função, como a de leitor, que pressupõe mobilidade geográfica, por vezes sucessiva. Face a este constrangimento, os leitores encontram diferentes formas de gerir as suas vidas familiares e conjugais. Interessa-nos nesta dissertação analisar a forma como a escolha de assumir uma função que implica mobilidade geográfica é gerida pelos leitores na esfera familiar.

Não obstante, há que ter em conta que a obtenção de autonomia é geralmente alvo de intensas negociações no seio da família. Singly afirma mesmo que é a aceitação de que os espaços de autonomia são negociados que permite a sua existência:

“Dans la famille post-moderne, ce qui change du point de vue de l'autonomie c'est moins l'accroissement des territoires personnels de chacun des conjoints que les justifications de l'existence de ces territoires d'une part, et les possibilités de négociation de ceux-ci d'autre part – l'idéologie de l'autonomie constituant un argument légitime. Les modifications portent davantage sur les manières dont ces pratiques autonomes «séparées», sont justifiées, revendiquées que sur les pratiques elles-mêmes. Pour avoir le droit à un territoire personnel, le chacun des conjoints doit montrer qu'il ne le considère pas comme un droit non négociable (au nom, par exemple, d'une convention utilisant une référence à l'identité sexuelle), mais qu'il en a besoin pour se construire lui-même, qu'il ne le fit pas pour éviter son partenaire, pour fuir son couple. La conquête de territoires personnels est difficile car il menace souvent la conception que le partenaire a de la vie conjugale.” (Singly, 1993: 99)

Estelle Bonnet, Beate Collet e Béatrice Maurines, no seu artigo “Carrière familiale et mobilité géographique professionnelle”, desenvolvem, para estudar as interdependências entre as esferas familiar e profissional face à mobilidade geográfica, o conceito de *carreira familiar*, decalcado do conceito de carreira de Hughes já referido neste trabalho:

“L'idée de carrière familiale qualifie les différentes étapes de la vie familiale et ses changements, du point de vue des événements conjugaux qui la jalonnent (rencontre amoureuse, entrée en conjugalité, naissance ou absence d'enfants, séparation, décès...) et des diverses activités qui l'entourent en particulier les activités de travail.” (Bonnet, Collet e Maurines, 2006: 79)

A carreira familiar, pontuada de acontecimentos marcantes como os acima referidos, é também determinada por problemas característicos de eventuais oposições entre a vida familiar e as carreiras profissionais dos cônjuges, como é o caso da mobilidade geográfica derivada de imposições ou escolhas profissionais. No caso de carreiras familiares confrontadas com a mobilidade geográfica, o equilíbrio entre objectivos profissionais e familiares aparece, como foi já referido, no centro de processos por vezes intensos de negociação (Bonnet, Collet e Maurines, 2006: 82) que resultam em diferentes soluções de vida (*living arrangements*).

As autoras ressaltam que se a negociação é constitutiva da vida em casal e em família, parece ser exacerbada em situação de mobilidade. A negociação coloca em evidência as

relações de poder no seio da família, nomeadamente em função do género e das funções sexualmente diferenciadas.

Assim, as mulheres serão ainda, pelo seu papel ainda predominante na organização e gestão da vida familiar, menos livres de levar a cabo os seus projectos profissionais do que os homens, quando tal implica uma mudança de organização no seio familiar.

Se modificações ocorridas nos mundos laboral e familiar – a crescente taxa de feminização do acesso ao ensino superior e a crescente taxa de feminização do trabalho salariado, que correspondem também uma maior autonomia das mulheres em relação ao cônjuge (Torres, 2004) – conduziram a uma feminização da rede de leitorados de língua portuguesa⁴, não deixamos de identificar diferenças induzidas pelo género na forma como os leitores gerem as suas vidas familiares face à mobilidade geográfica, como veremos no capítulo correspondente.

1.1.3. Leitores de Língua e Cultura Portuguesa: profissionais itinerantes

Embora geralmente não se revejam nessa designação, os leitores integram-se num segmento específico das populações migrantes: o dos profissionais qualificados. O facto de a sua deslocação resultar de uma nomeação estatal leva a maioria dos leitores a sentir-se exterior a qualquer categorização que os defina como migrantes, preferindo epítetos como “representante”, “agente” ou “embaixador” de Portugal, da sua língua e da sua cultura. Ao enviar leitores para universidades estrangeiras, mesmo que por períodos de tempo determinados à partida – mas que nem sempre são observados – o Estado português torna-se um veículo para a migração de profissionais qualificados.

Os termos para designar este tipo de movimentos migratórios são variados: mobilidade dos cérebros, mobilidade de competências, migração das elites, ou em inglês, *brain migration* ou *brain drain* e em francês *exode des cerveaux* ou *professionnels itinérants*, entre outros. No entanto os estudos sobre esta temática – contrariamente à clássica temática das migrações de tipo económico – não são abundantes, como o faz notar João Peixoto (Peixoto, 1999). Em Portugal as migrações internacionais de topo têm constituído uma minoria dos fluxos globais de saída do país. Segundo Peixoto:

⁴ Ou seja, que um número cada vez maior de mulheres pudesse abraçar uma experiência profissional que implica mobilidade geográfica.

“Os emigrantes detentores de posições sociais elevadas ou de habilitações escolares de nível superior foram normalmente em número escasso e apenas deixaram de ser residuais em momentos episódicos da história recente.” (Peixoto, 1999: 103)

Com base na ideia da heterogeneidade destes migrantes, o autor desenvolve uma tipologia migratória para os segmentos de topo (Peixoto, 1999: 119-127). Considera que os diferentes grupos migratórios que identifica foram originados por conjunturas históricas diferenciadas. Assim o autor cria 3 categorias para classificar os migrantes de topo: o *brain drain*, a cooperação e desenvolvimento e os fluxos intra-empresariais.

Apesar de este conjunto de formas de organizar as saídas ser muito genérico, ajuda-nos a compreender a situação dos leitores no interior do segmento “migrantes qualificados”. Podemos dizer que o fluxo migratório constituído pela saída de indivíduos como leitores de língua e cultura portuguesa, ao abrigo de contratos e requisições pelo Estado português possui características dos três tipos de movimentos migratórios de topo identificados pelo autor. À partida diríamos que as experiências dos leitores que são colocados em países europeus e americanos possuem características que os aproximam à primeira categoria, e que as dos que desenvolvem a sua actividade como leitores nos países de Língua Oficial Portuguesa possuem características que os aproximam mais à segunda categoria. No entanto, uma reflexão mais aprofundada mostra-nos que essa associação não pode ser realizada de forma tão linear.

A primeira categoria, em que insere os fluxos típicos do clássico *brain drain*, caracteriza-se pela saída de Portugal de quadros altamente qualificados - incluindo cientistas - para se instalarem num outro país do centro mais desenvolvido (Peixoto, 1999: 119-127). Os percursos dos leitores colocados nestes locais têm de facto características que os aproximam deste tipo de migração, nomeadamente no que diz respeito ao *upgrade* das condições de locais trabalho e tarefas realizadas, como também no facto de muitos deles se dedicarem à especialização académica durante as suas missões, como veremos no capítulo dedicado à análise das entrevistas.

O autor identifica em algumas épocas de maior intensidade de fluxos ligações a períodos de perturbação política durante o Estado Novo, nomeadamente a fuga ao serviço militar durante a guerra colonial⁵. Reencontramos estas características e a

⁵ E a fuga às perseguições da PIDE, que o autor não menciona mas que identificamos empiricamente.

ligação às perturbações políticas do Estado Novo nos percursos de alguns dos nossos entrevistados, como veremos no capítulo em que se procede à análise das entrevistas.

Não podendo avaliar com rigor o grau de permanência dos fluxos de *brain drain*, o autor aponta no entanto para um carácter maioritariamente temporário dos movimentos (Peixoto, 1999: 121), nomeadamente nos casos das saídas para estudo no estrangeiro. O autor refere ainda que “Muitos dos que saíram por razões políticas antes de 1974 regressaram após a revolução: o fim das razões políticas (e administrativas) de ausência levou a regressos tanto de “exilados” sem qualificações como de diplomados expatriados” (Peixoto, 1999: 121), como foi o caso de uma das nossas entrevistadas. Veremos ainda num capítulo subsequente que uma grande maioria dos nossos entrevistados regressa ao país, mesmo que após vários anos e várias missões de leitorado - por vezes consecutivas, por vezes alternadas com períodos em Portugal – e apenas uma minoria desenvolve estratégias para se manter no estrangeiro até ao final da sua vida activa.

A segunda categoria abrange a migração de quadros “no contexto de projectos de cooperação e desenvolvimento com países menos desenvolvidos, em particular as ex-colónias portuguesas.” (Peixoto, 1999: 121). Segundo o autor, o que distingue estes fluxos é (1) a posição relativa de Portugal e dos países receptores em matéria de desenvolvimento económico e nível científico-tecnológico; (2) o enquadramento institucional, realizado mediante transferências intra-organizacionais ou colocação no destino ao abrigo de programas de colaboração, e (3) a natureza temporária dos movimentos.

Considerando a população em estudo nesta dissertação, podemos dizer que se o primeiro factor de distinção deste tipo de movimento migratório é próprio dos leitores colocados em instituições de países de língua oficial portuguesa, já os dois últimos são comuns para quase todos os leitores. Exceptuando para o factor 2, aqueles que se instalam no país de acolhimento e só posteriormente se tornam leitores e para o factor 3, aqueles que, após a sua missão de leitorado, são recrutados pela própria universidade onde prestaram serviço.

Ao nível das vivências dos indivíduos, as diferenças entre os leitores que são colocados em países desenvolvidos e os que são colocados em países em desenvolvimento são claras quer no que diz respeito às condições de trabalho, quer às próprias condições de vida.

“Enquanto o *brain drain* orienta os agentes para um país mais evoluído existindo perspectivas de desenvolvimento do nível de conhecimentos e melhorias das condições de trabalho, neste tipo migratório, ao contrário, a estadia decorre em situações adversas e o que se pretende é aplicar ou transferir conhecimentos, mas não criá-los.” (Peixoto, 1999:122)

A terceira categoria identificada pelo autor, relacionada com as transferências intra-empresariais, enquadra-se nas tendências de internacionalização da economia portuguesa e surge como o fluxo com maior vitalidade na nova economia global (Peixoto, 1999: 124). A única característica que poderá de alguma forma aproximar parte do fluxo composto pelos leitores deste tipo de migração é justamente o facto de parte destes profissionais pertencerem aos quadros da função pública e serem requisitados às suas escolas ou universidades pelo Instituto Camões (ou pelos seus antecessores) para desempenharem as funções de leitor em instituições estrangeiras. Neste segmento, que constitui ainda hoje uma fracção significativa do fluxo, a migração dos leitores aproxima-se a uma transferência, não intra-empresarial, mas intra-institucional, pois apesar de não desempenharem funções no Instituto Camões, é ele, em última análise a entidade empregadora.

Constatamos que o fluxo migratório composto pelos leitores de língua e cultura portuguesa é particularmente heterogéneo e possui uma especificidade tal que impede o seu enquadramento em bloco em qualquer dos tipos apresentados. Mas é possível e por ventura frutífero clarificar essa especificidade por relação às características de cada uma das categorias da tipologia criada por Peixoto. Iniciámos aqui esse exercício e tentaremos retomá-lo quando tal se revelar pertinente para a nossa análise dos percursos dos leitores de língua e cultura portuguesa.

1.2. Abordagem Metodológica

Neste estudo sobre os percursos dos leitores de língua e cultura portuguesa privilegia-se a abordagem qualitativa, da construção do objecto, à análise, passando pela recolha de dados. Utilizam-se três métodos principais de recolha de dados: a pesquisa documental, sobretudo para os capítulos II e III, nos quais se tenta, respectivamente, reconstituir a história institucional dos leitorados e descrever a constituição da população de leitores; o trabalho de campo, em se que privilegia a observação participante, exclusivamente para o capítulo IV, resultado da imersão da investigadora no contexto específico de um

leitorado e, por fim, a entrevista para o capítulo II, em que as entrevistas aos antigos presidentes do ICALP e Instituto Camões, e à actual presidente do Instituto Camões completam a informação obtida através da recolha documental, e para o capítulo V, no qual se dá conta dos percursos dos leitores. Subsidiariamente, recorreu-se a uma técnica de análise quantitativa: o inquérito aos alunos de língua portuguesa da Universidade Nacional Autónoma do México. Esta *démarche* justifica-se pelo grande número de alunos (cerca de 1500) e pela escassez de tempo disponível para aferir as suas principais características e as suas motivações para aprender a língua portuguesa. Foram ainda realizadas breves entrevistas a alguns professores e alunos de língua portuguesa no México, como complemento à observação participante.

Sendo uma investigação exploratória e qualitativa, não querendo privar a análise elementos novos e imprevistos, passíveis de a enriquecer, abordamos o nosso objecto com muito pouco de *apriori* teórico. À partida nada foi considerado insignificante.

1.2.1. Pesquisa documental

A pesquisa documental é um valioso instrumento de apoio à investigação. Diferenciando-se da pesquisa bibliográfica por trabalhar sobretudo com materiais que não foram alvo de tratamento analítico (Gil, 1995), a pesquisa documental permite aceder a dados de contextualização, proporcionando uma visão mais clara do universo de análise, e por vezes a testemunhos escritos relacionados com os fenómenos que se pretende estudar.

Neste trabalho de investigação, a pesquisa documental representou uma parte substancial da recolha de dados, dado que havia muito pouco material analítico, quer sobre a história institucional dos leitorados, quer sobre a população de leitores. Dispúnhamos de um relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 1992, de uma série de artigos da autoria de Armando Marques Guedes – também autor do referido relatório – dos quais destacamos “A Diplomacia Cultural e a Diplomacia: a Política Portuguesa de criação de Leitorados de Língua e Cultura” (1997) e “A Identidade, propaganda, nacionalismo e projecto de Leitorados de Língua e Cultura Portuguesas, 1921-1997” (1999), e ainda alguns artigos de antigos leitores, dos quais destacamos o de José Manuel Esteves intitulado “Leitorados e outras Questões” (2002). Sobre a

população de leitores e o de Maria de Fátima Brauer-Figueiredo, “O Português na Universidade de Hamburgo” (2002).

Recorrendo aos acervos quer da Biblioteca Nacional, quer da Biblioteca do Ministério dos Negócios Estrangeiros, acedemos a documentação produzida pelos diversos institutos que tutelaram os leitorados (anuários, relatórios, revistas, etc.) e até mesmo a documentação publicada, produzida pelos próprios leitores, como *A Língua Portuguesa em Hamburgo (Com um apêndice sobre os restantes leitorados da Alemanha e outros países)*, de Manuel de Paiva Boléo (1934), que nos permitiram reconstituir, parcialmente a história institucional dos leitorados de língua portuguesa e ter um primeiro contacto com a realidade dos leitores.

Contrariamente a épocas anteriores e posteriores, a década de 80 encontra-se relativamente bem documentada, graças à publicação, por parte do ICALP, de relatórios, boletins e revistas referentes à sua actividade (cf. Bibliografia).

No que diz respeito a anos mais recentes, a Internet foi uma fonte documental extraordinariamente útil, pois o site do Instituto Camões (www.instituto-camoes.pt) permite aceder à composição da sua rede de docência e possui um arquivo de notícias de imprensa sobre as suas actividades. Apesar de não permitir acesso à composição da rede de anos anteriores, o que poderia ter colmatado importantes falhas de informação relativa à década de 90 e início do novo milénio, este site revelou-se uma importante fonte de recolha de informação.

Material publicado na imprensa escrita, apesar de não ser analisado em profundidade nesta dissertação, constituiu uma importante fonte de conhecimento secundária e de contextualização sobre o universo em estudo. Destacamos a série de artigos, publicados no Encarte Camões do Jornal de Letras, da autoria de antigos leitores, que são hoje figuras de proa nos universos cultural e/ou académico, como Eduardo Lourenço, Eduardo Prado Coelho e Teresa Rita Lopes, entre outros (ver Bibliografia e Fontes).

A história dos primeiros leitorados de língua e cultura portuguesa, informação precisa sobre o seu número, localização, e funcionamento e ainda sobre as características e funções dos leitores ao longo do tempo, são elementos que apenas foi possível encontrar no Arquivo do Instituto Camões. Apesar de nos ter sido facultado o acesso a este arquivo, que se encontra fechado ao público e em grande parte por classificar, a sua consulta foi problemática. Em primeiro lugar porque não se encontrava organizado,

posteriormente devido ao próprio processo parcial de organização a que foi submetido e mais recentemente pela impossibilidade, por parte da instituição, em facultar as pastas de arquivo por nós requeridas. Assim, apenas nos foi possível ter acesso a alguns elementos referentes aos leitorados de Bucareste (1975-1978), Santiago de Compostela (1984-1986) e Rennes (1931-1965), o que não nos permitiu realizar uma análise consistente do material.

1.2.2. Entrevistas

Já referimos que o objecto desta investigação é compreender como os leitores constroem os seus percursos profissionais e a sua experiência enquanto leitores tendo em conta a própria situação do indivíduo, assim como o quadro institucional em que se desenrola a experiência de trabalhar num leitorado e as condições específicas de exercício da função.

É necessário, neste ponto distinguir dois tipos de situações, a dos antigos leitores, que nos fazem um relato das suas experiências profissionais antes, durante e após o trabalho como leitores e os que ainda se encontram em funções que descrevem a experiência também no presente. Pretendemos com este tipo de abordagem identificar práticas e representações, o que obriga a que, no caso dos antigos leitores, os indivíduos entrevistados se disponham a olhar retrospectivamente as suas vidas e a comunicar à investigadora as suas etapas, assim como as lógicas e as articulações que as definiram; e no caso dos actuais leitores, a reflectir sobre as suas expectativas de futuro.

Tornou-se claro que o único método de recolha de dados apropriado para um tal objectivo é a entrevista. Existem diversas denominações e definições para o tipo de entrevista que se pretendeu realizar, pois esta é, a par da etnografia, uma das principais técnicas de recolha de dados para a investigação qualitativa em ciências sociais.

Jean-Claude Kaufmann, na sua obra intitulada *L'entretien compréhensif*, apresenta a entrevista não como uma simples técnica, mas como um método, em que as funções de recolha e de análise se encontram intimamente ligadas.

Segundo Kaufmann

“(…) la démarche compréhensive s'appuie sur la conviction que les hommes ne sont pas de simples agents porteurs de structures mais des producteurs actifs du social, donc des

dépositaires d'un savoir important qu'il s'agit de saisir de l'intérieur, par le biais du système de valeurs des individus (...)" (1996: 23).

Do ponto de vista metodológico, a entrevista é uma ferramenta privilegiada para aceder à experiência dos actores sociais (McCracken 1988) e explorar o sentido que os actores atribuem às suas práticas.

O tipo de entrevista aqui utilizado, comumente designado como entrevista semi-directiva, procura seguir as indicações de Kaufmann na sua explicação do método da entrevista compreensiva (1996). Kaufmann define o trabalho do entrevistador como artesanato intelectual, por oposição à investigação de tipo industrial, em que a obsessão pelo método e a produção em massa de dados empíricos retira toda e qualquer importância à interpretação. O investigador-artesão é aquele que domina e personaliza os instrumentos metodológicos e teóricos na realização de um projecto concreto (1996: 12).

Desta forma, a entrevista é concebida como um suporte para a exploração, procurando o rigor mas protegendo a riqueza (Kaufmann, 1996: 16) e a produtividade inventiva (1996: 26). A entrevista compreensiva inscreve-se numa *démarche* de teorização baseada nos factos, assim as fases de construção do objecto invertem-se e o terreno torna-se o ponto de partida da problematização. A ruptura com o senso comum é progressiva, por oposição relativa com o próprio senso comum, realizando-se assim um

"[...] aller-retour permanent entre compréhension, écoute attentive, et prise de distance, analyse critique." (Kaufmann, 1996: 22)

A entrevista compreensiva não é um instrumento rígido de recolha de dados, por ser concebida como um instrumento ligado a investigações de tipo indutivo, está aberta à evolução, ou seja, pode ser modificada ao longo do trabalho. Para Kaufmann, a grelha de análise deve ser utilizada de forma flexível. Deve evoluir à medida que a investigação e a construção teórica do objecto avançam, afim de validar a construção através de uma procura de dados mais ajustada. No caso específico da investigação que está na base desta dissertação, a grelha evoluiu consideravelmente ao longo do período de recolha de dados.

Kaufmann atribui uma grande importância à elaboração inicial do guião de entrevista, defende que as questões devem ser redigidas em forma de pergunta e não em forma de tópicos e numa sequência lógica, de forma a favorecer a fluidez da entrevista, evitando a dispersão de assuntos, no entanto, este cuidado não deve conduzir a uma aplicação

mecanizada das perguntas. O entrevistador deve interiorizar o guião de forma a que a entrevista seja, o mais possível, semelhante a uma conversa banal.

O guião de entrevista para esta investigação foi construído com base em informações recolhidas durante um *focus group* com antigos leitores, realizado no âmbito do projecto “Políticas e Práticas de Internacionalização do Ensino da Língua Portuguesa: os leitorados de português”, e da leitura de textos escritos por antigos leitores sobre as suas experiências (Brauer-Figueiredo 2002, Esteves 2002). Procurou percorrer o percurso biográfico dos leitores desde a sua formação académica inicial até ao momento da realização da entrevista. Tendo em conta que este guião foi construído, à partida, para o projecto acima referido, de âmbito mais lato que esta dissertação de mestrado, continha questões adicionais que não serão aqui identificadas. O guião utilizado divide-se em duas grandes partes: (1) o percurso – formativo, profissional – dos leitores e (2) a experiência de leitorado. Algumas das questões tiveram de ser adaptadas tendo em atenção a realização de entrevistas a leitores ainda em funções, no entanto, o seu objectivo e a estrutura da entrevista em geral mantiveram-se.

A questão relativa à gestão da vida familiar e conjugal (23) não foi abordada em todas as entrevistas, tendo sido acrescentada à bateria de questões já a investigação ia avançada, pois apercebemo-nos de que era um assunto importante para parte dos entrevistados. A questão relativa às perspectivas acerca do futuro profissional foi apenas aplicada aos leitores ainda em funções (22).

Apresentam-se no Quadro 1 as questões que compõem o guião de entrevista. Devemos, no entanto, clarificar, que em muitas das entrevistas realizadas, outras questões foram surgindo, questões de clarificação de determinadas situações, ou que o próprio informante levantava.

Quadro 1 – Apresentação do Guião de Entrevista

Percurso	
1	Qual a sua formação académica?
2	Tem alguma formação específica para o ensino do português como língua estrangeira? E para o ensino da cultura portuguesa?
3	Frequentou, durante a sua experiência de leitorado, ou posteriormente algum tipo de formação académica? (Em que área, que grau académico obteve)

4	Qual ou quais a(s) sua(s) profissão(ões) ou actividade(s) profissional(ais), se teve alguma(s), antes de ser leitor(a)?
5	Qual ou quais a(s) sua(s) profissão(ões) ou actividade(s) profissional(ais), se teve alguma(s), depois de ter terminado a sua experiência como leitor(a)?
6	O que pretende fazer, em termos profissionais, quando terminar a sua actual missão de leitorado?
7	Como geriu a sua vida familiar/conjugal com a(s) deslocação(ões) que ser leitor implica(m)?
Experiência de Leitorado	
8	Como avalia, de uma forma genérica a sua experiência de leitor(a)?
9	Onde foi leitor(a) (País(es), Cidade(s), Universidade(s), e em que anos?
10	Quais foram as principais motivações para concorrer / decidir ser leitor(a)?
11	Como decorreu o processo da sua nomeação como leitor(a)?
12	Qual a sua opinião sobre esse procedimento?
13	Qual era a instituição que tutelava os leitorados na altura em que foi leitor?
14	Qual o seu vínculo profissional a essa instituição? (Contratado, requisitado, outro)
15	Como era designada a sua função? (leitor/assistente/formador/docente)
16	Que instituição financiava a sua actividade? (a instituição portuguesa, a de acolhimento, as duas)
17	Para além da docência, que funções desempenhava enquanto leitor(a)?
18	Que cadeiras leccionava?
19	Que ganhos profissionais e pessoais pensa ter obtido com a experiência de leitorado?
20	O que é, na sua opinião “ser leitor”?
21	Quais são, na sua opinião, as funções de um leitor num país estrangeiro?
22	Como vê o seu futuro profissional do fim desta experiência de leitorado? (Questão para leitores em actividade)
23	Como geriu, durante o período de tempo em que foi leitor, as suas relações familiares? (algum dos seus familiares o acompanhou?)

Uma outra particularidade da entrevista compreensiva reside no investimento recíproco do entrevistador e do entrevistado. O interlocutor necessita de pontos de referência em relação ao entrevistador, deve conseguir tipificá-lo de forma a estruturar seu discurso (Kaufmann, 1996: 52), o que não é possível se o entrevistador se apresentar como uma pessoa desprovida de sentimentos e opiniões (Kaufmann, 1996: 17).

O entrevistador deve responder a todas as questões relativas a si próprio e ao projecto de investigação, para que o entrevistado compreenda o âmbito do estudo. Não devendo influenciar o entrevistado, o entrevistador deve revelar o suficiente durante a entrevista de forma a que o seu interlocutor se sinta confortável para falar.

No que diz respeito à escolha dos entrevistados, o método utilizado no caso de antigos leitores a entrevistar foi a técnica da “bola-de-neve”, em que um informante recomenda outro, repetindo-se o processo a partir de novos incluídos. Esta técnica baseada no pressuposto do interconhecimento dos actores num mesmo universo tem uma falha intrínseca, a de enviesar os resultados por excesso de homogeneidade na população entrevistada. Conscientes do risco, adoptámo-la ainda assim, pois, tendo em conta que não existe uma listagem dos indivíduos em causa, se apresenta como a única viável. Realizaram-se 26 entrevistas a antigos leitores⁶.

No que diz respeito aos leitores em actividade⁷, apesar de existir uma listagem de contactos, não se encontram em Portugal na maior parte do tempo e a realização de entrevistas telefónicas era inviável. Assim conseguimos em dois casos um contacto personalizado, permitindo-nos saber quando estariam em Portugal, noutros três deslocámo-nos aos seus locais de trabalho. Duas destas deslocações foram possíveis no âmbito de deslocações da investigadora a congressos internacionais, e a outra resultou da atribuição de um subsídio, ao abrigo de um acordo cultural internacional, para uma visita de estudo de curta duração.

As entrevistas foram realizadas no domicílio dos entrevistados, no Gabinete do Fórum Sociológico – Centro de Estudos na FCSH, nos locais de trabalho dos entrevistados, geralmente nos seus gabinetes nas Universidades onde leccionam mas também em cafés próximos dos seus domicílio ou locais de trabalho. Os encontros resultavam de um primeiro contacto por telefone, e-mail ou, em raros casos, por carta. Os primeiros minutos do encontro eram preenchidos com apresentações e com uma breve explicação dos objectivos do projecto de investigação, em seguida a investigadora pedia permissão para gravar o encontro, o que foi recusado apenas uma vez (a entrevista em que a gravação não foi autorizada não é tida em conta na análise) e por fim as questões eram colocadas.

⁶ Todas as entrevistas foram realizadas no âmbito do projecto “Políticas e Práticas de Internacionalização do Ensino da Língua Portuguesa: os leitores de português”, o que justifica o seu elevado número por relação ao número de entrevistas a leitores actuais.

⁷ No âmbito do projecto “Políticas e Práticas de Internacionalização do Ensino da Língua Portuguesa: os leitores de português”, não se realizaram entrevistas a actuais leitores, pois foi lançado um inquérito por e-mail. Tendo em conta que o material resultante do inquérito já foi tratado, para o trabalho de dissertação de mestrado realizámos 5 entrevistas a leitores actuais.

A primeira pergunta era habitualmente a mais genérica (n.º 8), tentando-se nas posteriores, sempre que possível, observar a ordem cronológica dos acontecimentos ou a lógica causal que lhes era atribuída pelos entrevistados.

As entrevistas mais curtas duraram cerca de 45 minutos e as mais longas entre duas e meia a três horas, mas a grande maioria teve a duração de duas horas. Na maioria dos casos, durante a entrevista, para além da gravação, eram tomadas notas, por desconfiança em relação ao material de gravação, que falhou por duas vezes. Mas também porque tomar notas permite uma melhor gestão dos tempos mortos da entrevista, seguir atentamente o desenvolvimento da entrevista anotar perguntas que surgem enquanto o entrevistado fala e anotar os pontos a clarificar. As entrevistas foram transcritas integralmente, apesar de nem todo o material ter vindo a ser utilizado na análise.

Para além das entrevistas a leitores e antigos leitores, realizaram-se ainda entrevistas à actual Presidente do Instituto Camões, a 3 antigos Presidentes do mesmo Instituto e a um antigo Presidente do ICALP. Estas entrevistas tiveram como principal objectivo obter informações complementares sobre o funcionamento institucional dos leitorados e sobre o recrutamento de leitores.

No âmbito do trabalho de campo no leitorado do México, realizaram-se também entrevistas a professores e alunos de Língua Portuguesa na Universidade Nacional Autónoma do México, de que daremos conta mais aprofundadamente no capítulo seguinte.

1.2.3. Trabalho de campo

Este método foi utilizado no âmbito da visita de 10 dias à Universidade Nacional Autónoma do México, onde existem três Centros de Língua Portuguesa / Instituto Camões. A ideia desta visita surgiu quando a investigadora teve conhecimento de que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior co-financiava viagens para curtas estadias de investigadores em países com quem Portugal tem acordos culturais bilaterais. Assim, do conjunto dos países que cumpriam este requisito e onde existem leitorados ou Centros de Língua Portuguesa, seleccionámos o México devido ao grande número de alunos que frequentam aulas de língua portuguesa, ao facto de ali existirem 3 Centros de Língua, mas também porque o seu enquadramento no contexto latino-

americano permite explorar algumas pistas de outra maneira menos fecundas, nomeadamente a importância do Brasil no interesse pela língua portuguesa.

Os objectivos definidos à partida para a visita encontram-se expressos no Quadro 2, no entanto, no decorrer do trabalho de recolha de dados, outras questões ganharam importância e foram incluídas *à posteriori*.

Quadro 2 – Objectivos para a visita de estudo ao México

1	Identificar o estatuto da língua portuguesa no seio da orgânica da universidade;
2	Identificar as forças vivas da divulgação língua portuguesa no país, na cidade, na universidade e mais especificamente nos departamentos em que se encontra inserida língua portuguesa;
3	Conhecer e caracterizar os responsáveis pela língua portuguesa no seio da universidade e identificar as suas linhas de orientação e acções específicas na divulgação e formação em língua e cultura portuguesas
4	Conhecer o responsável pelo leitorado de língua portuguesa com o intuito de identificar as suas linhas de orientação e acções específicas na divulgação e formação de língua e cultura portuguesas, quer no meio académico, quer no tecido social da cidade em que se insere a universidade;
5	Conhecer as tarefas levadas a cabo pelo leitor ao longo do ano lectivo, assim como o contexto em que se desenrolam
6	Identificar e contactar responsáveis por instituições, exteriores ao meio académico, que se dediquem à formação ou divulgação da língua e cultura portuguesa com vista a fazer um diagnóstico dos recursos existentes;
7	Contactar com os alunos de língua e cultura portuguesa de níveis e formações diversificadas afim de conhecer a sua relação com a mesma
8	Inventariar o tipo de actividades culturais dedicadas à língua e cultura portuguesa organizadas quer na Universidade, quer fora dela;
9	Identificar o grau de abertura da comunidade local, académica e não académica, ao ensino e divulgação da língua e cultura portuguesa.

Telmo Caria, no seu texto “Leitura sociológica de uma experiência de investigação etnográfica”, comenta que ao trabalho de tipo etnográfico são atribuídas diferentes designações: trabalho de terreno, trabalho de campo, observação participante, etc., e que

“alguns destes possíveis sinónimos estão associados a diferentes formas de conceber a etnografia” (2002). Como a este autor, interessa-nos, no contexto específico desta investigação, abordar a etnografia enquanto método, deixando de parte a sua conotação mais epistemológica. Passaremos a referir-nos genericamente a este método de recolha de dados como “pesquisa de terreno”, terminologia adoptada por António Firmino da Costa no texto “A pesquisa de terreno em sociologia” (1986).

Segundo António Firmino da Costa, a pesquisa de terreno é um método, uma estratégia integrada de pesquisa, e não uma técnica isolada. (Costa, 1986: 129), na aplicação da qual

“O principal instrumento de pesquisa é o próprio investigador e os principais procedimentos são a presença prolongada no contexto social em estudo e o contacto directo, em primeira-mão, com as pessoas, as situações e os acontecimentos” (Costa, 1986: 137)

O estudo de caso através do trabalho de campo adequa-se particularmente à investigação de “dimensões articuladas do social” (Costa, 1986: 137). É certo que os estudos resultantes da aplicação desta metodologia não esgotam, na sua análise, toda a unidade social, e isso é particularmente verdade neste caso, pois a imersão no terreno, apesar de intensa, foi bastante reduzida no tempo. Assim, a pesquisa de terreno, através da observação participante, resulta numa descrição detalhada dos aspectos seleccionados na construção do objecto de análise, e na análise de interligações entre eles.

Neste estudo de caso específico, não foi possível, devido à distância e contexto em que foi realizado, uma presença prolongada da investigadora no terreno. No entanto, a relação extraordinariamente informal e aberta – para quem se encontrou apenas uma única vez antes da viagem - que conseguiu à partida estabelecer com a leitora de língua portuguesa⁸, assim como o espanto que causou o facto de a “investigadora de Portugal”, ser bastante mais jovem do que o esperado, permitiu a sua natural inclusão não só nas actividades lectivas⁹, nas reuniões de trabalho dos professores, mas também em

⁸ A leitora de língua portuguesa, informante privilegiada deste estudo, com quem tínhamos já entrado em contacto durante as férias de Natal em Lisboa, foi a pessoa que acompanhámos ao longo de toda a estadia, que nos apresentou quase todos os outros informantes e nos deu a conhecer os espaços.

⁹ Tivemos oportunidade de assistir a várias aulas de diferentes professores. A assistência às aulas nunca foi combinada à priori, aconteceu porque a investigadora ali se encontrava no momento. A modalidade de participação da investigadora na aula dependeu em todos os casos do critério do professor e também nunca foi definida a partida. Numa aula de primeiro nível, leccionada por um professor brasileiro, a investigadora foi convidada a participar, juntamente com a leitora, falando da realidade portuguesa

omentos de lazer de alguns professores e estudantes quer dentro, quer fora do espaço universitário.

Costa faz notar que “é frequente na pesquisa de terreno cultivar-se um relacionamento mais intenso com algumas pessoas.” (1986: 139), os informantes privilegiados, com quem o contacto é “um imperativo prático da inserção no tecido social local” (1986: 139), mas também uma forma de “observar sistematicamente os respectivos quadros de vida e comportamentos” (1986: 139). Para além do mais, os informantes privilegiados constituem “uma permanente fonte de informação sobre outras pessoas, aspectos do contexto social em estudo e acontecimentos que nele se vão passando” (1986: 139).

No estudo de caso em questão a leitora de língua portuguesa, três outros professores e duas alunas foram os nossos informantes privilegiados, tivemos oportunidade de conversar com eles em múltiplas ocasiões, quer no contexto universitário, quer fora dele em passeios turísticos, saídas nocturnas, almoços, jantares e até mesmo numa festa¹⁰.

Para além dos contactos conversas informais, foram realizadas entrevistas à leitora, a 7 professores e 3 alunos. Uma outra entrevista, realizada posteriormente, já em Portugal, a uma antiga leitora no México, permitiu recolher informação adicional sobre aquele contexto social. Como complemento ao trabalho de terreno foi lançado um inquérito aos alunos de língua portuguesa da UNAM.

1.2.4. Inquérito por questionário

Nesta dissertação, o inquérito por questionário é aplicado apenas de forma subsidiária, como complemento ao estudo de caso do leitorado do México, com objectivo de obter informação acerca da população de alunos de língua portuguesa da Universidade

relativamente aos aspectos em discussão, dando oportunidade aos alunos de ouvir e conversar com falantes nativos da variante europeia, o que permitiu posteriormente estabelecer um diálogo sobre as razões que levaram os alunos a optar pelo português como língua estrangeira. Numa outra aula de 1º nível, a investigadora apenas assistiu, não tendo a sua presença criado qualquer entrave ao prosseguimento da mesma, pois o interconhecimento dos alunos era ainda fraco e a maioria não se apercebeu da presença de um elemento estranho. Numa aula de nível mais avançado e em duas aulas de literatura, a própria leitora introduziu esse mesmo tópico o que gerou de novo um diálogo profícuo para ambas as partes. Em todos os casos, o facto de a investigadora não ser muito mais velha do que os alunos – e em alguns casos ser até mais jovem – teve repercussões positivas, pois não se sentiram intimidados.

¹⁰ Temos presente que esta introdução tão informal nos grupos de sociabilidade existentes entre alunos e professores de português se ficou a dever ao constante acompanhamento da leitora, e que deste modo apenas tivemos acesso aos grupos e indivíduos mais próximos dela. Por outro lado, os indivíduos que mais procuraram a companhia da investigadora foram aqueles que tinham um maior interesse por Portugal.

Autónoma do México (UNAM), sobre as suas motivações para aprender esta língua e ainda sobre a utilidade que acreditam que terá para as suas vidas, no presente ou no futuro. A caracterização da população de alunos de língua portuguesa é um elemento importante na descrição daquele contexto social específico, e num sentido mais lato, para se definir o impacto das políticas de ensino e divulgação da língua portuguesa a nível universitário. É uma dimensão que não poderia ser deixada de parte.

A escolha do inquérito por questionário para obter a informação pretendida ficou a dever-se ao elevado número de alunos (cerca de 1500), divididos por três pólos de ensino, e ao período de tempo limitado de que se dispunha para levar a cabo a recolha dos dados.

O questionário foi elaborado pela investigadora, depois enviado à leitora de língua portuguesa no México para que verificasse se as questões se adequavam à realidade dos alunos e da aprendizagem no contexto da UNAM. De seguida, foi distribuído aos professores que se disponibilizaram para que fosse aplicado durante as suas aulas. Trata-se de um questionário auto-aplicado, distribuído em situação de aula pelo professor. Dado o curto período de tempo disponível para realizar o inquérito não foi possível a aplicação de um pré-teste.

O questionário aplicado é composto por uma bateria de 8 perguntas ditas objectivas, de caracterização, e 2 perguntas, ditas subjectivas, sobre a sua relação com a aprendizagem da língua (Quadro 3).

Quadro 3 – Questionário aos alunos de língua portuguesa da UNAM

1	Sexo
2	Idade
3	Nacionalidade
4	Língua Materna
5	Ciclo de Ensino
6	Área de Estudo
7	Que aulas relacionadas com a língua portuguesa frequenta?
8	Que nível de Língua Portuguesa frequenta?
9	Quais as suas motivações para aprender língua portuguesa?
10	Que utilidade pensa que tem / terá para si a língua portuguesa?

Todas as cadeiras de língua/literatura portuguesa naquela universidade são frequentadas pelos alunos enquanto opções e nunca fazem parte da sua formação base, pois não existe licenciatura em língua portuguesa na UNAM.

No relatório final do projecto “Políticas e Práticas de Internacionalização do Ensino da Língua Portuguesa” (Baptista *et al.*, 2007), foi possível identificar, recorrendo a entrevistas a antigos leitores e inquéritos a actuais leitores, cinco categorias de alunos: (1) luso-descendentes, (2) funcionários do estado em países de língua oficial portuguesa; (3) estudantes de espanhol que escolhem o português como opção, (4) formadores de professores de português e a categoria (5) *outros* “que contém, tipicamente, estudantes que procuram o português por curiosidade” (Baptista *et al.*, 2007: 184)¹¹. Sabíamos antes de elaborar o questionário, por informações fornecidas pela leitora de língua portuguesa no México durante o encontro de preparação da visita da investigadora, que a maioria dos alunos não se enquadrava nas quatro primeiras categorias. Foi ainda possível estabelecer, a partir das mesmas fontes, uma tipologia de motivações dos alunos para a aprendizagem do português: (1) luso-descendência, (2) oportunidades profissionais, (3) razões afectivas e/ou de lazer, (4) interesse pela língua e cultura portuguesas, (5) proximidade face ao espanhol, (6) imagem positiva das aulas de português, (7) interesse pelo Brasil, (8) exotismo da língua (Baptista *et al.*, 2007: 184). Na análise do presente questionário colocámos a hipótese de que as motivações 2, 3 4, 5, 6 e 7 eram as que iríamos encontrar naquela população estudantil, e que estariam provavelmente relacionadas, ou seriam despoletadas pelas áreas de estudo dos alunos. Decidimos no entanto manter em aberto as hipóteses de resposta para não perdermos oportunidade de encontrar outro tipo de motivações.

Tendo em conta que não tínhamos um conhecimento prévio suficiente da realidade em estudo para criar previsões de respostas, as perguntas permaneceram abertas, obrigando a um tratamento criativo das respostas. Assim, apesar de ter sido utilizado o software SPSS, a codificação das respostas foi realizada *à posteriori*.

¹¹ Esta tipologia foi construída com base em informações indirectas, fornecidas pelos informantes privilegiados do estudo, os leitores de língua e cultura portuguesa, inquiridos através de um questionário auto-aplicado distribuído por *e-mail*.

1.2.5. Questões deontológicas relativas ao processo de investigação

O recurso a metodologias de tipo qualitativo levanta questões deontológicas importantes no momento da divulgação dos resultados de investigação. Sendo uma das mais importantes a necessidade de combinar dois objectivos que podem por vezes revelar-se incompatíveis: não perder a riqueza do material e respeitar a confidencialidade dos informantes. Esta investigação coloca esses problemas de forma aguda, pois para quem conheça a actual composição da rede de docência do Instituto Camões, é muito fácil, conhecendo algumas características individuais e o local de trabalho, reconhecer o entrevistado. No caso dos antigos leitores também não é muito difícil o seu reconhecimento para quem se encontra de alguma forma ligado a estas questões.

Adoptaram-se dois mecanismos para garantir a confidencialidade: a utilização de nomes fictícios e a identificação das citações com apenas a informação essencial sobre entrevistado para contextualizar as suas palavras.

II. CONTRIBUTOS PARA UMA HISTÓRIA INSTITUCIONAL DOS LEITORADOS PORTUGUESES EM UNIVERSIDADES ESTRANGEIRAS¹²

A história dos leitorados portugueses remonta aos anos 20 do século passado¹³, ainda durante a Primeira República, tendo o primeiro leitor – o Dr. Sezinando Raimundo das Chagas Franco – sido enviado para Rennes, França, em 1921 (Guedes 1999 A: 4-8; Guedes 1997: 306, Arquivo Histórico do Instituto Camões).

No seu relatório de Janeiro de 1936 ao Instituto de Alta Cultura, Chagas Franco, professor do Colégio Militar, descreve da seguinte forma a criação da cadeira de “Estudos Portugueses” – Língua e Literatura Portuguesa na Faculdade de Letras da Universidade de Rennes:

“Tempos depois, em Lisboa, falava com Pádua Franco, então director do «Bureau de Propaganda de Portugal em Paris», dessa conferência feita pelo Conde Penha Garcia em Rennes. Ele fora o promotor e a comovida testemunha dessa patriótica lição e apreciara a surpresa, o profundo interesse intelectual, o entusiasmo que ela suscitara. Desde esse momento que o Reitor da Universidade de Rennes, o Sr. Gérard Varet, e o Decano da Faculdade de Letras, o grande amigo de Portugal, Georges Dottin, pensavam em organizar um curso universitário sobre a língua, a história e a civilização portuguesas. Pádua Franco – com o seu infatigável fervor de propagandista – animava essa ideia. A Sociedade de Propaganda de Portugal apoiava-a com entusiasmo. As poderosas influências internacionais de Magalhães Lima, do Conde de Penha Garcia, de Gonçalves Teixeira, de Martinanche, convergiam para a sua realização. Pouco depois, a convite do ministério francês de Briand – por intermédio do seu representante em Lisboa, o Sr. Bonin – eu deixava a minha cadeira de professor efectivo do 4º grupo do colégio Militar para iniciar em Rennes um curso de Estudos Portugueses. Era em Fevereiro de 1921.” (Relatório do Professor de Língua e Literatura Portuguesa na Faculdade de Letras da Universidade de Rennes, Sezinando Raimundo Chagas Franco 20/01/1936, Arquivo Histórico do Instituto Camões)

Compreendemos através do emocionado relato do professor que o início da política de envio de professores de língua e cultura portuguesas para universidades estrangeiras se

¹² Este capítulo baseia-se no capítulo 4.1. do Relatório Final do Projecto “Políticas e Práticas de Internacionalização do Ensino da Língua Portuguesa”

¹³ As fontes secundárias consultadas revelam alguma contradição no que diz respeito a esta questão. Se as afirmações de Armando Marques Guedes, nos vários artigos que dedicou aos leitorados de língua portuguesa, corroboram as informações por nós encontradas no Arquivo Histórico do Instituto Camões da existência de um leitor em Rennes antes da criação da Junta de Educação Nacional, por seu lado o antigo leitor e actual responsável pela Cátedra Lindley Cintra, em Paris, José Manuel da Costa Esteves, afirma ter o primeiro leitorado sido criado na *Sorbonne*, em 1930, com a colocação do Engenheiro Francisco de Paula Leite (Esteves, 2002. 99).

ficou a dever não a uma qualquer directiva governamental específica mas ao entusiasmo de alguns indivíduos bem posicionados nos campos cultural e político dos dois países.

Segundo Marques Guedes, nos primeiros anos deste leitorado,

“O Leitor era pago em conjunto pela universidade bretã e pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, ocupado que estava o Ministério da Instrução Pública da época em tentar ingloriamente recuperar o atraso histórico português” (Guedes 1999 A: 4-8 e 1997: 306).

Apesar de, afirmava o leitor, bastantes alunos, colegas professores e outras figuras importantes da cidade assistirem às suas lições públicas três vezes por semana, considerava que “(...) *faltava ainda ao meu ensino e ao trabalho dos meus alunos uma sanção oficial superior.*” (Relatório do Professor Sezinando Raimundo Chagas Franco, 1936, Arquivo Histórico do Instituto Camões: 6). Posteriormente, esforços envidados pela Faculdade de Letras de Rennes levaram a que o Ministério da Instrução francês ali criasse o certificado de “Língua e Literatura Portuguesa”, que até aí só a Universidade de Paris outorgava (Guedes, 1998 : 110).

Devido à II Guerra Mundial, o leitor regressou a Portugal o fim do ano lectivo 1939/40, estando previsto que retomasse a suas funções na Universidade de Rennes em 1941/42, como podemos ler no seguinte excerto da carta enviada por um responsável do Instituto para a Alta Cultura ao Vice-Presidente da Universidade de Rennes:

“Je reçois à l’instant votre aimable lettre du 12 Septembre dernier et m’empresse de vous adresser, au nom de notre Institut de Haute Culture et en mon nom personnel, nos très sincères remerciements pour le vif intérêt avec lequel vous avez bien voulu accueillir et appuyer nos démarches pour la reprise de l’activité du lectorat de Portugais auprès de votre Université, interrompue l’année dernière par les événements. J’ai déjà eu l’occasion de faire savoir à Monsieur le professeur Lucien Wolff, Doyen de la faculté de Lettres, que, sauf imprévu, Monsieur S. Chagas Franco doit très probablement partir pour Rennes afin de pouvoir reprendre ses cours dès le début de la nouvelle année scolaire. En vous confirmant ce fait, je n’ai pas besoin de faire ressortir la grande satisfaction que nous éprouverions de voir rétablies sans plus de délai les vieilles relations de bonne amitié spirituelle qui nous unissent à votre université.” (Carta de A. Medeiros Gouvêa, do IAC, para o Vice-Presidente da Universidade de Rennes em 22 de Outubro de 1941)

No entanto não existe qualquer outra referência ao envio de um professor português para aquela Universidade até 1952, ano em que assumiu funções o leitor José António Duarte Marques (Arquivo Histórico do Instituto Camões).

Apesar deste leitorado existir desde 1921, só em 1929 foi criado o primeiro enquadramento institucional: a Junta de Educação Nacional (Decreto-Lei 16 381 de 16 de Janeiro de 1929)¹⁴. De acordo com Marques Guedes, de 1929 até à sua extinção, em 1936, a Junta abriu leitorados em Montpellier, Poitiers, Toulouse, Londres, Oxford e Colónia, cujos encargos financeiros permaneceram uma responsabilidade do Ministério dos Negócios Estrangeiros:

“Curiosamente, apesar do apoio pedagógico e científico e do enquadramento institucional serem da responsabilidade da Junta de Educação Nacional, os encargos financeiros assumidos com os leitorados continuaram a ser repartidos entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e cada uma das respectivas universidades.” (Guedes, 1998 : 112).

No entanto, Trindade (1986) menciona outros leitorados (Paris, Hamburgo, Berlim e Bordéus), para além dos referidos por Guedes, e não faz qualquer referência aos de Poitiers e Londres, como podemos ver no Quadro 4, construído com base no seu texto. A dissonância entre estas fontes, embora nos deixe algo apreensivos quanto à validade dos outros factos que relatam, não contraria a tendência identificada de criação exclusiva de leitorados em países da Europa Central, considerados países de “alta cultura”.

Quadro 4 – Nº de leitorados de 1930 a 1934, por países em números absolutos¹⁵

Países	Anos		
	1930/31	1931/32	1933/34
França	2	4	5
Alemanha	1	3	3
Reino Unido			1
Total	3	7	9

Fonte: Trindade 1986

Em 1936, através do Decreto-Lei n.º 26.611 de 11 de Abril, a Junta de Educação Nacional passou a constituir a 7ª secção da sua quase homónima Junta Nacional da Educação (criada pela Lei 1:941 de 11 de Abril¹⁶) “órgão técnico e consultivo que funciona junto do Ministro da Educação Nacional e que tem por fim o estudo dos

¹⁴ Consultar Anexo B2

¹⁵ Consultar Anexo A

¹⁶ Remodelação do Ministério

problemas relativos à formação do carácter, ao ensino e à cultura do cidadão português, a par do desenvolvimento da sua capacidade física.” (Decreto-Lei n.º 26 611 de 11 de Abril¹⁷) e a chamar-se Instituto para a Alta Cultura, ao qual “(...) compete promover o aumento do património espiritual da Nação e a expansão da cultura portuguesa, como mais elevada expressão da finalidade educativa do Estado” (Decreto-Lei n.º 26 611 de 11 de Abril de 1936).

Com este enquadramento institucional definido, e apesar de algumas condicionantes externas, o número e distribuição geográfica dos leitorados continuou a aumentar, ainda que sobretudo concentrados no espaço europeu¹⁸:

“(...) Os anos 30 e os primeiros anos da década de 40, privilegiaram claramente a Alemanha e a Espanha neste domínio. A Guerra Civil espanhola não permitiu a criação de Leitorados até 1940, anos em que três foram inaugurados em Madrid e mais dois, em 1944, em Salamanca e Santiago de Compostela. Mas em 1936 e 1937, o Antigo regime tinha tido mais sucesso em terras germânicas e lograra abrir e prover um posto em Colónia e outro em Heidelberg.” (Guedes 1999 A: 8-9)

A história do Instituto de Alta Cultura, contada por Trindade, diz-nos que a Segunda Guerra Mundial (1939-45) teve consequências negativas na implantação de representações culturais portuguesas no mundo, tendo vindo travar “[...] a criação de novos leitorados e dificultar o funcionamento dos já existentes.” (Trindade, 1986: 13), nomeadamente o de Rennes que esteve sem leitor entre 1939 e 1952.

Resumindo então o período entre 1921 e 1952, podemos dizer que os leitorados existentes (ver Quadros 4 e 5) se concentravam exclusivamente na Europa e que, mercê da Segunda Guerra Mundial, o seu número tende a diminuir em todos os países – desaparecendo mesmo os que se situavam na Alemanha – excepto em Espanha, onde graças à aproximação dos regimes autoritários português e espanhol, são criados 3 leitorados¹⁹. Com o fim da II Guerra Mundial, a distribuição de leitorados vai

¹⁷ Consultar Anexo B4

¹⁸ Consultar Anexo A

¹⁹ A vitória dos nacionalistas em Espanha foi o acontecimento histórico que despoletou o investimento português na divulgação e ensino da língua e cultura portuguesas neste país. O apoio de Salazar a Franco (Rosas, 1996: 412) e a vitória deste último na Guerra Civil, lançaram as bases para a concretização da «amizade peninsular» e para o início de um período de bom relacionamento e solidariedade política entre os dois regimes autoritários. (Teixeira: 79). Em alguns artigos de jornais ligados ao regime, como o Diário da Manhã, podemos ler afirmações dessa amizade reconquistada (“Esta palavra de amizade”, 9 de Abril de 1944: 9). Esta solidariedade política traduziu-se também num incremento das relações e intercâmbios culturais e académicos, como a participação portuguesa na feira de Sevilha, o intercâmbio universitário, a visita a Portugal de estudantes madrilenos, as conferências de um grupo de catedráticos portugueses de direito em Santiago de Compostela, a estada em Portugal de cientistas espanhóis (Diário

retomando a sua configuração anterior, excepto na Polónia de onde desaparece a representação portuguesa em universidades, como podemos ver no Quadro 5.

Quadro 5 – N° de leitorados de 1937/38 a 1950, por países em números absolutos²⁰

Países	Anos		
	1937/38	1946	1950
França	7	4	7
Alemanha	5		2
Reino Unido	3	2	3
Itália	2	1	1
Polónia	2		
Bélgica	1	1	1
Holanda	1	1	1
Espanha		3	3
Suíça		1	1
Total	21	13	19

Fonte: Trindade 1986

Em 1952, o Decreto-Lei n.º 38.680 de 17 de Março transforma o Instituto para a Alta Cultura, então parte da Junta Nacional de Educação do Ministério da Educação Nacional, em Instituto de Alta Cultura, dotando-o de uma estrutura própria. Na sequência desta transição, Gustavo Cordeiro Ramos, Presidente do Instituto para a Alta Cultura (1942-1952) e posteriormente do Instituto de Alta Cultura (1952-1964)²¹, descreveu da seguinte forma as competências do Conselho de Expansão Cultural, que, em conjunto com o Conselho de Investigação Científica, formava a nova instituição:

“Ao Conselho de Expansão Cultural foi confiada missão de não menor envergadura. Cumpre-lhe orientar a divulgação da nossa cultura e acção civilizadora no mundo, pela criação de Cadeiras de Estudos, Institutos e leitorados em Universidades Estrangeiras, com o objectivo primacial do Ensino da Língua, Literatura e História, bem como o estabelecimento de acordos culturais com o estrangeiro, organização de congressos, etc. Desse modo se dá satisfação plena às exigências da época presente.” (Ramos, 1952: 10)

No contexto da nova instituição, entre os Ministérios da Educação e dos Negócios Estrangeiros mantêm-se co-responsabilidades no que diz respeito à prática de ensino e

Da Manhã, “Balanço político do mês de Abril”, 1 de Maio de 1944: 3). Esta aproximação a Espanha faz-se em sentido oposto às consequências que teve a Segunda Guerra Mundial na implantação de representações culturais portuguesas no mundo.

²⁰ Consultar Anexo A

²¹ Consultar Anexos C e D

divulgação da língua e cultura portuguesas, como podemos ler no seguinte excerto do discurso acima citado, em que o então Presidente, se referiu à acção de divulgação da língua e cultura como parte da política internacional:

“Todas as nações civilizadas procuram intensificar o intercâmbio cultural que na maior parte delas, dada a sua importância como base imprescindível da política internacional, está a cargo de uma direcção-geral própria do Ministério das Relações Exteriores. E assim é que dentro desta ordem de ideias o nosso Ministro dos Negócios Estrangeiros está representado no Instituto por intermédio do seu delegado.” (Ramos, 1952: 10-11)

A ligação histórica, que aqui entrevemos, da divulgação da cultura e da língua, ao mundo académico e à investigação científica, mas também à política internacional, é uma característica distintiva do modelo português de política cultural externa. A manutenção destas características ao longo das décadas tem constituído uma mais-valia para a divulgação da língua e cultura portuguesas nestes meios, mas tem sido um factor de retracção relativamente a uma abertura a públicos mais alargados.

A transformação do Instituto para a Alta Cultura em Instituto de Alta Cultura, em 1952, foi justificada com a previsão do incremento das relações culturais que o final da guerra viria a proporcionar (Decreto-Lei n.º 38.680 de 17 de Março²²). O Decreto-Lei nº 46 038 de 16 de Novembro de 1964²³, tendo como objectivo proceder a uma reforma do Instituto, designa como fins desta instituição:

“[...] concorrer para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da cultura superior e da cultura artística, da investigação científica e das relações culturais com o estrangeiro e difusão da língua e cultura portuguesas.” (Decreto-Lei nº 46 038 de 16 de Novembro de 1964)

Ao sumariar a actividade deste Instituto no que respeita aos leitorados, Marques Guedes, salienta também a ligação da política cultural do estado à política externa acima referida.

“Entre 1952 e 1976, ano da sua extinção, o Instituto de Alta Cultura inaugurou mais de cinquenta e sete postos, culminando num total de setenta e sete o número de leitorados em funcionamento. As orientações geográfica, política e cultural, no entanto mantiveram-se. Dos novos leitorados, três eram em Universidades Norte-americanas, um no Senegal; todos os outros foram criados em universidades europeias ocidentais. Apesar das decisões serem tomadas nos sucessivos Ministérios da Educação (e não no dos Negócios Estrangeiros) a coincidência das escolhas era notável e atestava bem a existência de um sólido regime na política cultural do Estado português: a *west side story* que referi.” (Guedes, 1999 A: 10)

²² Consultar Anexo B5

²³ Consultar Anexo B6

O mesmo autor refere, num texto de 1999, quatro fases na celebração de Acordos Culturais entre Portugal e outros países, entre 1954 e 1999, que transpõe para a política de criação de leitorados. São elas: a “fase ocidental” (1954-1974), a “fase de leste” (1974-1976), a “fase do reforço dos laços históricos” (1976-1980) e a fase da “trivialização política” (1981 e 1999). (Guedes, 1999 A: 6). Se atentarmos no quadro resumo apresentado no Anexo A, conseguimos de facto distinguir uma primeira fase de criação de leitorados exclusivamente na Europa, iniciada bem antes de 1954.

Quadro 6 – N° de leitorados de 1955 a 1974, por países em números absolutos²⁴

Países	Anos				
	1955	1960	1965	1970	1974
Alemanha	4	5	9	12	15
Áustria			1	2	3
Bélgica	1	1	1	3	6
Espanha	4	4	5	4	7
França	8	9	10	10	23
Grã-Bretanha	4	4	5	9	10
Holanda	1	1	2	3	2
Itália	1	2	3	5	9
Noruega			1	1	1
Roménia				1	1
Suécia			1	1	1
Suíça	1	1	2	3	2
África do Sul				1	2
Rodésia				1	1
Senegal			1	1	1
Japão				2	2
Brasil				4	5
Canadá				1	1
EUA				2	4
Total	24	27	41	66	96

Fonte: Trindade 1986

Como podemos ver no Quadro 6, João Trindade, no artigo já citado, publicado na *Revista ICALP* em 1986, refere a existência de 96 leitorados em 1974, o que não está em total concordância com os números avançados por Marques Guedes, mas não

²⁴ Consultar Anexo A

contraria a sua tese de uma primeira tendência para a orientação geográfica da política cultural externa a ocidente.

Apesar de já em 1965 e 1970 existirem leitorados fora do continente Europeu²⁵, foi a partir de 1975, na sequência da instauração do regime democrático em Portugal, que se desenvolveram relações diplomáticas com países de outras áreas geográficas e políticas, expandindo-se o ensino de língua e cultura portuguesas no ensino superior pelo Leste Europeu, África, América e Ásia. Mas segundo Marques Guedes, o verdadeiro momento de ruptura, no que concerne aos leitorados de português espalhados pelo mundo, deu-se em 1976 quando o Instituto de Alta Cultura se viu subdividido²⁶:

“De uma instituição bipolar, com um sector dedicado à investigação científica e outro à difusão da língua e cultura portuguesas, emergiram duas instituições separadas, autónomas e completamente independentes uma da outra: por um lado, o Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC); por outro (...) o Instituto de Cultura Portuguesa (ICAP)”
(Guedes, 1998: 117)

O Instituto de Cultura Portuguesa (ICAP), criado em 1976 pelo Decreto-Lei n.º 541/76 de 9 de Julho 1976, ficou afecto à Secretaria de Estado da Cultura (Decreto-Lei 7/79 de 27 de Janeiro) e em 1980 foi criado o seu substituto, o Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP), devolvido à responsabilidade do Ministério da Educação (Decreto-Lei n.º 50/80 de 22 de Março 1980)²⁷.

Em 1980, O ICALP passou a ter também a responsabilidade, através dos S.E.B.S.P.E. (Serviços do Ensino Básico e Secundário Português no Estrangeiro), do ensino Básico e Secundário Português no estrangeiro (ICAPL, 1985:8). No que diz respeito ao número de leitorados, não obtivemos qualquer informação relevante para o período entre 1974 e 1985, pelo que não podemos documentar a fase “de leste” na expansão dos leitorados.

A informação respeitante a 1985 e 1989 encontra-se resumida na Figura 1. Da sua leitura salientamos o prosseguimento do investimento em países da Europa, sobretudo na França, no Reino Unido e em Itália e a criação de leitorados nos países africanos de língua oficial portuguesa, que identificamos com a fase de “fase do reforço dos laços históricos” que Marques Guedes situa, no que diz respeito à política cultural externa entre 1976 e 1980, mas que no caso da criação de leitorados situamos a partir de 1986²⁸.

²⁵ Consultar Anexo A

²⁶ Consultar Anexo C

²⁷ Consultar Anexo B7

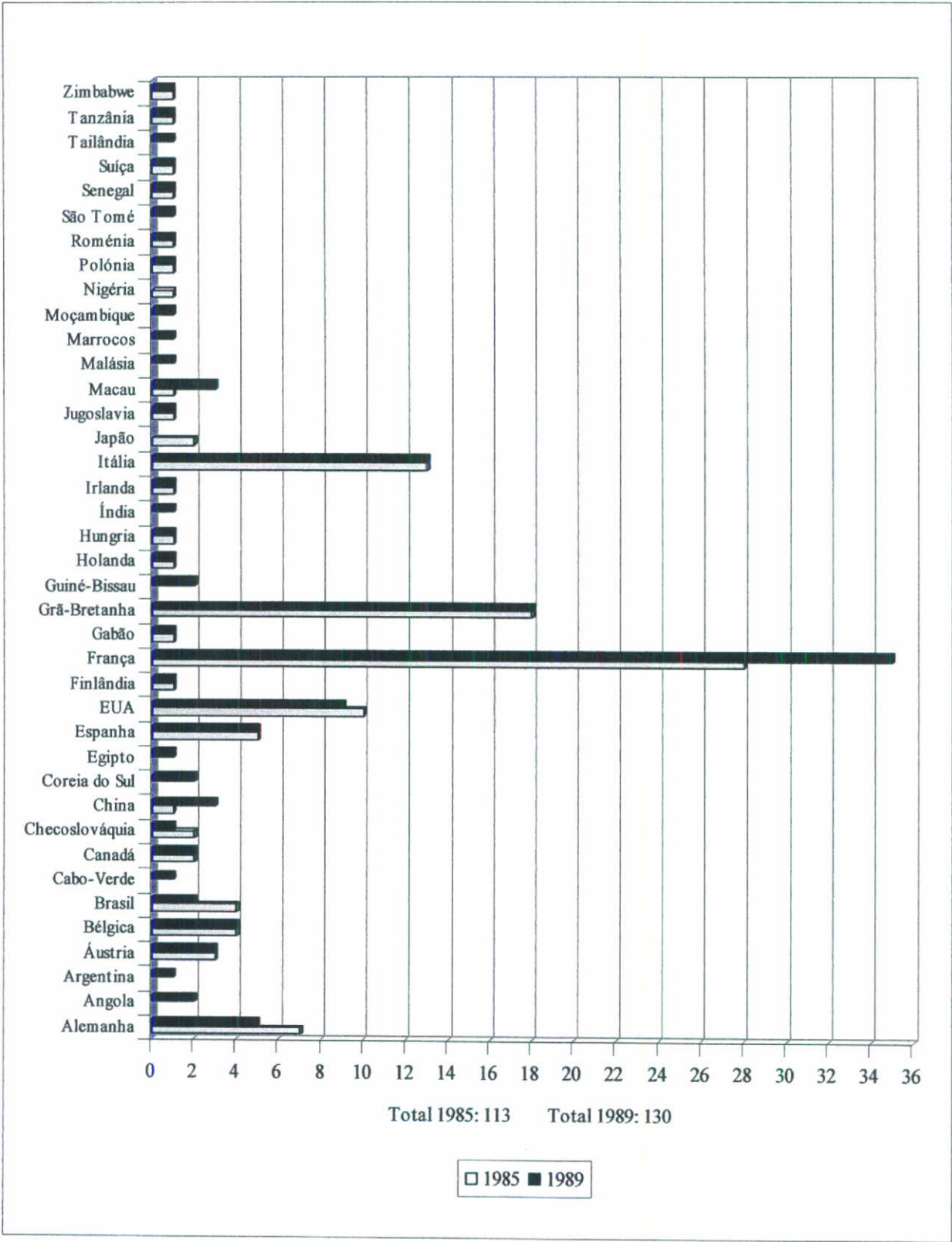
²⁸ Consultar Anexo A

No final dos anos 80, a estratégia para os leitorados definida pela Direcção do ICALP e apresentada no Anuário ICALP 1988, tinha como objectivos *“repensar a rede dos leitorados existente na Europa, dando especial atenção ao ensino especializado em desenvolvimento nos países da CEE”* (Cristóvão 1988: 51), por ensino especializado, entendia-se as línguas aplicadas a contextos específicos e a tradução; *“dar prioridade absoluta aos países Africanos de Língua Oficial Portuguesa estabelecendo Projectos de apoio ao ensino do Português e enviando para esses países Leitores/Assessores Pedagógicos”* (Cristóvão 1988: 51); procurar alargar a rede de Leitorados do Oriente; estudar formas de intercâmbio com os países da América Latina, reformular os leitorados no Brasil, *“levando à prática dois tipos de experiências distintas: envio de professores visitantes e experiência de Leitores/Assistentes Culturais”* (Cristóvão 1988: 52); e iniciar uma experiência de Coordenação de Leitorados

“[...] mediante nomeação de um leitor/Coordenador que tem como função planificar actividades de carácter pedagógico e cultural, coordenando os colegas de um mesmo país ou de países próximos” (Cristóvão 1988: 52) e “Estabelecer um mais activo diálogo com os leitores, insistindo na competência quer pelos critérios de selecção desses leitores quer pela organização de cursos de formação para os docentes seleccionados.” (Cristóvão 1988: 52).

Os objectivos definidos pelo ICALP aqui apresentados permitem-nos explicar, por um lado a criação de leitorados nos países da África Lusófona que se iniciou por volta de 1987 e discernir a génese de linhas orientadoras que ainda hoje podemos reconhecer na política de língua e cultura levada a cabo pelo Instituto Camões: a importância da divulgação cultural ligada ao ensino da língua a nível universitário; a importância da formação de profissionais ligados ao português na Europa, permitindo conferir prestígio à língua e à cultura portuguesas; o alargamento da rede para o exterior da Europa com especial incidência na formação de professores nos PALOP; a importância da formação dos professores recrutados como leitores; e ainda o início de uma diversificação das funções atribuídas aos professores enviados para universidades estrangeiras.

Figura 1 – N° de leitorados em 1985 e 1989, por países em números absolutos



Fonte: 1985 - Trindade 1986; 1989 – Cristóvão 1990

Ao Instituto Camões, criado em 1992 e sucessor do Instituto de Língua e Cultura Portuguesa (ICALP), foram atribuídas como competências *“dar uma resposta integrada e eficaz às exigências de defesa da língua e valorização da cultura portuguesas, reunindo funções até então dispersas por várias estruturas e departamentos governamentais”* e *“protagonizar uma resposta integrada e moderna aos imperativos da defesa da língua e valorização da cultura portuguesas”*²⁹ (Decreto-Lei 135/92 de 15 de Julho).

Em 1992, existiam 136 leitorados portugueses em universidades, instituições várias de ensino superior, centros culturais e institutos de investigação científica. Olhando para a distribuição dos leitorados por países em 1992 (ver Figura 2) notamos, como seria de esperar, uma predominância dos países com os quais Portugal mantinha relações culturais bilaterais mais intensas:

“O cenário obtido é assim porventura mais fácil de contextualizar no âmbito das nossas relações culturais bilaterais. E a sua conotação política resulta mais óbvia. O país com maior número de Leitorados é, por uma enorme margem, a França, onde foi aberto o primeiro posto, com um total de 27 postos. Em segundo lugar, com 20 leitorados, está o nosso mais antigo aliado, o Reino Unido. Muito próxima está a Itália com 14 postos” (Guedes, 1992 B: 25-26)

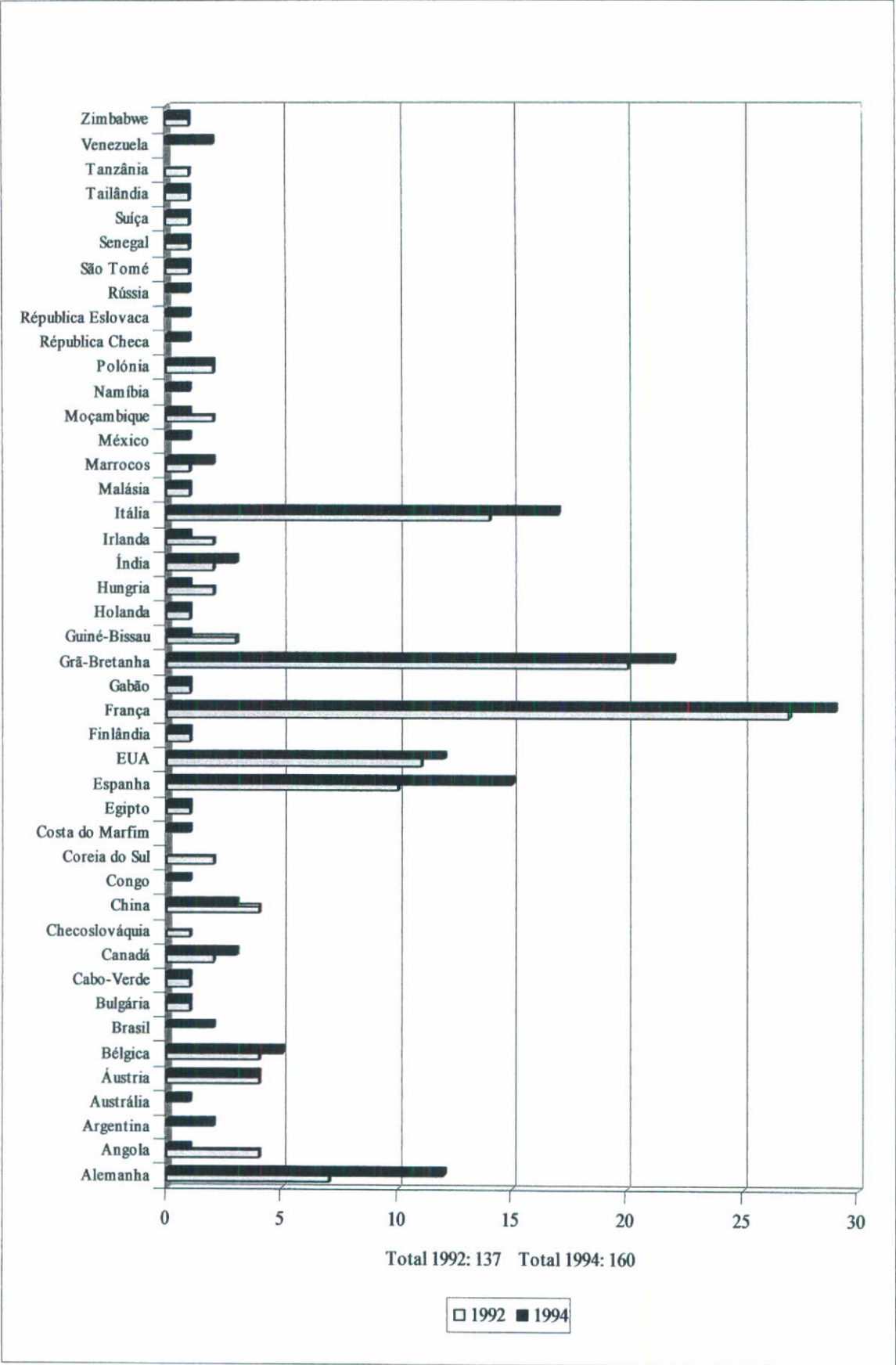
Em 1994 (ver Figura 2), podemos observar a continuação do aumento do número de leitorados na Alemanha, em Espanha, em França, na Grã Bretanha e na Itália, a criação de novos postos, por exemplo no Brasil ou no Congo³⁰. Confirma-se assim por um lado a tendência predominantemente eurocêntrica e o investimento nos PALOP e por outro a continuação daquilo a que Marques Guedes chamou “trivialização” das políticas de língua e cultura, ou seja a criação de leitorados em países de vários quadrantes geográficos e políticos³¹.

²⁹ O Instituto Camões herdou do ICALP a tutela do Ensino Básico e Secundário no estrangeiro, que lhe foi posteriormente retirada (Decreto-lei 48/94 de 24 de Fevereiro, Artigo 30^a) e muito recentemente devolvida (Portaria n.º 509/2007 de 30 de Abril de 2007).

³⁰ A fonte utilizada para recolher esta informação dá conta de um leitorado no México, no entanto, durante a nossa permanência nesse país, não tivemos qualquer eco da presença de um leitor em 1994.

³¹ Consultar Anexo A

Figura 2 – Nº de leitores por países em 1992 e 1994 em números absolutos



Fontes: 1992: Guedes 1992, 1994: Instituto Camões 1994

Uma das questões a sublinhar neste ponto é a complexificação da rede de docência neste período. A integração, em 1994, do Instituto Camões no Ministério dos Negócios Estrangeiros, da tutela do qual depende hoje (Decreto-Lei n.º 48/94³²), constituiu a consagração da acção cultural como parte integrante e inequívoca da política externa do Estado e designa esta instituição como instrumento privilegiado dessa política. A partir desta data, o Instituto Camões começa a apresentar nos seus documentos outras designações, além de leitorados, para a sua presença em instituições universitárias estrangeiras. Assim passam a existir também Cátedras e universidades apoiadas³³.

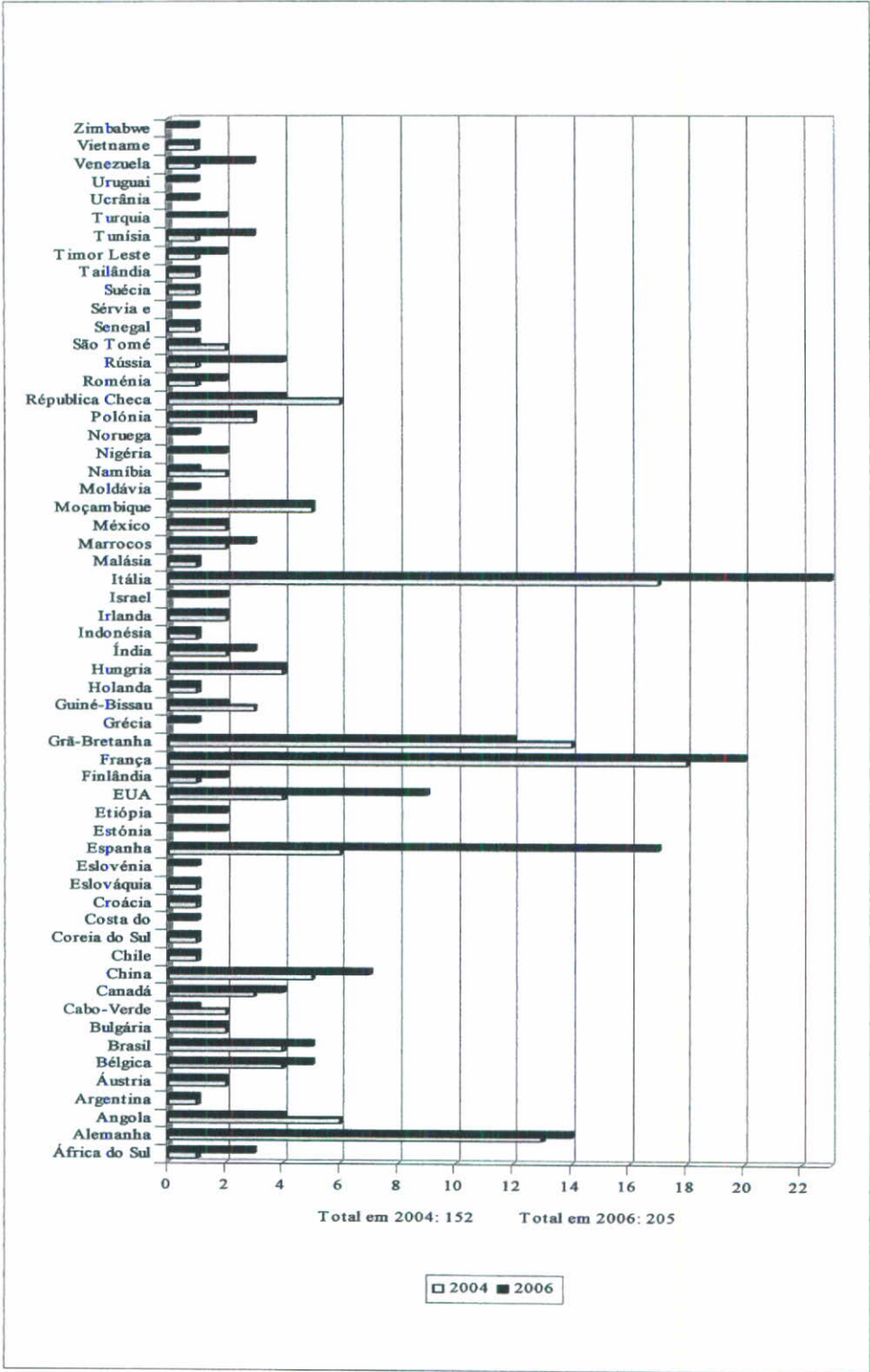
Em 1997, a nova Lei Orgânica do Instituto Camões³⁴ (Decreto-Lei n.º 170/97 de 5 de Julho) redefiniu a instituição, passando a sua natureza a ser designada da seguinte forma: *“assegura a orientação, coordenação e execução da política cultural externa de Portugal, nomeadamente da difusão da Língua portuguesa”* (Artigo 1º). Entre 1997 e 2007 os seus objectivos foram a promoção e difusão da língua e cultura portuguesas no estrangeiro e as suas atribuições passavam por desenvolver programas adequados à difusão da língua e cultura; promover o português como língua de comunicação internacional; desenvolver e gerir a rede de formadores e leitores de língua e cultura; desenvolver acções culturais no estrangeiro, divulgar no estrangeiro acções culturais realizadas em Portugal; gerir a actividade dos Centros Culturais no estrangeiro; preparar e coordenar as comissões mistas decorrentes dos acordos culturais bilaterais; conceder apoio financeiro a cidadãos e entidades que se dediquem ao estudo e investigação da língua e cultura; promover e apoiar a promoção de obras de divulgação da língua e cultura no estrangeiro; e ainda apreciar e aprovar planos de actividades, acompanhar a contratação e formação de pessoal; coordenar e acompanhar a actividade de formadores e leitores (Artigo 2º).

³² Consultar Anexo B9

³³ Universidades apoiadas são Instituições de Ensino Superior nas quais é leccionada a língua portuguesa e que têm com o Instituto Camões protocolos de cooperação que estabelecem o apoio que o Instituto Camões concede à Instituição. Os apoios podem ser, por exemplo, no âmbito da contratação ou remuneração de docentes contratados localmente.

³⁴ Consultar Anexo B10

Figura 3 – N.º de Leitorados, Universidades apoiadas e Cátedras em 2004/05 e 2006/07, por países



Fonte: www.instituto-camoes.pt (para 2004/2005, visualizado em Abril de 2005; para 2006/2007, visualizado em Outubro de 2006)

A Figura 3 mostra em traços largos a composição e as mais recentes transformações da rede de docência do Instituto Camões no mundo. Podemos verificar que a Europa é o continente onde existe maior representação portuguesa neste âmbito, seguida da África (sobretudo nos PALOP), da Ásia (área de actuação do IPOR), e por fim a América.

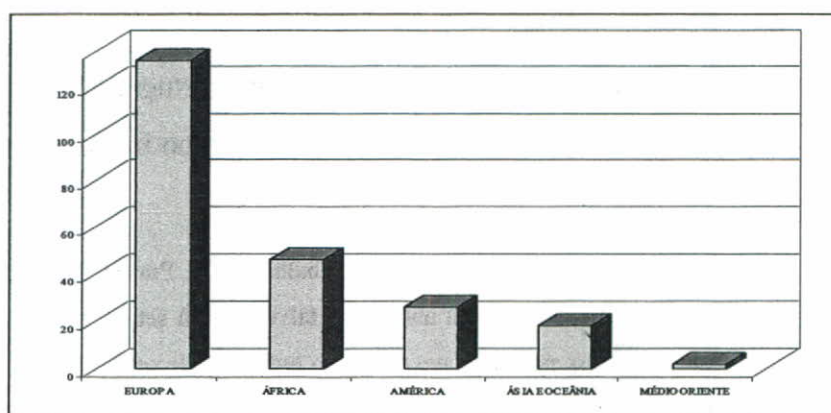
Notamos também que os países com maior presença de leitorados e instituições apoiadas se encontram na Europa Ocidental e que é também aí que a diversidade de situações é maior. Como em 1992 e 1994, a França, embora diminuindo o número de leitorados, continua a ser o país onde esta presença é mais sentida, seguida da Itália.

De 2004 para 2006 mantêm-se as tendências acima identificadas, verificando-se um aumento significativo no número de representações em Espanha e Itália, que passa a ser o país com o maior número de representações. Como já foi aqui referido, Espanha foi, num dado momento, devido à proximidade política dos regimes autoritários, uma das prioridades geográficas da política externa portuguesa de língua e cultura, tornando a sê-lo novamente no presente. Este país é em 2006/2007 o 3º em número de leitorados, a seguir à Itália e à França, e tem no seu território um Centro Cultural (Vigo) e 4 Centros de Língua (Barcelona, Cáceres, Madrid e Vigo).

Esta tendência é confirmada pela actual Presidente do Instituto Camões em entrevista ao Jornal Público em 2005:

“Não faço política – sou uma funcionária pública, executo políticas. Posso discutir, tecnicamente, as melhores formas de as executar, mas as grandes decisões políticas não são minhas. Quando o Primeiro-ministro disse que a prioridade é Espanha, por acaso já estávamos a trabalhar nessa direcção, mas vamos dar mais força.” (Público, 18 de Abril de 2005)

Figura 4 – Rede de docência do Instituto Camões em 2006/2007 por continentes



Fonte: www.instituto-camoes.pt, visualizado a 18/12/2006

Na Figura 4, que mostra a composição da rede de docência do Instituto Camões por continentes em 2006/2007, podemos ver que a tendência para recentrar a localização

dos leitorados de português no mundo, relevante a partir de 1975, afinal não alterou profundamente a tendência anterior. A presença de leitorados de língua portuguesa continua mais forte na Europa (sobretudo nos países por onde a rede começou a formar-se: França, Reino Unido, Itália, Espanha e Alemanha) do que nos outros continentes. Esta distribuição geográfica é indicadora de uma política de língua e cultura tradicionalmente virada para a Europa, visando a afirmação da língua no contexto onde ela é minoritária.

O Instituto Camões tem vindo a diversificar o modelo de acção que herdou, nomeadamente no que diz respeito às formas de apoiar a internacionalização do ensino da língua portuguesa. Os leitorados deixaram de ser as únicas componentes daquilo que se convencionou designar Rede de Docência, que congrega ainda cátedras, universidades apoiadas (com professores ou apoios de outro tipo), aulas de língua portuguesa em instituições de natureza não universitária como alguns Centros Culturais do Instituto Camões, ou ainda os projectos de ensino de língua a professores no activo nos PALOP. O Centro Virtual Camões (www.instituto-camoes.pt/cvc/index.html) é outro importante recurso de divulgação da língua e cultura portuguesas no estrangeiro que permite a criação de cursos on-line a divulgação da produção cultural portuguesa clássica e contemporânea.

O ensino do português para fins específicos iniciou-se com a introdução do português em cursos de línguas estrangeiras aplicadas e com a existência de disciplinas opcionais de português em cursos como o direito ou a medicina, por exemplo na Universidade de Economia de Esmirna, na Turquia e no International Health Exchange Centre em Chengdu na China³⁵. Incrementar o estudo da língua portuguesa nestes moldes é, afirmou-nos a Presidente do Instituto Camões em entrevista no início de 2007, uma das prioridades actuais da instituição:

“A Língua Portuguesa é pedida para fins de trabalho, isto é, Português Língua de Trabalho, que era uma coisa que até aos uns anos atrás talvez até há sete, oito anos ainda não era pedido. Neste momento, porque quem comanda tudo isto são os negócios e é a economia e há neste momento interesses económicos no Brasil, em Angola e em Moçambique isso faz emergir o interesse sobre a Língua Portuguesa como oportunidade de trabalho para os jovens. [...] Portanto neste momento nós estamos em universidades que não só de humanísticas, estamos em universidades de Economia, Ciência Política, nalguns países

³⁵ Na Turquia está colocado um leitor, que acumula funções na Universidade de Economia de Esmirna e na Universidade de Ancara. O International Health Exchange Centre em Chengdu na China recebe apoio pedagógico por parte do Instituto Camões.

Medicina, por exemplo, na China que pedem para aprender Português porque fazem muito Medicina em África e no Brasil, Direito, Gestão, portanto nestas universidades neste momento o Português é uma língua de opção e portanto as pessoas fazem Língua Portuguesa para terem uma mais valia em termos de negócios e de oportunidades laborais.” (Entrevista a Simonetta Luz Afonso, Presidente do Instituto Camões desde 2004)

Já em 2005, em Entrevista ao jornal Público, a Presidente do Instituto Camões reconhecia que, face ao crescimento do interesse económico de vários países pelo Brasil e pelos países africanos de língua oficial portuguesa, a procura de uma aprendizagem funcional da língua é mais intensa do que a procura pelo estudo da língua como especialidade académica, e que as prioridades do Instituto deveriam reflectir essa mudança.

“As instituições [...] têm que se adaptar às novas realidades da sociedade, da economia. [...] É preciso ter a noção de que, hoje, a língua portuguesa continua a ser estudada por especialistas, mas que a grande procura é dos não especialistas.” (Público – 18 Abril 2005)

Outra prioridade avançada pela actual direcção do Instituto Camões é a formação de tradutores em língua portuguesa para trabalhar em instituições como, por exemplo, a União Africana. Também a presença de leitores em instituições parlamentares estrangeiras e em instituições internacionais, tais como o Parlamento de Timor-Leste ou a CEDAIO indica que, paulatinamente, se vão introduzindo mudanças no modelo português de internacionalização da língua, que vão no sentido de uma maior abertura ao mundo exterior às universidades.

III. LEITORES DE LÍNGUA E CULTURA PORTUGUESAS: INSTITUCIONALIZAÇÃO DE UMA POPULAÇÃO DE PROFESSORES E AGENTES CULTURAIS ³⁶

“Leitor: Professor que, comissionado ou não pelo seu governo, ensina a sua língua em universidade estrangeira.”.

Grande Dicionário de Língua Portuguesa

O grupo profissional que nos propomos conhecer, os Leitores de Língua e Cultura Portuguesa, é definido administrativamente, quer pela legislação que rege a actividade do Instituto Camões, quer pelos mecanismos de selecção e recrutamento empregues por essa instituição para o envio de professores para as universidades estrangeiras. O primeiro facto a reter é que o exercício das funções de leitor não se reveste de um carácter de permanência. Assim a população de leitores é historicamente caracterizada por um elevado grau de substituição.

O artigo 16º do Decreto-Lei 135/92 de 15 de Julho³⁷ (que cria o instituto Camões), faz especificamente referência aos professores e leitores de língua e cultura portuguesa no estrangeiro, no entanto, este documento legal não define de forma alguma quer os critérios de recrutamento, quer o *mandato* (Hughes 1993) destes profissionais, remetendo a definição desses elementos para um estatuto do leitor, a legislar futuramente. É de referir que este estatuto, projectado pelos sucessivos Institutos³⁸ e reivindicado por alguns leitores pelo menos desde a década de 70, não foi ainda objecto de legislação própria.

Em 1997 a Lei Orgânica do Instituto Camões (Decreto-Lei n.º 170/97 de 5 de Julho), apresenta uma mais completa definição institucional do “leitor” e de uma nova figura, o “formador”³⁹, de língua e cultura portuguesas. Este documento legal define, no seu 20º artigo, que estes profissionais são recrutados pelo Instituto Camões mediante selecção em concurso público e ainda que “os formadores e leitores de língua e cultura portuguesas poderão desempenhar, para além das funções docentes, funções de difusão

³⁶ Alguma da informação apresentada neste capítulo foi já apresentada no capítulo 6 do Relatório Final do Projecto “Políticas e Práticas de Internacionalização do Ensino da Língua Portuguesa”

³⁷ Consultar Anexo B8

³⁸ Consultar Anexo C

³⁹ O Formador é enviado para os PALOP para formar professores de língua portuguesa

e promoção cultural em coordenação com os Centros Culturais e as representações diplomáticas” (Decreto-Lei n.º 170/97 de 5 de Julho, artigo 20º, N.º 2) mas também que “sem prejuízo do cumprimento de funções nas instituições de ensino em que estejam integrados [...] devem subordinar a sua actividade às orientações do Instituto.” (Decreto-Lei n.º 170/97 de 5 de Julho, artigo 20º, N.º 3).

O Decreto-lei 119/2007 de 27 de Abril⁴⁰ veio recentemente revogar o Decreto-Lei 135/92 de 15 de Julho, não menciona de todo as funções do leitor e do docente, duas únicas designações às quais faz referência⁴¹.

A definição institucional do leitor e a intenção de constituição de um estatuto específico para o exercício destas funções correspondem a mecanismos de construção de categorias profissionais por parte da autoridade competente e ‘recrutadora’, ou seja, o Estado, actualmente por intermédio do Instituto Camões.

A construção de categorias por parte do Estado é um dos dispositivos mais eficazes para organizar e dividir o espaço social e para simultaneamente impor a sua visão do mundo, neste caso a visão de quem devem ser os leitores de língua e cultura portuguesa. Um dos melhores exemplos da ‘categorização organizadora’ por parte do Estado a que me referi mais acima é a Classificação Nacional de Profissões, actualizada pela última vez em 1994. A Classificação Nacional de Profissões é um instrumento de regulação do campo das profissões, segundo a natureza do trabalho efectuado e as competências para o desempenho das tarefas atribuídas a cada profissão (IEFP, 1994: 5). O facto de a profissão “leitor” não se encontrar classificada, reflecte de certa forma o fraco enquadramento da ocupação, manifesto igualmente na ausência de um estatuto legislado.

Assim, existe uma população que é considerada elegível, e a quem é atribuída a *licença* (Hughes 1993) para pertencer a esta categoria. A instituição recrutadora outorga a esses indivíduos um *mandato* (Hughes, 1993), para ensinar e divulgar, em universidades

⁴⁰ Consultar Anexo B11

⁴¹ Este novo documento não refere especificamente as modalidades de recrutamento dos leitores e formadores de Língua Portuguesa. Relativamente a estes professores, apenas menciona no n.º 2 do Artigo 3º que são atribuições do Instituto Camões “Estabelecer programas de apoio à criação de departamentos de Português em Universidades Estrangeiras e à contratação local de docentes”; “Coordenar a actividade dos leitorados de língua e cultura portuguesas” e “Apoiar a criação e o funcionamento de cátedras de português e centros de língua portuguesa junto de instituições estrangeiras de ensino superior e de organismos internacionais”. Este documento legal não faz qualquer referência aos formadores. Uma breve consulta ao site do instituto Camões, em Setembro de 2007, permitiu-nos verificar que essa designação também já não é mencionada na composição da Rede de Docência daquela instituição.

estrangeiras, a língua e cultura portuguesas. Esta população é definida como apta a cada momento a instruir e transmitir aquilo que é uma representação, institucionalizada e legitimada pela cultura dominante, da língua e da cultura portuguesa, que muda ao longo do tempo, consoante os equilíbrios no campo do poder. No que diz respeito ao que é transmitido, a língua e a cultura, devemos ter em mente que se trata de representações, construídas e legitimadas pela cultura dominante (Bourdieu 1992 b: xii).

A categoria de leitor (e outras designações utilizadas ao longo do tempo para designar estes professores), existente no espaço social, não deve ser confundida com a categoria aqui utilizada enquanto instrumento para apreender sociologicamente os percursos profissionais e pessoais dos leitores, enquanto protagonistas de uma política de divulgação da língua e cultura portuguesas.

Os indivíduos aqui em análise, e que designaremos como *leitores* são os professores que, independentemente da designação que lhes é atribuída no seio da instituição, se deslocaram para outros países, integrando o grupo de profissionais que se dedica a ensinar e divulgar em universidades estrangeiras a língua e cultura portuguesas.

Conhecer os critérios e os dispositivos de recrutamento desta população ao longo dos anos, os diferentes vínculos e designações atribuídos a estes professores é importante para se compreender a evolução da sua composição enquanto “grupo profissional”.

Pouco sabemos sobre os primeiros leitores: quem eram, que tipo de formação possuíam ou como eram recrutados. Reproduzimos aqui um excerto do texto de João Trindade (1986) sobre a história do Instituto de Alta Cultura que nos fornece alguns elementos para compreender quem eram os leitores nos primeiros anos de constituição da rede de leitorados.

“Os primeiros leitorados criados pelo governo português através da J.E.N., foram o da Sorbonne, com o Engenheiro Francisco de Paula Leite Pinto, então bolseiro em Paris, e o de Hamburgo, com o bolseiro Dr. Manuel de Paiva Boléo, ambos no ano lectivo de 1930-31.” (Trindade, 1986: 11-12)

Notamos que aos dois primeiros nomes mencionados se associa o epíteto *bolseiro*. O que significa que, encontrando-se já nas respectivas Universidades, estes dois licenciados, o primeiro bolseiro de Astrofísica (ICALP, 1986:17-24) e o segundo na área de estudos românicos (Boléo 1934), foram não só os impulsionadores da criação dos respectivos leitorados, como ocuparam ambos, durante vários anos o lugar de leitor.

Vemos assim que não só de licenciados e especialistas em filologia, língua, literatura ou linguística, como o eram Paiva Boléo ou Vitorino Nemésio, era constituído o grupo dos primeiros leitores. Académicos de outras áreas, que pelo facto de se encontrarem de alguma forma inseridos nas universidades e de terem profundo conhecimento dos meandros e intrigas académicos (ICALP, 1986:17-24) se interessaram por esta questão e se tornaram eles próprios leitores. Mas já numa fase posterior, sabemos que o terceiro leitor em Rennes, um prosseguidor e não um impulsionador, não era licenciado em Filologia, mas sim em Filosofia, o que causou certo espanto e algumas dúvidas às autoridades universitárias locais, como também no caso de Leite Pinto (ICALP, 1986:17-24), mas não impediu o Instituto de Alta Cultura, por alguma razão o considerar apto para a função.

Quem mais foi leitor antes da década de 80? Consideremos exemplos de personalidades bem conhecidas do nosso panorama cultural e académico: Eduardo Lourenço (década de 50), António Jorge Dias (décadas de 30 e 40), Eduardo Prado Coelho (década de 70), Fernando J. B. Martinho (década de 70) ou Urbano Tavares Rodrigues (décadas de 40 e 50). Alguns serão como Urbano ou Martinho licenciados e especialistas da área das Letras e Línguas, mas outros, como Lourenço, apenas interessados e conhecedores da cultura e da literatura. Sendo este tipo de informação dispersa sobre alguns leitores a única que obtivemos relativamente ao seu recrutamento até meados dos anos 80, é nela que nos baseamos para afirmar que para fazer parte do grupo de leitores, nos primeiros anos de constituição da rede não havia propriamente uma exigência formal em termos de formação académica ou especialização. Quem se tornava leitor e onde era muitas vezes obra do acaso e das circunstâncias da vida dos indivíduos e das instituições, bastava falar português, possuir uma certa cultura geral, de que o grau académico em qualquer área era garantia, e ter interesse pela cultura, pela literatura, pela língua.

3.1. Dispositivos e critérios de recrutamento desde meados dos anos 80

Com o crescimento exponencial da rede de leitorados, os procedimentos de recrutamento de leitores foram-se burocratizando e ganhando contornos de “concurso público”. Através de documentos legais, notícias dos boletins e revistas dos sucessivos institutos responsáveis pelos leitorados, anúncios – na imprensa escrita e na Internet - de

concursos de leitores, analisámos o recrutamento de leitores desde 1985 até à actualidade⁴². Os elementos utilizados para seleccionar os futuros leitores têm sido relativamente constantes ao longo dos anos. A avaliação curricular (formação e percurso profissional) e as entrevistas pessoais têm sido uma constante. Em 1985 o próprio curso de leitores foi introduzido como elemento de avaliação, mas a partir de meados dos anos 90 passaram a constar do processo de selecção provas escritas eliminatórias⁴³ a realizar antes da admissão ao curso, que deixou assim de ter funções avaliativas.

Em 2002/2003 e 2003/2004 a selecção era realizada por meio da análise curricular, da prova escrita e de uma entrevista que tinha como finalidade a “identificação e adequação do perfil do candidato aos lugares a que se candidata e avaliação das capacidades para programação e dinamização de actividades de promoção da cultura portuguesa”⁴⁴. Em 2005/2006 e 2006/2007, a entrevista passou a ter duas componentes, a primeira para avaliar “a adequação do perfil do candidato ao(s) lugar(es) a que se candidata” e a segunda para avaliar “a capacidade na organização e na gestão de projectos pedagógicos; (...) a capacidade para a programação e dinamização de actividades de promoção da Cultura Portuguesa.” (www.instituto-camoes.pt).

Porquanto a documentação recolhida não abarca todos os anos em que houve concurso de leitores e conter muito pouca informação, permitindo-nos apenas uma visão parcial da evolução dos critérios e dispositivos de recrutamento, tentamos saber, através de entrevistas, qual a visão dos vários Presidentes do Instituto Camões, desde 1985, acerca desta matéria.

3.2. A formação académica enquanto principal critério de recrutamento

Da análise dos documentos listados no Anexo E, ressalta uma primeira observação: a formação académica é um dos elementos que dá aos indivíduos acesso à categoria de leitor. A formação na área das Filologias, das Línguas e Literaturas Clássicas e Modernas e dos Estudos Portugueses foi sempre um dos critérios comuns, sendo que em alguns anos se aceitaram licenciados de outras áreas, como por exemplo em 1993 são referidas igualmente a História, a Filosofia e a Linguística. Nos anos seguintes a

⁴² Consultar Anexo E

⁴³ Consultar Anexo E

⁴⁴ Consultar Anexo E

História e a Filosofia deixam de ser referidas, mantendo-se a Linguística (mas agora Portuguesa, especificamente). A partir de 2002/2003, os documentos referem ainda, seguindo também a tendência para que um cada vez maior número de pessoas aceda aos segundo e terceiro ciclos do ensino superior, que os candidatos “poderão ter licenciatura em outras áreas científicas desde que possuam pós-graduação na área de didáctica do português ou experiência em Português Língua Estrangeira”⁴⁵. Aliás, estes candidatos são os mais valorizados pela Direcção actual do Instituto, que considera que uma formação diversificada garante uma maior capacidade de se tornarem agentes multifuncionais da política portuguesa de língua e cultura (Baptista *et al*, 2007: 93)

É também a partir de 2003/2004 que o requisito de formação a nível de licenciatura passa a exigir a área do português e já não só de línguas, ficam assim de fora candidatos formados, por exemplo, em Inglês e Alemão, que não tenham formação pós-graduada ou experiência em ensino do português língua estrangeira ou língua segunda⁴⁶.

3.3. Outros critérios de selecção

Para além das áreas científicas admitidas, alguns dos documentos analisados fazem igualmente referência a elementos que categorizámos como “perfil dos candidatos” e “condições preferenciais” para o recrutamento. No ano 1985/86 o perfil indicado era: “Professores do ensino preparatório, secundário e superior” (*Revista ICALP* n.º2 e 3: 145), o que vai ao encontro das afirmações do Presidente do ICALP nesse ano:

“O perfil era o do professor do ensino secundário ou mesmo do assistente universitário, que no fundo é um bom professor do ensino secundário e que começa a especializar-se. O perfil é isso mesmo, é ele ter uma formação de carácter, digamos linguístico, sólida, e cultural sólida e ter capacidade de diálogo” (Entrevista a Fernando Cristóvão, Presidente do ICALP de 1985 a 1989)

Assim, pudemos confirmar que, de facto, nos anos 80, a ênfase era colocada sobre a experiência na profissão docente, e na formação na área da língua.

Nos anos lectivos 1989/90 e 90/91, o perfil mencionava apenas que os candidatos deveriam ser nacionalidade portuguesa e ser pelo menos licenciados, já as condições

⁴⁵ Consultar Anexo E

⁴⁶ Consultar Anexo E

preferências mencionava: docentes universitários das faculdades de letras, professores profissionalizados ensino preparatório e secundário, professores provisórios e eventuais, desde que possuam diploma de mestrado⁴⁷, mantendo-se a tendência de recrutamento anteriormente verificada.

Em 1993/94 o perfil volta a especificar-se, mencionando agora docentes, mas também “licenciados ou mestres que apresentem um projecto já iniciado na área da Língua e Cultura Portuguesa”, confirmando um relativo grau de abertura a indivíduos não-docentes. Já nas condições preferenciais são introduzidos novos elementos que podem ser interpretados como uma forma de valorizar no concurso experiências de mobilidade internacional, e especificamente de leitorado, anteriores mas também motivação para continuar a formação académica: experiência do país em que pretende prestar serviço; exercício anterior de funções de docência na área da Língua e cultura portuguesas, nomeadamente as de leitor, conhecimento da língua do país para onde concorre projecto de mestrado ou doutoramento na área⁴⁸.

A partir de 2002/2003, não encontramos nos documentos referência a “condições preferenciais”, sendo os critérios de recrutamento apenas a nacionalidade portuguesa (ou estatuto equiparado) e a formação académica, a nível graduado ou pós-graduado, numa área ligada à língua portuguesa ou a experiência em ensino de Português Língua Estrangeira.

Jorge Couto, que dirigiu os destinos da Instituição de 1998 a 2002 afirmou-nos que o mais importante era adequar o perfil académico dos leitores às necessidades sentidas pelas instituições estrangeiras onde eram colocados:

“Definir um perfil para um leitor é muito difícil [...] não se trata de uma condição uniforme, nós trabalhamos com 200 instituições que têm características e especificidades próprias e necessidades muito diferenciadas. Umas necessitam mais de um leitor com preparação na área da literatura, outros com preparação na área de história, outros na área linguística. Desde que assumi funções, passei a solicitar às universidades que indicassem o perfil que mais correspondia às suas necessidades” (Entrevista a Jorge Couto, Presidente do Instituto Camões de 1998 a 2002)

Esta preocupação não se manifestou apenas nesta altura, já no edital do concurso para o ano 1993/1994 se encontrava expressa a necessidade de adequar o perfil dos leitores ao local onde seriam colocados: *“A apreciação das candidaturas far-se-á em função do*

⁴⁷ Consultar Anexo E

⁴⁸ Consultar Anexo E

perfil de leitor definido pela universidade ou instituição congénere e das características dos leitorados para onde concorrem.” (DR n.º 59, de 11 de Março de 1993)

Já a antiga Presidente Maria José Stock, socióloga e professora na Universidade de Évora, coloca a ênfase na adequação do perfil psicológico do candidato ao local para onde seria enviado e na sua formação na área da língua:

“A estrutura psicológica era um factor de sucesso, um factor crítico de sucesso, determinante, em termos da escolha. [...] tem de haver uma estrutura mínima de aguentar, porque com certeza que ir para determinados locais é difícil. Eu vi espaços e locais onde as pessoas tinham de facto condições mínimas e eu tiro-lhes o chapéu. Mas para isso é preciso ter, de facto, uma estrutura, uma vontade e uma dedicação. Portanto, factores emocionais, como em tudo, factores emocionais. Para a eficácia, para o envolvimento, a vontade, a determinação. Factores emocionais são determinantes. Agora, claro, que não são suficientes, como é evidente. A Formação técnico-científica era o outro aspecto, que era, a meu ver, determinante. Pensou-se numa formação na área da língua específica e do ensino. As capacidades técnicas específicas viradas para o ensino da língua.” (Entrevista a Maria José Stock, Presidente do Instituto Camões de 2002 a 2004)

Actualmente, apesar de valorizar a experiência anterior em leitorados, o Instituto Camões aposta sobretudo em candidatos que tenham um bom desempenho nas provas de entrada, nos testes psicotécnicos, que se mostrem disponíveis para lidar com funções e responsabilidades diversificadas, além da docência de línguas, e de se adaptar a variados contextos, como nos foi afirmado pela sua Presidente:

“Olhe por exemplo agora está [...] a entrar na reforma, um antigo leitor que se voltou a candidatar [...] e sim senhor é uma pessoa fantástica que faz um excelente trabalho, tem feito um excelente trabalho e que se vai embora porque atingiu a idade da reforma, mas quer dizer, [...] sabíamos que ele era um bom leitor, uma pessoa cheia de experiência e que tem feito um excelente trabalho, mas não damos preferência [a antigos leitores] até porque há alguns leitores que passaram por aqui que não prestaram grandes provas, portanto não nos interessa nada repetir a dose só porque já foram. [...] Interessa-me mais a frescura das pessoas, eu gosto muito de trabalhar com pessoas que entram para a profissão, não têm vícios, adaptam-se muito bem às novas dinâmicas da instituição porque há alguns leitores do passado que não se adaptam à dinâmica da instituição porque trabalhavam de outra maneira e portanto como são mais velhos têm mais dificuldade em se adaptar a este tipo de coisas que nós agora exigimos que é o conhecimento cultural, saber fazer uma programação porque eu nós fazemos das universidades palcos, desde conferências, concertos, música, cinema, portanto têm que ser capazes de organizar uma programação cultural para o ano lectivo que acompanha o ensino da língua.” (Entrevista a Simonetta Luz Afonso Presidente do Instituto Camões desde 2004)

Trata-se aqui de um recrutamento baseado na certificação ‘escolar’ ou ‘académica’, mas também em competências, no sentido “*aptitude collectivement reconnue à une autorité publique*” (*publique* no sentido de legitimidade e de esfera de acção) (Bourdieu, 2000: 119). Significando que os exames e as entrevistas a que os leitores são submetidos servem para certificar as suas aptidões, de forma a que possam ser reconhecidos publicamente (no espaço público) como competentes para levar a cabo o *mandato* que lhes é outorgado.

3.4. Vínculos laborais

Os vínculos laborais dos leitores de língua e cultura portuguesa podem ser de dois tipos: para os que fazem parte dos quadros da função pública, a requisição; para os que não fazem parte desses quadros, o contrato.

No relatório do projecto “Políticas e práticas de internacionalização do Ensino da Língua Portuguesa” apresenta-se uma análise evolutiva (entre a segunda metade da década de 60 e a actualidade), formulada com base nos vínculos laborais de um total de 59 leitores e antigos leitores contactados (Baptista *et al.*, 2007: 97-98).

Com base nessa análise, percebemos que estes dois tipos de vínculos têm vindo a coexistir, mas também que cada um deles foi utilizado de forma mais intensa em determinadas épocas da história dos leitorados.

Num primeiro período, entre meados dos anos 60 e meados dos anos 70, prevalece o tipo “contratação”. Eduardo Prado Coelho, num texto sobre a sua experiência de leitor e Aix-en-Provence, publicado no suplemento do Instituto Camões no Jornal de Letras, faz referência a dois tipos de motivações por parte dos leitores nessa época: políticas e académicas.

“Ser Leitor foi para mim um acidente de percurso. Eu tinha uma má informação da PIDE e o ministro José Hermano Saraiva falou com o meu pai e achou que eu arejaria as ideias se fosse trabalhar uns tempos para o estrangeiro. Como Leitor. Tive de fingir as autoridades militares, pedindo autorização quando já lá estava. Eles acharam que, se dissessem não, eu não regressaria nunca e lá deixaram. Foi assim que o Instituto de Alta Cultura me adoptou como leitor, e eu lá parti, nomeado para Aix-en-Provence. [...] Sei que fui para França sem conhecer praticamente nenhum outro Leitor, sem nenhuma informação específica, desconhecendo se havia métodos ou não no ensino do Português e sem a menor formação

para as tarefas que me esperavam. Eu escapava às proibições da PIDE, a maior parte, como me fui dando conta, era Leitor para ter tempo para fazer uma tese de doutoramento” (Eduardo Prado Coelho, *Jornal de Letras*, 12-25 de Outubro de 2005)

Este testemunho pessoal, e veremos na análise das entrevistas que Eduardo Prado Coelho não foi o único leitor a ter assumido essas funções por razões deste tipo, vai ao encontro da análise feita por João Peixoto sobre a saída de Portugal de profissionais qualificados naqueles anos

“Nos anos 60 e primeira metade dos anos 70, verificaram-se, de facto, algumas saídas de técnicos e de intelectuais portugueses, para os EUA e para a Europa. Alguns destes movimentos foram causados por razões políticas, outros por motivos meramente profissionais.” (Peixoto 2001)

Este tipo de missão era assim, uma das ocupações remuneradas para jovens pertencentes à elite cultural do país, que não sendo bem vistos pelo regime, se viam obrigados a abandoná-lo. Encontramos aqui uma das contradições do Regime política que vigorava em Portugal na altura, que reprovando as ideias políticas destes indivíduos garantia a sua subsistência no estrangeiro.

Constatamos ainda que a missão de leitorado era também, para jovens académicos portugueses, uma forma de subsistir no estrangeiro, enquanto melhoravam a proficiência na língua local – que seria porventura a sua área de especialização académica – ou levavam a cabo uma investigação no âmbito de uma tese de licenciatura ou doutoramento. A ligação desta vertente específica da política externa portuguesa ao mundo académico sempre foi um dos seus grandes atractivos, e essa ligação era mais significativa nas décadas a que aqui nos referimos, pois os leitorados encontravam-se sobretudo em países europeus e em cidades com grande tradição e prestígio universitário.

Alterado o contexto político, a partir da década de 80, passou a ser dada preferência ao vínculo “requisição”, sobretudo de professores do ensino preparatório secundário e, menos frequentemente, superior (*Revista ICALP* n.º 2 e 3; *Anuário ICALP* 1988, *Anuário ICALP* 1989, DR. N.º 59 de 11-03-1993). Fernando Cristóvão, Presidente do ICALP entre 1985 e 1989, defende, ainda actualmente, esta posição:

“Não defendo [a contratação de professores não vinculados à função pública], porque não há coerência do sistema. E quando eles voltam? Ou então vão lá ficar o tempo todo? E vêm para cá para quê? [...] Ficam desempregados. E não é só isso, é que o professor já vinculado a uma escola tem outra rodagem [...] o investimento [realizado pelo Estado na

sua formação e manutenção no estrangeiro] vem cá rentabilizá-lo, atenção, o investimento é muito grande porque ele traz lá de fora ideias novas, hábitos novos, bibliografias novas, referências novas. Ele vai valorizar o estabelecimento de ensino de onde ele saiu durante 4 anos.” (Entrevista a Fernando Cristóvão Presidente do ICALP de 1985 a 1989)

Apesar de nenhum dos documentos consultados relativos ao recrutamento de leitores na época em questão⁴⁹ restringir o acesso ao concurso apenas a professores com vínculo ao ensino, é um facto que as condições preferenciais mencionavam invariavelmente a situação docente, o já tínhamos constatado no capítulo anterior.

Já a partir de meados dos anos 90, o “contrato” volta a ser utilizado com bastante frequência, o relatório acima citado (Baptista *et al*, 2007: 97-98) refere que mais de 80% dos indivíduos contactados, através de entrevista ou questionário – cuja primeira missão foi realizada a partir de 1996 era, ou é ainda, contratada pelo Instituto Camões. Esta situação actual é corroborada pelos os documentos analisados no capítulo anterior, que a partir de 2002 deixam de indicar como preferencial a situação docente, passando a referir apenas a formação em Língua Portuguesa ou a experiência de ensino de Português Língua Estrangeira⁵⁰.

O Decreto-Lei 119/2007 de 27 de Abril define o Regime de Pessoal do Instituto Camões. No seu artigo 9º este documento legal decreta que “Ao pessoal do IC, I.P., é aplicável o regime geral da função pública” (n.º 1), mas ainda que “É admitido o recurso ao contrato administrativo de provimento para o exercício das funções de leitor, de docentes e de outras funções próprias do serviço público que não revistam carácter de permanência” (n.º2)⁵¹. Do que podemos depreender que continuarão em vigor os dois tipo de vínculo a que nos referimos.

⁴⁹ Consultar Anexo E

⁵⁰ Consultar Anexo E

⁵¹ Consultar Anexo B 11

3.5. Designações e funções atribuídas aos leitores de língua e cultura portuguesa

Como já foi referido, para além de diferentes vínculos à instituição, existem também diferentes designações atribuídas aos professores da Rede de Docência do Instituto Camões. As designações que nos foram indicadas pelos serviços do Instituto Camões são as que podemos ver no Quadro 7.

Estes professores têm diferentes tipos de funções e de relacionamento com a Instituição, aqueles que são efectivamente seleccionados e formados pelo Instituto Camões são os Leitores, os Formadores, os assistentes e alguns dos docentes. Os Bolseiros Fernão Mendes Pinto recebem uma bolsa do instituto, alguns são recrutados em Portugal, outros são alunos das próprias instituições.

Quadro 7 – Designações atribuídas aos professores da Rede de Docência do Instituto Camões

Designação	Definição
Leitor	Professor contratado ou requisitado pelo Instituto Camões com a finalidade de leccionar Língua/Cultura Portuguesa em universidades estrangeiras ⁵² (nº 2 do artigo 20º do Decreto-Lei 170/97 de 5 de Julho)
Formador	Professor contratado ou requisitado pelo Instituto Camões com a finalidade de leccionar Língua Portuguesa em universidades dos PALOP. São designados como formadores pois formam professores de língua portuguesa (nº 2 e 4 do artigo 20º do Decreto-Lei 170/97 de 5 de Julho)
Assistente	São geralmente jovens recém-licenciados contratados pelo Instituto Camões a quem é atribuído um “orientador”. Categoria em vigor desde 2000.
Responsável de Centros de Língua	São geralmente os leitores, docentes ou formadores em funções na Universidade onde se encontra o Centro
Docente	Professor de Língua/Cultura Portuguesa em Universidades estrangeiras apoiadas pelo Instituto Camões, financiado através de protocolos entre as Universidades e o Instituto Camões. Geralmente são seleccionados pelas universidades, mas podem também ser seleccionados pelo Instituto Camões.
Responsável de Cátedra	São professores das Universidades onde existem cátedras.
Bolseiro Fernão Mendes Pinto⁵³	Recebe uma bolsa, pode ser enviado de Portugal ou ser escolhido na própria universidade, pode ter como funções a docência ou ser monitor de um centro de Língua

Fonte: Informações fornecidas pelo Instituto Camões, Direcção de Serviços de Língua Portuguesa e Intercâmbio Cultural (DSLPIIC)

⁵² NB: Os Leitores em funções em países asiáticos (excepto Timor) encontram-se inseridos na Rede ICA/IPOR – Instituto Português do Oriente

⁵³ Sob a tutela da Divisão Intercâmbio e Programas de Apoio

Uma breve consulta da constituição da Rede de Docência do Instituto Camões no ano 2006/2007 (www.instituto-camoes.pt, visualizado em Abril 2007), mostra-nos que o grupo mais numeroso é o dos “docentes”, seguidos pelos “leitores”, encontrando-se a maioria destes professores na Europa. Os “Responsáveis por Cátedras” encontram-se na Europa e na América, únicas regiões onde existem Cátedras. Os Bolseiros encontram-se em todas as regiões excepto na América, enquanto que “Formadores” e “Monitores” são designações apenas utilizadas no Continente Africano.

É importante referir aqui a designação de “assistente” pois, apesar de ter sido extinta em 2005, é emblemática das recentes tendências de recrutamento do Instituto Camões. Esta designação foi introduzida na Rede de Docência por volta do ano de 2001, durante a Presidência de Jorge Couto. Segundo informações obtidas através de uma entrevista a um antigo leitor, esta designação surgiu no seguimento da criação da Licenciatura em Língua e Cultura Portuguesa – Língua Estrangeira. Iniciou-se em 2001 um processo de negociação entre o Instituto Camões e a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para que os finalistas desse curso pudessem estagiar no estrangeiro:

“[...] vocês, universidade, fazem a formação, científica, e nós [Instituto Camões] damos condições para que eles possam passar um ano, no máximo dois em prática lectiva na realidade, no estrangeiro. Portanto, começámos por lhes chamar estagiários.” (Antigo leitor)

A inviabilização do protocolo levou o Instituto a contratar alguns desses jovens licenciados, designando-os como “assistentes”.

A recém aprovada orgânica do Instituto Camões (Decreto-Lei 119/2007 de 27 de Abril), que apenas faz referência aos “leitores” – ao contrário da antiga Lei Orgânica do Instituto Decreto-Lei n.º 170/97 de 5 de Julho 1997, que referia “leitores” e “formadores” – assim como constituição da Rede de Docência do Instituto Camões 2007/2008, recentemente publicada na Internet, mostram que a figura “formador” foi igualmente extinta.

A acumulação de funções de docência, por vezes em diferentes universidades e até mesmo em diferentes cidades, com a gestão de Centros de Língua é comum para estes professores. Em 2006/2007, os responsáveis por Centros de Língua eram leitores (16), formadores (4) e docentes (5).

No que diz respeito à acumulação de funções por parte dos leitores, a situação com que agora nos deparamos resulta de estratégias de reconfiguração da rede que têm vindo a ser aplicadas há já alguns anos, como nos foi referido por Luís Adão da Fonseca:

“O problema era o seguinte, falando em termos portugueses: se eu tenho um leitor no Porto e outro em Braga, eu pergunto ao leitor do Porto quantas horas é que ele tem de aulas e depois pergunto ao leitor de Braga quantas horas é que ele dá. E então verifico que o leitor do Porto dá 2 dias de aulas e o de Braga dá um dia, então vai só um e vai do Porto a Braga. Agora é uma questão de reestruturar e ver se é o de Braga que vem para o Porto ou se é do Porto que também acumula com Braga. Portanto, não foi diminuição de universidades.”
(Entrevista a Luís Adão da Fonseca, Presidente do instituto Camões de 1992 a 1995)

A crescente acumulação, por parte dos professores, de funções – de docência, mediação cultural e gestão de equipamentos - e locais de trabalho configura uma nova forma de apoio à divulgação da língua e cultura portuguesas. A diversidade, de que aqui damos conta, de designações e funções, resulta do processo histórico de expansão da representação portuguesa em universidades estrangeiras⁵⁴. Nos anos 80, a Direcção do então Instituto de Língua e Cultura Portuguesa apercebeu-se de que as funções dos professores enviados de Portugal variavam consoante a sua localização geográfica: diferentes países correspondiam a diferentes sistemas universitários nos quais o português tinha diferentes estatutos enquanto língua de aprendizagem. A diferença mais notória era entre os países onde o português é uma língua estrangeira e aqueles onde é língua materna ou segunda (caso dos países onde é língua oficial). Podemos ler no nº 6 da Revista ICALP que:

“A experiência do intercâmbio cultural com os países lusófonos desde há tempos que aconselhava se tomassem medidas mais adequadas à situação peculiar desses países, revendo-se as funções dos nossos leitores que ali prestam serviço.” (ICALP Revista nº 6, Agosto/Dezembro 1986: 141-142)

Assim, em relação ao Brasil,

“[...] considerando que as tarefas próprias do leitor não se têm revelado as mais úteis e necessárias, quer no âmbito do ensino da língua, por supérfluo, quer no âmbito do ensino da literatura ou da história, pois essas especialidades existem até em grau mais elevado na própria universidade brasileira – e as funções do leitor não são as de assistente universitário local – começou a realizar-se a transformação dos “leitorados” em “cátedras”. (ICALP Revista nº 6, Agosto/Dezembro 1986: 141-142)

⁵⁴ Sendo que actualmente notamos uma tendência para a diminuição do número de designações utilizadas para nomear estes professores.

O intercâmbio do ICALP com as universidades brasileiras passou a realizar-se através do envio de professores doutorados em regime de professor visitante de curta duração, para regência de cursos, nomeadamente de pós-graduação ou participação em júris.

Quanto aos países africanos de língua oficial portuguesa:

“A necessidade de uma maior adequação à realidade desses países, alguns deles ainda sem universidades, aconselhou a reformulação das funções do leitor, entendendo-as como de “assistente pedagógico” do ensino básico e secundário desses países. Em consequência, será nomeado para uma escola ou instituição cultural bem determinada, depois de pedido formulado pela entidade nacional africana que superintende a esse tipo de intercâmbio. Essa instância será o lugar habitual de presença desse leitor e centro das suas actividades.”

(ICALP Revista nº 6, Agosto/Dezembro 1986: 141-142)

A criação de universidades nestes países conduziu ao envio de professores, designados formadores, para essas instituições para leccionar nas licenciaturas em ensino de língua portuguesa.

Eis aqui a génese das “cátedras” e dos “formadores” que conhecemos. As Universidades Apoiadas e o recrutamento de “docentes”, e “bolseiros” são fenómenos mais tardios que surgiram com a necessidade de alargar e diversificar o âmbito de intervenção do Instituto Camões face às reduções orçamentais e aos desafios impostos pela cada vez mais rápida circulação da informação.

O Instituto Camões publicou no seu site (www.instituto-camoes.pt), em 2005, as condições de contratação e os conteúdos funcionais da missão de Formador de Língua Portuguesa e de Leitor de Língua e Cultura portuguesas, não fazendo qualquer referência às outras designações, pelo que se depreende que o seu recrutamento e gestão não são, por princípio – apesar de por vezes o serem *de facto* – da responsabilidade do Instituto mas das próprias Universidades. Este documento explicita as funções que os professores devem assumir quando ao serviço do Instituto Camões, ficando clarificadas algumas pequenas diferenças entre as funções dos leitores e as dos formadores, designação agora extinta.

Assim nas Universidades ou Instituições os leitores e formadores tinham atribuídas actividades lectivas⁵⁵ e actividades não lectivas. As actividades não lectivas passam pela

⁵⁵ Leitores: Português Língua Estrangeira (PLE), Cultura Portuguesa, Literatura Portuguesa, Didáctica de PLE; Formadores: Formação de Professores de PLE ou de PL2, Português Língua Segunda (PL2), Linguística Portuguesa, Literaturas em Língua Portuguesa, Didáctica de PL2, Formação de Professores de PL2, Orientação de estágios pedagógicos, Cursos extracurriculares de PLE e de Português por Objectivos

elaboração de programas curriculares e materiais didácticos; apoio à realização de exames de Português Língua Estrangeira, gestão e coordenação de actividades do Centro de Língua Portuguesa, no caso da sua existência; coordenação e/ou colaboração e/ou execução de Actividades Culturais, participação activa na vida cultural da Universidade – designadamente na promoção de actividades relevantes para a difusão da Língua e Cultura Portuguesa – e ainda participação activa nos projectos relativos à Língua e Cultura Portuguesa do(s) departamento(s) em que se integram os Estudos Portugueses.

Leitores e formadores tinham ainda atribuídas funções nos Centros Culturais portugueses ou junto dos serviços culturais das Embaixadas de Portugal⁵⁶, estas são relativas à coordenação científica e pedagógica de cursos de língua portuguesa que ali se possam realizar, à coordenação científica e pedagógica da elaboração de materiais didácticos, à realização de exames de português como língua estrangeira e ainda a apoio na realização de actividades culturais.

No que diz respeito à sua relação com o Instituto Camões, os leitores e formadores têm o dever de apresentar relatórios periódicos da sua actividade, elaborar, se lhes for solicitado, pareceres sobre matérias pertinentes ao Instituto na relação com a Universidade/Instituição e documentos de orçamento e gestão dos fundos que lhes forem confiados para financiamento das actividades próprias. São ainda incumbidos de representar o Instituto Camões sempre que tal lhes for solicitado.

Estes conteúdos funcionais, apesar de não serem idênticos para leitores e formadores colocam em evidência que o “leitor” e o “formador”, figura que já não encontramos na rede em 2007/2008, não são apenas professores, têm ainda responsabilidades na área da divulgação da Cultura e da Língua Portuguesas, responsabilidades administrativas e de representação do Instituto Camões. Os leitores têm ainda a responsabilidade de colaborar com as representações diplomáticas portuguesas. São, por conseguinte agentes multifuncionais de promoção e divulgação da língua e cultura portuguesas e que podem defender a política externa portuguesa nesta matéria em mais de uma frente de batalha. Veremos no capítulo seguinte, como na prática estas funções são cumpridas por uma leitora, em funções na cidade do México.

Específicos, Participação em Acções de Formação de Professores de PL2 no âmbito de Projectos da Universidade/Instituição

⁵⁶ Apenas os leitores tinham responsabilidade de cooperar com os serviços culturais das Embaixadas

Mencionámos no início deste capítulo que o exercício de funções de leitor de língua e cultura portuguesa em universidades estrangeiras não se reveste de um carácter de permanência. No entanto, não fizemos ainda qualquer referência à duração das missões de leitorado. O primeiro facto a reter é que esta questão não foi até hoje alvo de legislação própria, tendo ficado ao critério das diferentes Direcções do Instituto Camões e seus predecessores.

A rotatividade dos leitores foi-nos apresentada, quer pelos antigos presidentes do ICALP e Instituto Camões, quer pela actual presidente desta instituição, como um objectivo a alcançar, pois a sua permanência durante longos períodos num mesmo posto resultaria em desactualização relativamente à língua e à cultura.

Na década de 80 foi instaurada pela então Direcção do ICALP uma “política dos 4 anos”, que potenciava a rotatividade, excepto nos novos leitorados, como nos explicou, o então presidente, Fernando Cristóvão:

“E fizemos ainda outra diligência: ninguém está mais de 4 anos, a não ser um segundo leitorado. Porque quando [...] um leitorado [...] vai abrir pela primeira vez num país muito diferente da nossa cultura, é preciso alguém com muita experiência, e com muita resistência também em certos casos. Portanto, nós só admitíamos para leitorados novos os que já tivessem feito uma primeira missão. [...] E esta política dos 4 anos, devo dizer que a levámos a sério, tão a sério que quando a direcção chegou aos 4 anos, pedimos a demissão. [...] Se conseguimos renovar toda a rede dos leitores, agora também vamos dar o exemplo. Ao fim de 4 anos pedimos ao Ministro Roberto Carneiro a demissão.” (Entrevista a Fernando Cristóvão, Presidente do ICALP de 1985 a 1989)

João Paulo Monteiro frisou também a importância da rotatividade dos leitores – quer para permitir aos jovens fazer essa experiência, quer para não potenciar a instalação de rotinas nas estratégias de ensino e divulgação da língua e da cultura portuguesas – sem no entanto referir especificamente a duração das missões:

“É importante que haja essa rotação para dar oportunidade aos jovens, que se formaram, fizeram mestrado ou não fizeram, se fizeram têm mais título e ganham o concurso, não é? [...] O outro aspecto é a permanência de uma pessoa que foi para lá aos 20 anos e aos 39 ainda quer continuar, não é? Não é o ideal, quer dizer, é uma pessoa que rotinizou.” (Entrevista a João Paulo Monteiro Presidente do Instituto Camões de 1995 a 1998)

Já no final dos anos 90, o antigo Presidente Jorge Couto, retomou ou continuou a “política dos 4 anos” – que talvez nunca tenha deixado de existir:

“Em princípio o contrato era renovado anualmente, na generalidade dos países mantinham-se por 4 anos, que era um período que permitia o leitor chegar, conhecer a instituição, criar a sua rede de relações, potenciá-la e depois regressar ao país. Nos países mais complexos, nomeadamente a nível de cultura e de língua havia a possibilidade de estender o mandato até um limite de 6 anos e a partir desse limite obrigatoriamente regressava, teria de se manter em Portugal durante 1 a 2 anos e então só após esse período poderia concorrer outra vez.” (Entrevista a Jorge Couto, Presidente do Instituto Camões de 1998 a 2002)

Em Janeiro de 2004, no contexto de um “redimensionamento e racionalização da rede de Docência do Instituto Camões”⁵⁷, foi determinado através do Despacho n.º 01/PRE/2004 que a missão dos formadores e leitores seria definido, por despacho da Presidente do Instituto Camões⁵⁸, em função das necessidades resultantes dos programas em curso. O mesmo documento esclarecia que “o tempo de missão no exercício de funções de Formador, Leitor ou Assistente do ICA, não pode exceder um máximo de quatro anos a não ser que correspondam a funções de responsável [de Centros de Língua ou de Núcleos de Coordenação Regional]” (Despacho n.º 01/PRE/2004). Em Junho do mesmo ano, o tempo de missão dos Formadores e Leitores do Instituto Camões foi redefinido pela nova Direcção do Instituto Camões⁵⁹, através do Despacho n.º 23/PRE/2004.

Reafirmando os quatro anos como duração normal das missões, este novo documento outorgava a possibilidade de extensão - por mais quatro anos - aos leitores afectos a Centros de Língua ou Núcleos de Coordenação Regional, mas também aos que estivessem colocados em instituições onde existissem programas de cooperação que implicassem “para a sua prossecução eficaz ou para o seu arranque de forma profícua, a mais-valia do conhecimento e da experiência do Leitor ou do Formador em exercício de funções.” (Despacho n.º 23/PRE/2004)

Actualmente, segundo o que nos foi afirmado em entrevista por Simonetta Luz Afonso⁶⁰, as missões têm uma duração normal de três anos, prorrogável por mais dois:

“[As missões] Começam por ser de três anos, renováveis ano a ano, que podem ser três se estiverem a realizar o trabalho no mesmo sítio, no mesmo posto. Se estiverem a realizar um

⁵⁷ Este redimensionamento da rede levou à constituição de Núcleos de Coordenação Regional (NCR), que, em conjunto com os Centros de Língua Portuguesa “realizam a logística e a operacionalização da actividade dos docentes, integrando-as nas estratégias para as diferentes regiões, gerindo e distribuindo os recursos e meios disponíveis” (Despacho n.º 01/PRE/2004). Para execução desta estratégia, o Instituto Camões considerou necessário nomear leitores-responsáveis em cada Núcleo de Coordenação Regional.

⁵⁸ Na altura a Professora Maria José Stock

⁵⁹ Presidida por Simonetta Luz Afonso

⁶⁰ Realizada em Dezembro de 2006

trabalho que o justifique, por exemplo um seminário, um programa de formação, um livro de ensino do Português, quer dizer actividades inerentes à sua profissão, podemos conceder mais dois.” (Entrevista a Simonetta Luz Afonso, Presidente do Instituto Camões desde 2004)

3.6. Os leitores de língua e cultura portuguesas: falantes nativos cultos, professores e especialistas

Abbott define *jurisdição* como uma ligação não permanente entre um grupo ocupacional e uma determinada função (Abbott, 1988), o que nos permite percepcionar a designação “leitor” como uma tarefa, existente no universo do trabalho, que consiste em ensinar e divulgar a língua e cultura portuguesas em instituições de ensino universitário estrangeiras⁶¹. Interessa-nos aqui perceber que grupos ocupacionais têm vindo a deter a jurisdição sobre esta tarefa. Como tal, procuraremos nos próximos parágrafos dar conta de um conjunto de categorias ideal-típicas que nos permitem classificar os grupos de indivíduos que exerceram durante determinados períodos de tempo as funções de leitor.

A construção deste instrumento analítico beneficia em grande medida do conhecimento sobre os critérios de recrutamento de leitores que obtivemos através da análise de documentos de arquivo, e outros, e das entrevistas aos antigos presidentes do ICALP e Instituto Camões, informação de tipo normativo, pois mostra-nos, para cada época quem *devem ser* os leitores, o que não significa que as orientações de recrutamento declaradas pelos Presidentes ou expressas nos documentos tenham sido cumpridas em todos os casos.

A construção destas categorias é a resposta ao desafio lançado por Abbott (1988) de conhecer, através da reconstituição histórica de um determinado trabalho ou tarefa, que grupo detém *jurisdição* sobre uma determinada tarefa num determinado momento e como a alcançou. Neste caso, é sempre um grupo seleccionado por uma instituição pública, que só é formado a partir do momento em que é de facto recrutado, tornando-se assim interessante conhecer as suas características.

⁶¹ Apesar de só ter ficado legalmente consignado a partir de 1997, consideramos que este é, de facto, o *mandato* (Hughes, 1993) dos leitores

Cruzando o critério de recrutamento que nos parece manter-se constante desde 1921: a detenção de um grau académico, com o critério “vínculo profissional”, atributo que nos permitiu fazer um corte temporal, em harmonia com os dados obtidos relativamente ao perfil de leitor ao longo dos tempos, chegámos a um modelo constituído por três categorias ideal-típicas de leitores, que correspondem a tendências identificadas para diferentes momentos na história dos leitorados portugueses: “falantes nativos cultos”, “professores de línguas com vínculo ao Estado” e “especialistas”.

A análise de documentos do Arquivo Histórico do Instituto Camões revelou-nos que os primeiros leitores eram indivíduos licenciados, mas nem sempre na área das línguas, e que nem todos eram professores dos quadros do Ministério da Educação. Não tendo tido acesso a qualquer documento legal relativo ao recrutamento de leitores até meados dos anos 80, criámos a primeira categoria, por indução de factos empíricos dispersos encontrados em diferentes documentos de arquivo. Esta categoria de indivíduos que designamos como “falantes nativos cultos” reporta-se sobretudo às primeiras décadas do século XX e compreende indivíduos licenciados, que não são necessariamente professores, mas que podem sê-lo, e que aceitando a situação de mobilidade geográfica, mostram um particular interesse pela divulgação da cultura portuguesa. Estes indivíduos são detentores de um grau académico que lhes confere o atributo “cultos”, o que lhes permite levar a cabo as tarefas que lhes são consignadas de ensino e divulgação da língua e da cultura. Ou seja, naquela época a detenção de uma licenciatura fazia com que a pessoa fosse automaticamente considerada culta e apta a divulgar a cultura portuguesa, bem como a ensinar a língua, apesar de, por vezes, não ter para tal formação académica específica.

Acreditamos que este grupo de indivíduos teve jurisdição da função de leitor durante largas décadas⁶², se bem que partilhada com a categoria que apresentamos de seguida e que foi claramente dominante nos anos 80: “os professores de línguas”.

Tivemos oportunidade de constatar ao longo deste capítulo que entre meados dos anos 80 e o início dos anos 90, os critérios de recrutamento dos leitores, apesar de sofrerem transformações quase anuais, não foram alvo de mudanças substanciais. O que caracteriza este período em termos de critérios de recrutamento é a preferência dada aos

⁶² Temos conhecimento que parte dos indivíduos que se tornaram leitores de forma a poderem sair do país devido a perseguições políticas ou para evitarem a Guerra Colonial, não tinham formação em línguas nem eram, de facto, professores.

licenciados na área das línguas e, sobretudo aos professores com vínculo ao Estado. Com base nesta informação, e no facto de a maioria dos nossos entrevistados que exerceram funções de leitores durante esta época serem professores de línguas com vínculo ao Estado, construímos a segunda categoria “professores de línguas”.

A terceira categoria “especialistas” aparece nos primeiros anos da década de 90, associada à ideia de que ensinar português como língua estrangeira não é mesmo que ensinar português como língua materna, e à subsequente criação das primeiras especializações em ensino de português como língua estrangeira (Universidade do Porto). É em 1993 que a “experiência ou formação em ensino de português como língua estrangeira” aparece pela primeira vez como critério de recrutamento de leitores.

Tal como a categoria “Falantes Nativos Cultos” esta terceira categoria não se encontra totalmente separada da categoria “professores de língua”, pois os “especialistas” são muitas vezes professores de línguas (sem vínculo ao Estado) com formação ou experiência em ensino de português como língua estrangeira e muitos dos professores de línguas com vínculo ao Estado tinham também experiência em ensino do português como língua estrangeira, nomeadamente no ensino básico ou secundário. Para além disso estas duas categorias continuam a ter co-jurisdição da função de leitor.

Há ainda casos em que a condição de “especialista” não decorre de uma formação específica ou de experiência em ensino de português como língua estrangeira, mas sim de outras formações ou experiências considerada relevantes para a sua actuação como leitor num contexto específico. A categoria “especialistas”, caracterizada pela ausência de vínculo à função pública, é aquela que enfrenta, no final da experiência de leitorado, o desafio da empregabilidade.

IV. O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA UNIVERSIDADE NACIONAL AUTÓNOMA DO MÉXICO (UNAM)

“Se queremos começar o exame do ano em grande, é da cidade do México que temos de partir, mais concretamente do centro da capital mexicana, ponto estratégico onde reside Américo Rodrigues, em rigorosa equidistância dos quatro pólos da Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM) onde há aulas de português. É que estamos a falar de uma metrópole com mais de 70 km de diâmetro e de uma universidade de 300 mil alunos que se dispersa pelos principais pontos cardeais. «Demoro sempre mais de uma hora a chegar aos vários pólos, o que dificulta a conciliação das aulas de formação que dou com o trabalho de apoio aos professores. Mas o esforço vale a pena porque em 20 anos de leitorados nunca vi alunos mais interessados, nem tantos.»”
Suplemento do Instituto Camões no Jornal de Letras (89), 3/16 de Agosto de 2005

Este capítulo corresponde ao estudo de caso do leitorado do México e tem como objectivo principal dar conta das tarefas que constituem o trabalho quotidiano de um leitor, descrever o meio social em que este último se desenrola – a universidade – e os actores sociais com quem o leitor se relaciona no trabalho – alunos e professores, diplomatas e intelectuais. Resulta de uma visita de 10 dias à Universidade Nacional Autónoma do México entre 27 de Fevereiro e 9 de Março de 2007, co-financiada pelo Gabinete de Relações Internacionais da Ciência e do Ensino Superior (Portugal) e pela UNAM (México), ao abrigo do Acordo Cultural Portugal-México.

O interesse deste capítulo para o objectivo final da dissertação é a descrição de uma experiência concreta de leitorado, de forma a tornar explícito que o trabalho do leitor, assim como a forma como este se identifica enquanto tal têm uma ligação muito forte ao contexto em que se desenrola, ou seja ao meio social em que o leitor desenvolve o seu trabalho, às interacções que se criam em contexto laboral e extra-laboral e às próprias características da população discente e docente com quem o leitor contacta quotidianamente.

A Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM) é uma das universidades públicas mais conceituadas em todo o México, encontrando-se em 68º posição do *Ranking Mundial de Universidades na Web*, e em primeiro lugar a nível nacional

(www.webometrics.info, visualizado em Agosto de 2007). Esta universidade foi criada oficialmente em 1910, mas os seus antecedentes históricos remontam a 1551, ano de criação da Real y Pontificia Universidad de México. Actualmente tem cerca de 270 mil alunos e 30 mil professores em 22 faculdades e escolas, a maioria das quais concentradas na *Ciudad Universitaria* (www.unam.mx, visualizado em Agosto de 2007).



**Fotografia 1: Concerto na Cidade
Universitária, Março de 2007**

A cooperação entre esta universidade e o Instituto Camões foi definida num protocolo específico, assinado a 13 de Dezembro de 2001, através do qual se estabeleceu a criação de dois Centros de Língua Portuguesa/Instituto Camões – na *Facultad de Estudios Superiores de Acatlán* e no *Centro de Enseñanza de Lenguas Extranjeras* da *Ciudad Universitaria* – e da Cátedra Camões, posteriormente baptizada com o nome Cátedra José Saramago. Numa adenda a este protocolo, ainda por assinar, define-se a criação de um terceiro Centro de Língua Portuguesa/Instituto Camões no pólo de Aragón da UNAM, que se encontra ainda em fase de instalação⁶³.

De acordo com um dos nossos informantes, um dos mais antigos professores de português, a instalação dos Centros de Língua Portuguesa/Instituto Camões no México teve a sua origem numa visita do chefe de serviços do Instituto Camões à UNAM em 1998, três anos antes da assinatura do protocolo oficial e do envio do primeiro leitor.

“Esteve no México em 1998 o Dr. Francisco Ramos, director de serviços do Camões, para assistir a um dos Congressos de Professores e nessa altura prometeu um centro de língua para a UNAM. Em 2000, por altura da mudança do partido que estava no governo há 70 anos [Partido Revolucionário Institucional] a greve [de alunos em protesto, sobretudo,

⁶³ Consultar Anexo G

contra o aumento exponencial das propinas, que durou nove meses], retardou a instalação dos Centros de Língua na Cidade do México.” (R., Professor de Português, diário de campo)

Em relação aos Centros de Língua, estabeleceu-se no protocolo acima referido, que:

“O Centro de Língua Portuguesa/Instituto Camões (...) funcionará como um espaço polivalente que proporcionará aos professores e estudantes da Universidade Nacional Autónoma do México (...) e a outras pessoas interessadas, os meios que lhes permitam aprofundar os seus conhecimentos assim como participar em actividades de carácter cultural na área da Língua e Cultura Portuguesas.” (Protocolo específico entre o Instituto Camões e a Universidade Nacional Autónoma do México, artigo 1^o⁶⁴)

Vemos que estes Centros têm como objectivos não só o ensino da língua mas também a organização de actividades culturais, funcionando, de certa forma, como centros culturais portugueses no seio dos *campus* universitários em que se inserem.

O protocolo define que a direcção destes Centros é da responsabilidade do Leitor do Instituto Camões, com a colaboração de um docente do Departamento (artigo 1^o). Neste mesmo documento ficam definidas as funções do leitor:

“O Leitor realizará actividades de investigação e docência nas entidades académicas da UNAM, especificamente no CELE e no Campus Acatlán.” (Protocolo específico entre o Instituto Camões e a Universidade Nacional Autónoma do México)

À função de organização de actividades culturais vêm assim juntar-se as funções de investigação e docência. É certo que a organização de actividades culturais é uma atribuição do Centro de Língua e não do próprio Leitor, mas tendo em conta que este último é, de facto, o responsável pelas actividades do centro, tornam-se, em última análise também uma atribuição sua. O primeiro ocupante do posto de leitor da Cidade do México começou o seu trabalho em 2001, ainda antes da assinatura do protocolo. Desde então três outros professores já ocuparam esse posto.

No que respeita ao funcionamento logístico destes Centros, ficou definido no mesmo protocolo que a UNAM deve disponibilizar as instalações e designar um funcionário administrativo para cada centro, cobrir os gastos de manutenção e funcionamento e garantir que cada Centro tenha condições necessárias para funcionar como biblioteca de língua e cultura portuguesas, local de trabalho do responsável do centro e dos professores de português e ainda como local para leitura de imprensa escrita e projecção

⁶⁴ Consultar Anexo G

de material vídeo e áudio. O Instituto Camões por seu lado deve disponibilizar um acervo bibliográfico e material audiovisual, assegurando ainda a sua actualização regular (artigos 2º a 6º).

Segundo dados recolhidos no site do Instituto Camões (<http://www.instituto-camoes.pt/clp/clpmexico.htm>), à data da assinatura deste protocolo, o Departamento de Português no Centro de Ensino de Línguas Estrangeiras (CELE) era constituído por 14 professores que leccionavam a 555 alunos por semestre. Na Escola Nacional de Estudos Profissionais (ENEP) Acatlán, o Departamento de Português, onde leccionavam 10 professores, tinha matriculados 703 alunos. Na ENEP de Aragón, onde já se previa também a criação de um Centro de Línguas Portuguesa, cinco professores davam aulas a meio milhar de alunos. Totalizando cerca de 1700 alunos, o que significa, face aos cerca de 1500 alunos matriculados no segundo semestre de 2006/2007, que o número de alunos de português se encontra em decréscimo, não obstante o investimento feito por Portugal naquela Instituição.

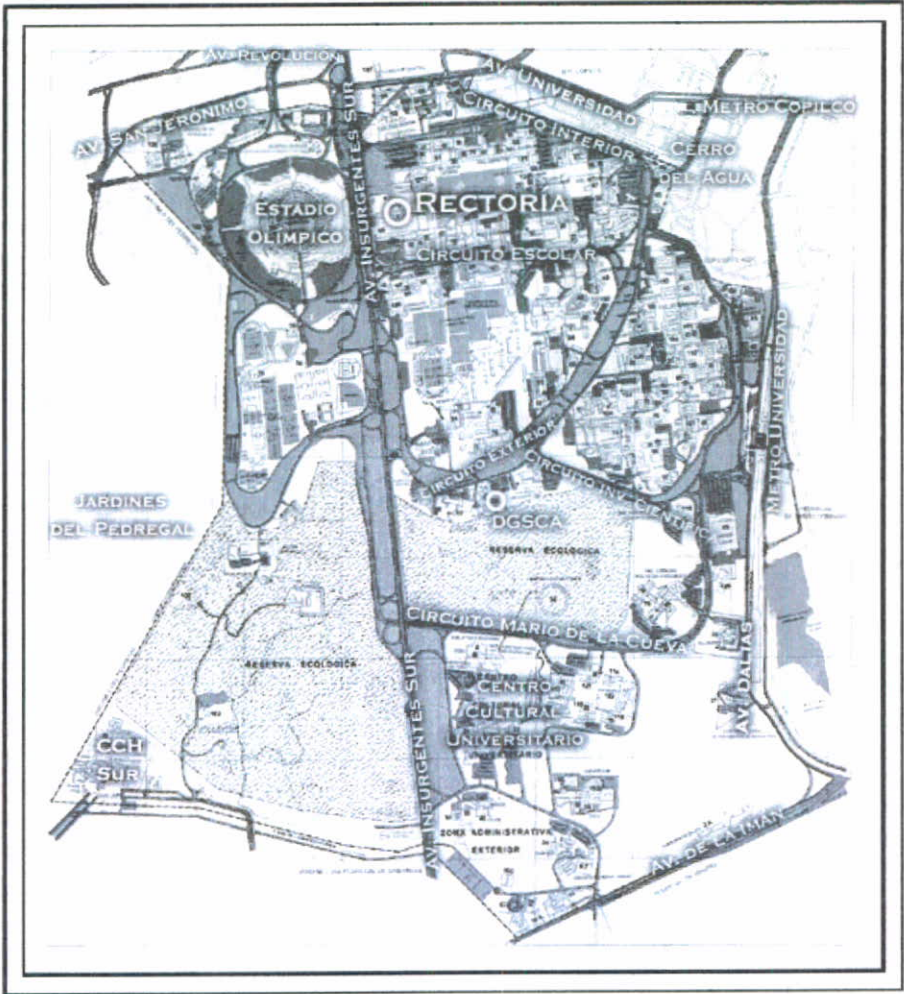
Cada um destes Centros de Línguas Estrangeiras funciona paralelamente às Faculdades (no caso da *Ciudad Universitaria*, ao conjunto de Faculdades) onde se insere, permitindo aos alunos obter os créditos linguísticos necessários para terminar as suas licenciaturas, ou aprender línguas como complemento da sua formação. A maioria das licenciaturas requer um mínimo de duas línguas estrangeiras; algumas têm requisitos linguísticos específicos enquanto que outras permitem aos alunos escolher que línguas aprender. Geralmente o inglês é a língua escolhida em primeiro lugar.

4.1. O Pólo *Ciudad Universitaria*

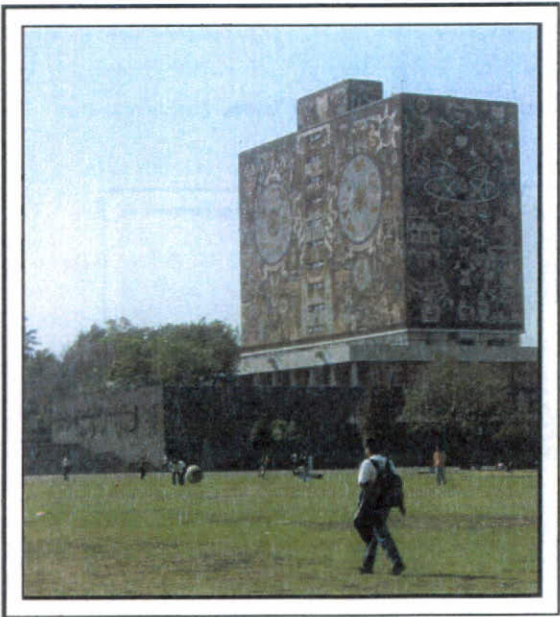
Grande parte da *Ciudad Universitaria*, principal *Campus* da UNAM, foi construída entre 1949 e 1952 e alguns dos seus numerosos edifícios estão decorados com murais e pinturas de artistas de renome⁶⁵. Este *campus* congrega faculdades de diversas áreas (como por exemplo Arquitectura, Direito, Economia, Química, Ciências Políticas e Sociais, etc.), serviços administrativos, o Estádio Universitário, a Biblioteca Universitária, a Biblioteca e Hemeroteca Nacional, o Centro Cultural Universitário onde podemos encontrar salas de espectáculos, salas de cinema, restaurantes, etc. (www.fundacion.unam.mx/nosotros/historia.html).

⁶⁵ Ver Fotografias 1 e 2

Mapa 1: Mapa da Cidade Universitária



Fonte: www.mapa.unam.mx



**Fotografia 2: Edifício da Biblioteca Central,
Ciudad Universitaria**

O *Centro de Enseñanza de Lenguas Extranjeras* (CELE) da *Ciudad Universitaria*, que festeja em 2007 o seu 40º aniversário, funciona como Centro de Línguas Estrangeiras para 13 Faculdades de diferentes áreas do saber (www.unam.mx) e oferece aos alunos um leque alargado de línguas estrangeiras (16). O Quadro 8 mostra-nos o número de alunos inscritos em cada uma delas.

Quadro 8 - Alunos do CELE - UNAM por línguas, 2007

LÍNGUA	Nº DE ALUNOS	% DE ALUNOS POR
Inglês	2593	36,8
Francês	1219	17,3
Italiano	885	12,6
Alemão	640	9,1
Português	615	8,7
Japonês	287	4,1
Russo	214	3,0
Chinês	200	2,8
Sueco	109	1,5
Coreano	80	1,1
Árabe	77	1,1
Catalão	42	0,6
Hebraico	31	0,4
Grego	26	0,4
Moderno		
Romeno	19	0,3
Total	7037	100,0

Fonte: Serviços do CELE-UNAM

Fotografias 3 e 4: CELE (Centro de Enseñanza de Lenguas Extranjeras), *Ciudad Universitaria*



O Inglês é, como seria de esperar devido à sua condição de *língua franca* global, a língua com mais alunos inscritos (36,8%), seguida do Francês (17,3%), do Italiano (12,6%) e do Alemão (9,1%). O Português vem em quinta posição com 8,7% do total de alunos. A obrigatoriedade de muitos alunos se inscreverem nas duas primeiras línguas, assim como o facto de serem as línguas mais utilizadas a nível internacional, faz com que sejam as línguas mais escolhidas. Mas por outro lado, as turmas de inglês e francês têm um limite máximo de alunos, o que leva aqueles que não conseguem inscrever-se a procurar outras alternativas. As razões do interesse dos alunos pela Língua Portuguesa, assim como as suas áreas de estudo serão desenvolvidos num capítulo subsequente.

De acordo com informações fornecidas pelos próprios professores, o Departamento de Português do CELE, que comemora também este ano o seu 40º ano de existência, foi criado por um grupo de brasileiros residentes no México

“O auge do português no México foi nos anos 70, com alguns professores brasileiros exilados que vieram para cá” (J. P., professor de português, diário de campo)

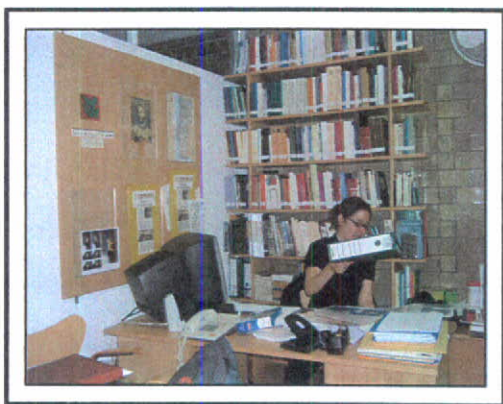
No Departamento de Português do CELE são leccionados 6 níveis de “Domínio de Língua”, correspondendo cada um a um semestre, um curso de “Compreensão de Leitura”, Cursos de Certificação para obter os exames do CAPLE⁶⁶ e um Curso de Formação de Professores. Estes diferentes cursos são leccionados por 16 professores, entre os quais a Chefe de Departamento, a Coordenadora da Formação de Professores e a Leitora do Instituto Camões. Três destes professores são de origem brasileira e dois, incluindo a leitora, de origem portuguesa, os restantes são mexicanos. Segundo o *website* do Departamento de Português do CELE:

“Uno de los profesores estudia actualmente el Doctorado en Barcelona; uno tiene el grado de Doctorado; cuatro tienen el grado de Maestría; 2 son pasantes de la Maestría en Lingüística Aplicada del CELE, 1 tiene título de licenciatura; 3 son pasantes de licenciatura en diversas áreas, y 14 tienen el Diploma de Formación de Profesores del CELE.”
(www.cele.unam.mx)

⁶⁶ Estes exames fazem parte do Sistema de Avaliação e Certificação de Português Língua Estrangeira (PLE), criado através de um protocolo assinado a 2 de Março de 1999 pelo o Ministério dos Negócios Estrangeiros, representado pelo Instituto Camões, pelo Ministério da Educação, representado pelo Departamento de Educação Básica, e pela Universidade de Lisboa. Os certificados existentes são: CIPLE (Certificado Inicial de Português Língua Estrangeira); DEPLE (Diploma Elementar de de Português Língua Estrangeira); DIPLE (Diploma Intermédio de Português Língua Estrangeira); DAPLE (Diploma Avançado de Português Língua Estrangeira) e DUPLE - (Diploma Universitário de Português Língua Estrangeira). Os exames conducentes à atribuição destes certificados e diplomas avaliam a competência comunicativa geral, não específica, de utilizadores jovens e adultos.
(www.fl.ul.pt/unidades/centros/caple/exames.htm)

A formação dos professores, que desenvolveremos neste capítulo, é uma questão frequentemente abordada nas entrevistas que tivemos oportunidade de realizar.

O Centro de Língua Portuguesa do Instituto Camões, inserido no Departamento de Português, tem, no CELE, uma sala equipada com livros, material didático e informático e mobiliário enviados de Portugal. Pelo que nos pudemos aperceber, este espaço funciona como biblioteca, sala de reuniões para professores e também, por vezes como sala de aulas. A falta de espaço é uma questão bastante presente no dia-a-dia do Centro de Línguas. Diariamente, podemos ali encontrar a leitora, um professor do departamento que é simultaneamente o “assistente” da leitora e uma assistente administrativa.



Fotografia 5: Pormenor do Centro de Língua Portuguesa do Instituto Camões no CELE, Ciudad Universitária

Para além do apoio aos alunos e aos professores de português, o Centro de Língua Portuguesa/Instituto Camões organiza actividades de divulgação cultural e linguística que contam com o apoio e iniciativa de parte da comunidade docente e discente do departamento.

4.1.1. Formação de Professores

O CELE-UNAM oferece aos seus alunos a possibilidade de realizar Cursos de Formação de Professores de Línguas em Alemão, Francês, Inglês, Italiano e Português. Estes cursos têm a duração de 450 horas, distribuídas em dois semestres lectivos.

Este curso é dirigido a

“[...] pessoas interessadas em formar-se como professores de línguas estrangeiras, assim como a todos os professores de línguas estrangeiras interessados em ter um melhor desempenho na sua actuação docente” (Folheto Promocional do Curso de Professores de Línguas Estrangeiras, CELE-UNAM⁶⁷)

E tem como objectivos formar e actualizar professores de línguas estrangeiras, dar a conhecer metodologias actualizadas de ensino, desenvolver nos formandos “*espírito crítico para identificar e analisar diversas situações de ensino-aprendizagem*” e “*definir bases para que estes invistam em formação contínua e autónoma*” (Folheto Promocional do Curso de Professores de Línguas Estrangeiras, CELE-UNAM⁶⁸).

O curso tem um tronco comum a todas as línguas, com módulos ligados às teorias didácticas, à aprendizagem de uma língua não-materna, à dinâmica de grupos e ainda às ferramentas de investigação, avaliação e tecnologias da informação. Tem também módulos específicos para cada língua de: fonética, sintaxe, vocabulário e semântica, análise de textos, compreensão e produção orais e escritas, gramática, planificação de aulas e avaliação.

Quanto aos critérios de admissão, são comuns para todos os cursos. Podemos ler no “Folheto Promocional do Curso de Professores de Línguas Estrangeiras” que os candidatos devem ter 21 anos completos, ter terminado o ensino *Preparatorio* (correspondente ao secundário) ou formação superior, passar um exame admissão na língua a que se propõem e ainda submeter-se a uma entrevista de selecção.

Relativamente a este curso, tivemos como informantes alguns dos actuais professores de português da UNAM, entre eles a actual coordenadora desta formação, que nos afirmou que:

“Até 2005 o critério de admissão, em termos de domínio da língua portuguesa, era menos exigente do que actualmente. Às vezes eram criados cursos propedêuticos de língua para dar aos alunos as ferramentas necessárias em termos do domínio da língua, mas não resultava. Pois não é da responsabilidade da Formação de Professores ensinar a língua, os alunos devem ter já um domínio que lhes permita passar os exames de admissão.” (M. N., coordenadora da Formação de Professores, diário de campo).

Ficámos assim a saber que a certificação de conhecimentos em língua portuguesa e a detenção de um grau académico não são requisitos obrigatórios para a frequência deste

⁶⁷ Consultar Anexo H

⁶⁸ Consultar Anexo H

curso, apenas é exigido que o candidato obtenha nota de 70 % no exame de admissão. A professora M. N. considera que esta

“[...] não é a melhor forma de filtrar os alunos, mas é a possível de momento. Na formação de Língua Portuguesa os critérios tendem a ser menos exigentes do que nas outras línguas porque há poucos candidatos.” (M. N., coordenadora da Formação de Professores, diário de campo).)

No curso que se realizou em 2006/2007, a coordenadora propôs a duas das quatro alunas que o frequentaram que seguissem igualmente aulas de língua, pois o seu domínio “não é excelente” (M. N., coordenadora da Formação de Professores, diário de campo).

Segundo a actual coordenadora do curso, e uma das responsáveis pela sua criação, a formação de professores de português existe no CELE desde a década de 80. Esta área de formação foi criada para:

“Atender às necessidades na área do ensino da língua portuguesa, formando sobretudo professores mexicanos, pois os nativos, oriundos do Brasil, não tinham formação em línguas.” (M. N., coordenadora da Formação de Professores, diário de campo).

Um número significativo dos actuais professores de português, quer do CELE, quer do CLE Acatlán, quer do CLE Aragón frequentaram este curso antes de começarem a leccionar ou já depois de serem professores.

Falámos ainda com a professora M. N. acerca das saídas profissionais para os formandos do curso. Ficámos assim a saber que os primeiros formandos deste curso, na década de 80, se tornaram professores na UNAM, mas que de momento:

“Há falta de campo de trabalho na universidade, mas há muitas escolas privadas e empresas que precisam de professores de português devido aos negócios com o Brasil.” (M. N., coordenadora da Formação de Professores, diário de campo).

4.1.2. Cátedras

Ainda na *Ciudad Universitaria*, mas na *Facultad de Filosofía y Letras*, existem duas cátedras ligadas à língua portuguesa: a Cátedra José Saramago, criada em 2004 através de um convénio entre a UNAM e o Instituto Camões, em colaboração com a Embaixada de Portugal no México e a Cátedra João Guimarães Rosa, criada em 1987 através de colaboração entre a UNAM e a Embaixada do Brasil no México.

A Cátedra José Saramago, da Responsabilidade de Cláudia Ruiz Garcia,

“[...] busca la creación de un espacio académico para el desarrollo del conocimiento de la cultura portuguesa en México. La Cátedra tiene como objetivo no solo posibilitar las bases operativas para la colaboración entre las diferentes entidades institucionales, sino específicamente en fomentar y difundir proyectos conjuntos de investigación, cursos, ciclos de conferencias, coloquios y publicaciones, con el propósito de enriquecer a nuestras comunidades con el conocimiento de la cultura y la lengua portuguesa. Se ha elegido para enmarcar esta tarea, el nombre de una de las figuras principales de la literatura universal, al escritor portugués Premio Nobel de Literatura José Saramago, quien inauguró la Cátedra el mes de noviembre de 2004” (Guia das Cátedras Extraordinárias da UNAM 2006: 77-80)

Apesar do seu responsável fazer parte do corpo docente da Universidade, a dinamização da Cátedra José Saramago contou, ao longo dos anos, com a participação dos sucessivos leitores de português. Uma antiga leitora de português na UNAM, que participou nas diligências para a criação da Cátedra, vê este elemento como uma forma de colmatar a inexistência de uma Licenciatura em Português, que aliás julga não fazer sentido no contexto Mexicano

“Não era possível [...] introduzir uma licenciatura em estudos portugueses não é, porque não faz muito sentido naquele contexto. Mas sim era possível criar um espaço de investigação, com apoios logísticos de bolsas e de circulação de investigadores e por ter lugar na Faculdade de Filosofia e Letras tinha a vantagem de poder integrar estudos, não só linguísticos, mas também de história, de geografia, de filosofia, portanto é uma Faculdade bastante abrangente em termos de áreas gerais do conhecimentos. E assim foi-se negociando o protocolo para essa cátedra, foi um trabalho, como poderá imaginar, bastante complicado.” (Antiga leitora de português)

A criação de cátedras em universidades estrangeiras é uma estratégia, do Estado Português, para conferir prestígio ao ensino da língua portuguesa num determinado estabelecimento de ensino superior, elevando-o, acima do saber prático de comunicação (ensinado nas aulas de língua), a um nível mais abstracto e teórico de reflexão sobre a própria Língua, sobre a Literatura ou outras áreas do conhecimento como a História, por exemplo. Estas Cátedras existem sobretudo em Universidades da Europa e América, onde geralmente a Língua Portuguesa não está associada a um percurso académico específico e existe apenas como opção para licenciaturas de várias áreas (Baptista 2007: 50-52).

“Era importante criar um espaço de investigação de estudos portugueses, de Portugal. Porque [...] um aluno fazia os 6 níveis de língua e estava a estudar história e dentro dos

seus estudos de história queria fazer uma pós-graduação, um mestrado, um doutoramento em alguma área da cultura portuguesa, não tinha como o fazer, não havia professores. E assim é possível [com a] cátedra, que tem um financiamento próprio e que tem a possibilidade de programar anualmente, é possível deslocar especialistas de diferentes áreas para que os alunos tenham um complemento teórico e de formação académica sobre os temas que lhes interessam” (Antiga leitora de português)

De forma a realçar a sua importância, mas também a divulgar personalidades portuguesas ligadas à área da cultura, as cátedras são baptizadas com nomes de escritores, académicos ou figuras históricas. No México a cátedra foi baptizada com o nome do autor português mais conhecido naquele país, e porventura no mundo: o vencedor do Prémio Nobel da Literatura José Saramago.

“Quando há uma cátedra há sempre que lhe dar o prestígio do nome não é, de associar o nome a um investigador seja o que for, e pronto e foi escolhido o José Saramago. Teve um duplo objectivo não é, em primeiro lugar o José Saramago é muito apreciado no México, apreciadíssimo, é um grande defensor daquela cultura e claro que ter uma cátedra José Saramago é prestígio muito grande para a universidade.” (Antiga leitora de português)

No âmbito da cátedra, no segundo semestre do ano lectivo 2006/2007, a actual leitora de português leccionou, na *Facultad de Filosofia y Letras*, um curso de Literatura Portuguesa Contemporânea como opção para todos os alunos de Humanidades, foi ainda lançado um convite a um jovem escritor português para realizar conferências na UNAM:

“A cátedra é um meio de difusão cultural mas relacionada com a parte académica. É suposto podermos oferecer aos alunos cursos que tenham que ver com a literatura, com a cultura ou até provavelmente com a língua, como já aconteceu em anos anteriores [...]. Este semestre, comecei a dar um curso de literatura portuguesa contemporânea e no âmbito deste curso é que vamos trazer também o escritor [Gonçalo M. Tavares] que vinha já para a Feira de Literatura Europeia que vai organizar-se em Maio. Este escritor foi contactado e disse que sim, que estaria de acordo, e então vamos aproveitar a vinda dele para dinamizar a cátedra também neste sentido.” (Leitora de português)

A par da Cátedra José Saramago, financiada por Portugal, a UNAM conta ainda com a Cátedra João Guimarães Rosa, financiada pelo Brasil. Esta cátedra é coordenada por três professores, entre os quais a professora Valquíria Wey, docente na *Faculdade de Filosofia y Letras* – onde ensina, no âmbito da Pós-Graduação em Estudos Latino-Americanos, entre outros temas, Literatura Brasileira dos Séculos XIX e XX – e

coordenadora do CEB (Centro de Estudos Brasileiros da Embaixada do Brasil no México). Esta cátedra

“(…) constituye un espacio académico idóneo para profundizar tanto en el estudio de la vida, la obra y el entorno social de Guimarães Rosa, como en la cultura brasileña en general.” (Guia das Cátedras Extraordinárias da UNAM 2006: 65-66)

Encontra-se em fase de preparação nesta faculdade, a primeira Licenciatura em Letras Portuguesas, que a actual leitora descreve da seguinte forma:

“[Será uma] licenciatura presencial que tem uma vertente de línguas mas é muito pequena e a vertente mais importante é a da área da literatura e aí estaria dividida em 3 moldes, a crítica literária, a tradução e a didáctica, dentro da última podemos aproveitar pessoas para dar aulas de português, depois, no secundário já nos últimos 3 anos por exemplo. Dentro da tradução podemos formar tradutores interpretes e dentro da teoria da crítica literária pessoas que façam investigação.” (Leitora de português)

4.2. O Pólo de Acátlán

Parte integrante da UNAM, a *Facultad de Estudios Superiores de Acatlán* foi criada há cerca de três décadas no município de Naucalpan (Estado do México) com a designação *Escuela Nacional de Estudios Profesionales* (ENEP) e conta hoje com cerca de 20'000 alunos (www.acatlan.unam.mx/campus), distribuídos por várias áreas de estudos: Ciências Jurídicas, Ciências Socioeconómicas, Desenho e Construção, Humanidades, Matemáticas e Engenharias.



Fotografia 6: Facultad de Estudios Superiores de Acatlán

Na FES Acatlán, o Centro de Língua Portuguesa do Instituto Camões funciona no seio do Departamento de Português do Centro de Línguas Extranjeras que oferece aos seus alunos 14 Línguas Estrangeiras.

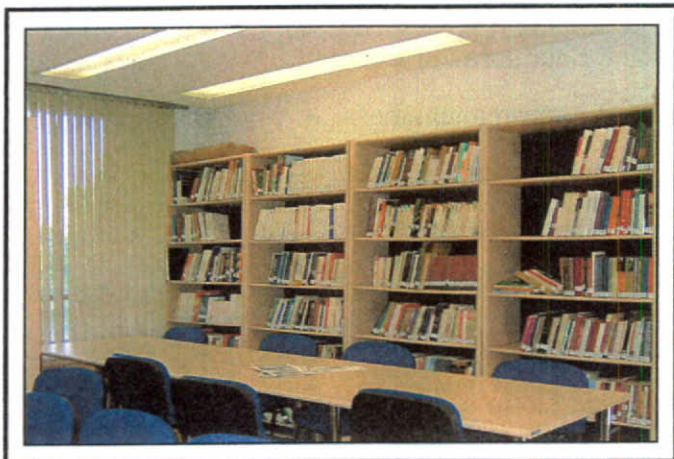
Como podemos ver no Quadro 9, a distribuição dos alunos pelas várias línguas oferecidas, é, no topo da tabela, bastante semelhante à que encontramos no CELE. O Inglês lidera com 42% das inscrições, seguido do Francês (19,4%), do Italiano (18,1%) e do Alemão (7,6%). O Português aparece novamente em 5ª posição mas aqui apenas com 6,4% dos alunos. Note-se que este centro de línguas oferece aos alunos a possibilidade de aprender *Náhuatl* uma das línguas nativas do México, o que não acontece no CELE, e que o número de alunos de russo é aqui significativamente inferior.

Quadro 9 - Alunos do CLE - FES Acatlán por línguas, 2007

LÍNGUA	Nº DE ALUNOS	% DE ALUNOS POR LÍNGUA
Inglês	4122	42,0
Francês	1900	19,4
Italiano	1770	18,1
Alemão	742	7,6
Português	623	6,4
Japonês	263	2,7
Chinês	91	0,9
Latim	76	0,8
Náhuatl	48	0,5
Russo	47	0,5
Árabe	42	0,4
Grego Clássico	34	0,3
Hñahñu (Otomi)	34	0,3
Grego Moderno	14	0,1
Total	9806	100,0

Fonte: Serviços FES Acatlán

No Departamento de Português do CLE trabalham 11 professores, entre os quais a Chefe de Departamento e a Leitora de português. Para além da leitora, encontramos em Acatlán uma outra professora portuguesa, os restantes ensinam a variante de Português do Brasil.



Fotografias 7 e 8: Pormenores do Centro de Língua Portuguesa do Instituto Camões no CLE, FES Acatlán



Neste pólo universitário, há também mais do que um programa de aulas na área do português. O programa de compreensão de leitura tem 2 níveis, que correspondem a dois semestres de aulas e tem como objectivos desenvolver a capacidade de ler em português, sendo atribuída especial importância à gramática e à fonética. O programa Plano Global que tinha até ao ano lectivo 2006/2007 apenas 5 níveis, tem agora 6 níveis de ensino – durante seis semestres – que se destinam a desenvolver as capacidades básicas necessárias à comunicação em língua portuguesa. São também organizados anualmente Cursos de Certificação para a obtenção de diplomas em língua portuguesa atribuídos pelo CAPLE e cursos ao sábado para alunos externos à Faculdade⁶⁹.

De acordo com um dos nossos informantes, os *Cursos Sabatinos de Acatlán* têm uma população discente bastante diferente dos cursos regulares.

“Normalmente o público dos sábados é diferente do público durante a semana. Durante a semana tens um público de alunos universitários que gostam de estudar línguas, mas aos sábados é bem mais específico, tens pessoas que já estão trabalhando e que por algum motivo na empresa onde trabalham têm relação com o Brasil, principalmente. Para o trabalho, ou para o trabalho futuro, eles vão precisar do português como uma ferramenta. Há pessoas nesses cursos dos sábados que já foram para o Brasil uma ou duas vezes e a língua de comunicação quando estão com os colegas brasileiros é o inglês, mas eles não querem mais continuar a utilizar o inglês como língua de comunicação para os negócios, querem utilizar o português. Por exemplo, há alunos da Telmex, que é a companhia dos telefones do México, que agora comprou praticamente a companhia telefónica do Brasil e então tem esse relacionamento.” (A. S., professor de português)

⁶⁹ Consultar Anexo I

No segundo semestre de 2006/2007, a leitora de português encarregou-se, para além das aulas do Curso de Certificação, do Curso de Literatura Portuguesa Contemporânea. Este curso tem os mesmos moldes pedagógicos e a mesma temática – o Amor – do Curso de Literatura Portuguesa Contemporânea leccionado na *Facultad de Filosofía y Letras*, mas enquanto que nesta última é oferecido aos alunos de Humanidades, independentemente do seu conhecimento prévio de língua portuguesa, na FES Acatlán, é leccionado no âmbito do Centro de Língua Portuguesa, dando assim oportunidade aos alunos do Departamento de Português de alargarem os seus conhecimentos na área da Literatura Portuguesa.

“Este caso é no âmbito do Centro de Línguas sim é para dinamizar um pouco, para oferecer aos alunos a possibilidade de conhecerem a literatura portuguesa, não tem nada a ver com a cátedra nem nada.” (Leitora de português)

Havia ainda, nesse mesmo semestre um curso de Literatura Brasileira, leccionado por uma das professoras do departamento. Estes cursos inseriram-se nos *ateliers* oferecidos pelo Departamento. Para o ano 2007/2008, encontramos no *website* do *Centro de Lenguas Extranjeras* da FES Acatlán referência a ateliers semestrais de: pronúncia, bate-papo, música popular brasileira, redacção e literatura luso-afro-brasileira (www.acatlan.unam.mx/idiomas).

Como na *Facultad de Filosofía y Letras*, está em fase de preparação na FES Acatlán uma Licenciatura de Português, esta em ensino à distância, em colaboração com a Universidade Aberta, e destinada a formar professores de português:

“Aqui em Acatlán a licenciatura será em língua portuguesa ou no ensino da língua portuguesa (...) será uma licenciatura à distância com um protocolo que nós já estamos prestes a assinar, calculo, embora isto seja sempre muito demorado. Foi uma proposta que nós fizemos à Universidade Aberta em Portugal no mês de Dezembro. Eu fui a Portugal, reuni-me com a directora do Departamento de Línguas e Literaturas e fiz a proposta, dei-lhe todo o material necessário e fiquei à espera. Ela reuniu-se com o Reitor e disse que a proposta era interessante e agora está em termos institucionais.” (Leitora de português)

Tivemos oportunidade de falar quer com a Leitora de português, quer outros professores do Departamento de Português da FES Acatlán sobre este assunto. O facto de esta nova licenciatura se destinar à formação de professores, é apontado como mais valia, tendo em conta que um dos maiores factores de retracção da língua no México é, segundo os nossos informantes, a falta de professores qualificados, quer para ensino superior, quer para o ensino básico e preparatório, quer para o ensino particular.

“Esta licenciatura corresponderia mais à área da formação da língua. Para formar professores, para responder, por um lado, à necessidade da falta de formação, com pessoas capacitadas, com pessoas formadas [porque há muitas pessoas] que têm uma formação quase autodidacta, ou em muitos casos só autodidacta. E por outro lado para que essa formação pudesse chegar a vários pontos do país, porque se for uma formação *on-line*, se for uma licenciatura *on-line* uma pessoa onde quer que esteja pode estar a acompanhar a formação pode fazer a formação e pode ela própria começar a dar aulas num determinado sítio. E isto pode-nos permitir descentralizar o ensino do português que está completamente concentrado na cidade do México. Há poucos, com pouca formação e ainda por cima só aqui, então seria uma boa madeira de começar a dar aulas de português para toda esta gente e poder abrir outros pólos.” (Leitora de português)

A possibilidade de expansão do ensino do português para fora do Estado do México é, segundo a leitora, outra das virtualidades desta licenciatura *on-line*. Já a uma outra professora de Português refere que o Curso de Professores de Português existente na UNAM não é suficiente para formar e actualizar adequadamente os futuros e actuais docentes:

“Os professores em geral, estamos carentes de formação na área do português. Não há uma licenciatura, não sei se é assim em toda a América Latina, porque eu não conheço. Para mim custa muito trabalho contratar professores, porque há muitos que querem ser, só que... Não têm base, não chega. [...] Agora, eu acho deficiente o curso de formação de professores do CELE, não sei se agora estão a renovar, mas era um curso muito velho. Mesmo assim era o único que se oferecia nessa área, e aí eles é que têm a força. A licenciatura não somente trabalharia a parte da língua, trabalharia algumas questões de linguística aplicada e a parte da didáctica. Eu acho importante haver professores com formação académica. Nativos com formação, seria o ideal. Mas quem é que quer trabalhar aqui? [Ganham] muito pouco!” (M. P., professora de português)

Esta professora refere ainda os baixos salários dos professores como um factor negativo para a atracção de professores qualificados.

A formação dos professores de línguas na UNAM não é uma preocupação recente ou relativa apenas à língua portuguesa. Já 2003 foi criado um protocolo colaboração entre a FES Acatlán e a Universidade Aberta do México para o ensino de línguas à distância, que nos foi referido pela professora que assumia na época as funções de leitora de português:

“Em primeiro lugar, a minha principal preocupação ao chegar lá foi a formação dos professores, [...] a principal falha que eu notei [foi a] formação de professores. [...] Então, foi necessário investir em actividades ou programar actividades que ajudassem, que

recebiam o nome de actualização [...] uma das coisas que procuramos fazer e implementar em Acatlán [foi] um curso multilingue, que ajudasse à formação de base de todos os professores [de línguas] em cooperação com universidades” (Antiga leitora de português)

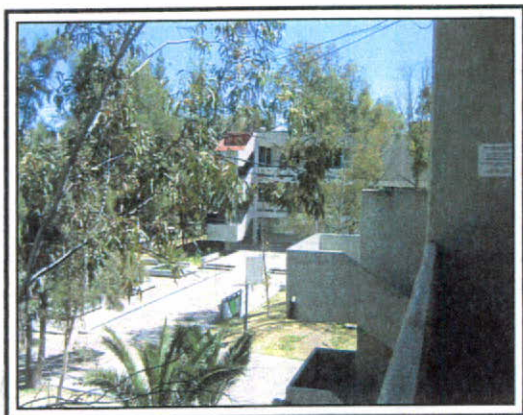
Foi criado um plano de estudos neste âmbito que contempla o Francês, o Inglês, o Alemão, o Espanhol e o Italiano, mas que nunca chegou a concretizar-se no que diz respeito à língua portuguesa, e que a actual leitora e a chefe do Departamento de Português de Acatlán tentam agora retomar.

4.3. O Pólo Aragón

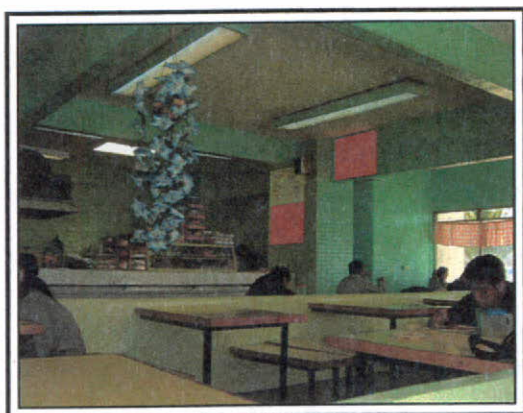
Como a FES Acatlán, a *Facultad de Estudios Superiores de Aragón*, foi criada há cerca de três décadas (1976) com a designação *Escuela Nacional de Estudios Profesionales*. Hoje, oferece cursos de Licenciatura em Arquitectura, Comunicação e Jornalismo, Direito, Desenho Industrial, Economia, Engenharia Civil, Informática e Mecânica, Pedagogia, Desenvolvimento Agro-pecuário, Relações Internacionais e Sociologia e ainda de Mestrado em Arquitectura, Pedagogia, Economia e Direito e de Doutoramento em Pedagogia, Economia e Direito.

O Centro de Língua Portuguesa de Aragón, encontra-se ainda em fase de instalação, pois, apesar de ter já um espaço designado no *Centro de Lenguas Extranjeras* (CLE) desta Faculdade, o protocolo entre a Universidade e o Instituto Camões que define a sua existência não está ainda formalmente em vigor. Não obstante, a leitora do Instituto Camões⁷⁰ desloca-se semanalmente ao CLE de Aragón onde dá apoio pedagógico aos 3 professores que ali são responsáveis pela formação em língua portuguesa de cerca de 250 estudantes.

⁷⁰ Sabemos, por informações fornecidas por professores do CLE que, desde 2001, 8 alunos beneficiaram de bolsas do Instituto Camões para estudar língua portuguesa em Portugal.



Fotografias 9 10 e 11: *Facultad de Estudios Superiores de Aragón*



No Departamento de Português, dois dos professores, um dos quais assume a chefia do Departamento, são de nacionalidade brasileira, sendo o terceiro, que acumula funções no CELE e em Aragón, de nacionalidade mexicana. Todos eles frequentaram o Curso de Formação de Professores de Português e ensinam a variante de português do Brasil.

No CLE Aragón a percentagem de alunos que frequenta aulas de inglês (54,3%) é superior à dos outros centros de línguas estrangeiras aqui apresentadas, talvez por este oferecer também um leque menos variado de línguas, apenas 8. Aqui, contrariamente ao que acontece nos outros centros, o Alemão tem menos alunos que o Português, que assim, com 5% dos alunos do centro, passa a ocupar quarta posição na lista das línguas mais aprendidas (ver Quadro 10). Neste Departamento de Português são leccionados 5 níveis de Língua Portuguesa, um curso intensivo de língua e ainda um curso de Compreensão de Leitura.

Dado o número de alunos de português neste pólo, um dos nossos informantes afirma “que seriam necessários pelo menos 6 professores, e não 3”, mas que “este é um pólo pouco atractivo para os professores pois fica longe do centro da cidade e é pouco prestigiado.” (R., professor de português, diário de campo).

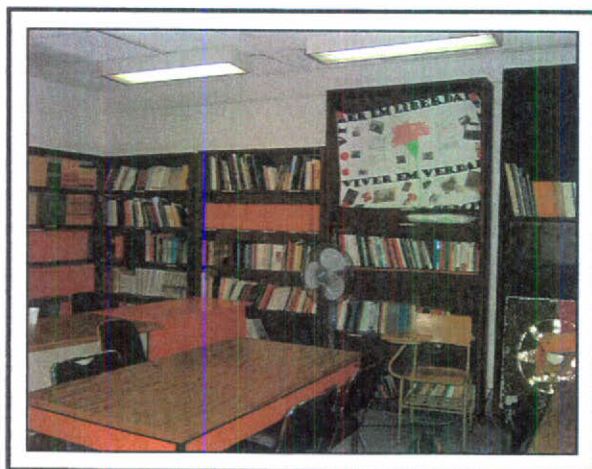
Quadro 10 - Alunos do CLE - FES Aragón por línguas, 2007

Língua	Numero de Alunos	% de alunos por língua
Inglês	2698	54,3
Italiano	805	16,2
Francês	668	13,4
Português	248	5,0
Alemão	191	3,8
Japonês	145	2,9
Latim	137	2,8
Russo	81	1,6
Total	4973	100,0

Fonte: Serviços FES Aragón

Em Aragón, também se realizam periodicamente actividades culturais ligadas ao português. Um dos professores, antigo Chefe do Departamento de Português, afirma que o nível sócio-económico dos alunos de Aragón é muito inferior ao dos outros pólos onde existe português pelo que as estratégias eficazes para os motivar devem ser diferentes, devem ter um carácter lúdico e não académico. Assim, aquando da criação do Departamento de Português nesta Faculdade e durante os anos em que chefiou o departamento, afirma ter investido muito na organização de actividades culturais, de forma a cativar os alunos para a aprendizagem da língua.

“[Investi] o meu tempo e os poucos recursos que tinha à disposição em actividades de divulgação cultural que despertaram o interesse dos alunos pela língua.” (R., professor de português, diário de campo).



Fotografia 12: Pormenor do espaço do futuro Centro de Língua Portuguesa/Instituto Camões no Centro de Lenguas Extranjeras de Aragón

Este investimento em actividades culturais no pólo de Aragón foi confirmado por uma das antigas leitoras, que tivemos oportunidade de entrevistar já em Portugal.

“[...] Com o R., que é uma pessoa interessadíssima pelos alunos e por fazer crescer a língua portuguesa, acabou também por ser possível [haver um espaço para funcionar como Centro de Língua Portuguesa] estava na altura uma directora no *campus* de Aragón que também estava sensível à causa do português até porque havia um crescimento muito acentuado dos alunos e muitas actividades premeditadas por eles, então foi possível que também nos concedessem em Aragón um espaço. [...] Esse espaço foi cedido pela boa vontade, [e também] pelo trabalho extraordinário do R. [...] O entusiasmo do R. é carolice, e consegue as coisas, mexe-se muito. Tenho por ele uma grande admiração, na medida em que é realmente por ele que o português continua em Aragón e é por ele que as coisas continuam a passar-se lá.” (Antiga leitora de português)

O espaço em Aragón é também uma questão importante, pois a sala cedida para o futuro Centro de Língua Portuguesa funciona como biblioteca e como sala de aula, o que torna difícil a consulta de bibliografia fora dos tempos lectivos.

4.4. Actividades do Leitor de Língua e Cultura Portuguesa na Universidade Nacional Autónoma do México

Durante 10 dias tivemos oportunidade de acompanhar a leitora de língua e cultura portuguesa no México nos seus afazeres, lectivos e não lectivos, e de conversar diariamente com ela sobre esta experiência, que dura desde Setembro de 2006. Para completar o trabalho de observação participante, realizámos no penúltimo dia da visita uma entrevista, em que retomámos as questões mais importantes e esclarecemos outras que a observação tinha deixado pouco claras. De regresso a Portugal, entrevistámos uma outra leitora que tinha exercido funções no México dois anos antes, utilizamos também essa entrevista neste capítulo, de forma a completar a informação.

Um primeiro factor indispensável para compreender o trabalho quotidiano de um leitor na Cidade do México é o número e a dispersão dos seus locais de trabalho:

“Portanto, no México a situação é diferente porque tu não podes trabalhar só a partir de um sítio, tens de trabalhar em vários sítios para vários sítios então isso é uma situação que torna o leitorado mesmo muito complicado.” (Antiga leitora de português)

Como vimos, na Cidade do México, a língua portuguesa é ensinada em quatro pólos universitários⁷¹, constituindo três deles os principais locais de trabalho do leitor. Para uma melhor compreensão dos impactos desta dispersão geográfica no trabalho do leitor, pedimos à actual leitora que nos descrevesse a sua semana de trabalho:

“O leitorado está adstrito à UNAM, só que a UNAM tem vários pólos universitários e em vários deles há a presença do português como língua estrangeira, está na cidade universitária, está em Acatlán, está em Aragón e está em Saragoza. [...] A ideia era [eu estar] um dia pelo menos a cada um dos pólos e considerando que o CELE está próximo da faculdade [de Filosofia y Letras] e que eu também tenho a Cátedra, ficaria no CELE um dia mais para poder ficar mais próxima da Cátedra e para poder dar as minhas aulas. O outro dia seria o dia que eu iria à Embaixada, mas como a Embaixada fica muito fora de caminho e as coisas podem funcionar bem por telefone eu decidi instalar-me no CELE às segundas, quartas e sextas. [Nesses dias] dedico como posso momentos do dia, porque eu não vou só tratar de uma coisa num dia, dedico momentos à Cátedra, momentos à Embaixada, momentos ao CELE. Nos dias em que estou em Aragón estou exclusivamente em Aragón e nos dias em que vou a Acatlán que é à quinta também fico exclusivamente a tratar das coisas da Acatlán.” (Leitora de português)

Tivemos oportunidade de comprovar pessoalmente esta dispersão: desde a estação de metro *Copilco*, na *Ciudad Universitária*, onde habitualmente nos encontrávamos com a leitora, nunca demorámos menos de uma hora e meia a chegar a Acatlán ou Aragón, de metro – trocando de linha pelo menos uma vez – e depois de *pesera*⁷².

Para além da dispersão dos locais de trabalho, no México, um leitor tem também tarefas das mais variadas para realizar, desde dar e preparar aulas, gerir dois centros de língua e dar apoio a um terceiro, organizar actividades culturais e de divulgação da língua no âmbito dos centros de língua e da Cátedra José Saramago, colaborar com a Embaixada de Portugal na organização de actividades culturais, fazer contactos com entidades

⁷¹ Existe um quarto pólo, o de Saragoza, ao qual a leitora faz referência, mas que não desenvolvemos por ter muito poucos alunos e não estar contemplado pelo protocolo entre o Instituto Camões e UNAM.

⁷² As *peseras* são autocarros, mais pequenos do que os que estamos habituados a ver em Lisboa, geralmente brancos ou verdes, vetustos e muito poluentes, que têm rotas por toda a cidade. Cada condutor é responsável pela sua *pesera* e deve, ao final do dia conseguir atingir um determinado lucro, se o ultrapassar, fica com a diferença, se não, tem de pagar do seu próprio bolso. As rotas das *peseras* não são bem definidas, ou melhor, são bem definidas, mas é impossível saber, sem perguntar onde podemos encontrar um autocarro para qualquer sítio. Há muito poucas “paragens”, quase só nos terminais os locais de paragem de autocarro estão indicados, quando vemos uma *pesera*, basta esticar o braço e esperar que ela pare. Mas o melhor, é o preço, que dá nome ao próprio transporte: raramente ultrapassa os 5 pesos.

culturais mexicanas até aplicar os exames de certificação de língua portuguesa e os exames de língua para obter nacionalidade portuguesa⁷³.

No que diz respeito às actividades lectivas, a leitora assumiu, desde o início do segundo semestre de 2006/2007, o encargo de aulas de preparação para os exames do CAPLE e, aulas da Formação de Professores. Actualmente, no leitorado do México, são as deficiências de formação dos outros professores que ditam as matérias a leccionar pelo leitor, como nos foi explicado:

“[...] não fui eu que decidi foram os outros professores, de que o leitor poderia estar para os casos em que os professores não se sentissem tão capacitados. Já tínhamos falado, fora desta conversa, de que os professores têm uma formação um bocadinho deficitária aqui no México e então o que eles sugeriram era que eu desse as aulas do grupo de formação de professores, por acaso as minhas ficaram todas para o 2º semestre: a Semântica, a Pragmática e a Tipologia Textual, porque disse aos professores quando estávamos em reunião que escolhessem aquilo em que se sentissem mais à vontade para dar e o que me ficou por acaso coincide no 2º semestre na formação de professores. Sugeri aos professores que me pudessem consultar sempre que sentissem necessidade por algum aspecto de língua que eles queiram tratar com os alunos deles, por exemplo na sintaxe ou no léxico, ou na fonética, como está a acontecer nas aulas de fonética do A. em que eu vou para contrabalançar com a parte do português [europeu].” (Leitora de português)

Para além dessas aulas, a actual leitora é ainda responsável pelo Curso de Literatura Portuguesa Contemporânea, já mencionado, subordinado ao tema “Amores e Desamores, Continuidades e Descontinuidades”. Este curso tem como objectivo dar a conhecer aos alunos a recente produção literária portuguesa

“Seleccionei autores recentes com uma produção escrita relativamente importante em alguns casos, noutros menos conhecidos, saber variar, homens e mulheres mais ou menos equilibrados, alguns que já tenham à volta de 60 anos como o Lobo Antunes a Manuel Alegre, até chegar a escritores muito jovens como é o caso do José Luís Peixoto, Jacinto Lucas Pires, Gonçalo M. Tavares que também é jovem, tentei variar nos géneros literários que escolhi a narrativa, o teatro e a poesia e tentei que se falasse de vários tipos de amor, desde o amor carnal, platónico, paternal, filial, de amizade ou até de um cão para com o dono e vice-versa.” (Leitora de português)

⁷³ Nos termos da Lei da Nacionalidade (Lei Orgânica n.º 2/2006 de 17 de Abril) o Governo concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, aos estrangeiros que, entre outros requisitos, demonstrem conhecer suficientemente a língua portuguesa. Quem esteja em condições de requerer a nacionalidade e necessite de demonstrar conhecer a língua portuguesa pode assegurar a sua inscrição nos testes que se realizarão periodicamente numa rede de estabelecimentos de ensino em Portugal e num conjunto de cidades no estrangeiro, entre as quais a Cidade do México. (www.provalinguaportuguesa.gov.pt)

Tendo sido pensado para abrir novos horizontes literários, o programa do curso não contemplava à partida autores consagrados, que se pensava serem sobejamente conhecidos no México. No entanto, o pouco conhecimento que os alunos demonstraram ter da obra de António Lobo Antunes levou a leitora reformular o programa de forma a incluí-lo.

“Como Saramago já é bastante lido, é aliás é um dos autores que metade da população [universitária] já leu, não mais. [...] Como ele já é bastante conhecido decidi deixá-lo de fora, depois de falar com o Instituto Camões. [...] também não inclui o António Lobo Antunes porque pensava que as pessoas já conheciam porque tinha falado com pessoas que eram um pouco mais instruídas, que tinham lido um pouco mais e depois apercebi-me na primeira aula que eles não tinham lido Lobo Antunes [...] então reformulei o programa a introduzi o Lobo Antunes.” (Leitora de português)

Para além das suas responsabilidades lectivas, a leitora está a orientar 2 teses de Licenciatura, uma sobre a presença dos portugueses na Venezuela e uma outra, em co-orientação, sobre Literaturas Africanas e a colaborar com alguns dos professores de língua portuguesa na concepção de um manual de ensino de língua apropriado aos interesses e necessidades actuais da população discente. O qual deverá conter textos que reflectam interesses dos alunos, as culturas dos diversos países lusófonos e ainda que ponham em contraste as diferentes variantes da língua, sobretudo a portuguesa e a brasileira.

Vemos assim que o trabalho de um leitor varia em função de diversos factores, desde as características geográficas da região onde se encontra, ao tipo de protocolos firmados pelo Instituto com a instituição onde trabalha, à formação dos seus colegas professores, até aos interesses e conhecimentos dos próprios alunos.

No leitorado do México, a gestão dos centros de língua assume um lugar preponderante na rotina laboral do leitor, desde logo porque são 3 centros e não apenas um. Para além das deslocações, esta situação implica um grande volume de trabalho, pois cada centro têm a sua forma de funcionamento própria e o seu público próprio, apesar de haver uma estratégia, por parte da leitora, de tentar fazer as mesmas actividades nos dois Centros de Língua já em funcionamento.

“Tento fazer com que as coisas cheguem de igual modo aos dois sítios, o que acaba por ser diferente porque cada um dos centros conta com a participação de professores diferentes, que nem sempre têm disponibilidade para ir ao outro centro fazer a mesma conferência.

Mas os moldes, aquilo que eu dou a cada um deles é igual e depois cada um..." (Leitora de português)

O facto de o leitor se distribuir por diversos locais de trabalho, implica da sua parte também um maior esforço em termos de relacionamento interpessoal e de integração nas várias equipas de trabalho. Uma das antigas leitoras do México, revelou-nos que uma das suas principais dificuldades iniciais foi justamente a aprendizagem das fórmulas sociais que lhe permitiram a integração nos departamentos onde trabalhou:

"Foi muito difícil para mim perceber exactamente o funcionamento social, burocrático e interpessoal. [...] Depois é muito curioso, é uma coisa que parece ridícula, mas a verdade é que me gerou problemas ao início: saber por exemplo as formulas sociais de educação. Enquanto que para mim pedir por favor e dizer obrigado quando me trazem basta, no México não basta! Há que, por exemplo, para pedir alguma coisa primeiro perguntar como é que está o filho, como é que se sente hoje, se a consulta no médico correu bem. Primeiro há toda uma conversa que se monta e uma relação interpessoal que se cria para depois se dizer: *"Ah! Si eres tan amable me podrías traer... no se qué, te lo agradecería muchísimo!"* E, bem há todo este floreado social a que tive de me habituar, não é, porque estou a lidar com pessoas. Com os alunos não era necessário tudo isso mas a verdade é que com os funcionários e com os outros professores também era. Estas foram assim as grandes lutas iniciais eu ainda nem sequer tinha começado a trabalhar, quer dizer já tinha mas ainda me estava a habituar a todas as questões." (Antiga leitora de português)

Há ainda a ter em conta que num Centro de Língua há dois tipos de trabalho: o do dia-a-dia – apoio aos alunos, indicação de bibliografia, empréstimo de livros e preparação de actividades – e o extraordinário – as actividades culturais.

As actividades quotidianas num Centro de Língua são variadas, como podemos ler no excerto abaixo reproduzido:

"Nos centros de línguas tentamos acima de tudo dar atendimento aos alunos que vêm procurar livros relacionados com Portugal, no geral, ou de países africanos, embora não haja muitos. E tratamos da máquina toda, desde arranjar uma pessoa que nos venha ajudar a fazer a catalogação [dos livros], até arranjar uma pessoa que veja arranjar os móveis, comprar os móveis, toda esta parte assim mais terrena, até aconselhar alguns alunos em determinadas leituras, emprestar-lhes determinados livros, sugerir-lhes determinadas aproximações a abordagens na área de estudos deles. [...] Depois recebemos alunos que vêm só para discutir assuntos que tenham a ver com Portugal, também é importante este contacto com os alunos e organizamos por exemplo actividades culturais." (Leitora de português)

Tivemos oportunidade de passar algum tempo nos Centros de Língua e apercebemo-nos que, de facto, funcionam como biblioteca e centro de recursos para os alunos e também para alguns professores. No Centro de Língua Portuguesa da *Ciudad Universitaria*, o assistente e a leitora dão apoio a todos quantos queiram consultar ou requisitar os materiais disponíveis, aconselhando livros, autores, dando breves explicações de gramática ou de fonética. No Centro de Língua Portuguesa de Acatlán a leitora é auxiliada no seu trabalho por uma assistente administrativa. Os centros são também um local de encontro para *aficionados* da língua portuguesa, do Brasil ou de Portugal, alguns deles ex-bolseiros.

No final do mês de Fevereiro estavam a decorrer as pré-inscrições para o concurso a bolsas para a frequência de Cursos de Língua e Cultura Portuguesa⁷⁴, pelo que muitos alunos se dirigiam aos centros para pedir informações sobre as bolsas, sobre as universidades, sobre Portugal e ainda sobre o custo de vida em Portugal.

Para além do trabalho diário, há ainda todo o trabalho de bastidores relacionado com as actividades de divulgação da cultura e da língua: pensar as actividades, convidar pessoas, fazer cartazes, etc. A leitora refere que a realização de actividades culturais é uma componente muito importante do trabalho dos Centros de Língua Portuguesa no México, pois são, para além dos serviços culturais da Embaixada de Portugal, as únicas estruturas de divulgação da cultura portuguesa neste país, mas também porque é o acesso a essas actividades e o conhecimento sobre a produção cultural portuguesa que elas potenciam que motivam os alunos para a aprendizagem da língua:

“A função [do Centro de Língua] é um pouco o de centro cultural, é o de colmatar falhas ou oferecer uma difusão cultural que não existe se não for através dos centros de língua [...] e que tem de ser feita porque não há nenhum centro cultural a fazê-lo. E se não houver a difusão cultural o desinteresse pela língua também cresce bastante, porque normalmente o que impele uma pessoa a estudar uma língua são determinadas afinidades e essas afinidades não vêm porque a língua tem um som bonito, às vezes pode ser que venha, mas normalmente é por interesses culturais muito específicos.” (Leitora de português)

Se por um lado, a Semana Cultural da Língua Portuguesa, principal actividade cultural organizada no âmbito dos Centros de Língua, tem vindo a ter a colaboração de parte dos professores do Departamento, por outro, o leitor do Instituto Camões, associa-se também às actividades organizadas pelo próprio Departamento.

⁷⁴ Bolsas de um ano, atribuídas pelo Instituto Camões, para frequentar em Portugal um curso de Língua e Cultura Portuguesas (www.instituto-camoes.pt)

“[Em geral] as coisas acontecem em conjunto com o departamento de português, nós estamos no departamento de português e se as coisas puderem funcionar bem o ideal é que funcionem, não é. Sozinha, uma instituição não funciona tão bem como se estiver apoiada. Até agora temos recebido dos professores de português do CELE, não de todos mas de uma parte deles, uma receptividade importante que permitiu por exemplo organizar a semana da língua portuguesa o ano [civil] passado. Foi com os professores de português que fizemos por exemplo algumas palestras sobre a música em determinados períodos históricos. [...] Foi graças a eles que conseguimos os contactos de cantores, de guitarristas que tocavam música portuguesa e brasileira. Os professores puseram os alunos a trabalhar sobre as músicas de todos os países de língua portuguesa, eles fizeram cartazes [...] de Portugal, do Brasil, de Angola, de Cabo Verde e da Guiné Bissau, não havia de São Tomé e Príncipe e não havia de Timor. Mas já é bastante porque os alunos nem sequer sabiam que Angola, Moçambique e Cabo Verde falavam português por exemplo.” (Leitora de português)

Para além da semana cultural, realizada em Novembro passado, a actual leitora tem ainda previstas para o ano lectivo em curso outras actividades, como, por exemplo, um ciclo de curtas-metragens⁷⁵. A maioria das actividades de cariz cultural organizadas no âmbito dos Centros de Língua Portuguesa/Instituto Camões têm como público-alvo privilegiado a população universitária. Uma das actuais preocupações da leitora é procurar levar este tipo de actividades para o espaço público exterior à universidade, potenciando assim uma maior divulgação de Portugal, mas também de outros países de língua portuguesa, e da produção cultural de originária desses países:

“Essa difusão cultural é feita de uma maneira ainda um bocado restrita na faculdade e era por isso que falava à bocadinha da semana da lusofonia, que ainda que apoiada por professores locais, podia sair do espaço universitário ou do centro de línguas, sair para a cidade para que as pessoas ouçam também falar de algumas coisas.” (Leitora de português)

Com esse intuito, um dos ambiciosos projectos desta leitora é a reconversão da Semana Cultural da Língua Portuguesa em Semana da Lusofonia, contribuindo assim para que haja no México um maior conhecimento sobre os diferentes países onde a língua é falada e sobre a produção cultural que deles é originária. Este projecto da leitora tem igualmente como objectivo levar as actividades culturais relacionadas com a língua portuguesa a espaços culturais não universitários da Cidade do México, como nos explicou durante a entrevista:

“Há o objectivo também de expandir a Semana da Língua Portuguesa, mas é uma coisa que temos que ver ainda com muita cautela porque depende dos dinheiros, dos apoios e também muito do que se pode fazer, com quantas pessoas se pode contar. Mas a ideia seria ter uma

⁷⁵ Consultar Anexo I

Semana da Lusofonia, e em cada um dos dias teríamos um país que mostrasse o que tem de melhor e depois o dia mais importante seria o dia do país convidado por exemplo. Imagina que estaríamos a fazer a semana da lusofonia e este ano iríamos convidar 2 países pequenos, por exemplo São Tomé e Príncipe e Timor juntos, não é? Então todos os outros dias eram dedicados cada dia a um país e um domingo por exemplo que é um dia em que há mais gente nas praças seria dedicado a esses dois países.” (Leitora de português)

Com o intuito promover a difusão de autores portugueses no México, a leitora iniciou contactos com a Fundação para as Letras Mexicanas. De um primeiro contacto resultou “uma lista de profissionais da tradução, investigadores e professores universitários com conhecimento na área da Literatura Portuguesa e alguns com especializações académicas nesta área para possível apoio na Licenciatura em Letras Portuguesas, caso se venha a concretizar” (leitora de português, diário de campo), e lançaram-se as bases para uma futura colaboração entre a representação do Instituto Camões no México e a Fundação para as Letras Mexicanas no que diz respeito à deslocação de “autores portugueses ou africanos de expressão portuguesa” (leitora de português, diário de campo) àquele país. O próprio Director-Geral da Fundação, também “escritor, poeta, investigador e tradutor”, disponibilizou-se para “colaborar em conferências ou mesas redondas, ou na reedição de obras bilingues de poesia portuguesa por ele dirigidas e que se encontram esgotadas” (leitora de português, diário de campo), em contrapartida, a leitora aceitou fazer quatro seminários sobre literatura portuguesa na Fundação para as Letras Mexicanas.

Outra das tarefas do leitor no México é a colaboração com a Embaixada de Portugal no que diz respeito às actividades culturais. A maioria das actividades culturais da Embaixada para o ano de 2007 tinha sido definida antes da chegada da leitora ao México, em Setembro de 2006, como a exposição itinerante de Joana Vasconcelos nos Estados de Oaxaca, Nuevo León e Yucatán; a exposição “Eça de Queirós – Marcos Biográficos e Literários” ou a participação de um grupo de música português no Festival do Estado de Guanajato, entre outras.

“Sim, são actividades culturais, são actividades que já estavam programadas pelo conselheiro anterior, destas actividades eu estou a dar apoio [à actual Conselheira] naquilo que diz respeito mais directamente à literatura [...] Decidimos que para o próximo ano iríamos definir em conjunto mais actividades o que acontece é que as actividades já estavam praticamente definidas e eu estou a dar o apoio que necessita a conselheira neste momento e esse apoio é no geral logístico.” (Leitora de português)

Tendo em conta a especialização e particular interesse da actual leitora na área da literatura, a organização da participação de Gonçalo M. Tavares na Semana da Literatura Europeia da Cidade do México, em Maio de 2007, estava sob responsabilidade da leitora, tendo ficado acordado que o escritor daria também uma palestra na Fundação das Artes Mexicanas e uma outra na Universidade no âmbito da Cátedra José Saramago.

Já em Novembro de 2006, apenas dois meses após a sua chegada, a leitora se tinha deslocado à Feira Internacional do Livro em Guadalajara, na qual a Embaixada de Portugal não se fez representar oficialmente, mas que contou com a participação dos escritores José Saramago e António Lobo Antunes. Assim, com o intuito de “estudar as condições de recepção da literatura de autores portugueses no México e do tipo de literatura mais apreciado pelo público Mexicano em geral” (Leitora de português, diário de campo), a leitora contactou, em seu nome pessoal, com editoras e público, e assistiu às intervenções dos dois autores portugueses ali presentes, constatando que “o público mexicano aprecia a literatura portuguesa e que dados os dois exemplos que conhece, tem curiosidade por receber mais escritores portugueses, pois acredita na qualidade literária dos mesmos” (Leitora de português, diário de campo). Segundo nos afirmou, a leitora teve ocasião de apresentar as suas considerações acerca da situação da literatura portuguesa no México à Ministra da Cultura de Portugal, durante a sua visita àquele país, tendo esta mostrado interesse “em fazer de Portugal o país convidado no próximo ano ou no seguinte na mesma feira” (Leitora de português, diário de campo).

No âmbito da sua cooperação com a embaixada, a leitora irá ainda colaborar em actividades e encontros de representações diplomáticas relacionados com a educação, no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia, a partir de Julho de 2007 até ao final do ano.

4.5. O Centro de Estudos Brasileiros da Embaixada do Brasil no México

O Centro de Estudos Brasileiros

“[...] é um organismo de apoio às tarefas de divulgação cultural da embaixada do Brasil no México. O seu objectivo principal é o ensino da língua portuguesa ao público mexicano interessado em aprender a nossa língua. O Centro proporciona outros serviços para além do

ensino da língua, como informação, serviço de biblioteca, empréstimo de materiais para exposições, projecta cinema brasileiro e expõe artistas mexicanos e brasileiros.” (www.cebmxico.org.mx/queeselceb.htm).

O C.E.B. da Cidade do México, situado numa zona central da cidade, perto do Bosque de *Chapultepec*, é dirigido por Valquíria Wey, que é também docente, na área dos Estudos Latino-Americanos, e responsável pela Cátedra Guimarães Rosa, na *Facultad de Filosofía y Letras* da UNAM. O C.E.B. proporciona aos seus alunos um curso intensivo de português em cinco níveis, de quarenta horas lectivas cada um, e ainda aulas particulares ao domicílio ou nas instalações do próprio Centro.

Segundo dados que nos foram fornecidos pela Directora do Centro, em Janeiro de 2007, o C.E.B. era frequentado por 161 alunos, destes 150 eram de nacionalidade Mexicana e os restantes eram originários dos Estados Unidos, França, Coreia, Colômbia, Inglaterra, Alemanha, República Dominicana, Itália e Peru. Verificamos que a grande maioria dos alunos se encontram já em idade activa (39% têm entre 21 e 25 anos, 26% têm entre 26 e 30 anos e 16% têm entre 31 e 35 anos) e têm educação superior.

Quando olhamos para os motivações dos alunos para aprender língua portuguesa (Quadro 11), apercebemo-nos que o trabalho (39%) é a motivação mais forte, seguida do “gosto” (36%) e dos “estudos”(25%).

Quadro 11 – Motivações dos alunos do CEB para estudar língua portuguesa

Motivo de estudos	Nº de Alunos	%
Trabalho	62	39
Por Gosto	58	36
Estudos	40	25
Férias	1	1
Total	161	100

Fonte: Centro de Estudos Brasileiros da Embaixada do Brasil no México

Esta informação vai ao encontro daquilo que nos vinha a ser repetidamente afirmado por professores e alunos de português da universidade: que a língua portuguesa, sobretudo fora do meio universitário, é procurada por profissionais que contactam no seu quotidiano com empresas e outros profissionais brasileiros. Como se pode ler no

excerto seguinte, extraído da entrevista a um dos professores do CELE que teve também a experiência de leccionar no Centro de Estudos Brasileiros:

“Eu dei também aulas no Centro de Estudos Brasileiros que é a escola da Embaixada e o público que procura esses cursos é um público diferente do público que procura os cursos na universidade. (...) São a maioria pessoas que trabalham e que já têm contacto com o Brasil, com colegas do Brasil e que precisam do português como uma ferramenta de comunicação para o trabalho.” (A. S., professor de português)

4.6. O Questionário aos Alunos de Português da UNAM

No âmbito do trabalho de campo a que aqui se tem vindo a fazer referência, foi lançado um breve questionário a todos os alunos inscritos em aulas de língua portuguesa, literatura portuguesa e literatura brasileira nos centros de línguas estrangeiras dos três *campus* universitários visitados e no curso de Literatura Portuguesa Contemporânea leccionado pela leitora de português na *Facultad de Filosofía y Letras*⁷⁶.

4.6.1. Caracterização dos alunos

De acordo com informação obtida através dos serviços dos Centros de Línguas (ver Quadro 12), o *Centro de Enseñanza de Idiomas* da FES Acatlán tem o maior número de alunos inscritos em aulas de língua portuguesa (623), seguido do *Centro de Enseñanza de Lenguas Extranjeras* na *Ciudad Universitaria* (615), os restantes 248 alunos aprendem português no *Centro de Lenguas Extranjeras* da FES Aragón.

Dos 1486 alunos inscritos, no segundo semestre do ano lectivo em curso (2006/2007), recebemos 685 respostas, ou seja obtivemos uma taxa de resposta total de cerca de 46%. Verificamos ainda que na FES Aragón, sendo o *campus* com o menor número de alunos, obtivemos a maior taxa de resposta, seguido da *ciudad universitaria* e por fim do *campus* FES Acatlán.

⁷⁶ O questionário foi elaborado pela investigadora, ainda em Lisboa, e enviado por e-mail à leitora, o objectivo de obter a sua opinião acerca da adequação das perguntas à situação real dos alunos de língua portuguesa naquela universidade. Tendo a leitora considerado as perguntas suficientemente explícitas e adequadas, iniciou a distribuição do questionário pelos professores de língua portuguesa, para que fosse preenchido nas aulas, na semana anterior à nossa chegada. Tivéssemos tido a oportunidade de levar a cabo a observação do ensino da língua portuguesa naquela universidade e de conversar com professores e alunos antes da elaboração do questionário teríamos certamente acrescentado algumas perguntas, nomeadamente no que diz respeito a outras línguas aprendidas pelos alunos durante a sua formação escolar e universitária. Esta é claramente uma das maiores lacunas do questionário aplicado.

Quadro 12 - Número de alunos inscritos em aulas de Português, nº de respostas obtidas e taxa de resposta por *campus*

<i>Campus</i>	Número de alunos	Nº de respostas	Taxa de resposta %
FES Aragón	248	181	72,98
<i>Ciudad Universitaria</i>	615	343	55,77
FES Acatlán	623	161	25,84
Total	1486	685	46,10

Fontes: Serviços dos Centros de Línguas UNAM e questionário aos alunos de Língua Portuguesa da UNAM na Cidade do México

Os dados estatísticos recolhidos sobre a população escolar da UNAM⁷⁷ em 2005/2006 (Fonte: Dirección General de Administración Escolar, UNAM; www.planeacion.unam.mx/agenda/2006/xls/pobesc06.xls), indicam percentagens de 49% de alunos do sexo masculino e 51% de alunos do sexo feminino. Os dados obtidos através do questionário permitem-nos concluir uma sobre representação de alunos do sexo feminino inscritos em aulas de português por relação ao universo total, pois na população inquirida encontramos 64,96 % de mulheres e 34,74 % de homens (ver Quadro 13).

Já no que diz respeito à idade dos alunos de português, não tendo sido possível obter dados do universo de referência, constatamos que mais de 90 % têm menos de 35 anos e quase 70% têm menos de 25 anos.

Quadro 13 – Sexo e idade dos inquiridos

Idade	Sexo							
	NS/NR		Feminino		Masculino		Total	
	Ind.	%	Ind.	%	Ind.	%	Ind.	%
NS/NR	1	0,15	3	0,44	1	0,15	5	0,73
18-24			319	46,57	160	23,36	479	69,93
25-34	1	0,15	93	13,58	60	8,76	154	22,48
35-44			15	2,19	6	0,88	21	3,07
45-54			12	1,75	10	1,46	22	3,21
55-64			3	0,44			3	0,44
65-74					1	0,15	1	0,15
Total	2	0,29	445	64,96	238	34,74	685	100,00

Fonte: Questionário aos alunos de Língua Portuguesa da UNAM na Cidade do México

⁷⁷ População escolar total: 286.484 alunos

No que diz respeito à sua nacionalidade encontramos uma homogeneidade quase total. Como podemos ver no Quadro 14, apenas dois indivíduos não têm nacionalidade mexicana, sendo que são ambos nacionais de países da América Latina. Os resultados do inquérito permitem-nos constatar que no caso do México, não é provável que existam dificuldades de ensino relativas à diversidade de línguas maternas dos aprendentes, como acontece noutros países (Baptista *et al*, 2007), ou à necessidade de manuais e métodos de ensino diferenciados, pois todos os inquiridos, ou seja, 46% dos alunos de português têm o espanhol como língua materna.

Quadro 14 – Nacionalidade dos inquiridos

Nacionalidade	Indivíduos	%
Mexicana	683	99,71
Guatemalteca	1	0,15
Colombiana	1	0,15
Total	685	100,00

Fonte: Questionário aos alunos de Língua Portuguesa da UNAM na Cidade do México

4.6.2. Áreas de Estudo frequentadas pelos alunos

Como resposta à pergunta relativa à Área de Estudo dos alunos inquiridos, obtivemos os cursos frequentados. Verificamos que os cursos de língua portuguesa atraem muito mais alunos das áreas de Letras e Ciências Sociais e Humanas, porventura os que mais interesse têm em aprender outras línguas para além do inglês, obrigatório em grande parte dos cursos (ver Quadro 15). Assim, encontramos na população inquirida muito poucos alunos das áreas das Ciências ditas exactas, Engenharias ou Matemáticas.

Para fins de análise decidimos agrupar os diferentes cursos em Áreas de Estudo segundo a última actualização da Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (Ministério das Actividades Económicas e do Trabalho; Portaria 256/2005 de 16 de Março). Quase um quinto dos alunos não respondeu a esta questão, ao agruparmos os cerca de 79% que o fizeram, verificamos que as áreas mais representadas são a 31 – Ciências Sociais e do Comportamento (21,75%), a 32 – Informação e Jornalismo (12,55%), a 22 – Humanidades (11,53%) e a 14 - Formação de Professores / Formadores e Ciências da Educação (8,61%), como se pode ver no Quadro 16, que mostra a distribuição dos inquiridos por área de estudo, em frequências e percentagens.

Quadro 15 – Área de Estudo dos Inquiridos

Área de estudo	Indivíduos	%
NS/NR	144	21,02
Ciências Sociais e do Comportamento	149	21,75
Informação e Jornalismo	86	12,55
Humanidades	79	11,53
Formação de Professores / Formadores e Ciências da Educação	59	8,61
Direito	48	7,01
Engenharia e Técnicas Afins	32	4,67
Ciências Empresariais	21	3,07
Artes	14	2,04
Ciências Físicas	13	1,9
Arquitetura e Construção	13	1,9
Matemática e Estatística	11	1,61
Saúde	9	1,31
Ciências da Vida	4	0,58
Indústrias Transformadoras	2	0,29
Ciências Veterinárias	1	0,15
Total	685	100

Fonte: Questionário aos alunos de Língua Portuguesa da UNAM na Cidade do México

Se afinarmos um pouco a análise e desagregarmos as áreas com maior número de alunos por cursos, percebemos que há cursos claramente mais representados do que outros na população de aprendentes de português, conhecer quais são pode apontar pistas para a compreender que utilidade pode ter para alunos dos diferentes cursos o conhecimento desta língua.

Quadro 16 – Inquiridos por cursos da área de Estudo “Ciências Sociais e do Comportamento”

Área de estudo	Curso	Indivíduos	%
Ciências Sociais e do Comportamento	NS/NR	1	0,67
	Relações Internacionais	87	58,39
	Psicologia	17	11,41
	Economia	17	11,41
	Sociologia	11	7,38
	Outros	16	10,74
	Total	149	100,00

Fonte: Questionário aos alunos de Língua Portuguesa da UNAM na Cidade do México

Na área das Ciências Sociais e do Comportamento, a mais representada de todas, mais metade dos alunos que frequentam aulas de português nos Centros de Línguas são do

curso de Relações Internacionais. Este curso é – todas as áreas reunidas – o que tem maior número de alunos a frequentar aulas de português (87). Este facto poderá estar relacionado, como nos foi apontado por alguns alunos deste curso, com as possibilidades a nível de emprego proporcionadas pelas relações institucionais entre países que integram o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), organização em que o Brasil ocupa um lugar relevante. Há ainda número significativo de alunos de Psicologia, Economia e Sociologia, como se pode ver no Quadro 16.

Quadro 17 – Inquiridos por cursos da área de Estudo “Informação e Jornalismo”

Área de estudo	Curso	Indivíduos	%
Informação e Jornalismo	Comunicação e Jornalismo	85	98,84
	<i>Bibliotecologia</i>	1	1,16
	Total	86	100,00

Fonte: Questionário aos alunos de Língua Portuguesa da UNAM na Cidade do México

Dos 85 alunos da área de Informação e Jornalismo, apenas um aluno não frequenta a licenciatura em Comunicação e Jornalismo, área em que o conhecimento de línguas é muito valorizado (Quadro 17).

Quadro 18 – Cursos da área de Estudo “Humanidades”

Área de estudo	Curso	Indivíduos	%
Humanidades	Letras Hispánicas	26	32,91
	Estudos Latino-Americanos	26	32,91
	História	9	11,39
	Letras Clássicas	4	5,06
	Filosofia	3	3,80
	Humanidades	3	3,80
	Outros	8	10,13
	Total	79	100

Fonte: Questionário aos alunos de Língua Portuguesa da UNAM na Cidade do México

Da Área de Estudos Humanidades, cerca de 32% dos 79 alunos, são de Estudos Latino-Americanos e outros 32% de Letras Hispánicas, licenciaturas da Faculdade de Filosofia e Letras ligadas à Língua e Literatura dos países da América Latina e Espanha. Há

ainda, mas em muito menor número, alunos de História, Letras Clássicas, Filosofia e Humanidades.

Sabemos que parte destes alunos não frequenta aulas de língua, mas sim o curso de Literatura Portuguesa Contemporânea leccionado na *Facultad de Filosofía y Letras* (os alunos desta área são apenas 11% do total dos alunos ligados ao português, mas constituem mais de 80% dos alunos de Literatura). O que se comprova cruzando com a pergunta relacionada com a utilidade, dos 26 alunos de Estudos Latino-Americanos, mais de metade afirmaram que uma das utilidades que encontram para o estudo da língua ou da literatura portuguesa ou brasileira tem justamente a ver com a sua formação académica, pois permite-lhes ler textos em língua portuguesa e conhecer melhor a literatura portuguesa e brasileira, a utilidade “ler literatura em língua portuguesa”, sem se reportar directamente à formação académica foi também referida por um quarto destes alunos. No caso dos alunos de Letras Hispânicas (26) 8 deram respostas enquadradas na utilidade académica, e 6 referiram que era útil para “ler literatura em língua portuguesa”.

Quadro 19 – Cursos da área de Estudo “Formação de Professores / Formadores e Ciências da Educação”

Área de estudo	Curso	Indivíduos	%
Formação de Professores / Formadores e Ciências da Educação	Pedagogia	54	91,53
	Ensino de Inglês	4	6,78
	Docência para a Educação em Ciências Sociais	1	1,69
	Total	59	100,00

Fonte: Questionário aos alunos de Língua Portuguesa da UNAM na Cidade do México

Na área Formação de Professores e Ciências da Educação, 91,53 %, ou seja 54 indivíduos, são do curso de Pedagogia. Colocou-se então a questão de saber se os alunos Pedagogia consideram o português uma língua particularmente importante, para a sua vida académica, ou profissional. Verificámos que, entre os 54 alunos de português da Licenciatura de Pedagogia, 15 referiram que o português é “útil para a vida académica, pois permite ler textos em português, conhecer autores e teorias”, sendo esta

a resposta com o segundo maior número de frequências⁷⁸. Paulo Freire, o pedagogo brasileiro, foi uma das personalidades referidas nos inquéritos mas também em conversas com alunos deste curso. Estes factos levam-nos a concluir que a Pedagogia é de facto uma disciplina científica para o estudo da qual o português se pode revelar importante. Recordamos uma conversa, em situação de aula, em que um aluno de pós-graduação em pedagogia da FES Acatlán revelou estar a aprender português para poder fazer investigação sobre os professores indígenas no Brasil.

4.6.3. *Ciclo de ensino frequentado pelos alunos*

A maioria dos alunos de português frequenta uma licenciatura (80,58%), nas respectivas faculdades, como se pode ver no quadro 20. Encontramos ainda a frequentar aulas de português alunos de pós-graduação (1,75%), mestrados (2,48%), doutorandos (0,88%), mas também alunos já licenciados que não referiram frequentar qualquer curso na universidade (4,96%).

Quadro 20 – Ciclo de ensino frequentado pelos alunos de português

Ciclo de ensino	Frequências	%
NS/NR	64	9,34
Frequenta Licenciatura	552	80,58
É Licenciado	34	4,96
Frequenta mestrado	17	2,48
Pós-Graduação	12	1,75
Frequenta doutoramento	6	0,88
Total	685	100,00

Fonte: Questionário aos alunos de Língua Portuguesa da UNAM na Cidade do México

4.6.4. *Níveis e tipos de aulas ligadas à língua portuguesa frequentados pelos alunos*

Quando olhamos para a distribuição dos alunos por nível de língua frequentado (Quadro 21), verificamos que o número de alunos diminui a cada passagem de nível, excepto do quarto para o quinto, mas o número não é de todo significativo. Assim, quase 70% dos

⁷⁸ A resposta com maior número de frequências (20) foi “aprender português é útil para conhecer outras culturas”, o que à partida não revela qualquer relação com o curso ou a profissão.

alunos frequentam os dois primeiros níveis, destes, uma pequena parte frequenta, em Aragón, um semestre intensivo em que se encontram combinados o primeiro e o segundo níveis de português.

Quanto às respostas “Nenhum” são relativas a alunos de Literatura e do Curso de Certificação, pois dos primeiros alguns nunca frequentaram aulas de língua e dos segundos, alguns já terminaram os 6 níveis, preparando-se agora apenas para fazer o exame de proficiência do CAPLE.

Quadro 21 – Nível de Língua Portuguesa frequentado pelos alunos

Nível de Língua	Frequências	%
NS/NR	21	3,07
1º e 2º	45	6,57
1º	259	37,81
2º	161	23,50
3º	59	8,61
4º	41	5,99
5º	43	6,28
6º	31	4,53
Nenhum (terminou todos os níveis)	9	1,31
Nenhum (nunca frequentou)	16	2,34
Total	685	100,00

Fonte: Questionário aos alunos de Língua Portuguesa da UNAM na Cidade do México

Vejamos agora a sua distribuição por tipos de aulas. Como seria de esperar, a grande maioria (90%) dos inquiridos frequenta apenas aulas de Língua. Como podemos ver no Quadro 22, apenas alguns dos inquiridos (27) frequentam o Curso de Literatura Portuguesa Contemporânea já mencionado, dos quais cerca de 80% são alunos da área de Humanidades da *Facultad de Filosofía y Letras* e os restantes alunos ou ex-alunos do departamento de português da FES Acatlán. Destes 27, apenas 5 frequentam em simultâneo aulas de língua portuguesa, o que revela um interesse substantivo na Literatura, por parte de alunos que não estavam já em processo de aprendizagem da língua. Dos alunos do curso de certificação obtivemos 20 respostas, sendo que 8 deles frequentam também aulas de língua. Há ainda alguns alunos inscritos nas aulas de Literatura Brasileira leccionadas na FES Acatlán.



Quadro 22 – Tipo de aulas frequentado pelos alunos

Aulas de Português	Frequências	%
NS/NR	8	1,17
Língua	621	90,66
Literatura Portuguesa	22	3,21
Curso de Certificação + Aulas de Língua	12	1,75
Curso de certificação	8	1,17
Língua + Literatura Portuguesa	5	0,73
Língua + Literatura Brasileira	5	0,73
Literatura Brasileira	2	0,29
Literatura Brasileira + Literatura Portuguesa	2	0,29
Total	685	100,00

Fonte: Questionário aos alunos de Língua Portuguesa da UNAM na Cidade do México

Da leitura do Quadro 22, salientamos ainda o interesse dos alunos pela literatura portuguesa e brasileira parecem ser residuais, tendo em conta que mais de 90% de entre eles apenas frequentam aulas de língua.

4.6.5. Motivações para a aprendizagem e utilidade da língua portuguesa

Assumimos que os dados aqui apresentados, apesar de não ter sido possível construir uma amostra representativa, reflectem a realidade da população aprendente de português na UNAM, pois são referentes a 46% do total de alunos.

Passaremos de seguida à análise (1) das motivações dos alunos para aprender língua ou literatura portuguesa e (2) das suas percepções sobre a utilidade da língua portuguesa no presente e no futuro. Tendo em conta que estas perguntas eram de resposta livre, obtivemos respostas muito diversificadas que nos esforçamos por agrupar em grupos temáticos, de forma a tornar a análise inteligível. A maioria dos inquiridos respondeu às questões mediante a elaboração de pequenos textos ou frases dos quais retirámos, para cada inquirido, um máximo de 2 respostas por pergunta. Assim, nas figuras aqui apresentadas, os números indicados não correspondem a indivíduos, mas de facto, a respostas obtidas.

Motivações para aprender português

À pergunta relativa às motivações para aprender português obtivemos 996 respostas, pois alguns inquiridos deram apenas uma resposta e outros não responderam de todo. Na análise às respostas a esta questão definimos 7 tipos de factores que motivaram os

inquiridos a aprender língua ou literatura portuguesa: características intrínsecas da língua (417 respostas), interesse pela produção cultural de língua portuguesa/ modo de vida das populações (208 respostas), interesse pelos países onde é falada a língua (78 respostas), motivações ligadas ao percurso académico dos alunos (72 respostas), motivações ligadas à (futura) carreira profissional dos alunos (46 respostas), questões administrativas (44 respostas) e características extrínsecas da língua (36 respostas). Cada um dos tipos definido comporta uma variedade de motivações, que apresentamos de modo a possibilitar uma melhor compreensão.

Figura 5 - Características intrínsecas da língua (417 respostas)

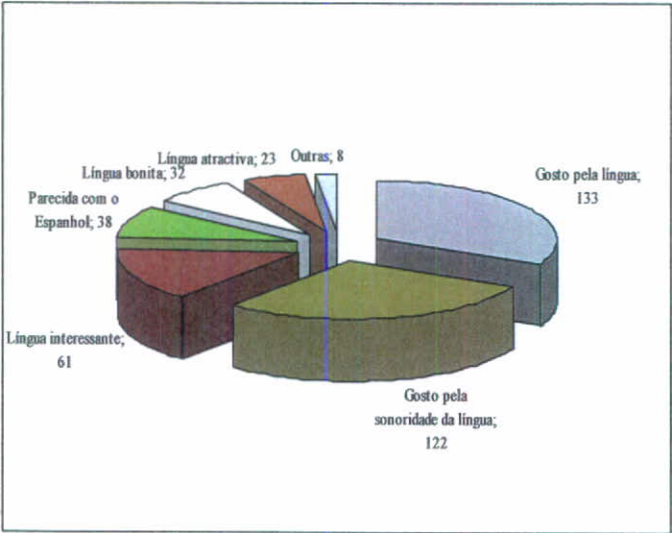


Figura 6 - Interesse pela produção cultural/modo de vida das populações (208 respostas)

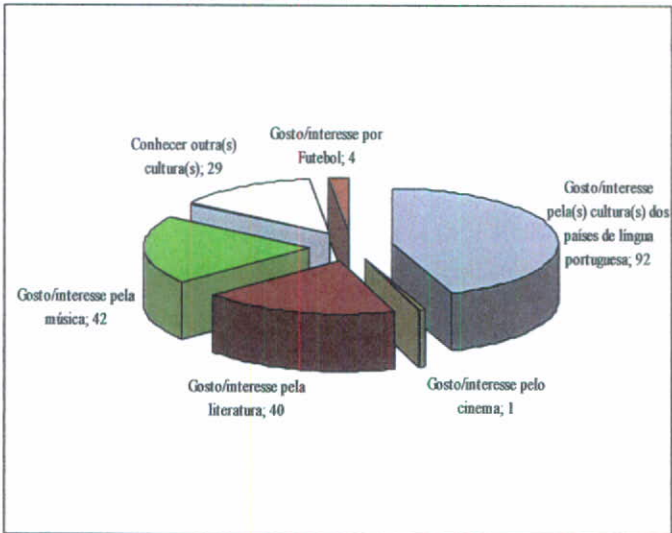


Figura 7 - Interesse pelos países onde é falada a língua (78 respostas)

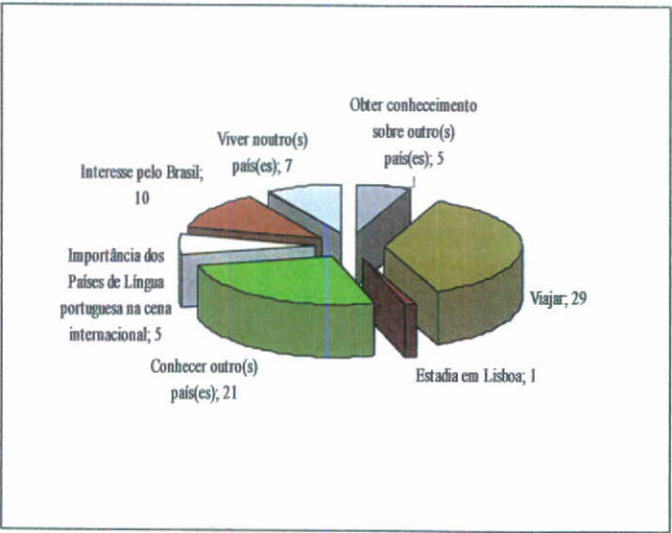
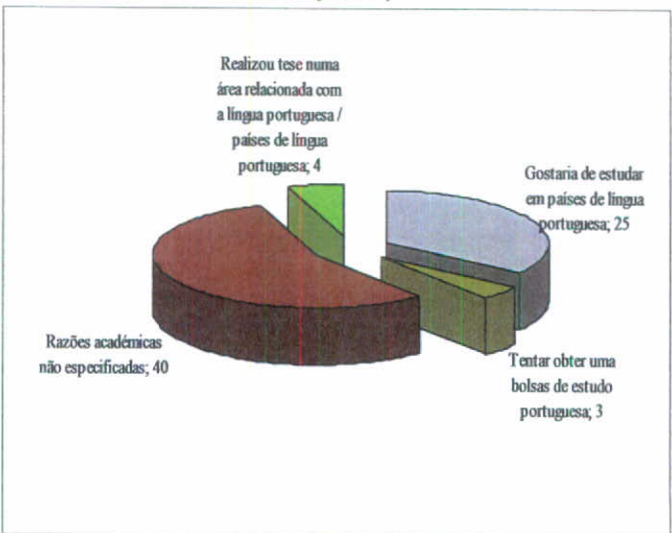


Figura 8 - Motivações ligadas ao percurso académico (72 respostas)



Fonte: Questionário aos alunos de Língua Portuguesa da UNAM na Cidade do México

No caso das características intrínsecas da língua (ver Figura 5) – o grupo com maior número de respostas – a maioria (133) foi bastante inexpressiva, tendo os inquiridos referido apenas o “gosto pelo língua” sem qualquer tipo de explicação. Segue-se o gosto pela “sonoridade da língua” (122 respostas), o facto de considerarem o português uma língua “interessante” (61 respostas), 38 alunos revelaram ainda que a sua pareença do português com a sua língua materna é uma das razões pelas quais decidiram aprender esta língua e 32 por ser uma língua bonita.

No tipo interesse pela produção cultural e pelo modo de vida das populações luso-falantes (Figura 6), a motivação mais vezes identificada foi o “gosto ou interesse pelas culturas dos países de língua portuguesa” (92 respostas), aqui classificámos as respostas em que os alunos referiram já ter algum conhecimento do que é a cultura de um ou mais países de língua portuguesa e por isso queriam aprender a sua língua; a motivação “querer conhecer outras culturas” foi dada por 29 alunos, esta motivação difere da primeira porque aqui se classificaram as respostas em que o aluno revela frequentar as aulas de língua não só para aprender a língua mas também para aprender sobre as culturas associadas a essa língua.

O gosto pela música, literatura e cinema em língua portuguesa foram outras das motivações que inserimos neste tipo, assim como o gosto pelo futebol, que como podemos ver na Figura 6, não é muito expressivo como razão para aprender a língua. Nas respostas encontramos referências específicas a estilos musicais, escritores, futebolistas ou músicos, apreciados pelos alunos. A prática da capoeira foi mencionada 6 vezes, o gosto pelo samba 4 vezes, pela Bossa Nova 2 vezes e pelo fado 1 vez. Madredeus (2) e Vinicius de Moraes (1) foram os únicos intérpretes referidos nas respostas. Quanto a escritores, os alunos referiram Fernando Pessoa (4), Saramago (2), Clarice Lispector (1) e Dinis Machado (1). Quanto aos futebolistas, Ronaldinho e Cristiano Ronaldo foram os únicos mencionados. Vemos que os alunos não referem apenas figuras brasileiras, mas que a produção cultural dos países africanos de língua oficial portuguesa não é de todo mencionada. No tipo de motivações relacionadas com o interesse pelos países onde se fala português (Figura 7) a resposta mais mencionada foi “viajar”, seguida de “conhecer outros países”, estes dois tipos de respostas não se confundem, sendo que a primeira revela um interesse pelas viagens em geral e a segunda por viajar especificamente para países como Portugal ou Brasil e ficar tempo suficiente para conhecer o país. O interesse pelo Brasil foi uma resposta mencionada por

10 estudantes. Os restantes tipos de respostas, que podemos ver na Figura 7 têm muito pouca expressão no total.

Procedemos ainda à identificação dos países de língua portuguesa mais mencionados nos textos ou frases elaborados pelos alunos. Podemos ver no Quadro 23 que o Brasil foi, como seria de esperar tendo em conta a sua proximidade, o país mais mencionado, por 184 alunos, Portugal apenas por 32, Portugal e Brasil em conjunto por 59 e os países de língua portuguesa em geral por 38 inquiridos. Cabo Verde, Angola e Guiné-Bissau foram mencionados apenas uma vez cada um e nunca isoladamente, sempre em conjunto com o Brasil.

No tipo de respostas em que as motivações reveladas pelos alunos têm uma ligação com o seu percurso académico (Figura 8), a maioria dos textos dos alunos referia apenas justamente motivações “académicas” sem qualquer tipo de especificação, incluímos ainda neste tipo a resposta “gostaria de estudar em países de língua portuguesa” que foi mencionada por 25 alunos e as respostas em que os alunos revelaram ter realizado ou estar a realizar as suas teses de licenciatura em áreas ligadas à língua portuguesa, ou aos países onde esta é falada (4) e ainda a resposta em que os alunos revelam querer estar a aprender português para obter uma bolsa de estudo (3).

Quadro 23 – Países mencionados nas respostas dos alunos

Países mencionados	Frequências	%
A nenhum	364	53,14
Brasil	184	26,86
Portugal	32	4,67
Países de Língua Portuguesa	38	5,55
Portugal e Brasil	59	8,61
Outros	8	1,17
Total	685	100,00

Fonte: Questionário aos alunos de Língua Portuguesa da UNAM na Cidade do México

Das 46 respostas que incluímos no tipo “motivações ligadas à carreira profissional” (Figura 9), a maioria (18) prendem-se com facto de os alunos considerarem que o português é uma língua útil na área de trabalho que escolheram, 10 alunos consideram que saber português constituirá uma mais-valia na procura de emprego, 9 decidiram aprender português porque gostariam de trabalhar fora do México, talvez em países

onde se fala português e outros nove gostariam de trabalhar em áreas directamente relacionadas com o português, como por exemplo, a tradução.

Figura 9 - Motivações ligadas à (futura) carreira profissional (46 respostas)

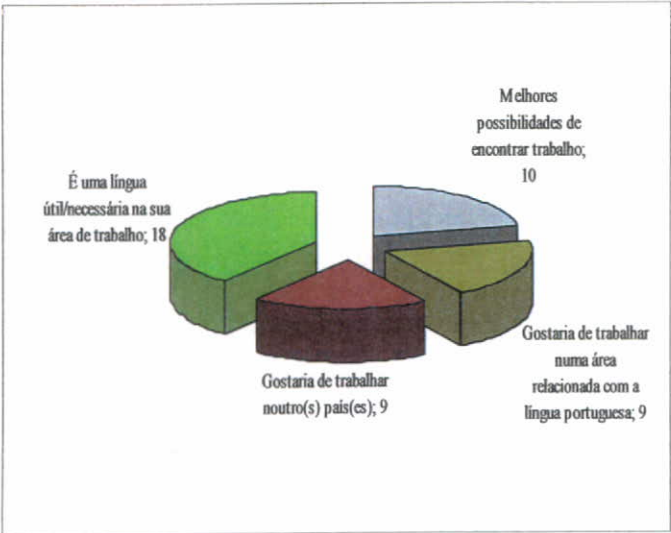


Figura 10 – Motivações ligadas a questões administrativas (44 respostas)

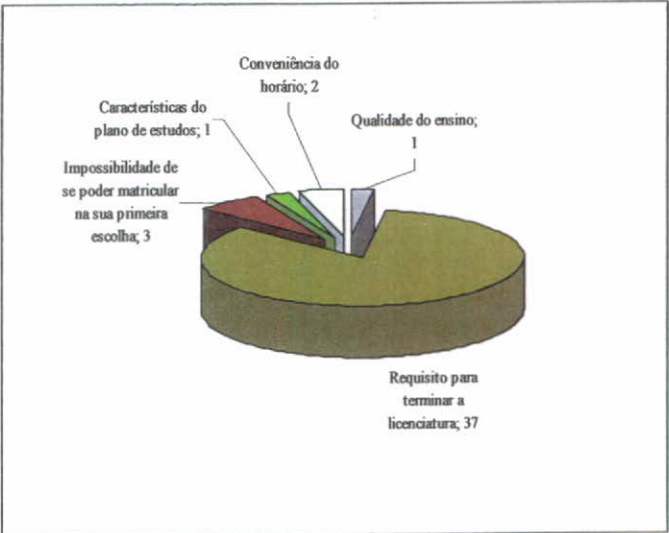


Figura 11 - Características extrínsecas da língua (36 respostas)

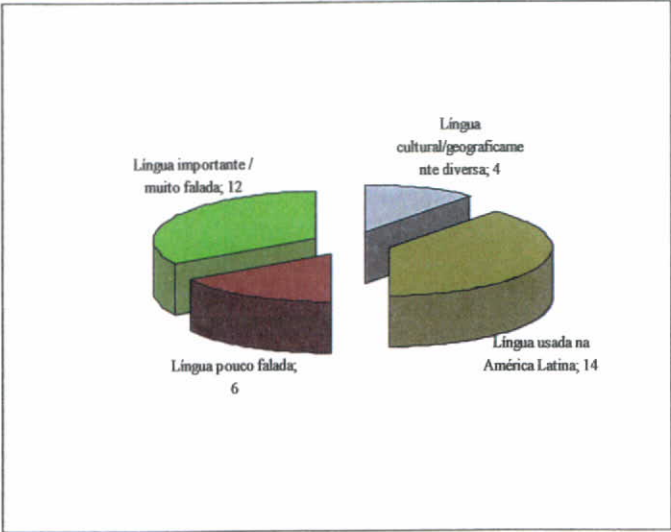
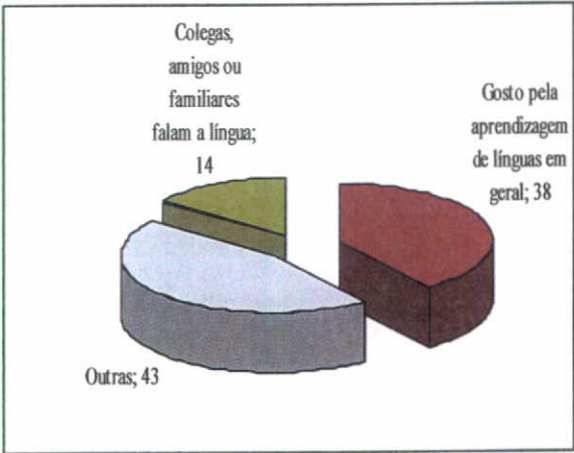


Figura 12 - Outras motivações (95 respostas)



Fonte: Questionário aos alunos de Língua Portuguesa da UNAM na Cidade do México

No tipo “Motivações ligadas a questões administrativas” (Figura 10) incluímos a resposta “requisito para terminar a licenciatura”, o que significa que o português foi uma das línguas escolhidas por 37 alunos, não só como opção, mas como a disciplina que lhes permite completar os créditos de licenciatura. Como foi referido anteriormente,

línguas como o francês, o inglês e o alemão são muito procuradas pelos alunos, pelo que têm um número limite de inscrições por ano, 3 dos alunos inquiridos revelaram ter escolhido aprender português por não terem tido oportunidade de se matricular na sua primeira escolha. Como se pode ver na figura 11, a qualidade do ensino de português na UNAM, a conveniência do horário e as características do plano de estudo foram as outras motivações reveladas pelos alunos que incluímos neste grupo.

Criámos ainda um tipo de motivações ligado a “características extrínsecas da língua” (Figura 11), no qual incluímos motivações como o facto de o português ser uma língua usada da América Latina (14 respostas). O facto de considerarem que o português é uma língua muito falada a nível mundial motivou 12 alunos, por outro lado, 6 alunos consideram-na uma língua pouco falada e como tal decidiram estudá-la. A diversidade cultural e geográfica ligada à língua portuguesa, ou seja o facto de ser falada em vários pontos do globo e de ter associadas culturas muito diferentes entre si foi motivação para 4 dos nossos inquiridos.

Na Figura 12 encontramos motivações reveladas pelos alunos que não foi possível agrupar em nenhum dos temas acima referidos, como o facto de terem familiares, colegas ou amigos luso-falantes os ter motivado para aprender a língua ou o facto de gostarem de aprender língua em geral, sendo o português apenas mais uma das línguas que aprenderam ou irão aprender ao longo das suas vidas.

Utilidade da aprendizagem da língua portuguesa

Tão ou mais interessante quanto a análise das respostas à questão sobre as motivações para aprender língua portuguesa, são as respostas à questão sobre a(s) utilidade(s) que os alunos julgam que o facto de saberem esta língua tem ou pode vir a ter nas suas vidas. A metodologia utilizada é semelhante, agrupámos o total de 929⁷⁹ respostas em 5 tipos de utilidades referidas pelos alunos: as respostas do grupo “utilidade para a vida académica” (238 respostas) são as mais frequentes, seguidas da “utilidade para a aquisição de conhecimentos” (235 respostas), em seguida o grupo “utilidade para a fruição de actividades de lazer e consumo cultural”, com 193 respostas, a “utilidade

⁷⁹ Há 17 respostas que não são aqui detalhadas, pois são muito heterogéneas e não são passíveis de agrupar. O seu pequeno número torna-as inexpressivas.

para vida profissional” aparece apenas em penúltimo lugar (141 respostas), antes da utilidade para comunicar (105 respostas).

Figura 13 – Útil para a vida académica (238 respostas)

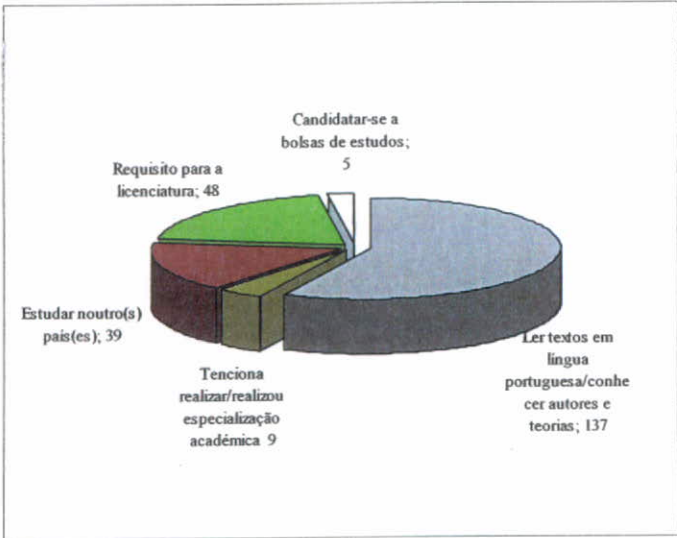


Figura 14 – Útil para a aquisição de conhecimentos (235 respostas)

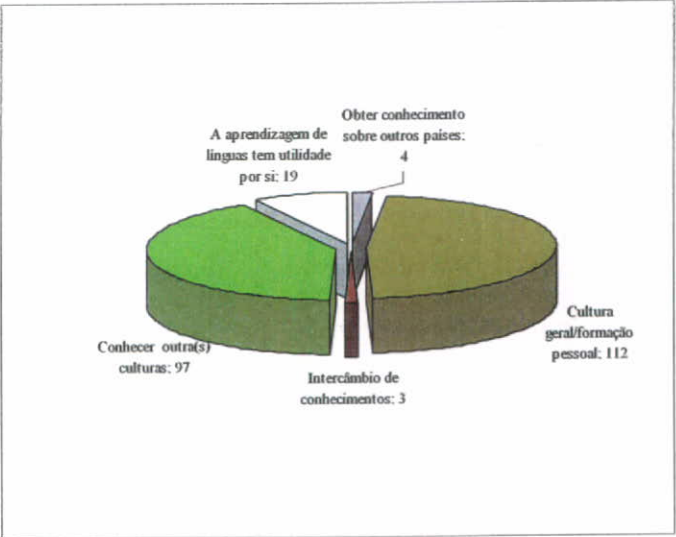


Figura 15 - Útil na fruição de actividades de lazer (193 respostas)

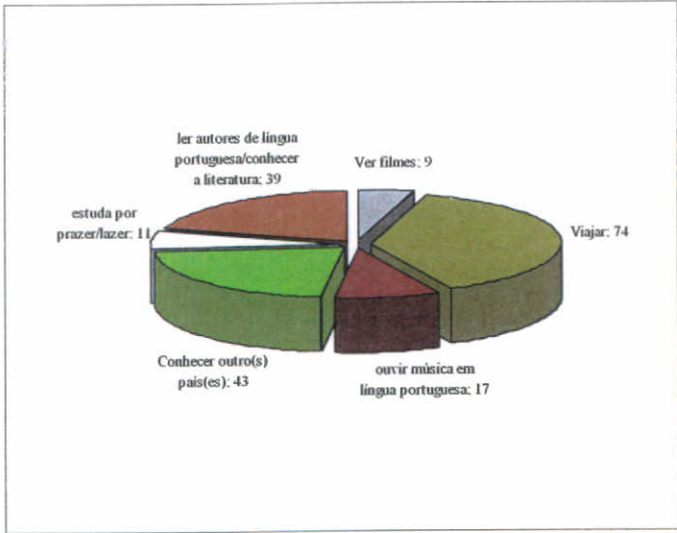
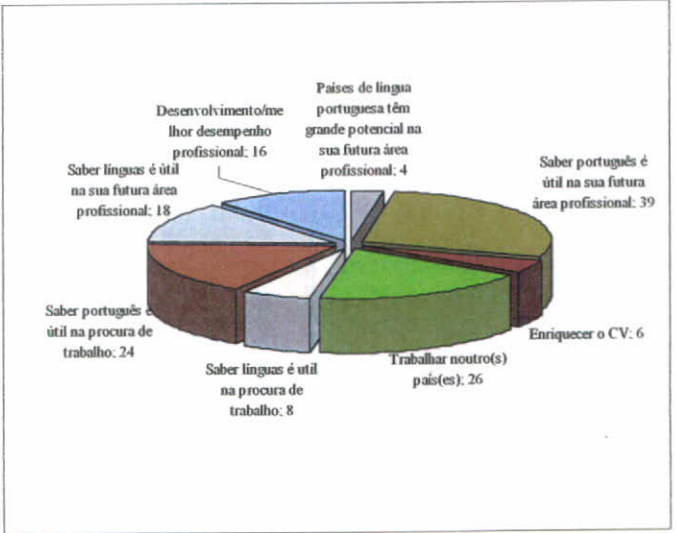


Figura 16 - Útil para a vida profissional /futura vida profissional (141 respostas)



Fonte: Questionário aos alunos de Língua Portuguesa da UNAM na Cidade do México

No tipo “utilidade para a vida académica” (Figura 13), a resposta mais expressiva, aliás a mais expressiva no total das respostas (137) é a que se prende com a possibilidade de ler textos ligados à área de conhecimento estudada pelos alunos na língua original, e conhecer os autores de língua portuguesa. Segue-se o facto de o português ser a língua escolhida para completar os créditos linguísticos que permitem terminar a licenciatura

(48 respostas). 39 alunos revelaram que saber português é útil para poderem ir estudar para outros países, nomeadamente países de língua portuguesa, 9 consideram que o conhecimento da língua foi ou é útil para a realização de especializações académicas e 5 consideram que é útil para se candidatarem a bolsas de estudo, nomeadamente as que são oferecidas pelo Instituto Camões quer para Cursos Anuais de Língua, em Portugal, quer para a realização de trabalhos de investigação em Portugal.

Como podemos ver na Figura 14, no tipo onde incluímos respostas relativas à utilidade da língua portuguesa para a aquisição de conhecimentos, encontramos 112 alunos que revelaram que é útil para a sua cultura geral e formação pessoal, 97 revelaram que é útil pois permite obter conhecimento sobre as culturas associadas à própria língua e 4 porque permite obter conhecimentos sobre outros países. Há ainda 19 alunos que consideram que saber línguas é útil para todos os aspectos da vida e 3 que consideram que saber português permite o intercâmbio de conhecimentos com luso-falantes.

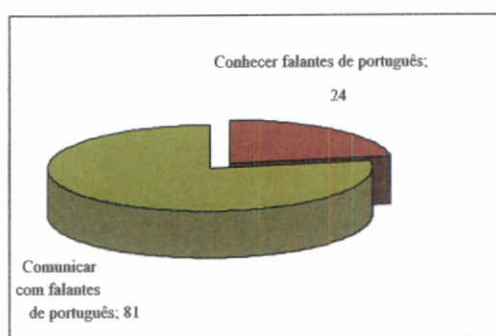
Na Figura 15 encontramos respostas relativas à utilidade da língua portuguesa para ter acesso, na língua original, a produtos culturais e ainda para a realização de actividades de lazer. 74 dos alunos inquiridos revelaram considerar o conhecimento da língua portuguesa útil para viajar pelo mundo e outros 43 para conhecer especificamente países de língua portuguesa. Ler livros (39), ouvir música (17) e ver filmes (9) em língua portuguesa foram outras das actividades para as quais os alunos consideraram útil ter conhecimento desta língua. Por fim, 11 alunos revelaram considerar que estudar a língua portuguesa não tinha para eles qualquer utilidade e que apenas o faziam por prazer.

Na Figura 16 podemos ver as respostas incluídas no tipo “utilidade da língua portuguesa para a vida profissional dos alunos”, este grupo compreende um grande número de respostas diferentes. 18 Alunos consideram que saber qualquer língua estrangeira é útil na sua área de trabalho (presente ou futura), enquanto que 39 alunos dão essa mesma resposta referindo-se especificamente ao português. As línguas são também consideradas uma mais valia na procura de emprego: 8 alunos dão esta resposta referindo-se às línguas em geral e 24 especificamente à língua portuguesa. 26 alunos ponderam a hipótese de trabalhar no estrangeiro, pelo que consideram que o conhecimento da língua portuguesa lhes pode ser útil para atingir esse fim. Por fim, 16 alunos consideram o conhecimento da língua portuguesa útil para terem um melhor

desempenho profissional em qualquer área e 6 consideram que é uma boa forma de enriquecer os seus currículos.

Por fim, foi definido um tipo que inclui as respostas ligadas à comunicação. Como se pode ver na Figura 17, 81 pessoas referiram que útil saber português para poderem comunicar com falantes desta língua, e 24 para poderem conhecer falantes da língua. Pelo que pudemos perceber dos textos através dos quais os alunos responderam às perguntas dos questionários, a utilidade “comunicação” está intimamente ligada às respostas “viajar”, “conhecer outros países” e “trabalhar noutros países”.

Figura 17 – Útil para comunicar (105 respostas)



Fonte: Questionário aos alunos de Língua Portuguesa da UNAM na Cidade do México

V. EXPERIÊNCIA DE LEITORADO E PERCURSOS PROFISSIONAIS DOS LEITORES DE LÍNGUA E CULTURA PORTUGUESAS

“O leitor tem de ser um bom e exigente professor, mas também um universitário, um profissional da indústria cultural e, de certa forma, um diplomata, na medida em que, dentro e fora do espaço universitário, permanentemente transmite uma imagem do seu país. O amadorismo e as boas intenções que nortearam gerações sucessivas de leitores, obtendo com escassos meios resultados prodigiosos, são no entanto cada vez mais incompatíveis com as exigências do ensino moderno.” (Esteves, 2002: 101)

Este V capítulo da dissertação é consagrado à apresentação e análise das 31 entrevistas realizadas a antigos e actuais leitores de língua e cultura portuguesas em universidades estrangeiras, e tem como objectivo caracterizar as suas carreiras profissionais e as suas experiências enquanto leitores. A análise focou-se ainda nas suas percepções acerca quer da experiência, ou experiências de leitorado, quer das consequências que esta terá tido nas suas carreiras profissionais e familiares.

Os leitores vêm a sua concepção do trabalho que realizam ser confrontada com outras: dos dirigentes e funcionários da instituição recrutadora e empregadora, dos alunos – seus “clientes” por excelência, dos colegas docentes nas universidades, e ainda das próprias autoridades académicas locais. Estes são alguns dos diferentes meios sociais em que se move um leitor, aos quais podemos acrescentar, consoante os casos, associações culturais ou recreativas, o meio diplomático ou a “bolha de expatriados” que se cria como meio social em países em desenvolvimento, que os leitores integram em algumas situações.

5.1. Formação

Uma das dimensões essenciais para analisar as carreiras dos leitores é, desde logo, a dimensão *formação*: formação académica mas também outras formações que, no entender dos próprios, contribuíram para a aquisição de conhecimentos úteis para o exercício das funções de leitor.

Dos trinta e um antigos e actuais leitores entrevistados, catorze são licenciados em Filologia Românica, cinco em Línguas e Literaturas Modernas, variante Português/Inglês, três em Filologia Germânica, dois em Línguas e Literaturas Modernas, variante Português/Francês, um em Linguística, um em Estudos Portugueses, um em Línguas e Literaturas Modernas, variante Inglês/Francês, um em Línguas e Literaturas Clássicas, um em Língua e Cultura Portuguesa/Língua Estrangeira, um em Filosofia e um outro em História do Património Cultural.

Constatamos assim que têm, na sua maioria, formação académica inicial na área das línguas, o que vai ao encontro dos critérios de recrutamento de leitores que identificámos ao longo das décadas. Notamos ainda que existe nesta população uma tendência para a continuação de estudos e especialização académica, pois raros são os que não prosseguiram estudos para além da licenciatura antes, durante ou após a sua missão, ou missões, de leitorado, sendo os dois últimos casos mais frequentes.

No que diz respeito a outras formações, consideradas relevantes pelos próprios para o exercício da função de leitor nas suas diversas vertentes, sabemos que desde 1986, o ICALP, e posteriormente o Instituto Camões, têm vindo a organizar anualmente cursos de preparação – obrigatórios - para os futuros leitores. A avaliação que os leitores fazem destes cursos é, no geral, positiva, dela sobressai a importância atribuída à possibilidade de contacto com antigos leitores, permitindo tomar um primeiro contacto com a realidade dos leitorados:

“De facto, a partir de 86-87 começaram a fazer esses cursos. Ia o professor de arte, ia o professor de língua, o professor de linguística. [...] Mas aquilo que nós gostávamos mais, era quando no final do curso apareciam três ou quatro leitores a falarem da experiência deles. Isso é que, isso é que nos dava pistas para nós percebermos o que é que iríamos fazer.” (Antiga leitora em França e Itália na década de 90)

Mais recentemente diversas instituições universitárias criaram formações graduadas ou pós-graduadas na área do português língua estrangeira e da cultura portuguesa, permitindo um investimento em formação que facilita a entrada ou a permanência no campo profissional dos leitorados. Apesar de este ser o tipo de formação agora mais valorizado pelo Instituto Camões, apenas três dos nossos entrevistados, todos eles inseridos na categoria “especialistas”, têm formação académica nesta área: uma é Licenciada em Língua e Cultura Portuguesa/Língua Estrangeira pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, um outro realizou a pós-graduação em Ensino do

Português como Língua Estrangeira da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e a terceira frequentou o Ramo de Formação Educacional em ensino do Português como língua materna e como língua segunda, também na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Para muitos, sobretudo para os professores profissionalizados, o facto de não possuírem formação específica na área de português língua estrangeira, não constitui um problema, pois consideram que, sendo professores de uma outra língua estrangeira, possuem os conhecimentos e conhecem as estratégias necessários para o ensino de Português Língua Estrangeira:

“Bem, os professores de português e de francês sempre tiveram muita sensibilidade para o ensino do português língua materna e português língua segunda. Porque, no fundo, temos uma prática pedagógica e uma formação inicial que nos prepara para o ensino de uma língua primeira que é o português, na escola portuguesa, na escola aqui em Portugal, e o francês uma língua segunda, de maneira que nós estamos preparados pedagogicamente para ensinar quer uma língua primeira, quer uma língua segunda, e para passar do português, língua primeira para língua segunda” (Antiga leitora na Polónia nos anos 70)

Alguns leitores referem ainda outras formações, frequentadas ao longo da vida, que se revelaram úteis para a sua missão pedagógica e cultural. Podemos referir como exemplo, uma leitora que considerou a sua formação na área do teatro fundamental para a realização de um bom trabalho pedagógico, como se pode ler no excerto que se segue:

“Também fiz o conservatório. E agora vou-lhe dizer que para mim é muito importante dizer que fiz o Conservatório Nacional de Teatro, porque a experiência que tenho tido como professora de português para estrangeiros, tudo o que aprendi no Conservatório, que é muito menos, digamos, teórico que a Universidade, ensinou-me, por exemplo, como dar português numa aula [...]. Eu ponho as pessoas a mexer-se, porque um corpo parado não aprende, que é outra coisa que nós também temos de aprender. Para aprender uma língua, aprende-se muito melhor em movimento, portanto eu punha-os sempre a dramatizar situações e eles adoravam.” (Antiga Leitora em Angola, Austrália, França e Timor-Leste nas décadas de 80, 90 e primeiros anos do século XXI)

Este excerto é ilustrativo da importância da componente de mediação cultural inscrita no trabalho do leitor, que se reflecte quer nos conteúdos transmitidos, quer nos métodos utilizados.

Ainda relativamente à formação, uma outra questão referida pelos nossos entrevistados é a importância do conhecimento da língua do país para onde se vai leccionar.

“Sabe que aqui em Portugal, houve sempre, mesmo antes do 25 de Abril, escolas privadas que ensinaram russo, e, depois do 25 de Abril, o Instituto Pushkin, o instituto russo para o ensino de russo no estrangeiro, colocou aqui um leitor em Portugal [...] um leitor excelente, uma professora maravilhosa, e eu inscrevi-me. Inscrevi-me e aprendi o primeiro ano com muito interesse. E nesse ano, a União Soviética, ainda era União Soviética, deu 10 bolsas para as pessoas que tivessem tido mais facilidade, ou melhor aproveitamento, ou assiduidade fossem preparar um exame a Moscovo. E eu tive essa bolsa, então ainda aprendi mais russo quando fui para a Polónia, mas tornou-se um pouco difícil pela interferência entre as duas línguas.” (Antiga leitora na Polónia nos anos 70)

Este elemento constituiu, em 1993/94, uma das condições preferenciais para o recrutamento de leitores.

5.2. Actividades profissionais anteriores à experiência de leitorado

Se a formação constitui o primeiro passo – decisivo – de construção de uma carreira, os *postos de trabalho efectivamente ocupados* e as *experiências profissionais acumuladas* são os seus elementos-chave. Assim, não podemos reconstituir carreiras de leitores sem fazer referência às experiências profissionais anteriores à missão – ou missões – de leitorado. Considerando as três categorias criadas para identificar os indivíduos que têm vindo a realizar funções de leitor, a categoria “professores de línguas” era aquela em que esperávamos encontrar maior homogeneidade do ponto de vista das experiências anteriores, o que veio a ser infirmado pela análise das entrevistas. Temos no entanto que ter em conta que se este grupo revela uma maior heterogeneidade em comparação com os outros é porque grande parte dos entrevistados se insere nesta categoria⁸⁰.

No que diz respeito à categoria “Falantes nativos cultos”, na qual inserimos apenas 4 dos nossos entrevistados, cujas experiências de leitorado foram anteriores a 1980 e que não tinham qualquer vínculo laboral ao Estado, as experiências profissionais anteriores ao leitorado foram, num primeiro caso a docência no ensino básico, num segundo caso a docência de língua portuguesa no ensino privado, no terceiro caso o ensino de Inglês e no quarto e último caso, o leitorado constituiu a primeira experiência profissional da leitora.

⁸⁰ Encontramos aqui um dos grandes inconvenientes utilização da técnica bola-de-neve: a homogeneidade da população entrevistada.

Na categoria “professores de línguas”, o ensino de línguas, nos níveis básico, secundário e, muito menos frequentemente, superior é a actividade comum a todos. Alguns destes leitores tiveram também como actividade profissional – complementar – a investigação:

“Paralelamente, a isso, durante quatro anos, eu estive aqui, como disse, na Universidade Nova, de Ciências Sociais e Humanas, com a professora Maria Emília Ricardo Marques e aí é que fiz então trabalho de investigação no projecto *A Criança Portuguesa em Contexto de Imigração*.” (Antiga Leitora em Itália e França nos anos 90)

O ensino da língua portuguesa a estrangeiros em instituições universitárias ou em escolas privadas é outra das actividades referidas:

“Entrei como leitora em 90, 1990, e saí em 93, e antes de ser leitora, eu já dava aulas na Faculdade de Letras, nos Cursos de Verão [...] e às vezes também dava nos Cursos de Inverno. Que eram mais longos esses cursos, os de Verão era só um mês. [...] A estrangeiros, sempre.” (Antiga Leitora em Itália e França nos anos 90)

“E antes tinha, por exemplo, dado aulas de português a estrangeiros no CIDAC, e numa série de outras escolas de português para estrangeiros.” (Antiga Leitora em Itália, Espanha e Suíça nos anos 80, 90 e primeiros anos do século XXI)

Assim como a participação em projectos de formação de professores oriundos de países africanos de língua oficial portuguesa:

“[era professora] do ensino secundário mas estava destacada na Escola Superior de Educação de Setúbal [...] Fui introduzida no chamado “Projecto África”. Portanto trabalhei muito com Angola, Cabo Verde, Guiné, com todos os países. Fazíamos formação de professores, eles vinham cá.” (Antiga Leitora em França nos anos 90)

Cinco dos nossos entrevistados tiveram como experiência profissional anterior ao leitorado o ensino de língua portuguesa no estrangeiro em escolas básicas e secundárias. Nestes casos, o ensino de Português como língua estrangeira, ou, num dos casos, o contacto com o ensino do português em países de língua oficial portuguesa não eram estranhos aos leitores, estas experiências anteriores terão também contribuído para que fossem seleccionados em concurso.

“Eu fui professora cooperante na Guiné-Bissau em 79, aí lembro-me perfeitamente, e depois penso que para aí nos anos 80 fui para Moçambique, também como professora cooperante. [...] Agora [...] acho que um jovem concorre aos leitorados e fica. Mas naquela época, digamos que nos escolhiam, a mim pelo menos senti que me escolheram pela experiência da Guiné e de Moçambique, e cheguei a Angola então como leitora.” (Antiga leitora em Angola, Austrália, França e Timor-leste)

A experiência em organização de eventos culturais foi outra das actividades referidas pelos antigos leitores, como podemos ler no excerto abaixo:

“Eu passei um ano, o único ano que eu não estive a dar aulas, na Direcção Geral de Educação de Adultos, na altura eu tinha por missão dar apoio às bibliotecas de todo o distrito e fazer um trabalho também na área da cultura tradicional e sobretudo do audiovisual. Eu sempre estive muito ligado ao audiovisual. [...] eu tinha sido director de um festival de cinema [...] era um festival de cinema dos países de língua portuguesa, antes disso tinha todo um historial na área da animação cultural, ligado à expressão dramática.” (Antigo leitor em França nos anos 80 e 90)

“Eu estive sempre muito ligado, já em Braga, desde o antigo liceu, desde o meu sexto ano, digamos assim *grosso modo*; à animação cultural, foi algo que me agradou.” (Antigo leitor em França nos anos 80 e 90)

Em casos deste tipo, a ligação à área cultural é anterior à missão de leitorado, o que pode indicar uma predisposição do professor para as funções que virá mais tarde a desempenhar enquanto leitor.

Dos entrevistados que inserimos na categoria “especialistas”, todos iniciaram as suas missões após o ano 2000⁸¹. No que diz respeito às suas experiências profissionais anteriores à missão de leitorado, sabemos que três deles tinham já experiência em Ensino de Português Língua Estrangeira. Num dos casos a entrevistada tinha leccionado Português como Língua Estrangeira numa Universidade, a alunos *Erasmus*, e também numa escola particular, para além de ser uma das únicas com formação académica nessa área (Ramo de Formação Educacional em português língua materna e língua estrangeira):

“Antes de ser leitora estive aqui a dar aulas, de português para estrangeiros, aos alunos do projecto Sócrates/Erasmus [...] fiz também os cursos de verão, e também dei aulas numa escola particular durante uns meses e tinha feito tradução fonética, numa editora e sim, até à altura era tudo” (Antiga leitora em Espanha nos primeiros anos do Século XXI)

Num outro caso a entrevistada apenas tinha leccionado PLE numa escola particular, e no terceiro caso entrevistado tinha sido professor convidado numa universidade estrangeira:

“Dei aulas no ensino básico, desde o 5º até ao 12º ano, depois dei aulas no ensino superior politécnico. [...] Na Guarda, no Instituto Politécnico da Guarda. Depois em Hamburgo, na Universidade [durante] um semestre, durante o primeiro semestre. E aí foi, dar aulas num

⁸¹ Apenas uma das entrevistadas que iniciou a experiência de leitorado após o ano 2000 foi incluída na categoria “professores de línguas”.

curso de Língua Portuguesa [...] que tinha a duração de três anos e eu dava aulas no 3º ano. Depois voltei para Portugal, para o Politécnico, depois foi do Politécnico que eu fui [para Timor].” (Antigo leitor em Timor-Leste nos primeiros anos do Século XXI)

A condição de “especialista” deste entrevistado decorre também do facto de estar a realizar uma tese de mestrado relacionada com o ensino de português em Timor-Leste.

Ainda entre os entrevistados que incluímos na categoria “especialistas”, mas que não tinham qualquer experiência de ensino de PLE, um tinha trabalhado sobretudo em estudos sobre o património, sendo a sua condição de “especialista” inferida do facto de ter realizado uma pós-graduação em Ensino do português como língua estrangeira. Uma outra é Licenciada em Língua e Cultura Portuguesa (língua estrangeira), não tendo tido qualquer experiência profissional anterior ao leitorado.

5.3. *Motivações*

As motivações dos professores podem, em certa medida, definir as tarefas que estão aptos e predispostos a realizar no exercício das funções de leitor. A análise das 31 entrevistas realizadas permite-nos identificar motivações *intrínsecas* e *extrínsecas*, ou seja motivações directamente relacionadas com o conteúdo da função de leitor e outras apenas indirectamente. A situação mais comum é a decisão de ser leitor resultar da combinação de mais de uma motivação, mas mesmo nos casos em que apenas foi indicada uma motivação e esta é aqui classificada como sendo *extrínseca*, isso não significa que o entrevistado não tem, ou tinha, interesse pelo tipo de trabalho a realizar.

Apresentamos em primeiro lugar, dois casos de informantes que saíram de Portugal por razões não profissionais e que foram entretanto contratados localmente. As suas motivações são *extrínsecas* pois não se prendem especificamente com a vontade de ser leitor, mas sim com as circunstâncias ligadas às suas trajectórias pessoais.

Motivações Extrínsecas

Tendo deixado Portugal no início dos anos 70, por razões políticas, uma das mais comuns para a migração de trabalhadores qualificados portugueses naquela época (Peixoto, 1999), o nosso informante foi contratado pela universidade para ensinar

português, tendo posteriormente – já depois do 25 de Abril – concorrido a um posto de leitor por Portugal, que ocupou durante 4 anos, na mesma instituição. Assim, a sua motivação para se tornar leitor foi de ordem *institucional*, como nos explicou durante a entrevista, queria retomar a ligação ao país de origem de forma a poder mais tarde integrar-se profissionalmente, o que não chegou a concretizar-se, pois o professor permaneceu na mesma universidade até à reforma:

“De maneira que eu fui nomeado leitor pela França, e, na altura, houve o 25 de Abril e eu na altura já podia vir cá, que dantes não vinha, e depois, concorri, na altura ao Instituto de Língua e Cultura Portuguesa, pensando que era uma maneira de ter aqui um pé, percebe, se quisesse voltar e tal não sei quê. Mas acabei por não voltar, porque entretanto, acabei por estar cinco anos ligado, já era leitor e, mas também com um pé aqui, mas com vínculo à Universidade Francesa. Entretanto o posto de leitor foi transformado em assistente associado.” (Antigo leitor em França nos anos 70)

Uma outra informante revelou-nos que a sua saída do país se ficou a dever a razões *familiares*, como nos explica no excerto abaixo reproduzido, e que a sua contratação como leitora foi puramente circunstancial:

“Eu fui por uma razão que não tem nada a ver com o ensino, nem com a carreira profissional. Eu entretanto tinha casado, estávamos em plena guerra do Ultramar, e era aquela história: bom, ficamos ou vamos embora? E portanto, no fundo, foi uma opção de sair do país para não ir para a guerra do Ultramar. Não eu, claro, mas o meu marido. E portanto, e a ideia era de eu fazer qualquer coisa, doutoramento ou uma coisa qualquer. [...] Fui só um ano leitora, entretanto deu-se o 25 de Abril e eu vim-me embora. E isso foi uma proposta da Universidade [...], e como eu já lá estava, foi proposto que fosse eu, nem sei bem como é que isso se passou, sinceramente. Portanto não foi assim propriamente nem um concurso, nem eu me inscrevi aqui em Lisboa, não estava cá. Foi o facto de ser necessária uma pessoa lá, e eu estar lá. Em vez de estar como *chargée de cours*, uma vez que estava um lugar vago. No fundo eu fui ocupar um lugar que vagou.” (Antiga leitora em França nos anos 70)

Nestes dois casos classificámos as motivações como *extrínsecas* à função de leitor.

Uma terceira leitora declarou que a sua principal motivação para se candidatar a um leitorado na Alemanha era melhorar o seu domínio da língua Alemã, área em que se tinha licenciado. Uma outra ainda revelou-nos que saiu do país em finais dos anos 60, para realizar o seu doutoramento, tendo sido posteriormente convidada para ser leitora, neste caso também, a motivação é *extrínseca*:

“Eu fui para lá como bolseira, fui fazer pesquisa naquela Universidade [...] A bolsa foi-me atribuída por dois anos, mas eu só usei dela um ano. Porque quando estava lá, o director do Departamento de Português achou que eu seria um bom elemento para estar ali ao serviço, e perguntou-me se eu aceitava e eu aceitei. É assim, as coisas foram-se desenrolando sem um programa inicial.” (Antiga leitora em França nos anos 60 e 70)

Como já foi referido, as motivações ligadas à *formação académica* são geralmente associadas às primeiras décadas de existência dos leitorados, quer em documentos históricos, quer em testemunhos escritos pelos leitores, quer nas próprias entrevistas que realizámos:

“Parece que, ao contrário de antigamente, em que [o leitor] era o licenciado que ia para o estrangeiro para preparar a sua tese de doutoramento. Parece que chegou um momento [finais dos anos 70] em que só queriam que só fosse leitor no estrangeiro aquele que já fosse doutorado. Disseram-me mas eu não tenho a certeza.” (Antiga leitora em França nos anos 60 e 70)

No entanto, entrevistas recentes mostram que a *formação académica* é uma motivação que nunca deixou de existir para os candidatos a leitores, continuando a ter um peso não despiciendo nos nossos dias, como mostram os dois excertos abaixo reproduzidos, retirados de entrevistas a dois professores que foram leitores em épocas relativamente distantes.

“Portanto, motivações não políticas mas científicas levaram-me a procurar, e nesse caso procurei um leitorado, que era a única abertura que eu poderia ter. As únicas aberturas eram ser bolseira ou ser leitora, quer dizer que este leitorado corresponde de certa maneira a uma certa bolsa de estudo. E, portanto, foi a grande motivação científica que me abriu os horizontes [Fui para França] para fazer um mestrado e para procurar áreas científicas de interesse.” (Antiga leitora em França nos anos 70 e 80)

“Em Timor foi diferente, eu estava a fazer a minha tese de mestrado. O mestrado tinha a ver com o ensino de português em Timor e a opção era ir lá, de alguma forma. Comecei a ver que hipóteses é que tinha para ir lá, e depois acabei por contactar e ser contactado quase em simultâneo pelo Instituto Camões, eles estavam a precisar de pessoas para lá, para o curso que eles mantinham lá na Universidade, e eu tinha interesse em ir lá durante algum tempo e então acabei por ser contratado por eles.” (Antigo Leitor em Timor-Leste nos primeiros anos do século XXI)

Nestes casos a realização de trabalho de investigação com vista à obtenção de um grau académico é a motivação principal e a actividade de leitor o que permite ao indivíduo manter-se no estrangeiro. As motivações ligadas à *formação académica* associam-se por vezes a outro tipo de motivações de cariz mais pessoal como ter uma *experiência de*

vida e trabalho no estrangeiro e ter assim a possibilidade de conhecer outros países do ponto de vista do residente e não do turista, e também de tipo *familiar*:

“Há sempre um lado pessoal que implica estas coisas de ir para o estrangeiro, a pessoa tem sempre muitos motivos para ir. Muitas vezes de cariz pessoal até a vários níveis, não é. Porque gosta de ir conhecer, de fazer outras experiências, gosta de ir ver países estrangeiros, depois também há vários aspectos da vida pessoal que influem. Eu, do meu ponto de vista gostava de estar num país a viver, não só ir passear, e depois também achei que para os meus filhos era ótimo, e foi. Achei que lhes fazia bem abrir a cabeça. E depois também como eu estava a fazer o meu doutoramento e gostava de estar lá no estrangeiro, eu sempre fui um bocado contra as bolsas, [...] e preferi ir neste estatuto, de estar a trabalhar e de estar ao mesmo tempo a fazer a minha investigação [sobre Literatura Medieval]”.
(Antiga leitora nos Estados Unidos, França e Espanha nas décadas de 80 e 90)

Apesar de raramente ser mencionada em exclusivo, a motivação *ter uma experiência de vida e trabalho no estrangeiro*, que permita conhecer pessoas, países e formas de vida diferentes, é das mais comuns:

“Por uma questão de aperfeiçoamento, e porque desejava conhecer, viver noutros ambientes, gostava da França” (Antiga leitora em França nos anos 70 e 80)

Motivações Intrínsecas

No caso seguinte o ambição de ter uma *experiência de vida e trabalho no estrangeiro* está associada à vontade de *trabalhar na área da divulgação cultural*, que podemos considerar uma motivação *intrínseca*:

“Ao escolher História e Património Cultural já era uma vocação materialista da cultura, ou seja sempre tive este apego à cultura portuguesa. Um português no estrangeiro pode fazer muito pela cultura portuguesa. Mas de facto, a presença de um agente da cultura pode fazer muito mais até do que o apoio institucional. E o facto de sair do país, também há esse factor [como motivação]. [...] Para a Suécia fui sozinho, foi daquelas coisas de intercâmbio de famílias. Para mim, despertou, não foi despertar a consciência, é despertar que é possível uma pessoa estar fora, sozinha ou acompanhada, durante um ano. Se uma pessoa tem 18 anos e consegue fazer isto, hoje sou capaz de fazer isto e muito mais, já não estou tão preso à família.” (Leitor em Espanha)

Neste outro, a motivação *ter uma experiência de vida e trabalho no estrangeiro* aparece associada ao *gosto pelo ensino do português a estrangeiros* (intrínseca):

“Eu gosto imenso de viajar, já tinha estado em países diferentes, no período em que os militares saíam para as colónias. Não se chamavam assim, chamavam-se províncias

ultramarinas, não é. E portanto, gostava muito de viajar. Depois, quando comecei a ensinar português a estrangeiros, gostei muito. E portanto [foram] fundamentalmente essas duas motivações. E continuo a gostar de sair, se houvesse oportunidade eu iria para outro leitorado.” (Antiga Leitora em Itália, Espanha e Suíça, nos anos 80, 90 e primeiros anos do século XXI)

Alguns dos nossos entrevistados que fazem parte do grupo “professores” foram, antes de ser leitores, professores de português no ensino básico e secundário em países estrangeiros e nesses casos ter uma *experiência de vida e trabalho no estrangeiro* é também uma motivação muito referida. No caso desta leitora, associada à vontade de *mudar a rotina profissional*, que decidimos considerar uma motivação *intrínseca*, pois nestes casos os leitores demonstram interesse pelo tipo de trabalho realizado nos leitorados:

“Antes de ser leitora foi a escola primária e já foi a mesma motivação: dava aulas há sete anos no liceu, sempre quis ser professora, não foi de estar farta, sempre gostei muito de ser professora, mas ao fim de sete anos os meus ideais caíram um bocadinho, estava um bocadinho desanimada e dava a impressão que não avançava e que já tinha feito tudo. Já tinha estado no Conselho Directivo da escola, quer dizer já não podia fazer mais nada diferente, e era muito novita [tinha] por volta dos 26 anos na altura e pensei: agora tenho que esperar trinta anos pela reforma a fazer a mesma coisa? Foi essa a minha motivação. E depois na altura, não esquecer que há vinte e tal anos não se saía do país como agora se sai, com tanta facilidade e eu tinha muita vontade de ver coisas, já tinha saído um bocadinho mas muito pouco no *interail* e essas coisas assim, mas foi um bocado disso, o susto de passar trinta anos a fazer a mesma coisa.” (Leitora em França)

A vontade de *mudança na rotina profissional* é um tipo de motivação que associamos sobretudo ao grupo “professores”, pois foram vários a referenciá-la:

“Naquela altura eu tinha 20 anos de profissão, o final dos anos 80 foi uma fase muito complicada para os professores em geral, foi uma fase de grandes tensões, foi uma fase de muita luta por um estatuto que acabou por sair em 89, foi praticamente no ano em que eu depois saí. E senti até psicologicamente a necessidade de ir fazer uma coisa diferente. 20 anos a fazer a mesma coisa é muito tempo. E eu, por temperamento, de vez em quando preciso de mudar. E surgiu aquela oportunidade e eu pensei: olha, porque não? Vou experimentar.” (Antiga leitora em França nos anos 90)

Apesar de no caso dos professores com vínculo ao Estado, a remuneração duplicar durante o período em que assumem as funções de leitor, e de, nos outros casos, os leitores terem, quase sempre, direito a um salário e a um subsídio de residência, apenas uma jovem leitora revelou que a questão económica teve algum peso na sua decisão:

“Porque era uma oportunidade muito boa, ir para Cambridge, não é? Não é assim todos os dias que recebemos esse, essa hipótese, que temos essa hipótese. E depois também porque ia ganhar bastante bem, e não sabia se ia ser chamada cá ou não para leccionar, [...] eu não tinha a certeza. Além disso, eu fui mesmo com a intenção de estar lá só um ano, e ao fim desse ano vinha embora.” (Antiga leitora no Reino Unido nos primeiros anos do século XXI)

Aliás a motivação económica é vista por alguns como algo negativo, algo que associam a uma perversão do sentido que deve ter a missão de leitorado:

“Quer dizer, está a ver, uma pessoa, se for, se tiver uma determinada maneira de estar, pensa assim: eu com este dinheiro, quando chegar, tenho que chegar para comprar uma casa, compro um carro novo, essa mentalidade da imigração. Não é a mentalidade que tem que ter um leitor. Eu sobre isso, eu sei porque isso se passou tudo comigo e à minha volta, não sei se está a ver. [...] para sermos reconhecidos temos de gastar dinheiro a vestir-nos, também a convidar os colegas, sermos convidados, isto é, a inserirmo-nos. E isto leva a outra questão, quando as pessoas vão para lá para poupar dinheiro, o que é que fazem? Normalmente também tem que ver com uma certa ideologia, não se misturam com ninguém, estão sozinhos, completamente sozinhos. Há muita gente completamente sozinha!” (Antiga leitora em Itália nos anos 80 e 90)

Assim, identificámos oito tipos de motivações para o investimento na experiência de leitor. Estas motivações encontram-se muitas vezes interligadas, sendo ainda frequente uma certa ambiguidade na percepção dos entrevistados entre aquilo que foi a motivação e o que posteriormente lhes agradou na experiência. De tipo *extrínseco*, identificámos as motivações institucionais, familiares, ligadas à formação académica, ligadas à vontade de ter uma experiência de vida e trabalho no estrangeiro e económicas. De tipo *intrínseco* o gosto pelo trabalho na área da divulgação cultural, o gosto pelo ensino do português a estrangeiros e a vontade de mudar a rotina profissional.

5.4. Funções de Leitor

As 31 entrevistas realizadas no âmbito do trabalho de investigação permitem-nos dar conta de funções assumidas por leitores desde os anos 70. Dispomos ainda de informações recolhidas no Arquivo Histórico do Instituto Camões, sobre o leitorado de Rennes, que nos possibilitam abordar as tarefas realizadas por professores que ali exerceram funções de leitor entre 1921 e 1960.

No ano de 1936, o leitor em Rennes, para além das suas actividades docentes, dava semanalmente conferências públicas na Universidade sobre arte, história e literatura de Portugal, publicou 2 livros em francês sobre Portugal: *Les Gloires et les Beautés du Portugal* e *Virgile, Dante et Camões* e organizou ainda festas universitárias como, por exemplo, o centenário de Alexandre Herculano, que descreveu da seguinte forma:

“As pessoas mais eruditas de Rennes sabiam que o nosso grande historiador quando, em 1830, se exilou naufragou na costa de Granville donde veio a pé até Rennes. [...] E quando Rennes celebrou os grandes românticos, Herculano foi evocado – pelos meus colegas – para uma homenagem especial. [...] A festa em honra de Herculano foi presidida pelo Reitor Sr. Davy. O nosso ministro em Paris não pode infelizmente presidi-la por estar doente. Havia um busto de Herculano no Grande Anfiteatro, a nossa bandeira, flores. Uma tapeçaria célebre, “A Morte de Duguesclin”, de que a Faculdade de orgulha, parecia nesse dia mais bela. [...] Fiz distribuir pelo público cartões com o retrato de Herculano e o trenó que começa: «Lisboa, cidade de mármore e de granito». E no dia seguinte todos os jornais de Rennes publicavam largas notícias sobre o grande historiador português.” (Arquivo Histórico do Instituto Camões, Relatório do leitor, 1936: 15)

O relato acima transcrito permite-nos concluir que, apesar de só a partir de 1997 as actividades de divulgação cultural se encontrarem legalmente consignadas na definição das funções do leitor, já os primeiros leitores de língua e cultura portuguesa em universidades estrangeiras não se limitavam a dar aulas de língua. Documentos consultados no Arquivo acima mencionado comprovam que também o leitor que sucedeu a Chagas Franco no cargo de leitor em Rennes, já depois da II Guerra Mundial, se empenhou em vários projectos de divulgação cultural que ultrapassavam o âmbito das suas aulas na universidade: realizou conferências, organizou a biblioteca do leitorado e criou um programa de rádio dedicado à música portuguesa, intitulado *Ballade Portugaise*:

“A minha colaboração na rádio Bretanha, iniciada em 1953, poucos meses depois da minha vinda para França, atingiu agora um objectivo há muito procurado: um programa especial, regular, a uma hora acessível à maioria dos auditores. Assim, na quarta-feira, 25 do corrente, foi para o ar a primeira *Ballade Portugaise*, emissão quinzenal, de 20 minutos, às 19h30. O texto dialogado, de divulgação dos nossos monumentos, paisagens e atractivos turísticos, é ilustrado com música adequada dos discos e gravações magnéticas da discoteca do Leitorado. O primeiro programa, dedicado a Coimbra, agradou plenamente. Os próximos programas [...] incluirão trechos da Suite Alentejana de Freitas Branco, da Nazaré de Frederico Freitas e da Suite Portuguesa de Rui Coelho, não falando, é claro, dos

fados de Amália Rodrigues, grande triunfadora, neste momento, em Paris.” (Carta do leitor José Duarte Marques ao Instituto de Alta Cultura, 30 de Abril de 1956)

A actividade do segundo leitor de língua portuguesa naquela cidade em prol da divulgação do seu país e do incremento do conhecimento da sociedade renense sobre a produção cultural e científica portuguesa não passou despercebida aos meios de comunicação local, como o comprova o texto seguinte, extraído de um artigo do Jornal “Ouest-France” de 1956:

“L’aimable lecteur a la fierté de ses élèves, comme aussi de la bibliothèque fondée par lui et qu’il nous montre avec orgueil. [...] Maintenant, les personnalités françaises et portugaises qui connaissent M. José Duarte Marques et rivalisent d’estime à son égard, car il est un perpétuel et bouillant ambassadeur des uns auprès des autres, se disputent à qui apportera sa pierre au temple culturel qu’il a bâti de tout son cœur pour la gloire commune des deux nations.” (Notícia de 3/2/1956 no jornal “Ouest-France”)

O excerto que segue, retirado do relatório anual do leitor referente a 1954/55 mostra-nos que já naquela época os leitores recebiam instruções do Instituto de Alta Cultura para se dedicarem a actividades de divulgação cultural:

“Saí de Lisboa com o firme propósito de contribuir, dentro dos meus recursos limitados, para a comemoração do centenário de Garrett que se avizinhava. Não só no cumprimento das instruções do IAC, mas especialmente como crente convicto do culto garreteano.” (Arquivo Histórico do Instituto Camões, Relatório do Leitor de Rennes, 1954/55: 2)

De acordo com os documentos consultados, a comemoração que aqui se alude recebeu aprovação da Faculdade de Letras, apesar de não se poder realizar na data do centenário. No entanto, o pedido do leitor ao Instituto de Alta Cultura para financiar a deslocação a Rennes de um catedrático português para proferir uma conferência sobre Garrett foi recusado. Assim, viu-se o leitor contrito a realizá-la pessoalmente, o que, segundo o próprio, lançou as bases para uma maior consideração pelos leitores de língua estrangeira naquela Faculdade:

“Não havia memória dum leitor estrangeiro proferir uma conferência oficial no grande anfiteatro. Estava em jogo não só o meu nome como ainda o prestígio de todos os meus colegas que me encorajavam, dizendo que, aberto o precedente, a vez deles chegaria. Sentir-me-ia felicíssimo se conseguisse quebrar esta menoridade intelectual dos Leitores estrangeiros em Rennes à qual aludi nos meus relatórios anteriores.” (Arquivo Histórico do Instituto Camões, Relatório do Leitor de Rennes, 1954/55)

Devido aos seus contactos privilegiados com a Rádio Bretanha, leitor conseguiu ainda que o centenário do escritor fosse devidamente assinalado nesse meio de comunicação social:

“A data do centenário estava quase à porta e eu não a queria deixar passar em branco. Consegui, mais uma vez [...] a gravação [na Rádio Bretanha] duma breve palestra de dez minutos em que foquei sinteticamente a vida agitada do Divino, os exílios, esses negros dias do Havre, as influências da Inglaterra e da França na sua evolução literária. No final, uma locutora disse, com voz molhada de ternura, duas poesias de Folhas Caídas na tradução do saudoso Prof. Gentil. [...]. E assim, por obra e graça dum conjunto de circunstâncias felizes, a memória de Garrett não foi esquecida em Rennes nesse solene dia.” (Arquivo Histórico do Instituto Camões, Relatório do Leitor de Rennes, 1954/55: 2)

Notamos que as actividades dos dois primeiros leitores em Rennes não se circunscreviam ao espaço académico, tentavam alargar as suas iniciativas a outros espaços culturais da cidade. Também António Jorge Dias, leitor em Rostock nos anos 30, considerava que o seu trabalho como leitor se estendia para além dos muros da Universidade:

“A acção do leitorado não se limita ao círculo universitário. Na sociedade, na roda de amigos, por toda a parte o leitor é o centro de informação de tudo que diz respeito ao seu país e que interessa o público alemão, extraordinariamente ansioso.” (Relatório do Leitor de Rostock, António Jorge Dias, 1939)

No entanto, como hoje, naquela época encontrávamos nos leitores diferentes visões do que consistia o seu trabalho. O terceiro leitor em Rennes, que se iniciou nas funções em 1957, tinha como principal preocupação – que também tinham tido os seus antecessores – o alargamento do ensino da língua portuguesa aos liceus da região, com o intuito de aumentar o número de candidatos à licenciatura na Faculdade (Arquivo Histórico do Instituto Camões, Relatório do Leitor de Rennes, 1957/58).

“A agregação é o complemento normal de uma licenciatura em França, visto permitir aos licenciados o ensino liceal, sendo para os que optam pelas línguas o meio mais frequente e certo de utilizarem, na vida prática, o seu diploma. [...] Não existindo agregação em Português, não há também uma saída normal para os nossos estudos.” (Arquivo Histórico do Instituto Camões, Carta do leitor ao Secretário do Instituto de Alta Cultura, 1960)

Para além das suas diligências junto dos liceus da região, este leitor, contrariamente a Chagas Franco e Duarte Marques, concentrava os seus esforços de divulgação da língua e da cultura portuguesas sobretudo no espaço universitário, como afirma num dos seus relatórios:

“Continuamos a experiência do ano passado [1957-58], concentrando-se todo o esforço do leitorado no plano da vida universitária. Pareceu-nos equívoco dispersar energias quando o próprio meio da universidade só lentamente entra em contacto com a nossa existência. Recordo que o número de alunos da universidade de Rennes se eleva a mais de 11000 alunos.” (Arquivo Histórico do Instituto Camões, Relatório do Leitor de Rennes, 1958/59)

Uma das actividades que se propôs realizar durante a sua missão no leitorado de Rennes foi uma comemoração do Centenário do Infante D. Henrique, com o convite de um professor português para proferir duas palestras sobre a figura histórica, uma em Paris e uma outra em Rennes:

“Tenciono organizar no próximo período uma sessão solene, que seja a participação desta Faculdade de Letras nas Festas do Centenário do Infante. Pode V. Exa. ter a amabilidade de me dizer se há algum Professor das nossas Faculdades de Letras que venha, por esse tempo e com fim idêntico a Paris e que pudesse deslocar-se até Rennes para uma conferência?” (Arquivo Histórico do Instituto Camões, Carta do leitor ao Instituto de Alta Cultura, 1959)

Esta breve referência aos primeiros leitores na cidade francesa de Rennes mostra-nos que a organização de actividades de divulgação cultural, dentro e fora do espaço universitário, sempre constituíram “tarefas” familiares aos leitores, em alguns casos, por indicações do instituto responsável pelos leitorados. Não temos no entanto conhecimento de que fizessem parte das dos “conteúdos funcionais” da missão, como passaram a fazer a partir de 1997, com a entrada em vigor da Lei Orgânica do Instituto Camões⁸², o que não significa que todos os leitores tenham passado a dedicar-se a este tipo de actividades, como veremos mais à frente.

Sabemos que o ensino é, definitivamente, a actividade comum a todos os leitores, independentemente da época ou do local em que tenham assumido essas funções. Constatamos, regressando a épocas mais próximas de nós, que nem todos os nossos informantes, ensinaram, ou ensinam ainda, exclusivamente língua portuguesa. As matérias são diversificadas e variam consoante as necessidades da instituição em que o leitor se encontra colocado.

Também os públicos e as condições de ensino são diversificadas. Nos países de língua oficial portuguesa, os leitores são, desde finais dos anos 80, sobretudo canalizados para a formação de professores. Desta forma, fornecem aos professores, ou futuros professores, instrumentos para que possam formar os seus próprios alunos. Assim, nos primeiros anos o seu trabalho consistia em fazer “formação de professores em

⁸² Decreto-Lei n.º 170/97 de 5 de Julho 1997

exercício”, ou seja, ensinar português a pessoas que já estavam de facto a dar aulas. Foi uma experiência desse tipo na Guiné, no final dos anos 80, que nos relatou uma das nossas entrevistadas:

“Depois no ICALP [...] verificaram que não havia recursos para dar português, mesmo aulas, assim investiram na formação de professores e depois num efeito multiplicador, em cascata. Em formadores que por sua vez faziam formação de outros professores guineenses. Mas nesses primeiros anos foi assim mais ou menos apalpar terreno. [...] Fizemos formação no interior, na zona de Cacheu e na zona de Mansoa. Só que ainda pouco organizados, quer dizer, em função do terreno. Atingíamos 10 mil alunos, portanto, está a ver o que é, uma loucura! [...] Trabalhámos com os professores, directamente, falávamos com os delegados de sector, que eram guineenses, eles congregavam os professores, os professores vinham, às vezes de oito quilómetros de distância. A pé, descalços. E vinham para nos ouvir, para lhes ensinarmos meia dúzia de coisas. E aí nós encontrámos pessoas com uma folha já com letras tão sumidas que já mal se percebia o que é que lá estava escrito.” (Antiga leitora na Guiné Bissau na década de 80)

Mais recentemente os “formadores” enviados pelo Instituto Camões, para além de continuarem a colaborar em projectos de formação de professores em exercício, passaram também a dar formação aos alunos das licenciaturas em Língua Portuguesa criadas nas universidades desses países, o que alterou por completo o trabalho e as condições em que é realizado:

“Aqui [Universidade Agostinho Neto no Lubango] fui chefe de sector de português no departamento de letras modernas. Tinha todas estas actividades como leitora: tinha que dar literatura portuguesa moderna, tinha que dar didáctica especial da língua e prática docente. Exactamente isto que estou a falar eles saberem como é que se dá a língua portuguesa. Fiz formação de professores aqui, nesta universidade [...] e em Timor também fiz formação de professores” (Antiga Leitora em Angola, Austrália, França e Timor-Leste nas décadas de 80, 90 e primeiros anos do século XXI)

Já nos países onde o português é ensinado como língua estrangeira, e não como língua segunda, muitos dos leitores, para além da língua ensinam igualmente a literatura, a geografia ou a história de Portugal e dos países lusófonos. Vimos, por exemplo, no capítulo anterior que, no México, o que determinava quais as aulas a leccionar pela leitora eram as lacunas na formação dos outros professores de português. A variedade de situações nas diferentes universidades e nas várias épocas em que os nossos entrevistados assumiram as funções de leitores não nos permitem identificar quer um padrão temporal, quer um padrão por países, referiremos portanto apenas alguns exemplos ilustrativos da variedade de situações encontradas.

Uma das nossas entrevistadas, em funções numa prestigiada universidade francesa em finais dos anos 70, estava apenas encarregada das aulas de língua, pois todas as outras matérias eram leccionadas por professores “da casa”:

“Por exemplo, eu nunca dei aulas de cultura porque não foi preciso. Quer dizer, havia, na Sorbonne, pessoas para darem isso, portanto, o que me pediam era que eu desse aquilo que as próprias pessoas não podiam dar, as próprias pessoas francesas que lá estavam, não é. Por isso é que eu dei essencialmente aulas de língua.” (Antiga leitora em França na década de 70)

Em algumas universidades o leitor era encarregado de matérias ligadas à cultura portuguesa, enquanto que a língua era ensinada pelos próprios professores da Universidade:

“Dava tudo, língua, dava cultura, mas a cultura era mais a vertente de geografia de Portugal, as literaturas de países africanos, e que fiz a escolha só de dois países, foi Moçambique – como eu nasci em Moçambique, tinha de ser – e São Tomé e Príncipe. Esse ano, só dei, nesses dois anos dei esses dois países.” (Antiga leitora em Itália e França na década de 90)

Em alguns casos, estes professores têm mesmo de ser autodidactas para poderem leccionar as cadeiras que lhes são atribuídas, como foi o caso de uma leitora, formada em línguas, a quem foi atribuída uma cadeira sobre música:

“Quando cheguei lá e me puseram a dar uma cadeira chamada “Música e Sociedade”, não tinha nada, não tinha Internet, não tinha nada. E pensava o que é que ia ser de mim com um tema em que eu nunca tinha pensado. [...] Eu até achei muito engraçado porque uma parte era sobre o Brasil e outra sobre Portugal. Então, eu e a minha colega fomos preparar as duas, de maneira completamente incipiente. Depois acabou por ser engraçado, porque pus aqui toda a gente a gravar-me música, tinha amigos que tinham muitos discos portugueses, eu até tinha alguns, mas não tinha assim tantos. Depois até queria fazer uma espécie de percurso diacrónico.” (Antiga leitora em França na década de 90)

Foram-nos ainda relatadas situações em que o leitor, para além das suas aulas, dava apoio aos professores de português da universidade, como acontece também no caso do leitorado do México:

“Na China quando eu cheguei, praticamente era assim: eu tinha um escritório, sentava-me e de 2 em 2 horas vinham os professores. Porque havia muitos professores, havia para aí 12 professores. No 1º ano ainda havia alunos, mas no 2º ano havia mais professores que alunos. Então um dava ditado, outro dava redacção, outro dava gramática, outro estava a fazer traduções de Jorge Amado por exemplo. E para prepararem as aulas, eu estava ali, eles vinham e tiravam dúvidas.” (Antigo leitor na China na década de 80)

A partir da criação do Instituto Camões, como se demonstrou no capítulo relativo à história dos leitorados, o tipo de instituições em que eram colocados os leitores diversificou-se, levando a que alguns se vissem confrontados com públicos discentes muito específicos, e como tal, matérias muito específicas para ensinar.

Vejamos o caso de um dos nossos entrevistados, jovem licenciado em Línguas e Literaturas Modernas, variante Português Inglês, que tinha também frequentado o primeiro ano de um Mestrado em Ciência Política. Devido à especificidade da sua formação, foi recrutado pelo Instituto Camões, mas contratado pela Assembleia da República Portuguesa, para ensinar português aos funcionários e deputados do Parlamento de Timor-leste, ao abrigo de um acordo entre as duas instituições⁸³

“Dou cursos de português, só. Portanto, curso inicial, curso intermédio e curso avançado de português. [...] Principalmente com os deputados, num nível mais avançado, em muitas das aulas, eu levo textos. Um exemplo que posso dar é que, numa das aulas levei um artigo sobre o político, qual o político do futuro, qual o futuro da política. [...] Fizemos primeiro a análise desse texto, em termos de português, compreendê-lo e depois um debate sobre o texto. Eu estou a trabalhar com políticos, portanto tenho que lhes transmitir o vocabulário necessário e também de lhes transmitir a capacidade de debaterem ideias em português. [...] Agora tenho aulas com um grupo de economistas e juristas que trabalham para o PNUD das Nações Unidas. São timorenses que trabalham no Parlamento, portanto eu estou a ensinar-lhes português na área económica.” (Assistente no Parlamento de Timor Leste)

É importante referir que, em acumulação com as suas funções lectivas, este jovem assistente dava outro tipo de apoio linguístico aos deputados daquele país, como nos explicou:

“Bem, para além da formação, eu dou apoio ao Parlamento. Ou seja, eu sou, não estou só a dar aulas, chego ao Parlamento às oito e meia da manhã e estou lá até às seis da tarde, não tenho horário para sair ou entrar, quando terminar saio. [...] dou apoio ao parlamento. Vou fazer a revisão de cartas que são enviadas, ajudar a escrever essas cartas, algumas vezes escrever as cartas ou fazer uma pequena revisão de alguns discursos” (Assistente no Parlamento de Timor-Leste)

Este exemplo vem reforçar a constatação suscitada pelo estudo de caso do leitorado do México de que a multifuncionalidade dos leitores, tendo sempre existido, é uma realidade cada vez mais presente.

⁸³ Esta ligação entre a sua formação e o contexto específico para onde foi leccionar determinam a sua condição de “especialista”

A partir de 1998 o Instituto Camões envolveu-se em negociações com várias universidades para criar no seu interior Centros de Língua Portuguesa. Pensados em primeiro lugar para reforçar o ensino do português nos PALOP, estes rapidamente se disseminaram pelo mundo (Baptista *et al*, 2007: 55-57). Assim, em 38 universidades⁸⁴, os leitores têm, para além das aulas e de outras actividades, a responsabilidade de gerir os Centros de Língua Portuguesa, que passam a ser os centros coordenadores das actividades de divulgação da língua, mas também da cultura, nas universidades onde se encontram. O relato dessa experiência foi já realizado no capítulo dedicado ao leitorado do México, e não o retomaremos aqui, pois tendo em conta que a maioria dos nossos entrevistados foram leitores antes de 1998, apenas 4 deles tiveram a experiência de trabalhar ou gerir um Centro de Língua/Instituto Camões.

O tipo de actividade mais referido pelos leitores para além da docência, certamente por ser também um dos mais interessantes, é a organização de actividades de divulgação da língua e da cultura, seja no espaço universitário, seja com as comunidades locais ou com as comunidades de imigrantes portugueses. Encontramos nos excertos aqui reproduzidos, o relato de algumas dessas actividades, como a organização de ciclos de cinema:

“Fiz todos os anos um ciclo de cinema, em vídeo, consegui levar alguns filmes mesmo em cinema, em suporte película com a colaboração do Instituto Português de Cinema, na altura, hoje tem outro nome. E fiz ciclos de cinema também na Casa de Portugal, além disso [...] criámos um clube de língua portuguesa, fora dos cursos, onde tínhamos sessões periódicas, todas as semanas havia uma conversa com eles sobre um tema cultural.” (Antigo leitor em França, década de 80 e 90)

A participação em programas de rádio:

“Em todos os países por onde passei sempre fiz rádio. Gosto imenso e como tinha feito o conservatório... Então em Adelaide fazia todos os sábados. [...]. Sobre literatura, dizia poemas, música portuguesa, sei lá. Eu acho que o leitor deve fazer tudo isto, o leitor não fica na sala de aula a dar aulas, para mim não. [...] Todas as actividades dão muito trabalho, e então fazer rádio todos os sábados, preparar as emissões.” (Antiga Leitora em Angola, Austrália, França e Timor-Leste nas décadas de 80, 90 e primeiros anos do século XXI)

A organização de conferências:

⁸⁴ Consultar Anexo F

“Tínhamos sempre muitos encontros, muitos convidados. Tivemos o Manuel Rui, o Rogério de Carvalho, o Mia Couto, eram pessoas que andavam sempre ali a fazer conferências: a Lúcia Jorge, a Teresa Rita Lopes...” (Antiga leitora em Itália nas décadas de 80 e 90)

A participação em feiras do livro:

“No segundo ano então tivemos imensas actividades, organizámos uma feira, feira do livro, organizámos uma feira do livro dentro de uma feira do livro que se faz em Toulouse que é maior. Organizámos uma parte só para Portugal.” (Antiga leitora em França na década de 90)

Ou ainda a tradução de obras literárias:

“Nessa altura já era o Instituto Camões e trabalhámos muito bem, foi de facto um trabalho muito, muito, que culminou depois, eu a fazer tradução de livros da literatura africana para língua francesa.” (Antiga leitora em Itália e França na década de 90)

Uma das nossas informantes acumulou também as suas funções docentes com as de directora de um Centro Cultural do Instituto Camões, em fase de instalação:

“Aí foi muito trabalho! [...] Tinha que estar a assistir às obras, porque eu estive lá enquanto se estava a construir, mesmo construir o Centro. Então eu tinha de estar muito atenta a ver se os materiais eram bons, a ver se aquilo estava a ser bem feito, tinha também essa tarefa, porque eu não podia deixar construir um Centro que depois estivessem as coisas mal feitas, não é. Portanto eu tive que instalar o meu *escritóriozinho* dentro desse prédio em construção e aí é que eu senti um grande mal-estar físico, porque estava a apanhar todo aquele pó, o barulho dos berbequins. Uma das primeiras coisas era efectivamente isso, era ter que me responsabilizar pela construção de um Centro Cultural, no aspecto físico do Centro mesmo. Depois estar atenta aos livros e às escolhas que se faziam, tinha que pedir isso ao instituto Camões que realmente enviou quase tudo o que eu pedia e, portanto, o centro de documentação. E além disso tive também que fazer formação de professores.” (Antiga Leitora em Angola, Austrália, França e Timor-Leste nas décadas de 80, 90 e primeiros anos do século XXI)

O discurso dos representantes do Instituto - sobretudo durante os cursos de leitores – é por vezes apontado como o detonador do interesse pela divulgação cultural, outras vezes como um incentivo adicional. Notamos que o discurso produzido e divulgado pela instituição em relação ao papel do leitor e à importância da sua missão é interiorizado pelos professores. Identificamos nos cursos de formação a base daquilo a que podemos chamar a *cultura profissional* (Pirou 1999) dos leitores e que tem um grande peso na construção das suas identidades profissionais:

“Mas à partida, e na formação de leitores [...] que tivemos em Lisboa, isso tornou-se evidente, o leitor tinha uma competência e uma responsabilidade outra para além da simples docência. Era uma espécie de embaixador, era alguém que interpretava a língua, a cultura, um certo modo de ser português, uma certa política, digamos assim, portuguesa, da língua portuguesa no mundo. Competia ao leitor encontrar estratégias, dinâmicas, de levar o português, de levar a língua portuguesa, a realidade portuguesa o mais longe possível nesses contextos. E essa, e esse tipo de consciência, de competência e de responsabilidade tornou-se cada vez mais evidente.” (Antigo Leitor em França nos anos 80 e 90)

É certo que alguns dos leitores contactados não mostram particular interesse pelas actividades de mediação cultural, mas outros consideram-se uma espécie de veículo cultural, cuja presença permite aos alunos aceder à cultura portuguesa de forma privilegiada.

Como fizemos notar no parágrafo anterior, nem todos os leitores entrevistados se dedicaram à organização de actividades extra-lectivas, o que se prende com as situações vividas em cada universidade mas também com a disposição e interesse do professor. Temos, por exemplo, o caso de uma jovem assistente numa prestigiada universidade britânica, onde ficou apenas um ano lectivo, regressando a Portugal para prosseguir o seu intento de se tornar professora de português no ensino secundário. Esta jovem professora, para além de não ter particular interesse em dedicar-se a actividades não lectivas, não recebeu qualquer solicitação, quer da parte do Instituto Camões ou da representação cultural portuguesa, quer da própria universidade para promover actividades extra-curriculares.

“Outras actividades, não havia. Era só o ensino. Eu não sou nada virada para isso. [...] Às vezes eles faziam alguma coisa e eu associava-me. [...] Por acaso acho que no meu ano não convidaram nenhum autor, nenhum escritor para ir lá. Mas, lembro-me que foi lá o adido cultural para ver como é que estavam a correr as coisas, e aí andámos com ele a mostrar-lhes as coisas. Mas promover essas actividades, eu não sou nada virada para isso. Nada!” (Antiga assistente no Reino Unido nos primeiros anos do Século XXI)

Um outro caso em que a dimensão de divulgação cultural não teve muita importância na experiência de leitorado foi o da nossa única informante que era já professora universitária antes de assumir funções na primeira das três universidades onde foi leitora, mas por uma ordem de razões totalmente diferente. Por exemplo, no seu primeiro leitorado, por estava a trabalhar na sua tese de doutoramento – na área da Literatura Medieval – e por ter levado consigo os filhos, não dispunha de muito tempo, tendo apenas realizado algumas pequenas actividades com os alunos. Esta professora

afirma também não ter sido solicitada, nem mesmo incentivada, quer pelo ICALP, quer posteriormente pelo Instituto Camões para organizar qualquer programa de divulgação cultural.

“Francamente eu [nos Estados Unidos] nunca fui muito organizativa, porque eu estava a fazer a minha tese. Estava muito ocupada, tinha dois filhos, estava a fazer a minha tese e estava a dar aulas, portanto estás a ver que o tempo que me sobrava não dava para fazer grandes acontecimentos. E eu também acho que o Instituto Camões não dava muito apoio a essas actividades. [...] Nos Estados Unidos fiz umas coisitas com os alunos, porque eles gostavam muito de fazer coisas, fiz um festival de culinária portuguesa. E também dei umas conferências, mas o meu estatuto era um bocadito diferente eles também me convidavam para ir fazer conferências noutras universidades. Em Barcelona também fiz umas coisas assim desse género e em Paris também.” (Antiga leitora nos Estados Unidos, Espanha e França, nas décadas de 80 e 90)

Já as solicitações que recebeu por parte das universidades manifestavam-se em convites não para organizar conferências ou convidar personalidades do panorama cultural e académico português, mas sim para dar conferências, o que a antiga leitora atribui ao facto de ser professora universitária contrariamente à maioria dos leitores. É neste tipo de distinção na atribuição de tarefas que nos podemos aperceber de uma certa segmentação ou divisão social do trabalho no interior do grupo ocupacional. Pelo que nos podemos aperceber, esta divisão do trabalho decorre mais do estatuto da língua portuguesa na instituição em que são colocados, do tipo de reconhecimento que os leitores de línguas estrangeiras habitualmente têm no seio dessa instituição, do tipo de tarefas que aí são habitualmente atribuídas aos leitores e ainda das características dos corpos docente e discente locais, do que de decisões tomadas pelo Instituto Camões.

5.5. Percepções sobre a função do leitor

Ora, se as experiências dos leitores são tão diversas quantos os países e as universidades onde são colocados, então tendemos a pensar que as suas percepções sobre o que é ser leitor são muito diversificadas. De forma a tornarmos inteligíveis, em termos analíticos, as percepções sobre as funções de leitor encontradas nas entrevistas, organizámo-las em três categorias distintas, ligadas à forma como os nossos entrevistados desenvolvem a actividade.

A primeira categoria está ligada ao envolvimento do leitor em práticas de sociabilidade no exercício das suas funções. Como pudemos ler nos excertos acima apresentados, alguns dos nossos entrevistados acreditam que a acção do leitor não se deve limitar ao espaço universitário, esta categoria alia o ensino e divulgação quer da língua quer da cultura, às próprias relações pessoais do leitor, à empatia que cria com os alunos, à colaboração com entidades fora do mundo académico e à convivência quotidiana com as populações autóctones. Podemos ler no excerto que se segue, o testemunho de um leitora relativamente a esta questão:

“O leitor não é só mais um professor não é, eu acho que tem que ser um professor muito competente [...] mas não chega, é aproximar-se mais um bocadinho, é ter uma relação um bocadinho mais próxima com os alunos do que os professores normais para eles se sentirem mais à vontade connosco. [Ser] uma pessoa um bocadinho mais afectiva, fazer gostar mais de aprender português e de conhecer mais coisas sobre Portugal. E nesse sentido claro que o leitor também deve ajudar a organizar congressos, mas também para mim o leitor não é só um organizador de actividades culturais, para isso mandava-se um *manager* qualquer fazer muito bem essas coisas... Mas é a parte afectiva e o que eu tenho notado nos meus alunos é a possibilidade de ter um interlocutor um bocadinho mais próximo do que os restantes professores.” (Leitora desde a década de 80, na Holanda e em França)

A segunda categoria está associada à importância da representação, neste caso os leitores caracterizam-se como embaixadores, representantes de Portugal e da cultura portuguesa, missionários, elos de ligação entre culturas ou defensores da língua e da cultura, como podemos ler nos excertos reproduzidos abaixo:

“Um leitor representa um país, e quando chega a uma universidade estrangeira é visto como representante do país, e o país depende da imagem que ele dá. Portanto, tem obrigação de ser um bom profissional, tem a obrigação de ali defender a sua língua e a sua cultura, e é visto muito nesse aspecto, pelos outros professores e pelos alunos, que fazem muitas vezes do país a imagem que resulta da própria imagem do leitor.” (Antiga leitora em França na década de 90)

A percepção do seu trabalho como uma acção missionária é, para alguns destes leitores, uma forma de se sentirem valorizados

“Só vamos ter bons portadores outra vez da cultura portuguesa, quando se tiver uma estirpe de pessoas suficientemente filtradas para que voltem à ideia de missão. O leitorado como missão! O leitorado é uma missão. É mesmo, não é um emprego que dá x ao fim do mês. (Antiga leitora em Itália na década de 80 e 90)

A terceira categoria decorre de percepções que associam as características pessoais do leitor ao exercício das suas funções, dando a entender que o leitor deve ter “vocação” e não apenas competência. O cosmopolitismo, o interesse pela cultura em geral e pelas actividades culturais em particular, e o orgulho na língua portuguesa são elementos valorizados. A ideia de vocação, como a de missão, valoriza o trabalho do leitor:

“Eu sou um bocado antiga e, portanto, ainda utilizo a palavra vocação. Eu acho que para se ir para um leitorado é preciso ter mesmo jeito para aquilo e gostar. E não ir para um leitorado porque se quer fugir do marido, ou se quer fugir do leitorado, ou se quer fugir de um problema, ou para ganhar dinheiro.” (Antiga leitora em Itália, Espanha e Suíça na entre a década de 80 e os primeiros anos do século XXI)

Na visão destes leitores, ser um bom leitor não é ser um mero transmissor de conhecimento técnico acerca da língua é ser também um agente cultural:

“Porque na realidade, se nós queremos desempenhar a nossa missão como deve de ser, nós temos de ser, nós temos que ser um agente cultural.” (Antiga leitora em Itália, Espanha e Suíça na entre a década de 80 e os primeiros anos do século XXI)

E um transmissor do *Conhecimento e Cultura* (Pereira e Baptista, 2006: 134), adquiridos através do estudo e da investigação. Reencontramos ainda aqui a ligação, já histórica, dos leitorados à investigação científica:

“A função do leitor deveria ser a função de um adido cultural, devia ser além, ou de um ajudante de um adido cultural. De um colaborador do adido cultural. Porque o leitor de português na universidade tem duas funções: tem a função de investigador, deve ser um investigador e normalmente junta essas duas funções. Normalmente escolhe ser leitor quem está a fazer um doutoramento ou um mestrado numa determinada área em que o leitorado o pode ajudar. Além de que ensinar numa universidade não é o mesmo do que ensinar no ensino secundário, e o próprio contacto com os estudantes exige do professor um nível cultural e um nível de aperfeiçoamento que não o pode deixar ficar quieto. O leitor tem de ter exigência de ordem cultural e tem que ter um crescimento intelectual, não pode permanecer tal como vai. Tem que procurar actualizar-se sempre sobre o que se passa em Portugal ao mesmo tempo que está dentro do contexto em que trabalha. [...] Portanto eu considero-me uma descobridora de talentos e uma animadora cultural, é aquilo que o ser leitora me tornou. Acima de tudo uma animadora cultural.” (Leitora em Itália, Zimbabué e Moçambique nas décadas de 70, 80 e 90)

Já a consulta ao Arquivo Histórico do Instituto Camões tinha revelado percepções sobre a função de leitor do mesmo tipo que as encontradas nas entrevistas, mas associadas a um sentimento patriótico que não encontramos com frequência naquelas, como podemos ler nos excertos que se seguem, retirados de documentos de arquivo:

“A cadeira de Língua e Literatura Portuguesa, em Rennes, tem sido para mim, há anos, o estímulo da minha actividade, o alvo do meu patriotismo, a principal razão de ser da minha vida intelectual. [...] Sempre entendi que a minha missão em Rennes não era a de um simples professor. Sentia que, no meio dos deveres da minha cadeira, e acima deles, eu era um português que as circunstâncias tinham levado a, num dos meios mais cultos de França, falar de Portugal. Sentia-me um apóstolo; e, sem a fé no meu apostolado, nunca teria conseguido o que consegui em Rennes.” (Relatório do primeiro leitor em Rennes, 1936)

“Continuo a aproveitar todas as oportunidades de ser útil ao meu país com a satisfação íntima do dever cumprido. Nesta época em que se encara toda a espécie de publicidade como fonte de receita, só à força de paciência, de persuasão e de diplomacia se consegue realizar gratuitamente um mínimo dos nossos projectos neste campo de actividades extra-escolares, complemento lógico da função docente de leitor num meio como Rennes em que não há agente consular português.” (Carta do segundo leitor Instituto de Alta Cultura, 1956)

É na função de agentes culturais, dentro e fora da universidade, que muitos leitores se sentem valorizados enquanto profissionais, é sobretudo essa a função que eleva o leitorado acima do “ganha-pão” quotidiano. A organização de actividades de cariz cultural permite-lhes ainda diversificar e desrotinizar a sua vida profissional (Pereira e Baptista, 2006: 134).

5.6. Mobilidade / Itinerância Geográfica

Aceitar uma missão de leitorado implica aceitar uma mudança de país, excepto quando o leitor é contratado localmente, caso de pelo menos 3 dos nossos entrevistados. A mobilidade geográfica é uma das características distintivas da função de “leitor”, enquanto ocupação profissional e tem consequências quer para a vida profissional, quer para a vida pessoal dos indivíduos.

Como já tivemos oportunidade de constatar, a mobilidade geográfica é frequentemente apontada como motivação para o investimento na experiência de leitorado, pois permite conhecer países, pessoas, modos de vida e formas de trabalhar diferentes, permitindo, no fundo, uma maior realização pessoal e profissional. No entanto, a mobilidade geográfica associada à função de leitor apresenta também, para alguns dos nossos entrevistados, dimensões negativas, como o facto de poder desestabilizar a vida afectiva e familiar, a vida económica, pois muitos têm de manter duas casas e fazer inúmeras viagens; e a própria vida profissional, acontecendo que alguns dos entrevistados

apontam a itinerância entre postos de leitorado como factor negativo para a realização de um bom trabalho (Baptista *et al*, 2007: 141).

Por outro lado, se olharmos para o Quadro 24, apercebemo-nos justamente de que não podemos falar apenas de mobilidade geográfica imposta pela vida profissional, devemos falar de itinerância, pois muitos dos nossos entrevistados mudaram de país várias vezes ao longo das suas carreiras enquanto leitores. Encontramos uma grande variedade de percursos de leitorado, desde aqueles que apenas estiveram um ano num país estrangeiro, aos que estiveram vários anos em vários países, totalizando por vezes quase duas décadas de trabalho como leitores. Para alguns dos nossos entrevistados, a experiência de leitorado não constitui a única estadia no estrangeiro motivada por razões laborais, pelo que podemos concluir que a população de leitores é particularmente receptiva à mudança na área profissional, não só no que diz respeito às funções que desempenham como aos locais onde as desempenham.

Quadro 24 – Itinerância dos entrevistados

Localizações	N.º de anos	Datas
Itália, Espanha, Espanha, Suíça	17	1986-90; 1990-92; 92-96; 1999-2003
Itália, Zimbabué, Moçambique	17	1979-85; 1986-89; 1990-98
França, Holanda, França, França	13	1989-90; 1996-2001; 2001-2006; 2006-...
França	13	1970-77; 1977-78; 1979-84
Angola, Austrália, França, Timor-Leste e	11	1988-92; 1994-98; 1998-2000; 2000-2001; 2001-2003
França	11	1967-78
Alemanha	10	1968-78
França	9	1988-92; 1992-96
Itália	8	1988-96
França	8	1988-96
França	7	1990-97
Guiné-Bissau	6	1989-98
EUA, Espanha, França	6	1989-92; 1997-98; 1998-2001
França	6	1978-1981; 1983-1986
México, Espanha	5	2001-2004; 2004-...
Reino Unido	5	1987-92
França	5	1974-79
França	4	95-99
França	4	1986-90
China, Venezuela	4	1982-84; 1994-96
Reino Unido	3	2001-2004
Itália, França	3	1990-91; 1991-94
Espanha	2	2005-...
Timor	2	2004-2006
Itália, Itália	2	2003-2004; 2004-2005
México	1	2006-...
Timor	1	2002
Espanha	1	2000-2001
Reino Unido	1	2000-20001
Polónia	1	1976-77
França	1	1973-74

Fonte: Entrevistas a leitores e antigos leitores

Para além da itinerância entre missões, em alguns casos, assumir a função de leitor implica também itinerância no decorrer de uma mesma missão. Como vimos no caso do México, a multifuncionalidade e a acumulação de funções em vários locais de trabalho conduzem a uma grande intensidade de deslocações. O caso do México não é um caso isolado neste aspecto, um grande número de leitores acumula funções em diversas instituições, o que por vezes implica deslocações significativas:

“A partir de uma certa altura o Instituto Camões começa a pedir isso [acumulação de funções em várias instituições] aos leitores. Que façam várias universidades e portanto eu fazia Paris IV, portanto num ano fiz Paris IV e o Centro Cultural Camões que é em Paris onde também dão aulas de Português, também dava aulas todos os sábados de manhã e no ano a seguir pediram-me para ir a Amiens que era a cento e tal quilómetros, que representava sete horas e meia de transportes...eu vivia nos subúrbios de Paris...mas hoje já reparei que se não são sete horas e meia são pelo menos umas seis horas de viagem para ir dar três horas de aulas.” (Leitora desde os anos 80, na Holanda e em França)

5.7. Avaliação da experiência de leitorado

Para além da formação, das experiências profissionais acumuladas, das motivações e das funções dos leitores, destacamos uma outra dimensão indispensável na caracterização desta população: a avaliação que fazem da sua experiência enquanto leitores. A maioria dos antigos leitores entrevistados fazem uma avaliação positiva da sua experiência, quer em termos pessoais, quer em termos profissionais, podemos ler de seguida alguns excertos de entrevistas que o demonstram:

“Do ponto de vista cultural, pessoal, profissional, académico, não houve uma, um aspecto que não tivesse beneficiado. É verdade que sou uma pessoa muito positiva, e só por isso, eu acho que não teve nada de negativo.” (Antiga leitora na Polónia nos anos 70)

“Muito positiva, muito, muito! Gostei imenso, foi, aprendi muito, foi uma experiência muito boa e muito rica, em todos os aspectos.” (Antiga leitora no Reino Unido nos anos 80 e 90)

No entanto, nem todos os aspectos são valorizados da mesma forma por todos os entrevistados. Alguns valorizam mais a experiência do ponto de vista da realização profissional e do reconhecimento que dela obtêm:

“A satisfação proporcionada pelo trabalho efectuado e a realização pessoal assim obtida são também muito importantes para mim.” (Antiga leitora em França nos anos 80 e 90)

Identificámos num capítulo precedente a *mudança na rotina profissional* como uma das motivações para a experiência de leitorado. Sabemos assim que a possibilidade de ter uma experiência profissional diferente está intimamente relacionada com as expectativas que muitos dos leitores criaram em relação a esta experiência. Expectativas cumpridas em muitos casos, pois constatamos que muitos leitores valorizam a variedade de experiências proporcionadas pelo facto de ensinar no meio universitário:

“Eu acho que tenho muita sorte na carreira que tive, estou muito contente, claro que há momentos mesmo muito difíceis e houve momentos de início muito difíceis mas claro que é muito mais enriquecedor do [...] do que se eu tivesse ficado na mesma escola secundária os tais trinta e tal anos. Para a minha maneira de ser acho que tenho tido uma carreira com muita sorte...maior dificuldade ou menor dificuldade...não é nem mais fácil nem mais difícil do que dar aulas no secundário [...] é simplesmente um trabalho mais variado e nesse sentido como sou capaz de ter que dar Literatura, como Economia, como História e isso são desafios que nós temos que enfrentar e que podem correr mais ou menos bem, nem tudo me correu bem na minha carreira, houve momentos de maior desânimo” (Leitora em França)

Estes excertos reforçam a ideia de que a população de leitores é particularmente favorável à mudança no campo profissional e que não associam as transições profissionais a instabilidade. Apercebemo-nos também de que, alguns dos entrevistados consideram o leitorado um ponto de viragem nas suas carreiras, facilitando-lhes uma reconversão profissional duradoura:

“Pois, aí é que eu tive muita sorte. Poitiers gostou tanto do meu trabalho, que Poitiers tinha contactos com a Universidade Aberta. (...) E conhecia a Professora Maria Emília que estava na Universidade Aberta. E quando eles souberam, pelo meu currículo que eu tinha trabalhado com a Professora Maria Emília aqui, eles disseram, não. Nós vamos contactar a Professora Maria Emília para tu ires para a Universidade Aberta, porque não se admite que tu, com a capacidade que tens e com o que trabalhas, ires-te meter a dar aulas de francês numa escola secundária. E então fui para a Universidade Aberta, de onde saí há dois anos para me reformar. E portanto, os meus últimos anos foram todos na Universidade Aberta. Os últimos 15 anos.” (Antiga leitora em França e Itália nos anos 90)

Encontra-se presente na forma como a experiência de leitorado é valorizada por alguns destes professores a percepção de que a integração nos corpos docentes de prestigiadas instituições de ensino superior constitui uma mais valia para as suas trajectórias profissionais futuras. Este aspecto foi mencionado por jovens professores cujas experiências de leitorado são relativamente recentes. Numa época em que a inserção no

mercado de trabalho dos jovens professores da área das línguas é cada vez mais complicada, uma experiência de leitorado torna-se um excelente elemento curricular:

“Era algo que eu pensava, que eu dizia, quando cheguei em Portugal. Há trinta mil professores no desemprego, e como é que eu venho e estou a dar aulas de inglês, por exemplo, não tenho propriamente habilitações para leccionar inglês, porque a minha licenciatura era de português. Não tenho sequer o *proficiency* do British Council. Mas abriu-me imensas portas, [...] de facto vim-me a aperceber que a Universidade de Cambridge me abria portas.” (Antiga leitora no Reino Unido nos primeiros anos do século XXI)

No entanto, esta não é uma visão consensual, uma das nossas entrevistadas, professora universitária, considera que a experiência foi negativa para a sua carreira profissional

“Não, pelo contrário, foi totalmente, como é que se diz? Errado. Do ponto de vista de carreira foi totalmente. Não, nada mesmo, ainda por cima no meu caso, que era professora universitária, isto é tudo visto com um ar, quer dizer, as pessoas vêm com um ar... ser leitor é uma mancha, se quiseres, no currículo e não um *must*.” (Antiga leitora nos Estados Unidos, Espanha e França nas décadas de 80 e 90)

Passando do universo profissional ao pessoal, apercebemo-nos que a avaliação da experiência de leitorado também não é efectuada da mesma forma por todos, diferentes indivíduos referem-se a diferentes dimensões da sua vivência quotidiana nos países estrangeiros onde levaram a cabo as suas missões. Em primeiro lugar, salientamos a valorização da oportunidade sair de Portugal viajar, mas também de viver num país estrangeiro:

“Foi, foi uma ótima experiência, desde logo pela viagem, pela possibilidade de sair do país, conhecer uma realidade outra [...] eu saí de Braga com cerca de 30 anos, numa fase, no auge, digamos das minhas, da minha energia, da minha alegria como homem, como cidadão e como profissional também. E, por essa razão, eu creio que, profissionalmente, a minha experiência em França foi a continuação disso, foi, foi vivido com muita alegria, com muito prazer, com muita vontade. Creio que foi um, foram 10 anos de viagens, mas também 10 anos de estudo, de reflexão, de investigação, de leituras, de contactos, de conhecimentos.” (Antigo leitor em França nos anos 80 e 90)

Também o contacto com culturas diferentes é enaltecido:

“A nível pessoal foi muito bom também, porque conheci culturas diferentes, ainda por cima é um sítio onde estão alunos de todo o mundo, foi uma experiência muito enriquecedora, o contacto principalmente com as diferentes culturas.” (Antiga leitora no Reino Unido nos primeiros anos do século XXI)

Tal como a possibilidade de fazer amizades:

“Mais porque se vive uma experiência completamente diferente, porque se tem amizades, novas e muito intensas. Porque são várias pessoas também, porque é óbvio que me dei com outros estrangeiros que lá estavam ou estudantes que estavam também lá e que não viviam, portanto as pessoas criam aquela coisa...” (Antiga leitora em Espanha, nos primeiros anos do século XXI)

No entanto, não podemos ignorar alguns aspectos negativos associados ao afastamento relativamente à família e amigos, que retomaremos num momento subsequente.

O acesso a bens culturais, no caso de leitores colocados em cidades europeias, é também referido como um dos aspectos mais apazíveis da experiência:

“Eu tive oportunidade de conhecer em França, em poucos anos, muito mais gente ligada, enfim, à vida cultural portuguesa do que tinha conhecido em Portugal. Ia lá parar toda a gente, todos os escritores paravam em França e nomeadamente em Paris. Eh... O cinema português era visto em Paris, os cineastas iam a Paris, os músicos iam a Paris, havia estreias em Paris, eh...” (Antigo leitor em França nos anos 80 e 90)

“Por exemplo ao nível da arte. A cidade de Toulouse é uma cidade lindíssima. [...] Nesse aspecto foi muito interessante, porque conheci desde Michel Plasson, nas óperas. Muitas vezes dão na televisão o *Capitole*, uma pracinha que é a sala de visitas de Toulouse, Onde está o teatro *Capitole*, onde eu vi bailados de todo o mundo. Foi um cheque na minha vida, fiquei milionária com esse cheque. Portanto, isso a nível da música da dança e do teatro. Há um teatro famosíssimo em Toulouse que é o *Grenier*, que devia ser, *grenier* quer dizer grão, que devia ter sido um antigo celeiro transformado em teatro. Portanto, essas companhias famosas todas, eu vi lá as companhias todas. Isso tudo chegou lá muito depressa, mesmo muito depressa. Porque Toulouse, das cidades do sul da França é das que tem uma vida cultural mais rica.” (Antiga Leitora em França nos anos 80 e 90)

Nem todos os leitores são colocados em prestigiadas universidades de cidades europeias, onde abundam as actividades culturais, há missões que implicam um certo desconforto mas que podem trazer ao leitor satisfação pessoal de natureza diferente. Duas das nossas entrevistadas, que tiveram experiências em países de Língua Oficial Portuguesa, nomeadamente Timor-Leste e Guiné. Duas das nossas entrevistadas revelaram-nos ter tido experiências de leitorado em que o seu conforto pessoal era posto em causa diariamente, tendo no entanto encontrado compensações de outro tipo. Uma

delas revelou-nos que o prazer que tinha em saber que estava a contribuir de alguma forma para melhorar a educação no país em causa, era suficiente para compensar os incómodos:

“Eram dias e dias que em chegávamos às tantas da noite, passávamos de jangada. Entretanto estávamos cansados, estoirados daquelas viagens, depois os cabos avariavam e tínhamos que dar a volta por terra para depois passar por [...] onde havia uma outra jangada que avariava menos. No outro dia de manhã, cinco da manhã, lá íamos nós, e aí em termos humanos foi das experiências que mais me marcou, veio ao encontro daquilo que eu desejava. Portanto, no fundo, isto pode-lhe parecer lírico e romântico ao mesmo tempo, mas era nesta dimensão, sabe isto já foi há 18 anos não é? Então, uma pessoa passa a vida a pensar e a acreditar que a educação de facto ia contribuir para mudar! E então aí tenho experiências extraordinárias! [...] Era muito trabalho e depois os resultados... quer dizer, como é que era possível? E isto numa zona de fome, eles vinham trabalhar sem comer, não é se calhar importante para a entrevista, mas eu penso que estas coisas são importantes. Aqueles professores aperceberam-se que eu trazia aspirinas, uma das coisas que eu levava daqui. Na altura tinham todos dores de cabeça, mas era fome. Quando descobri [que] quando me pediam uma aspirina era uma forma de meter alguma coisa no estômago, que era exactamente o contrário do que se deveria fazer, a aspirina dá cabo do estômago se não houver alimento. Então eu quando percebi isso comecei a trazer comigo rebuçados daqui. Aliás já tinha uma vez vindo buscar comida a Portugal.” (Antiga leitora na Guiné Bissau na década de 80)

No outro caso mencionado, a leitora esteve em Timor-leste numa época conturbada da sua história enquanto país. Revelou-nos que a “luta por Timor” foi a razão que a levou a candidatar-se ao lugar de professora e Directora do Centro Cultural de Dili, e a suportar os incómodos de viver num país em construção.

“Eu sempre estive muito envolvida, se for ver, em acções de Timor. Relacionei-me muito bem com o Xanana mesmo, conheci-o, gravei o CD dele. Conheci-o lá. Mas tudo o que nós fazíamos [e não só em Timor] já comecei na Austrália, era agir por Timor, lutar por Timor. Pronto, há um trabalho muito, muito anterior, ainda as pessoas não falavam no problema de Timor, já eu, não era só eu, na Austrália estive sempre envolvida com Timor. Embora nós saibamos que na Austrália eles estavam ao lado mais da Indonésia, sabemos todos que há sempre grupos que estão a lutar pelas causas. E realmente havia grupos que lutavam pela causa de Timor na Austrália toda, em Adelaide, sobretudo, onde eu estava. Talvez pelo facto de eu ter lutado muito por Timor e dava sempre conhecimento do que fazia ao Instituto Camões, quando o Instituto Camões resolve abrir um centro Cultural, eu devo-me ter candidatado, com certeza e efectivamente fui seleccionada para ir para Timor. E é assim que eu chego no ano 2000 a Timor. [...] Mas foi muito trabalho! Aí foi de uma violência, porque era trabalho físico também, sabe? Tinha que estar a assistir às obras, porque eu

estive em Timor enquanto se estava a construir mesmo, mesmo construir o Centro [...] Portanto eu tive que instalar o meu escritorzinho dentro desse prédio em construção e aí é que eu senti um grande mal-estar físico, porque estava a apanhar todo aquele pó, o barulho dos berbequins.” (Antiga Leitora em Angola, Austrália, França e Timor-Leste nas décadas de 80, 90 e primeiros anos do século XXI)

5.8. Actividades profissionais posteriores à experiência de leitorado (antigos leitores): um esboço tipológico

Do projecto “Políticas e Práticas de internacionalização do Ensino da Língua Portuguesa” resultou uma tipologia percursos profissionais baseada nos investimentos pessoais dos leitores na itinerância laboral e geográfica. Esta tipologia é constituída por três trajectórias-tipo designadas saída, transição e digressão (Baptista *et. al.*, 2007: 148-150).

A primeira trajectória-tipo, de **saída**, é caracterizada pela continuação da carreira no estrangeiro, por vezes na universidade onde foram leitores, após uma ou mais experiências de leitorado. Este percurso concretiza-se com a instalação do leitor no país para onde se deslocou.

- ❖ “Eu fui leitora dez anos. [...] era a única que ensinava português. E eu não podia fazer nada, portanto, eu estava tão vinculada a Portugal e tão pouco vinculada à Universidade [...], que eu era uma estranha. [...] Quando eu passei para o corpo docente e comecei a ver como as coisas funcionavam, a primeira coisa que eu fiz foi levar as pessoas e foi pensar: “Meu Deus, o italiano tem tanta gente, o espanhol tem tanta gente! Porque é que não havemos de ter mais horas para o português?” E comecei a lutar.” (Antiga leitora na Alemanha nos anos 70)

O segundo tipo de trajectória identificada é a de **transição**, quando após uma ou mais experiências de leitorado, o professor regressa a Portugal e passa a ter uma ocupação diferente da que tinha anteriormente, o mais comum é a passagem do ensino básico ou secundário para o superior. Em muitos destes casos é a experiência de leitorado que permite ao professor obter os contactos, os conhecimentos e a experiência que lhe abrem as portas das universidades portuguesas.

“Quando voltei não voltei para a escola secundária, fizeram-me imediatamente um convite também, toda a minha vida é cheia coincidências, de cruzamentos e na altura, não sei se se recorda da telescola? Quando eu cheguei fizeram-me o convite para fazer parte da equipa

de apoio pedagógico [da telescola], era uma equipa mista, tinha uma parte pedagógica e tecnológica para o ensino do francês, porque tinha havido uma remodelação na equipa e precisavam de pessoas que estivessem ligadas à área de didáctica, e o como tinha o meu DEA e tinha estado em França, tinha a experiência de França, para mim foi muito bom. [...]. Na altura, o director de serviços estava à procura de uma pessoa com um perfil e sei que o meu nome lhe foi recomendado exactamente com essa informação: que tinha passado por um leitorado, que estava recém-chegada a Portugal e que tinha muito gosto pelo ensino da língua francesa. [...] Por outro lado, como eu lhe disse, um ano depois, no fim do ano lectivo seguinte, aqui a Faculdade fez-me a proposta também com base na minha experiência de leitorado. Portanto, queriam alguém que tivesse uma formação na área, não propriamente dos Estudos Portugueses e Franceses, não era uma questão fundamental, embora fosse preferencial. Mas alguém que tivesse experiência em leitorados. [...] Em ensinar português a estrangeiros. E como na altura não havia outros contextos, não é.” (Antiga leitora em França nos anos 80)

Por fim, encontramos trajetórias de **digressão**, ligadas sobretudo aos professores com vínculo ao Estado, caracterizadas pelo facto de, após a experiência de leitorado, os professores voltarem à actividade profissional que tinham anteriormente. As trajetórias de digressão em que o leitorado é a única experiência alternativa ao ensino básico ou secundário, são muito raras nos nossos entrevistados, são apenas quatro os casos em que aconteceu, dois em que as leitoras regressaram ao ensino secundário, uma outra regressou à docência universitária Universidade e um quarto regressou ao Ensino Politécnico.

Identificámos ainda inúmeras trajetórias mistas, por exemplo, no caso de professores com vínculo ao Estado, em que a trajetória começa por ser de transição: o professor regressa a Portugal e é requisitado para outras funções diferentes das que exercia, e passado algum tempo regressa à sua escola, ou vice-versa.

Nestes casos, as funções mais exercidas são a colaboração com universidades, projectos diversos ligados ao Ensino, e até mesmo a colaboração com o Ministério da Educação. Foi o caso de dois dos nossos entrevistados, requisitados para exercer funções nos serviços do próprio Instituto Camões

“Voltei, tirei depois um ano de equiparação a bolseiro. [Durante o qual] Acabei a tese, e depois [...] entrei para o Instituto Camões. Estive como directora da Acção Cultural Externa, portanto, estive ao lado do Director de Língua que recrutava os leitores. [Depois] Voltei para a escola, fiz um ano de sabática sobre cultura da cidadania, o ano passado, há dois anos, e o ano passado regressei às aulas, estive mesmo a dar aulas, 14 horas de aulas por semana, de português, com bons resultados.” (Antiga leitora em Itália nos anos 80 e 90)

Nestas “trajectórias mistas” identificámos ainda casos em que o leitor regressa da sua missão de leitorado e depois volta a partir em missões para o estrangeiro ao abrigo de acordos com outras instituições, como aconteceu com uma entrevistada que depois de uma experiência de leitorado num país Africano de Língua Oficial Portuguesa, voltou para a sua escola durante cinco anos e voltou a partir, através de requisição por parte de outra instituição pública portuguesa.

Encontramos ainda casos em que o professor alterna longos períodos no estrangeiro, como leitor ou como professor cooperante do Ministério da Educação com breves períodos em Portugal e nunca chega de facto a regressar para a sua escola de origem.

5.9. Perspectivas para o futuro dos actuais leitores

Com os nossos entrevistados que se encontram ainda em missão não pudemos falar das suas actividades pós-leitorado, pelo que os interrogámos acerca das suas perspectivas para o futuro. A configuração actual do recrutamento de leitores – caracterizada pela já histórica substituição de recursos humanos e a recentemente recuperada contratação de trabalhadores sem vínculo a qualquer instituição pública - apesar de não ser uma novidade, ganha um novo significado devido à flexibilidade que caracteriza o actual mercado de trabalho. Os testemunhos recolhidos permitem-nos assumir que em épocas em que a taxa de desemprego das populações licenciadas era inexistente, a experiência de leitorado era uma garantia, ou pelo menos uma possibilidade clara, de empregabilidade para os leitores sem vínculo ao Estado, ao passo que na conjuntura actual essa reinserção no mercado de trabalho se torna mais difícil.

Nos anos 80 a rede de docência do Instituto Camões era constituída por professores que tinham segurança em termos de vida profissional futura e perspectivas claras de progressão na carreira docente. Hoje, esta rede tende a ser cada vez mais constituída por um corpo docente que não vê garantida a continuidade laboral após uma ou mais experiências de leitorado. Estas alterações acompanham a tendência geral dos mercados de trabalho pós-industriais: crescente flexibilidade e mobilidade laborais, precarização dos vínculos, transformação do trabalhador num prestador de serviços externo (Dubar, 2003: 113) que deve ser empreendedor e investir constantemente na aquisição de novas competências afim de garantir a sua própria empregabilidade (Menger 2002:80).

O auto-emprego, o *free-lance* e as diversas formas atípicas de trabalho constituem as formas dominantes do trabalho nas artes, mas o modelo da flexibilidade está também presente no emprego sob a forma de missão ou contratos de curta duração nos serviços muito qualificados como a gestão de recursos humanos, a formação ou a educação (Menger 2002: 68). É esta a situação dos leitores da rede de docência do Instituto Camões que não têm vínculo ao Estado português.

Segundo Pierre-Michel Menger, era comum, no passado, considerar-se o crescimento das formas atípicas de emprego como uma variável de ajustamento conjuntural, em que os períodos de retoma económica eram caracterizados por um aumento do recurso ao trabalho temporário e posteriormente de uma taxa elevada de contratações a termo, antes de se consolidarem os contratos duráveis, ao mesmo tempo, os empregos precários eram os primeiros a ser atingidos por mudanças na conjuntura. Segundo o autor, hoje em dia a *atipia* salarial banalizou-se e as deformações conjunturais acima descritas já só escondem a progressão destas formas de emprego, uma transformação sistemática das novas estratégias de recursos humanos e flexibilização organizacional.

“Les emplois atypiques se diffusent désormais dans tout l’espace des qualifications. [...] La fragilisation des emplois de qualification élevée [...] est certes bien plus marginale que la précarisation massive des emplois peu qualifiés, mais elle signale une érosion continue de l’invulnérabilité offerte jadis par les diplômés.” (Menger, 2002: 72)

No entanto, esta não parece ser uma questão preocupante para os nossos informantes mais jovens, ora vejamos os projectos de futuro de uma das nossas entrevistadas (29 anos), actualmente em funções em Espanha:

“A minha integração não será seguramente pacífica. Tenho quase a certeza absoluta, que já não quero voltar para as escolas secundárias, portanto já estou mais especializada e mais preparada para trabalhar com adultos e depois com adultos que estão a aprender a minha língua como língua estrangeira. Ao dizer-te isso sei que o mercado de trabalho em Portugal se reduziu extraordinariamente. Então existe por um lado essa parte da restrição. Há possibilidades, obviamente, e conheço-as, tenho-as disponíveis se for necessário [...] por eu estar a continuar um percurso que me especializa mais nesta área, [...] há instituições com as quais eu trabalhei que continuam a ver a minha presença na instituição como uma mais valia para a instituição não é, também por causa das experiências que entretanto tive. Portanto há sempre essa possibilidade e depois há outra que eu até estou a considerar mais do que a voltar para cá, ou para outro sítio qualquer em Portugal, que é inserir-me realmente como professora de língua estrangeira no estrangeiro, portanto trabalhar com instituições estrangeiras directamente, e isso é possível, então em Espanha isso é muito

possível. [...] A não ser que eu faça assim um daqueles erros ou que o instituto não esteja contente com o meu trabalho, já me comprometi a ficar mais um ano no leitorado e creio que esse é o futuro do próximo ano lectivo. E depois desse ano lectivo tenho a possibilidade de, ou ficar na própria universidade porque já tenho um convite nesse sentido. Ou candidatar-me a outro leitorado, e esta opção vai depender muito dos leitorados que abrirem, do quão tentadores [forem].” (Leitora em Espanha)

Não querendo regressar à sua actividade laboral anterior, a docência no ensino secundário, que exerceu durante muito poucos anos, esta jovem leitora está confiante que as competências que adquiriu em duas missões leitorado, assim como as pessoas que conheceu constituem mais valias para encontrar um trabalho adequado às suas expectativas e aptidões quando deixar de ser leitora. No entanto não descarta a possibilidade de investir numa terceira missão de leitorado, se o destino lhe agradar.

Um outro entrevistado (30 anos), no seu segundo ano de experiência enquanto leitor, mas já com um percurso profissional de certa forma itinerante, vê com agrado o prosseguimento de um percurso de leitor:

“Tenho algum deslumbre, algum entusiasmo em continuar, isso é verdade. Mas agora... Vais continuar aqui? Quantos anos? Não sei. Mas sim, gostaria de continuar, pode ser para outro sítio. Mas agora voltando às filhas, sei que pelo menos três, quatro anos no mesmo sítio convém ficar. Tem a ver com estabilidade emocional. Ou seja, a integração foi feita, e foi excelente, etc. A mais velha começava a ganhar amigos em Évora, saímos de Évora, agora começa a ganhar amigos em Santiago, mudei de Santiago para Vigo. Agora começa a ganhar amigos em Vigo, queria ficar dois, três anos.” (Leitor em Espanha)

5.10. Relações familiares e conjugais

Este sub-capítulo aborda a interdependência entre modos de vida familiares e mobilidade ou itinerância geográfica ligada à actividade profissional. Quando decidiram enveredar por uma experiência de leitorado alguns dos nossos entrevistados confrontaram-se com a possibilidade de um afastamento prolongado dos seus familiares, nomeadamente do cônjuge, no caso de estes não quererem ou poderem acompanhá-los. Ser um casal e viver separado no quotidiano, devido a razões profissionais ou outras, não sendo uma situação nova ou rara, contradiz as normas culturais sobre as quais estão edificadas as representações sociais da conjugalidade

(Bertaux-Wiame et Tripier, 2006: 12). Geralmente, a saída e a duração do afastamento são alvo de intensas negociações no seio familiar.

Interessamo-nos aqui pela tomada de decisão de realizar uma experiência profissional que implica mobilidade geográfica e da sua vivência na família e no casal. Em alguns casos pode constituir um elemento transitório na história da família, noutros um elemento permanente, mas pode igualmente participar na sua construção. Apresentaremos neste sub-capítulo diferentes situações vividas pelos leitores no que diz respeito à gestão das suas vidas familiares face à mobilidade geográfica que aceitam ao se tornarem leitores.

1. Casal Itinerante

M. é o que podemos chamar uma leitora experiente. Licenciada em Filologia Românica, decidiu, aos 26 anos, trocar Portugal – e a escola secundária onde leccionava desde os 19 – por uma outra escola, numa cidade francesa onde, durante dois anos, ensinou português a filhos de emigrantes. A sua primeira missão de leitorado, também em França, durou apenas quatro anos por dificuldades administrativas.

“Na altura, ao fim de quatro anos tínhamos que ir embora e não podíamos concorrer de novo, portanto não podíamos ser leitores outra vez.”

Não regressou no entanto ao seu país natal, preferindo permanecer em França, primeiro com uma bolsa e depois com uma licença sem vencimento:

“A equipa com quem estava a trabalhar na Faculdade de Letras queria muito que eu ficasse como leitora, mas eles [o ICALP] não deixaram, propuseram que eu ficasse com uma equiparação a bolseira [para poder] acabar um trabalho que estava a fazer. Portanto estive num trabalho de lexicografia [...] e nesse ano aproveitei e fiz o mestrado cá em França [...], depois nos outros quatro anos, essencialmente, dei aulas para sobreviver, na Faculdade mas também na Escola Superior de Comunicações e comecei a fazer uma tese de doutoramento, mas nunca acabei.”

Passados esses cinco anos, as regras de acesso aos leitorados mudaram e M. pode novamente candidatar-se, tendo desta vez obtido um posto na Holanda, onde ficou seis anos. Ao que se seguiram mais duas estadias como leitora em diferentes cidades francesas, uma primeira de 5 anos e uma segunda que iniciava no momento da entrevista. Tendo saído de Portugal ainda solteira, M. considera o seu casamento, aos 43 anos, com um francês que conheceu durante a sua primeira missão de leitorado, um casamento tardio:

“Eu vim solteira e estive sempre sozinha até aos quarenta anos portanto muito livre nesse aspecto, depois casei-me aos quarenta e três. Conheci-o na B., mas ele só foi comigo para a Holanda, foi na Holanda que nos casámos”

A profissão do seu marido tem-lhe permitido até agora acompanhá-la nas suas mudanças de universidade, pois tornou-se *freelance* na área do *webdesign* quando casaram. No entanto, esta situação tem custos bastante elevados quer para a sua carreira, implicando uma constante procura de novos clientes, quer para a estabilidade económica do casal.

“Ele tem uma profissão que lhe permite mudar um bocadinho, quer dizer permite mudar um bocadinho, não podemos ir para África porque se ele fosse para África não tinha trabalho. [...] Ele não trabalhava por conta própria antes, começou a trabalhar por conta própria na Holanda e [...] tinha muito poucos clientes. Na Holanda foi difícil para um francês era difícil e depois mudou para P., conservou alguns clientes, poucos, mas perdeu outros, ganhou outros em P. e aqui em B. já está com dois novos clientes, mantendo os de P.. Mas é um muito pouco, quer dizer ele trabalha imenso e ganha muito pouco.”

M., revela ainda que esta situação está sujeita a constantes “negociações” conjugais e sabe que se tiver de ir para um país onde a área profissional do seu marido esteja pouco desenvolvida, ou mesmo regressar a Portugal, ele não a acompanhará.

“Há negociações, há recuos, há avanços. E eu tenho um problema que outras não têm, o meu marido não aprecia assim tanto como isso Portugal. Muitas vezes nos franceses há aquela paixão por Portugal, ele não, ele gosta muito da minha família, mas ele é muito bretão, portanto aquela vida dos portugueses muito esfuziante, muito barulho, muita confusão, tudo isso o assusta. E depois não tem vinte anos, estamos numa idade em que ele não pode começar uma vida profissional em Portugal assim como eu não posso começar uma vida profissional aqui em França. [...] eu se tiver que voltar para Portugal provavelmente voltarei sozinha, é difícil.”

2. Uma temporada no estrangeiro

Para I., professora de português e francês hoje reformada, ensinar português no estrangeiro foi um sonho acalentado durante largos anos, que apenas concretizou já perto dos 50, devido às suas obrigações familiares:

“Sempre com o bichinho de que queria ir mas era para leitorados. Mas era difícil porque tinha uma família, crianças, marido...”

No entanto, ainda antes da experiência como leitora, I. teve oportunidade de trabalhar na área do ensino de português como língua estrangeira em projectos ligados a universidades portuguesas, o que lhe permitiu não só trabalhar na área que gostava, mas também realizar algumas viagens, pois conhecer outros países e culturas eram outras das razões que a levavam a querer ser leitora.

Muitas das mulheres que ocupam os leitorados de língua e cultura portuguesa no mundo, decidem só empreender esta experiência quando consideram que os seus filhos já não necessitam da sua presença a tempo inteiro, foi o caso de I., que apenas se tornou leitora depois de os seus filhos entrarem para a Faculdade

“Sim, os meus filhos já estavam na faculdade, eu quando fui os meus filhos já eram grandes. Portanto, eu não tinha esse problema.”

I. levou a cabo duas missões sucessivas de leitorado em países europeus que duraram no total três anos. Refere que a concretização deste objectivo foi alvo de intensas negociações com o seu cônjuge, que não podia acompanhá-la. De forma a conciliar as suas obrigações familiares com a concretização de uma experiência pessoal e profissional há muito desejada, comprometeu-se a ficar apenas alguns anos no estrangeiro:

“Mas eu consegui, arranjar uma série de factores que efectivamente me permitiram sair, porque não é fácil, como tive muitas colegas que nunca conseguiram sair porque o marido lhes dizia: tu saís, mas depois não entras daquela porta para dentro. Nesse aspecto eu tive muita sorte, tive muita sorte. E podia ter ficado, o meu marido até me disse: “Podes ficar, se quiseres fica mais um ano”. Eu disse: “Não, eu tinha-te dito três anos.” Porque na altura quando eu concorri era só estarmos três anos, depois quando eu já lá estava é que passou para quatro. Está a compreender? Eu disse: “Não, tinha-te dito três anos também não vou falhar isso.” [...] Pronto, tive um desgosto enorme de vir embora. Estava lá tão bem, tão bem, tão bem. (...) Depois eu vim-me embora. E vim-me embora porque efectivamente tinha prometido aquilo ao meu marido, e eu expliquei as razões e vim-me embora, mas com muita pena.”

Ao regressar a Portugal, I. teve a oportunidade de continuar a trabalhar na sua área de eleição numa

3. O cônjuge acompanhante

L. é hoje professor universitário requisitado ao Ministério da Educação. Licenciado em Estudos Anglisticos, foi professor de língua portuguesa e inglesa no segundo ciclo do ensino básico, e no ensino secundário, durante 11 anos. Trabalhou também durante um ano no Ministério da Educação, antes de se tornar leitor em França.

“Eu fui leitor de português do, na altura chama-se ICALP, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, de 88 a 96. Portanto o ICALP em em 92 ou 93, não sei bem. Creio que foi em 92, mudou de nome, transformou-se em Instituto Camões e eu passei a ser leitor do Instituto Camões.”

Para além de ser professor, L. sempre se interessou pelo trabalho na área cultural, o que também teve alguma influência nas suas motivações para se tornar leitor. No entanto, as motivações mais fortes tiveram que ver com uma forte vontade de mudança na sua rotina profissional e o desejo de conhecer novos países e novas culturas:

“Aprendi algumas línguas e portanto eu tinha uma componente muito forte em termos pessoais de querer conhecer coisas e culturas e ao mesmo tempo de mudar, porque o ensino, a vida do ensino, no sistema de ensino, então no segundo ciclo é muito rotineira e uma pessoa que queira mudar precisa mesmo de ir apanhar ar para outro lado e isso é muito importante. Por outro lado, em termos culturais eu sabia que ia ser uma experiência muito forte, fosse eu para onde fosse, e muito enriquecedora para mim.”

L. aponta como factor de peso para ter levado por diante a cabo a sua experiência de leitorado de 8 anos, o tipo de relação que mantém com a esposa, pois sabe que muitas vezes devido à família as pessoas desistem de projectos deste tipo, ou ficam no estrangeiro durante pouco tempo:

“É importante dizer que eu sou casado e na altura era casado e esse aspecto, [...] poderia à partida, uma vez que eu ia viver lá sem a minha mulher pelo menos no primeiro ano, depois não sabia como é que ela conseguir ir para lá, depois conseguimos que ela fosse para lá durante dois anos. Mas digamos que era um bocadinho difícil, mas a maneira como eu e a minha mulher entendíamos a nossa relação [permitiu que fosse], isto é um bocadinho pessoal mas penso que é importante [porque] há muitos leitores que, que vêm embora ao fim do primeiro ano por razões familiares e eu tinha uma grande necessidade de conhecer outras coisas, de [ter] outras experiências.”

Durante dois dos oito anos que esteve em França, L. teve consigo a sua esposa, o que lhe permitia um estilo de vida bastante apazível, pois já não sentia necessidade de vir a Portugal sempre que tinham férias em comum:

“Quando a minha mulher estava cá, eu vinha cá a Portugal três vezes por ano, mas nos outros espaços em que não tínhamos férias em comum eu saía ou para visitar amigos ou para ir conhecer mais uma outra zona, um outro país. Mas e nas outras também viajava muito com a minha mulher, fizemos imensas viagens enquanto vivemos em [...]”

Ao fim de duas missões de quatro anos, o facto de estar há tanto tempo longe da esposa, mas também questões de âmbito profissional levaram L. a regressar a Portugal:

“Como sabe nós tínhamos missões de 4 anos, e eu cheguei à conclusão, uma vez que, como eu lhe disse eu sou casado e na altura vi que... digamos [que] era muito tempo. A minha mulher esteve dois anos em [...] comigo no meio, e decidi vir. Mas também porque estava um bocadinho decepcionado com, não com o trabalho lá mas com o investimento que era feito pelo Instituto Camões junto dos leitores, junto do ensino do português no estrangeiro, etc.”

Estes três casos, tão diferentes entre si, são paradigmáticos de situações em que a mobilidade ou, no primeiro caso, a itinerância geográfica, tem reflexos significativos na vida familiar.

No caso 1 (Casal Itinerante) a vida familiar/conjugal não foi perturbada pela mobilidade geográfica de um dos cônjuges, ela foi construída na base dessa mobilidade e para que continue a existir, ambos os cônjuges têm de se sujeitar à itinerância geográfica imposta pelo limite de anos que um leitor pode ficar numa mesma universidade. Neste caso a negociação entre os cônjuges é fundamental para preservar a vida em comum sem prejudicar demasiado as vidas profissionais de ambos. Verificamos ainda que o cônjuge acompanhante (*trailing spouse*) cuja carreira fica secundarizada face à itinerância imposta pela carreira do outro (*secondary career*), é, neste caso, do sexo masculino o que é pouco habitual (Hardhill, 2004: 377), e impôs limites no que toca ao tipo de mobilidade geográfica que está disposto a aceitar.

Nos casos 2 e 3 a mobilidade geográfica aparece como um acontecimento marcante na *carreira familiar* (Bonnet, Collet e Maurines, 2006) ligado a um projecto pessoal de um dos cônjuges. Devemos ressaltar aqui que o que é específico na mobilidade geográfica dos leitores, é que é sempre uma mobilidade escolhida e não imposta.

No caso 2 (Uma temporada no estrangeiro), o projecto pessoal é adiado até um momento na carreira familiar em que a esposa e mãe deixa de ser indispensável, ou seja, quando os filhos atingem uma idade de relativa independência. A entrevistada refere ainda que todo o processo foi alvo de negociação e que fez ponto de honra em cumprir o que tinha ficado à partida acordado, mostrando assim que este seu projecto se pôde realizar justamente porque foi o produto de uma negociação familiar, e não apenas uma decisão sua que a família aceitou (Singly, 2003).

No caso 3 (O cônjuge acompanhante) o projecto é concretizado e, posteriormente, o casal encontra uma estratégia para que a esposa possa juntar-se ao marido no estrangeiro durante algum tempo. O entrevistado realça o apoio da esposa ao seu projecto, referindo-se à sua situação, como uma situação rara, em que o relacionamento que tem com a esposa lhe permite ausentar-se durante vários anos sem que tal situação inviabilize a unidade do casal. Ao juntar-se-lhe no país de destino, a sua esposa torna-se um cônjuge acompanhante (*trailing spouse*), cuja vida é alterada devido a um projecto profissional do cônjuge.

Em ambos os casos reconhecemos entre o casal um certo grau de valorização da autonomia que permite a um dos cônjuges levar a cabo os seus objectivos pessoais sem por em risco a união familiar (Singly 2003). Notamos, no entanto, uma clara clivagem de género: no caso em que o leitor é o cônjuge do sexo feminino, para além de aguardar o crescimento dos filhos, o cônjuge do sexo masculino não a acompanha na concretização do seu projecto; na situação inversa, a esposa torna-se o cônjuge acompanhante.

Para além destas três situações paradigmáticas da gestão da vida familiar face mobilidade ou itinerância geográfica dos leitores, devemos ainda referir um outro tipo de situação: a partida em ruptura com a vida conjugal.

Uma das nossas entrevistadas considera que a ruptura conjugal é uma das motivações mais frequentes dos leitores, e revela-nos ainda que foi a sua:

“Primeiro, penso que, e mais ou menos toda a gente lhe dirá, se não derem esta resposta é porque realmente não está a dizer a verdade. Nós só decidimos mesmo, nós só decidimos deixar tudo o que temos e pegar na mala e ir embora quando estamos muito mal com a nossa situação no nosso país, por qualquer razão. Normalmente por razões de ordem sentimental. Na maioria dos casos isso significa, portanto, são pessoas em ruptura, isto é o panorama desta geração que eu conheci muito bem. [...] Eu fiz o curso de leitores numa altura de grandes rupturas na minha vida em que estava a preparar-me para me separar e de facto deixei mesmo os meus filhos em Portugal e fui, e fui sozinha. Mas é uma travessia do deserto, não, é, completamente.” (Antiga leitora em Itália nos anos 80 e 90)

Para esta antiga leitora, a experiência apesar de valorizada em vários aspectos (cultural, profissional, afectivo) ganha uma dimensão negativa devido ao afastamento

“Não é propriamente um gozo aquilo, quer dizer, tem duas casas, tem duas vidas, tem duas malas. Eu fiz uma antologia sobre a diáspora, o lugar de pertença nunca são dois, nós só podemos ter um, portanto, estamos num sítio sempre ausentes do outro, o que é uma sensação de culpa terrível. É uma sensação de culpa, quer tenha filhos, quer só tenha pais, quer tenha amigos mas a gente sente-se num lado, sempre a faltar ao outro. Eu agora estou aqui, por exemplo e sinto muito a falta dos meus amigos em Itália, porque eu fiquei com amigos mesmo. Então, eu quando digo isto: nós andamos a fugir, o que é que acontece? Uma das coisas, e isso é possível que vá conseguir demonstrar, é que as pessoas querem escapar às escolas preparatórias e secundárias.” (Antiga leitora em Itália nos anos 80 e 90)

Uma outra antiga leitora dá como justificação para esta escolha profissional o desejo de libertação da situação familiar instável e insatisfatória em que se encontrava na altura.

“[Decidi ser leitora] Por razões de ordem familiar. Eu julgo que isso é muito comum aos leitores. Os leitores deixam sempre para trás uma história, ou pretendem uma emancipação ou uma libertação. No meu caso, foi porque precisava por razões de ordem familiar, precisava de sair de Portugal. Tinha um marido com uma grave doença [...] Tinha violência doméstica constante, em que éramos vítimas eu e os filhos. E por isso, das duas uma, ou eu saía ou 5 vidas eram estragadas. Então, para salvar 4 eu sacrifiquei um.” (Leitora em Itália, Zimbabué e Moçambique nas décadas de 70, 80 e 90)

VI. CONCLUSÃO

Nesta dissertação pretendeu-se traçar um retrato diacrónico dos leitores de língua e cultura portuguesas em universidades estrangeiras. Tomámos como referência trabalhos ligados à perspectiva *interaccionista* das profissões, por fundarem as suas análises em elementos empíricos retirados da própria experiência quotidiana dos profissionais e não se dedicarem apenas à caracterização das profissões estabelecidas, como a medicina e o direito. Deste modo, procurámos compreender como constroem estes indivíduos a sua experiência enquanto leitores face a um quadro institucional com regras específicas, mas também face aos diferentes enquadramentos geográficos e sociais onde se desenrolam as suas actividades. Um outro objectivo, tão importante quanto o primeiro foi a reconstituição dos percursos profissionais destes professores, tendo em conta a natureza “temporária” da actividade em estudo. O impacto da experiência de leitorado na vida pessoal dos indivíduos foi uma outra dimensão que não quisemos deixar de abordar.

A presença de professores de língua e cultura portuguesas, comissionados pelo Estado português, em universidades estrangeiras é um instrumento de concretização da política cultural externa que, tendo tido início na já distante década de 20 do passado século, se mantém até hoje. O IIº capítulo deste trabalho consistiu numa breve exposição da história dos leitorados, dando a conhecer o contexto institucional da actividade dos leitores desde os seus primórdios.

Centrados exclusivamente no espaço europeu, entre 1921 e 1965 (fase ocidental), os leitorados conheceram depois, a partir de 1975, uma expansão numérica e geográfica considerável, graças ao desenvolvimento de relações diplomáticas com países de outras áreas geográficas e políticas na sequência da instauração do regime democrático em Portugal. Por volta de 1987 iniciou-se a criação de leitorados nos países africanos de língua oficial portuguesa (fase do reforço dos laços históricos) e continuou a expandir-se o apoio ao ensino da língua e cultura portuguesas por todo o mundo (fase da trivialização política). Mas a disseminação dos leitorados de português pelo mundo não alterou significativamente a tendência eurocêntrica: a sua presença continua ainda hoje mais forte na Europa, nomeadamente nos países onde a rede de leitorados se começou a formar mais cedo, como por exemplo a França e o Reino Unido. Esta distribuição geográfica é indicadora de uma política de língua e cultura tradicionalmente virada para a Europa, visando a afirmação da língua no contexto onde ela é minoritária.

Criado em 1992, o Instituto Camões, é actualmente a instituição responsável pela gestão dos leitorados, assim como por todas as componentes da internacionalização da língua e cultura portuguesas. A sua transferência da tutela do Ministério da Educação para a do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 1994, constituiu a consagração da acção cultural e de divulgação da língua como parte integrante da política externa do Estado. Nestes últimos anos os instrumentos mobilizados pela instituição para divulgar, no estrangeiro, a língua e cultura portuguesas diversificaram-se substancialmente. A acção do Instituto Camões concretiza-se hoje através dos leitorados, mas também dos Centros de Língua, das Cátedras, dos Centros Culturais, que visam uma divulgação para fora do universo académico, e ainda do Centro Virtual Camões, plataforma on-line de recursos culturais e linguísticos.

Adicionalmente, respondendo a uma procura cada vez mais intensa de aprendizagem da língua para fins de trabalho, o Instituto aposta já não só no incentivo à aprendizagem do português como especialidade académica, mas também para fins específicos. Assim, tem vindo a apoiar a introdução do português em cursos de línguas estrangeiras aplicadas e, como opção, para cursos como gestão, medicina ou direito.

Os professores enviados pelo Instituto Camões para Universidades estrangeiras constituem uma parte considerável dos recursos humanos empregues para trabalhar na representação cultural de Portugal no estrangeiro. No IIIº capítulo desta dissertação procurámos identificar os mecanismos e critérios de selecção de professores a enviar para as universidades estrangeiras de forma a compreender a evolução da sua composição enquanto “grupo profissional”.

Com base na análise da informação sobre os critérios e tendências de recrutamento de leitores foi possível estabelecer uma tipologia da composição deste grupo profissional, como resposta ao desafio lançado por Abbott (1988) de conhecer, através da reconstituição histórica de uma tarefa, que grupo detém *jurisdição* sobre ela num determinado momento.

Foi-nos possível identificar categorias sequenciadas temporalmente. São elas a dos “falantes nativos cultos”, que reporta sobretudo às primeiras décadas do século XX, e compreende indivíduos detentores de um grau académico que lhes confere o atributo “cultos”, o que lhes permite levar a cabo as tarefas que lhes são consignadas de ensino e divulgação da língua e da cultura, apesar de por vezes não terem formação na área da língua ou da cultura.

O que caracteriza o período entre meados dos anos 80 e início dos anos 90 em termos de critérios de recrutamento é existir uma clara preferência de recrutamento de licenciados na área das línguas, sobretudo de professores com vínculo ao Estado. Com base nesta informação, e no facto de a maioria dos nossos entrevistados que exerceram funções de leitores durante esta época serem de facto professores de línguas com vínculo ao Estado, construímos a segunda categoria “professores de línguas com vínculo ao Estado”.

A terceira categoria “especialistas” aparece nos primeiros anos da década de 90, associada à ideia de que ensinar português como língua estrangeira não é mesmo que ensinar português como língua materna. Assim, a experiência ou a formação em ensino de português como língua estrangeira tornam-se mais importantes do que o vínculo ao Estado associado à formação genérica na área das línguas.

Cada uma destas categorias está ligada a um período histórico, no entanto elas não são cronologicamente exclusivas. Hoje em dia, por exemplo, alguns leitores que classificaríamos como “professores de línguas com vínculo ao Estado” são também, indiscutivelmente, em virtude da sua longa experiência como leitores, “especialistas”.

O IVº capítulo deste trabalho resulta de uma breve imersão no terreno, ou seja, da observação da actividade do leitorado do México durante 10 dias. Neste país, a língua portuguesa é leccionada como complemento de formação académica nos centros de línguas estrangeiras de três pólos da Universidade Nacional Autónoma do México: *Ciudad Universitaria*, *FES Acatlán* e *FES Aragón*. A cooperação entre esta universidade e o Instituto Camões foi definida em 2001 num protocolo através do qual se estabeleceu a criação de dois Centros de Língua Portuguesa/Instituto Camões e da Cátedra José Saramago.

A actividade da leitora caracteriza-se por um grande número de alunos e dispersão geográfica de locais de trabalho: lecciona e gere os Centros de Língua/Instituto Camões em dois pólos universitários relativamente distantes e dá apoio num outro pólo, onde se encontra em fase de instalação um terceiro Centro de Língua. Para além dessas actividades, que pressupõem trabalho de preparação de aulas e organização de actividades de divulgação cultural e linguística, a leitora colabora também com a Embaixada Portuguesa na vertente cultural e desenvolve actividades no âmbito da Cátedra José Saramago, na *Facultad de Filosofía y Letras* da UNAM.

A componente lectiva do seu trabalho foi definida em acordo com os restantes professores dos departamentos de português nos quais se encontra inserida, pois estes sentem que a sua formação é lacunar em algumas matérias, das quais a leitora assume a docência. A formação dos professores de português é aliás, e apesar de existir um Curso de Formação de Professores, um dos problemas que se colocam ao ensino do português no México. Razão pela qual se estão a desenvolver neste país, também com o apoio da leitora de português, a Licenciatura em Letras Portuguesas, para as vertentes de investigação e tradução, e a Licenciatura *on-line* em Ensino de Português, destinada a formar professores de português.

Com o intuito de caracterizar a população de alunos de português na UNAM (1486 alunos em 2006/2007), foi aplicado um inquérito durante a visita à universidade. Os seus resultados revelam-nos que os alunos são sobretudo jovens estudantes (70% têm menos de 25 anos) das áreas de Ciências Sociais, Jornalismo, Humanidades e Formação de Professores. A escolha do português por parte de alunos de Relações Internacionais e Jornalismo, os cursos mais representados, poderá estar ligada à importância do Brasil no seio do MERCOSUL e às oportunidades de trabalho proporcionadas pelo conhecimento da língua portuguesa. No caso dos alunos de Estudos Latino-Americanos e Letras Hispânicas, o interesse pela literatura lusófona parece mais significativo do que o interesse pela língua.

No que diz respeito às motivações da generalidade dos alunos para a aprendizagem, a questão profissional e académica não se revelam muito importantes, sendo claramente superadas por características da língua como a sua “sonoridade” e pela cultura dos países lusófonos, nomeadamente do Brasil, como detonadores do interesse dos alunos.

Já relativamente à utilidade que os alunos atribuem ao conhecimento da língua portuguesa, a “utilidade para a vida académica” aparece em primeiro lugar, sobretudo ligada à possibilidade de ler, na língua original, textos ligados à área de estudo dos alunos, seguida pela da “utilidade para a aquisição de conhecimentos” e da “utilidade para a fruição de actividades de lazer e consumo cultural”, como ver filmes ou ouvir música em português. A “utilidade para vida profissional” aparece apenas em penúltimo lugar.

Se os alunos universitários parecem dar pouca importância às oportunidades profissionais proporcionadas pelo conhecimento da língua portuguesa, num contexto em que as ligações comerciais ao Brasil ganham cada vez mais relevância, tal não é o caso

dos alunos que procuram aprender a língua no Centro de Estudos da Embaixada do Brasil no México, ou nos cursos de sábado da FES Acatlán, para quem o português é essencialmente uma língua de trabalho. Pelo que consideramos que o investimento em cursos de língua portuguesa destinados a uma população não universitária seria uma mais-valia para a divulgação da língua portuguesa neste país.

Os dados etnográficos recolhidos permitem-nos afirmar que a actividade de um leitor varia em função de diversos factores: as características geográficas da região onde se encontra, o tipo de protocolos firmados pelo Instituto com a instituição onde trabalha, a formação dos seus colegas professores, os interesses e conhecimentos dos alunos e ainda a atitude com que o próprio encara o seu trabalho e as pessoas com quem contacta no quotidiano.

No Vº capítulo da dissertação procurámos caracterizar as experiências de leitorado e os percursos profissionais dos leitores de língua e cultura portuguesas, recorrendo a entrevistas a antigos leitores, mas também a leitores que se encontram em funções.

A formação académica da maioria dos leitores entrevistados é na área da língua portuguesa ou das línguas estrangeiras, sendo que muitos deles têm graus académicos de mestre ou doutor. Alguns dos leitores mais jovens são formados na área do ensino do português como língua estrangeira, factor de recrutamento actualmente valorizado pelo Instituto Camões. A recente criação, em diversas instituições universitárias portuguesas de formações graduadas ou pós-graduadas na área do português língua estrangeira e da cultura portuguesa, permite, actualmente, um investimento em formação que facilita a entrada e a permanência no campo profissional dos leitorados, que não era possível até há alguns anos atrás.

A caracterização dos percursos profissionais dos leitores passa necessariamente por identificar as suas actividades anteriores à experiência, ou experiências de leitorado. Constatamos que a docência é a actividade que quase todos os nossos entrevistados exerceram antes de se tornarem leitores, mesmo os que não se enquadram na categoria “professores de línguas”. Salientamos ainda que alguns dos nossos informantes tiveram experiências de ensino do português como língua estrangeira, em Portugal, e por vezes no estrangeiro. Formação de professores, participação em organização de actividades culturais e investigação são as restantes áreas de trabalho mencionadas pelos nossos entrevistados.

Na análise das entrevistas, identificámos motivações de tipo extrínseco e de tipo intrínseco para o investimento na experiência de leitor. As primeiras não estão directamente associadas ao conteúdo do trabalho do leitor, têm sobretudo a ver com o desejo por parte dos leitores de continuar a sua formação académica ou de ter uma experiência de vida e trabalho no estrangeiro. Quanto às motivações de tipo *intrínseco*, ou seja, directamente ligadas ao conteúdo do trabalho a realizar, identificámos o gosto pelo trabalho na área da divulgação cultural, o gosto pelo ensino do português a estrangeiros e a vontade de mudar a rotina profissional.

Apesar de apenas em 1997 um documento legal ter estabelecido, sucintamente, as funções dos leitores, desde a década de 20 que grande parte destes professores não se limita a cumprir funções lectivas. Os relatos dos nossos entrevistados, assim como os documentos de arquivo consultados mostram que os leitores têm sido, efectivamente, agentes multifuncionais da divulgação da língua e cultura portuguesas no estrangeiro. Nos últimos anos, o reconhecimento, por parte do Instituto Camões de que os leitores não são apenas professores mas também agentes culturais, conduziu a um incremento de exigências laborais, tornando obrigatórias actividades a que muitos leitores se dedicavam já por iniciativa própria. A criação de Centros de Língua em algumas universidades e a responsabilização do leitor pela sua gestão veio institucionalizar essas práticas.

Tendo impactos negativos e positivos quer na vida profissional, quer na vida pessoal dos indivíduos, a itinerância geográfica é, a par da multifuncionalidade, uma das características distintivas da função de “leitor”. Convém ainda salientar que a itinerância é muitas vezes o detonador do interesse pela actividade.

Se há algo específico na nossa análise dos percursos da população de antigos leitores, é o facto de os relatos das suas experiências nos permitirem reconstituir trajectórias que englobam o antes, o durante e o depois, do leitorado. Essa reconstituição levou ao estabelecimento de três trajectórias-tipo: de saída, de transição e de digressão, esta última característica sobretudo do grupo de leitores que são professores de línguas com vínculo ao Estado.

Já o contacto com leitores actuais, não permitindo uma análise completa dos percursos, deu-nos oportunidade de compreender que, apesar do aumento da precariedade laboral e de a necessidade de reconversão profissional ser hoje em dia uma realidade para muitos

leitores, esta experiência continua a apresentar-se como uma mais-valia na procura de trabalho, quer em Portugal, quer no estrangeiro.

Para além da caracterização dos percursos profissionais, considerámos relevante abordar os impactos desta experiência profissional, que implica uma intensa mobilidade geográfica, nas relações familiares e conjugais dos leitores. Constatamos que o grau de valorização da autonomia individual no seio da família, ou do casal, influencia quer a decisão de empreender a experiência de leitorado, quer a definição dos moldes em que esta se desenrola. A mobilidade geográfica pode assim constituir um elemento transitório ou permanente na carreira familiar, mas pode igualmente ser organizadora da sua concepção.

A análise das entrevistas a antigos e actuais leitores, aqui apresentada, revela-nos que o mandato que lhes é outorgado pela instituição recrutadora, assim como as especificidades das suas carreiras profissionais (no sentido que lhe é atribuído pela teoria *interaccionista* das profissões) têm consequências não só em várias dimensões da sua vida pessoal, nomeadamente a dimensão familiar/conjugal, como na forma como gerem à posteriori as suas vidas profissionais, e ainda na construção da suas identidades face ao trabalho.

Importa antes de mais ter presente no que diz respeito à construção da suas identidades face ao trabalho que estes profissionais são colocados em meios universitários estrangeiros, onde vêem o peso das funções de agente transmissor de cultura exponencialmente aumentado, quer através da própria actividade docente, quer da outra componente do seu *mandato* profissional: a divulgação e promoção da língua e cultura portuguesas no estrangeiro.

A informação recolhida acerca das tarefas inerentes à função do leitor, mostra-nos não só que, a par da docência no ensino superior, as tarefas relacionadas com divulgação e promoção cultural têm um grande peso na sua vida profissional quotidiana mas também que são altamente valorizadas pelos próprios, por lhes permitirem ter uma actividade profissional diversificada. Adicionalmente, identificamos esta componente da função de “leitor” como um dos elementos que mais contribuí para que os leitores se identifiquem a si próprios como “agentes” ou “embaixadores” culturais ou ainda “representantes de Portugal, da sua língua e da sua cultura”.

Mesmo antes de o *mandato* dos leitores ter sido fixado num documento legal (Decreto-Lei n.º 170/97 de 5 de Julho) e determinar que a sua missão é a de divulgar a língua e a cultura, por oposição à missão menos prestigiada de apenas ensinar a língua, aqueles que apenas se ocupavam de funções lectivas eram menos considerados pelos seus pares, porque não correspondiam aquilo que chamamos a *cultura profissional* dos leitores.

Com base nestas observações empíricas concluímos que a multifuncionalidade e a possibilidade de ter uma carreira profissional itinerante contribuem em larga medida para a construção de uma identificação partilhada entre os leitores.

A identificação partilhada baseia-se nos elementos que os diferenciam e valorizam (aos seus próprios olhos) por relação a outros professores e que são ao mesmo tempo os elementos comuns a todos os “verdadeiros” leitores, aqueles que abraçam a *cultura profissional*. O leitor vê-se assim, devido à itinerância geográfica inerente à função e à multifuncionalidade do seu *mandato*, um professor investido de uma dignidade especial: mais rico enquanto indivíduo e enquanto profissional porque conhece o mundo e contribuí, com o seu trabalho e a sua presença em instituições universitárias estrangeiras, para um bem comum, a difusão internacional de uma imagem positiva de um Portugal culto e moderno.

O trabalho de investigação aqui apresentado, constituindo parte de uma primeira abordagem sociológica ao universo dos leitorados levanta questões que não foi possível explorar, por limitações quer de tempo quer de acesso aos dados necessários.

Como sugestão para trabalhos futuros, salientamos a necessidade de uma análise exhaustiva dos arquivos do Instituto Camões – desde a década de 20 até à actualidade – para uma melhor compreensão quer da história da política cultural externa portuguesa, quer da história da própria função de *leitor*. Tal análise só atingirá em pleno as suas potencialidades, se for possível reconstituir a história de alguns leitorados geograficamente diversificados e cuidadosamente seleccionados, e se for complementada com pesquisa de terreno que permita dar conta da sua realidade actual. A análise comparativa dos estudos de caso assim obtidos permitirá revelar a diversidade histórica de modalidades de divulgação da língua e cultura portuguesas no mundo e contribuir para uma melhor adequação das políticas públicas à situação da língua portuguesa em cada contexto.

VII. BIBLIOGRAFIA E FONTES

7.1. Livros e artigos

ABBOTT, Andrew (1988), *The System of Professions. An Essay on the Division of Expert Labor*, Chicago and London, University of Chicago Press;

AMARAL, Ilídio do (1985), “Homenagem ao Instituto de Alta Cultura”, *ICALP Revista*, nº1: 7-13;

BAPTISTA, Luís V. et. al. (2007), *Relatório Final do projecto Políticas e Práticas de Internacionalização do Ensino da Língua Portuguesa: os leitorados de português*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Relatório Policopiado);

BAPTISTA, Luís V. e Ana Patrícia Pereira (2007), “A Política de internacionalização da língua e cultura portuguesas: os leitores enquanto profissionais de uma política cultural”, *Actas do IV Congresso Astur-Galaico de Sociologia*, CD-ROM;

BAPTISTA, Luís V. e João Costa (2006), “Promoting Portuguese language abroad - lecturers and lecturing in academic environment” in RESENDE, J. e M. M. Vieira (eds) *The School at the Frontiers of Modernity*, Newcastle, Cambridge Scholar Press;

BERTAUX-WIAME, Isabelle e Pierre Tripier (2006), “Les intermittents du foyer ou les arrangements entre membres des couples qui travaillent loin l’un de l’autre”, *Cahiers du Genre*, n.º 41: 11-22;

BOLÉO, Manuel de Paiva (1934), *A Língua Portuguesa em Hamburgo (Com um apêndice sobre os restantes leitorados da Alemanha e outros países)*, Coimbra, Coimbra Editora;

BONNET, Estelle, Beate Collet e Béatrice Maurines, (2006) “Carrière familiale et mobilité géographique professionnelle”, *Cahiers du Genre*, n.º 41: 75-98;

BOURDIEU, P. (1992), *A Economia das Trocas Simbólicas*, São Paulo, Editora Perspectiva;

BOURDIEU, P. (2000), *Esquisse d'une Théorie de la Pratique. Précédé de Trois Etudes d'Ethnologie Kabyle*, Paris, Seuil;

BRAUER-FIGUEIREDO, Maria de Fátima (2002), “O Português na Universidade de Hamburgo” in MATEUS, Maria Helena Mira (coord.), *Uma Política de Língua para o Português*, Edições Colibri, Lisboa;

CALVET, Louis-Jean (1999), *La Guerre des Langues et les Politiques Linguistiques*, Paris, Hachette;

CARIA, Telmo (1997), “Leitura sociológica de uma experiência de investigação etnográfica”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 25: 125-138;

COSTA, António Firmino (1986), “A pesquisa de terreno em sociologia”, in SILVA, Augusto Santos e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento: 129-148;

COSTA, António Firmino (1997), “Políticas culturais: conceitos e perspectivas”, *OBS*, n.º 2, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais: 10-14;

CRISTÓVÃO, Fernando Alves (1988), *Anuário ICALP 1988*, Lisboa, ICALP – Ministério da Educação;

CRISTÓVÃO, Fernando Alves (1989), *Anuário ICALP 1984-1987*, Lisboa, ICALP – Ministério da Educação;

CRISTÓVÃO, Fernando Alves (1990), *Anuário ICALP 1989*, Lisboa, ICALP – Ministério da Educação;

DIMAGGIO, Paul (1989), “Review of *The System of Professions: An Essay on the Division of Expert Labor*, by Andrew Abbott (1988)”, *The American Journal of Sociology*, Vol. 95, n.º 2: 534-535;

DUBAR, Claude (1997), *A Socialização. Construção das Identidades Sociais e Profissionais*, Porto, Porto Editora;

DUBAR, Claude (2003), *La Crise des Identités. L'Interprétation d'une Mutation*, Paris, PUF;

DUBAR, Claude e Pierre Tripier (2003), *Sociologie des Professions*, Paris, Armand Colin;

ESTEVES, José Manuel (2002), “Leitorados e outras questões” in MATEUS, Maria Helena Mira (coord.), *Uma Política de Língua para o Português*, Lisboa, Edições Colibri: 99-110;

GIL, António Carlos (1995), *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*, São Paulo, Atlas;

GUEDES, Armando Marques (1992), *Os Leitorados, os Leitores, os Institutos e a Diplomacia Cultural Portuguesa*, MNE, Lisboa (Relatório Policopiado)

GUEDES, Armando Marques (1997), “A diplomacia cultural e a diplomacia: a política portuguesa de criação de Leitorados de Língua e Cultura”, *Estudos Orientais*, n.º 6: 305-316;

GUEDES, Armando Marques (1998), “Identidade, propaganda e nacionalismo. O projecto de Leitorados de Língua e Cultura Portuguesas, 1921-1997”, *Lusotopie 1998*: 107-132 (<http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/guedes98.pdf>);

GUEDES, Armando Marques (1999 A), *Continuidades e Transformações na Política Cultural Internacional do Estado, 1974-1999*, FD-UNL n.º 7 – 1999: 2-20;

GUEDES, Armando Marques (1999 B), “A Identidade, propaganda, nacionalismo e projecto de Leitorados de Língua e Cultura Portuguesas, 1921-1997”, *Cultura, Revista de História e Teoria das Ideias* 2ª série, Vol. XI: 223-258;

HARDHILL, Irene (2004), “Transnational living and moving experiences: intensified mobility and dual-career households”, *Population, Space and Place*, n.º 10: 375-389;

HOYLE, E. (1994), “Teachers as professionals”, in *The International Encyclopaedia of Education*, Exeter, Pergamon;

HUGHES, Everett Cherrington (1981), *Men and Their Work*, Westport, Greenwood Press;

HUGHES, Everett Cherrington (1984/1993), *The Sociological Eye: Selected Papers*, New Brunswick, Transaction Publishers;

ICALP (1985), *ICALP: Instituto de Língua e Cultura Portuguesa*, Lisboa, Ministério da Educação – ICALP;

ICALP REVISTA (1985), “1º Curso de Formação de Leitores”, n.º 2/3: 145;

ICALP REVISTA (Agosto/Dezembro 1986), “Leitores do ICALP nos países lusófonos”, n.º6: 141-142;

INSTITUTO CAMÕES (1994), *Síntese de Actividades 1994*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros;

INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL (1994), *Classificação Nacional de Profissões – Versão 1994*, IEPF, Lisboa

KAUFMANN, Jean-Claude (1996), *L'entretien compréhensif*, Paris, Editions Nathan;

MACHADO, José Pedro (1989) (coord.), *Grande Dicionário de Língua Portuguesa*, Tomo VI, Sociedade de Língua Portuguesa;

MCCRACKEN, Grant (1988), *The Long Interview*, Newbury Park/London, New Dehli, Sage Publications;

MENGER, Pierre-Michel (2002), *Portrait de l'Artiste en Travailleur*, Paris, Seuil;

MONIZ, António *et. al.* (2002), *Professores de Línguas Face à Mudança*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa;

PARADEISE, Catherine (2003), "Comprendre les professions: l'apport de la sociologie", *Sciences Humaines*, n.º 139: 26-29;

PEIXOTO, João (1999), *A Mobilidade Internacional dos Quadros: Migrações Internacionais, Quadros e Empresas Transnacionais em Portugal*, Oeiras, Celta Editora;

PEIXOTO, João (2001), "A mobilidade dos cérebros", *Janus On-line 2001* (www.janusonline.pt)

PEREIRA, Ana Patrícia e Luís V. Baptista (2006), "Itinerância e mediação cultural: os leitores de língua e cultura portuguesa", *Fórum Sociológico* nº 15/16 (2ª série): 121-139;

PIRIOU, Odile (1999), *La Sociologie des Sociologues. Formation, Identité, Profession*, Lyon, ENS Editions;

RAMOS, Gustavo Cordeiro (1952), *Discurso Proferido no Acto de Posse da Direcção do Instituto de Alta Cultura (4 de Abril de 1952)*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura;

RODRIGUES, Maria de Lurdes (2002), *Sociologia das Profissões*, Oeiras, Celta Editora;

ROSAS, F. e J. M. Brandão de Brito (1996) (dirs.), "Guerra Civil de Espanha", *Dicionário de História do Estado Novo*, Volume I, Círculo de Leitores: 410-413;

SILVA, Augusto Santos (1997), "Cultura: das obrigações do Estado à participação civil", *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 23: 37-48;

SINGLY, François de (1992) (dir.), *La famille, l'Etat des Savoirs*, Paris, Editions La Découverte;

SINGLY, François de (1993), *Sociologie da la Famille Contemporaine*, Paris, Nathan;

SINGLY, François de (2000), *Libres Ensemble*, Paris, Nathan;

TEIXEIRA, Nuno Severiano (2000), “Entre África e a Europa: a política externa portuguesa 1890-1986”, in **PINTO**, António Costa (coord), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Sequitur: 61-92;

TORRES, Anália Cardoso (2004), *Vida Conjugal e Trabalho. Uma Perspectiva Sociológica*, Oeiras, Celta;

TRINDADE, João (1986), “Uma instituição, uma história. 50 Anos ao serviço da Cultura Portuguesa. Instituto de Alta Cultura/Instituto de Língua e Cultura Portuguesa (ICALP). Breve história dos leitorados”, *ICALP Revista*, nº 6: 7-15;

7.2. Imprensa

ALBUQUERQUE, Maria João (16 de Março de 2005), “Português na República Checa”, *Jornal de Letras*, n.º 899, Suplemento do Instituto Camões, n.º 84;

BALTÉ, Teresa (5-18 de Julho de 2006), “Uma crónica”, *Jornal de Letras* n.º 933, Suplemento do Instituto Camões n.º 101;

BRAGA, António Santos (21 de Dezembro de 2005), “Ao serviço da divulgação da língua”, *Jornal de Letras* n.º 919, Suplemento do Instituto Camões n.º 94;

COELHO, Eduardo Prado (12-25 de Outubro de 2005), “Ser Leitor”, *Jornal de Letras* n.º 914, Suplemento do Instituto Camões n.º 91;

COSTA, Maria Velho da (23 Novembro-6 Dezembro 2005), “Fernando for *beginners*”, *Jornal de Letras* n.º 917, Suplemento do Instituto Camões n.º 93;

DIÁRIO DA MANHÃ, “Balanço político do mês de Abril”, 1 de Maio de 1944: 3.

DIÁRIO DA MANHÃ, “Esta palavra de amizade”, 9 de Abril de 1944: 9.

EXPRESSO (17 de Agosto de 2002), “Sem perfil. Leitores de português denunciam falta de estatuto profissional”;

GONÇALVES, José Bettencourt (7-20 Junho 2006), “A experiência mais marcante por que passei”, *Jornal de Letras* n.º 931, Suplemento do Instituto Camões n.º 100;

JORNAL DE LETRAS (3-16 Agosto 2005), “Avaliação em tempo de férias I”, Edição n.º 909, Suplemento do Instituto Camões n.º 89;

LOURENÇO, Eduardo (3-16 de Agosto de 2005), “Pelo reforço do espaço histórico do português”, *Jornal de Letras* n.º 909, Suplemento do Instituto Camões n.º 89;

Notícia de 3/2/1956 no jornal “Ouest-France”;

PÚBLICO (18 Abril 2005), “Toda a gente aprende uma língua por uma interesse, nem que seja a paixão” (entrevista com Simonetta Luz Afonso): 34-35;

SOUSA, Américo Guerreiro de (18-31 de Janeiro de 2006), “Um Leitorado nos anos setenta”, *Jornal de Letras* n.º 921, Suplemento do Instituto Camões n.º 95;

7.3. Fontes documentais on-line

www.acatlan.unam.mx

<http://informatica.aragon.unam.mx>

www.cebmexico.org.mx

www.cELE.unam.mx

www.fl.ul.pt/unidades/centros/caple/exames.htm

www.fundacion.unam.mx

www.instituto-camoes.pt

www.planeacion.unam.mx

www.provalinguaportuguesa.gov.pt

www.unam.mx

www.webometrics.info

7.4. Outras Fontes Documentais

Arquivo Histórico do Instituto Camões: Carta de A. Medeiros Gouvêa, do IAC, para o Vice-Presidente da Universidade de Rennes em 22 de Outubro de 1941

Arquivo Histórico do Instituto Camões: Carta do leitor ao Instituto de Alta Cultura, 1959

Arquivo Histórico do Instituto Camões: Carta do leitor ao Secretário do Instituto de Alta Cultura, 1960

Arquivo Histórico do Instituto Camões: Carta do leitor José Duarte Marques ao Instituto de Alta Cultura, 30 de Abril de 1956

Arquivo Histórico do Instituto Camões: Relatório do Leitor de Rennes, 1954/55

Arquivo Histórico do Instituto Camões: Relatório do Leitor de Rennes, 1954/55

Arquivo Histórico do Instituto Camões: Relatório do Leitor de Rennes, 1954/55

Arquivo Histórico do Instituto Camões: Relatório do Leitor de Rennes, 1958/59

Arquivo Histórico do Instituto Camões: Relatório do leitor, 1936

Arquivo Histórico do Instituto Camões: Relatório do Leitor de Rostock 1939

Instituto Camões: Despacho n.º 01/PRE/2004

Instituto Camões: Despacho n.º 23/PRE/2004

Protocolo específico entre o Instituto Camões e a Universidade Nacional Autónoma do México – versão espanhola, artigo 1º

Folheto Promocional do Curso de Professores de Línguas Estrangeiras, CELE-UNAM

Guia das Cátedras Extraordinárias da UNAM 2006

7.5. Legislação

Decreto n.º 16 381 de 16 de Janeiro de 1929

Decreto n.º 17 037 de 24 de Julho de 1929

Lei 1:941 de 11 de Abril de 1936

Decreto n.º 26 611 de 11 de Abril de 1936

Decreto n.º 38 680 de 17 de Março de 1952

Decreto-Lei n.º 46 038 de 16 de Novembro de 1964

Decreto-Lei n.º 50/80 de 22 de Março de 1980

Decreto-Lei n.º 135/92 de 15 de Julho de 1992

Decreto-Lei n.º 48/94 de 24 de Fevereiro de 1994

Portaria n.º 256/2005 de 16 de Março

Decreto-lei n.º 170/97 de 5 de Julho de 1997

Decreto-Lei n.º 119/2007 de 27 de Abril de 2007

Portaria n.º 509/2007 de 30 de Abril de 2007

7.6. Entrevistas

26 entrevistas a antigos leitores

5 entrevistas a actuais leitores

Entrevista a Simonetta Luz Afonso, Presidente do Instituto Camões desde 2004

Entrevista a Maria José Stock, Presidente do Instituto Camões de 2002 a 2004

Entrevista a Jorge Couto, Presidente do Instituto Camões de 1998 a 2002

Entrevista a João Paulo Monteiro Presidente do Instituto Camões de 1995 a 1998

Entrevista a Luís Adão da Fonseca, Presidente do Instituto Camões de 1992 a 1995

Entrevista a Fernando Cristóvão, Presidente do ICALP de 1985 a 1989

Entrevistas a 9 professores de português no México

Entrevista conjunta a 4 alunas de português no México



ERRATA

Pp. 11: (Hughes, 1993)

Pp. 20: (Hughes, 1993)

Pp. 49: (Guedes, 1992: 25-26)

Pp. 59: (Bourdieu 1992: xii)

Pp. 168-169: (Singly, 1993)

ANEXOS

ANEXO A

**Quadro-resumo dos Leitorados de Língua e Cultura Portuguesas, Por Países, de
1930/31 a 2006/07**

[illegible]

ÁSIA	1930 1931	1931 1932	1933 1934	1937 1938	1946	1950	1955	1960	1965	1970	1974	1985	1987	1988	1989	1992	1994	2004 2005	2005 2006	2006 2007
Japão										2	2	2	2							
China												1	2	4	3	4	3	5	6	7
Macau												1	2	3	3					
Coreia do Sul													1	2	2	2		1	1	1
Índia													1	1	1	2	3	2	3	3
Malásia Peninsular													1	1	1					
Tailândia													1	1	1	1	1	1	1	1
Malásia																1	1	1	1	1
Indonésia																		1	1	1
Timor-leste																		1	2	2
Vietname																		1	1	1

OCEÂNIA	1930 1931	1931 1932	1933 1934	1937 1938	1946	1950	1955	1960	1965	1970	1974	1985	1987	1988	1989	1992	1994	2004 2005	2005 2006	2006 2007
Austrália																	1			

MÉDIO ORIENTE	1930 1931	1931 1932	1933 1934	1937 1938	1946	1950	1955	1960	1965	1970	1974	1985	1987	1988	1989	1992	1994	2004 2005	2005 2006	2006 2007
Israel																			2	2

TOTAL	1930 1931	1931 1932	1933 1934	1937 1938	1946	1950	1955	1960	1965	1970	1974	1985	1987	1988	1989	1992	1994	2004 2005	2005 2006	2006 2007
	3	7	9	21	13	19	24	27	41	66	96	113	132	133	130	137	161	152	168	205

ANEXO B

LEGISLAÇÃO

- B1** Quadro-resumo de legislação relativa aos leitorados
- B2** Decreto n.º 16 381 de 16 de Janeiro de 1929, Diário do Governo n.º 13 de 9 de Janeiro de 1929
- B3** Decreto n.º 17 037 de 24 de Julho de 1929, Diário do Governo n.º 143, I Série de 26 de Junho de 1929
- B4** Decreto-Lei n.º 26 611 de 11 de Abril, Diário do Governo, I Série n.º 116 de 19 de Maio de 1936
- B5** Decreto 38 680 de 17 de Março de 1952, Diário do Governo, I Série n.º 61 de 17 de Março de 1952
- B6** Decreto-Lei n.º 46 038 de 16 de Novembro de 1964, Diário do Governo, I Série n.º 269, de 16 de Novembro de 1964
- B7** Decreto-Lei n.º 50/80 de 22 de Março de 1980, Diário da República, 1ª Série, n.º 69, de 22 de Março de 1980
- B8** Decreto-Lei n.º 135/92 de 15 de Julho de 1992, Diário da República, 1ª Série A, n.º 161, de 15 de Julho de 1992
- B9** Decreto-Lei n.º 48/94 de 24 de Fevereiro de 1994, Diário da República, 1ª Série A, n.º 46, de 24 de Fevereiro de 1994
- B10** Decreto-lei n.º 170/97 de 5 de Julho de 1997, Diário da República, 1ª Série A, n.º 153, de 5 de Julho de 1997
- B11** Decreto-Lei n.º 119/2007 de 27 de Abril de 2007, Diário da República, 1ª Série, n.º 82 de 27 de Abril de 2007
- B12** Portaria n.º 509/2007 de 30 de Abril de 2007, Diário da república, 1ªa Série, n.º 83, 30 de Abril de 2007

B1

Quadro-resumo de legislação relativa aos leitorados

Ano	Tipo de documento	Identificação do Documento	Finalidade do documento
1929	Decreto	Decreto n.º 16 381 de 16 de Janeiro 1929	Criação da Junta de Educação Nacional
1929	Decreto	Decreto n.º 17 037 de 24 de Julho 1929	Regulamento da Junta de Educação Nacional
1929	Decreto	Decreto 17 456 de 24 de Setembro 1929	Rectificações
1931	Decreto	Decreto n.º 19 552 01 de Abril 1931	Rectificações
1931	Decreto	Decreto n.º 19 572 de 06 de Março 1931	Regulamento dos serviços de educação artística da Junta de Educação Nacional
1931	Decreto	Decreto n.º 20 352 de 15 de Agosto 1931	Regulamento da Junta de Educação Nacional
1936	Decreto	Decreto n.º 26 611 de 11 de Abril 1936	Regimento da Junta Nacional da Educação. Aqui a Junta de Educação Nacional, passou a ser a 7ª secção da Junta Nacional da Educação e a chamar-se Instituto para a Alta Cultura
1936	Lei	Lei 1: 941 de 11 de Abril de 1936	Remodelação do Ministério da Instrução Pública
1952	Decreto	Decreto n.º 38 680 17 de Março de 1952	Transformação do Instituto para a Alta Cultura em Instituto de Alta Cultura
1964	Decreto-Lei	Decreto-Lei n.º 46 038 de Novembro de 1964	Reestruturação dos órgãos do Instituto
1969	Decreto-Lei	Decreto-Lei n.º 49 457 de 24 de Dezembro 1969	
1973	Decreto-Lei	Decreto-Lei n.º 613/73 de 15 de Novembro 1973	Define a lei orgânica do Instituto de Alta Cultura
1973	Decreto-Lei	Decreto-Lei n.º 44/73 de 12 de Fevereiro	Define as atribuições do SEBSPE
1973	Decreto-Lei	Decreto-Lei n.º 45/73 de 12 de Fevereiro	Define as atribuições do SEBSPE
1976	Decreto	Decreto n.º 538/76 de 9 de Julho	Retira ao Instituto de Alta Cultura (IAC) as competências e meios de execução correspondentes à investigação científica, atribuindo-as ao novo Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC). No IAC permanecem as competências e meios de execução correspondentes à difusão da língua e cultura portuguesas no estrangeiro.
1976	Decreto-Lei	Decreto-Lei n.º 541/76 de 9 de Julho 1976	Criação do Instituto de Cultura Portuguesa por transformação do Instituto de Alta Cultura (alteração da designação)
1977	Portaria	Portaria 765/77 de 19 de Dezembro 1977, (DR 291, 1ª S)	Regula o ensino de português no estrangeiro
1979	Decreto-Lei	Decreto-Lei n.º 7/79 de 27 de Janeiro	Saída do ICAP do Ministério da Educação e ciência e integração na Secretaria de Estado da Cultura;

1979	Decreto-Lei	Decreto-lei n.º 519-E/79 de 28 de Dezembro 1979	Estatuto do professor do ensino básico e secundário no estrangeiro
1980	Decreto-Lei	Decreto-Lei nº 50/80 de 22 de Março 1980	Reintegração do ICAP no Ministério da Educação e Ciência; Mudança de designação do ICAP, passa a chamar-se Instituto de Língua e Cultura Portuguesa (ICALP); Transferência para o ICALP dos serviços de ensino de Português no estrangeiro até então dependentes das Direcções-Gerais dos Ensinos Básico e Secundário
1984	Decreto-Lei	Decreto-Lei 341/84 (DR 247, 1ª série 24 de Setembro 84)	Revisão dos vencimentos dos professores do ensino de português no estrangeiro
1985	Decreto-Lei	Decreto-Lei 133/85 de 2 de Maio 1985	
1987	Decreto-Lei	Decreto-Lei 142/87 de 24 de Outubro 87 (DR 68 1ª Série de 23/03/87)	Altera o 133/85 de 2 de Maio, que reúne as normas reguladoras do ensino do português no estrangeiro
1987	Lei	Lei nº 3 de 87 de 3 de Janeiro	Define as atribuições do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa e destaca do mesmo os serviços de Ensino de Português no Estrangeiro, que passam a depender da Direcção Geral de Apoio e Extensão Educativa
1989	Decreto-Lei	Decreto-Lei 427/89 de 7 de Dezembro 1989	Define, com as devidas alterações, o recrutamento de leitores e formadores do Instituto Camões [artigo 19º]
1989	Decreto-Lei	Decreto-Lei nº 146/89 de 06 de Maio 1989, (DR nº 104, 1ª S)	Altera o quadro de pessoal especializado do MNE
1989	Decreto-Lei	Decreto-Lei nº 57/89/M 11 de Setembro 1989	Criação do Instituto Português do Oriente
1992	Decreto-Lei	Decreto-Lei 135/92 de 15 de Julho 1992	Criação do Instituto Camões
1992	Decreto Regulamentar	Decreto Regulamentar n.º 15/92 de 15 de Julho 1992	Normas relativas às competências e organização do Instituto Camões
1993	Aviso	“Aviso de Abertura de Concurso Público Documental para o Cargo de Leitor de Língua e Cultura Portuguesas” (Diário da República n.º 59, de 11 de Março de 1993: 2663)	
1994	Decreto-Lei	Decreto-Lei n.º 48/94 de 24 de Fevereiro 1994	Transferência do Instituto Camões para a tutela do Ministério dos Negócios estrangeiros
1995	Decreto-Lei	Decreto-Lei 52/95 de 20 de Março 1995, (DR nº 67, 1ª S-A)	Aprova a lei orgânica do Instituto Camões
1997	Decreto-Lei	Decreto-Lei n.º 170/97 de 5 de Julho 1997, (DR nº 153/97 1ª S-A)	Nova Lei Orgânica do Instituto Camões, revoga o Decreto-Lei 52/95 de 20 de Março
1998	Decreto Regulamentar	Decreto Regulamentar n.º 11/98 de 15 de Maio 1998	Define o processo de avaliação do desempenho dos docentes requisitados pelo Instituto Camões para o exercício das funções de leitor em universidades estrangeiras [capítulo IV]
1998	Decreto-Lei	Decreto-Lei 352/98 de 12 de Novembro 1998, (DR nº	Coordenação do apoio ao Ensino da Língua nos Estados Africanos de Língua

		262/98 1ª S-A)	Oficial Portuguesa, Altera a lei orgânica do Instituto Camões
1998	Portaria	Portaria n.º 36/98 de 26 de Janeiro 1998	Aprovação do quadro de pessoal do Instituto Camões
1999	Decreto-Lei	Decreto-Lei 30/99 de 2 de Janeiro 1999 (DR 24/99, 1ª Série-A de 29/02/99)	Coordenação do ensino do português no estrangeiro
2000	Decreto-Lei	Decreto-Lei n.º 19/2000 de 1 de Março 2000	Alargamento dos projectos de difusão da língua e cultura no estrangeiro
2001	Convénio	Convénio entre o Instituto Camões do MNE de Portugal e O Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores do Brasil de 5 de Setembro de 2001	
2001	Lei	Lei n.º 18/2001 de 3 de Julho 2001	Introduz alterações no decreto-lei 64-A/89 que aprova o regime jurídico da cessação do contrato individual de trabalho
2002	Projecto de Resolução	Projecto de Resolução n.º 25/IX de 5 de Junho de 2002	“Por uma verdadeira política de defesa e promoção do ensino da língua e cultura portuguesas no estrangeiro”
2002	Resolução do Conselho de Ministros	Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002 de 18 de Maio 2002	Estabelece medidas que visam o controlo da admissão na administração pública bem como a reavaliação das situações contratuais existentes
2004	Programa	Programa do XVI Governo Constitucional	
2004	Despacho	Despacho n.º 01/PRE/2004 de 14 de Janeiro de 2004	Redimensionamento da rede de docência do Instituto Camões [Despacho interno assinado por Maria José Stock]
2004	Despacho	Despacho n.º 23/PRE/2004 de 1 de Junho de 2004	Tempo de missão dos formadores e leitores do Instituto Camões [Despacho interno assinado por Simonetta Luz Afonso]
2004	Lei	Lei n.º 13/2004 de 14 de Abril 2004	Estabelece o enquadramento jurídico do agente da cooperação portuguesa e define o respectivo estatuto jurídico
2005	Programa	Programa do XVII Governo Constitucional	
2005	Constituição	Constituição da República Portuguesa (sétima revisão constitucional – 2005)	
2007	Decreto-Lei	Decreto-lei 119/2007 de 27 de Abril	Nova orgânica do Instituto Camões, I.P.. Reestruturação realizada no âmbito do PRACE, acometendo ao referido Instituto a coordenação da rede de docência do português n estrangeiro ao nível do ensino básico e secundário.
2007	Portaria	Portaria n.º 509/2007 de 30 de Abril de 2007	Determina a organização interna do Instituto Camões, atribuindo-lhe a gestão de docência da língua e cultura portuguesa a nível básico e secundário no estrangeiro

B2

Decreto n.º 16 381 de 16 de Janeiro de 1929

Diário do Governo n.º 13 de 9 de Janeiro de 1929

Portaria n.º 5:802

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, que a canhoneira *Faro* passe ao estado de completo armamento com a seguinte lotação:

Oficiais:

Primeiro tenente, comandante	1	
Segundo tenente, imediato	1	
Segundo tenente engenheiro maquinista	1	3

Brigada de marinheiros:

Primeiro sargento de manobra	1	
Primeiro sargento enfermeiro	1	
Cabo de manobra	1	
Marinheiros de manobra	3	
Marinheiro sinaleiro	1	
Grumetes de manobra	10	
Despenseiro	1	
Criado de câmara	1	
Primeiro cozinheiro	1	
Segundo cozinheiro	1	21

Brigada de artilheiros:

Primeiro sargento artilheiro	1	
Marinheiros artilheiros	4	
Grumetes artilheiros	2	7

Brigada de mecânicos:

Primeiros sargentos condutores de máquinas	2	
Segundo sargento condutor de máquinas	1	
Cabos fogueiros	3	
Cabo telegrafista	1	
Marinheiros fogueiros	6	
Marinheiro torpedeiro	1	
Grumetes fogueiros	2	16
Total		47

Paços do Governo da República, 16 de Janeiro de 1929.—O Ministro da Marinha, *Antal de Mesquita Guimarães*.
D. do G. n.º 13.

Portaria n.º 5:803

Mando o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, que o transporte *Pêro de Alenquer* passe desde já ao estado de completo desarmamento.

Paços do Governo da República, 16 de Janeiro de 1929.—O Ministro da Marinha, *Antal de Mesquita Guimarães*.
D. do G. n.º 13.

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Secretaria Geral

Decreto n.º 16:381

Considerando que, apesar dos evidentes progressos realizados nos últimos anos pelas instituições culturais portuguesas, elas não estão ainda convenientemente adaptadas às necessidades presentes, sendo portanto indispensável orientar e auxiliar, eficientemente, os seus louváveis esforços;

Considerando que para favorecer a cultura científica, factor preeminente da riqueza e da força de um país, pela sua importância na formação da mentalidade social e pela sua influência na preparação profissional e na valorização do património comum, é de flagrante vantagem a criação de um organismo que metódicamente proteja, alargue e coordene a nossa actividade intelectual;

Considerando que, para sua maior eficiência e utilidade, convém que esse organismo seja independente dos estabelecimentos oficiais de ensino e de investigação já existentes;

Considerando que um dos problemas que necessitam de mais demorada e cuidadosa atenção é o do aperfeiçoamento dos quadros docentes das escolas de ensino superior, pela dificuldade de conseguir que os alunos que demonstrem maiores aptidões científicas e pedagógicas aperfeiçoem o ampliem, em Portugal e no estrangeiro, os seus conhecimentos e a sua competência técnica;

Considerando que se os homens superiores, sempre raros em todas as sociedades, triunfam das dificuldades e deficiências dos sistemas, os homens de valor médio, de cujo trabalho resulta a força normal da nação, carecem do auxílio de uma boa organização técnica e social para atingirem o nível da sua maior produtividade;

Considerando que é condição indispensável para desenvolver e melhorar a investigação científica que Portugal retome o caminho tradicional da preparação do professorado superior, enviando os estudiosos aos centros estrangeiros de mais alta cultura;

Considerando quanto é conveniente manter uma intensa e eficaz ligação dos investigadores nacionais com os dos outros países, pois só dessa maneira se poderá definitivamente conduzir a Nação a colaborar no movimento mundial de cooperação intelectual;

Considerando que a obra deste novo organismo, que por sua própria natureza deve ser lenta e demorada, só poderá executar-se com sequência e firmeza se lhe for garantida a autonomia;

Considerando que, para garantir a regularidade do seu funcionamento, é conveniente que a maioria dos seus membros tenha residência em Lisboa;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É criado no Ministério da Instrução Pública um organismo permanente, que se denominará Junta de Educação Nacional e terá por objecto:

1.º Fundar, melhorar ou subsidiar instituições destinadas a trabalhos de investigação e propaganda científica por cujo intermédio especialmente se amplie o quadro dos ostados, se facilite a adaptação destes às necessidades do País, se auxilie o desenvolvimento da cultura nacional e se aperfeiçoem os métodos de educação;

2.º Subsidiar investigações de carácter científico em Portugal, nas suas colónias e no estrangeiro;

3.º Organizar e subsidiar missões de estudo na metrópole, nas colónias e no estrangeiro;

4.º Promover a melhoria das condições materiais, intelectuais e morais dos estudantes, professores e investigadores, especialmente dos subsidiados pela Junta;

5.º Organizar o fiscalizar um serviço de bolsas de estudo em Portugal e no estrangeiro;

6.º Promover a colocação dos antigos bolseiros, segundo as suas habilitações;

7.º Organizar um serviço de informações acerca dos centros docentes e das condições de vida nos principais

países, especialmente nos aspectos que possam interessar a estudantes e professores;

8.º Promover o intercâmbio intelectual, a expansão da cultura portuguesa e a representação em congressos e outras reuniões científicas no País e fora dele;

9.º Fundar, subsidiar e dirigir escolas de ensino pedagógico em todos os graus de ensino, exceptuando o superior;

10.º Criar outras instituições destinadas a contribuir para a melhoria progressiva de educação nacional;

11.º Promover ou subsidiar publicações de carácter científico;

12.º Representar ao Governo, da sua própria iniciativa, sobre assuntos de instrução.

§ único. A Junta poderá considerar centros de estudo aderentes aos estabelecimentos científicos, literários ou artísticos, oficiais ou particulares, que quizerem colaborar com ela.

Art. 2.º A Junta compor-se há de vinte e um vogais, um primeiro secretário e um segundo secretário, sendo quinze desses vogais escolhidos entre os professores e assistentes das três Universidades da República, cinco por cada Universidade, e os restantes entre professores extra-universitários, membros de corporações científicas, ou publicistas notáveis, constituindo os vogais de Coimbra e Porto delegações da Junta nestas cidades respectivamente, devendo também a Escola Superior Colonial ter representação na Junta.

§ 1.º Os vinte e um vogais da Junta serão nomeados pelo Governo.

Este número poderá ser elevado até vinte e cinco quando as necessidades da Junta o determinem e o Governo o autorize.

§ 2.º Os novos vogais, a que se refere o parágrafo antecedente, e os que devam preencher as vagas que de futuro ocorrerem serão nomeados pelo Governo, mediante proposta da Junta, em lista triplicado.

§ 3.º As delegações de Coimbra e do Porto terão cada uma um presidente, que será escolhido pela respectiva delegação entre os seus membros.

§ 4.º As primeiras nomeações do primeiro e do segundo secretários serão feitas pelo Governo; as futuras nomeações só-lo hão mediante proposta da Junta. Os secretários, que terão residência em Lisboa, serão nomeados por cinco anos, devendo ser reconduzidos se a Junta assim o propuser.

Art. 3.º A Junta escolherá de entre os seus vogais residentes em Lisboa o presidente e dois vice-presidentes, um para o ramo de letras e outro para o ramo de sciencias.

Art. 4.º A Junta desempenhará as suas funções por intermédio dos organismos seguintes:

1.º Uma assembleia geral, constituída por todos os vogais e os dois secretários;

2.º Uma comissão executiva, composta de presidente, dos dois vice-presidentes, dos dois presidentes respectivamente das delegações de Coimbra e do Porto, e dos dois secretários;

3.º Uma secretaria, dirigida pelo primeiro secretário e composta do segundo secretário e do respectivo pessoal auxiliar.

§ 1.º O presidente e vice-presidentes terão residência oficial em Lisboa.

§ 2.º Para a primeira sessão de cada mês serão reservados os assuntos considerados de maior importância ou gravidade, devendo assistir a essa sessão os presidentes das delegações de Coimbra e do Porto, ou, na sua falta, respectivamente um vogal representante de cada delegação e por ela escolhido, tendo os referidos presidentes ou os seus substitutos direito às passagens e ajudas de custo, nos termos da legislação vigente.

§ 3.º Quando a Junta o entender conveniente, poderá convocar para as reuniões da assembleia geral, conjunta

ou separadamente, o vice-presidente do Conselho Superior de Instrução Pública, os reitores das Universidades, os directores das Faculdades e escolas universitárias, da Escola Superior Colonial e de outras escolas de ensino superior e os directores dos centros de estudos adherentes ou outras entidades de reconhecida competência pedagógica ou científica.

Art. 5.º As funções do vogal da Junta são honoríficas e gratuitas e exigem para a maioria dos seus membros residência oficial em Lisboa.

§ 1.º As funções do primeiro e do segundo secretário serão sempre remuneradas e só serão compatíveis com funções remuneradas do Estado; de natureza docente ou de investigação científica, o em qualquer destas hipóteses considerar-se hão, pelo seu carácter pedagógico, como inerentes a elas.

§ 2.º A remuneração do primeiro e do segundo secretários será fixada pelo Ministro da Instrução Pública de acordo com o Ministro das Finanças.

Art. 6.º É confiada à Junta de Educação Nacional a sua própria administração, nos termos do presente decreto.

§ único. A gerência financeira da Junta será ordenada por anos económicos, referindo-se a estes os orçamentos ordinários ou suplementares e as respectivas contas.

Art. 7.º A Junta de Educação Nacional, como pessoa moral, possui autonomia administrativa, goza de capacidade jurídica para adquirir bens e para os administrar, assim como a todas as dotações e rendimentos que receber do Estado, de corporações administrativas ou de particulares para os fins para que é constituída, e poderá exercer todos os direitos civis relativos aos seus interesses legítimos.

Art. 8.º Constituem receita da Junta:

1.º As dotações ou subsídios que o Estado, as corporações administrativas e quaisquer entidades públicas ou particulares lhe concedam, quer para os seus fins gerais, quer para aplicações determinadas e concordantes com aqueles;

2.º Os rendimentos dos bens que possua ou usufrua, por qualquer título;

3.º O produto de venda das suas publicações;

4.º As receitas provenientes de cursos remunerados ou de instituições que organize.

Art. 9.º A Junta poderá adquirir por título gratuito quaisquer bens, só se tornando necessária a autorização do Governo para doações ou legados com encargos estranhos aos serviços da Junta.

§ 1.º Os bens doados ou legados à Junta terão o destino que lhes der o doador ou testador, não podendo ser aplicados para outros fins sem autorização do Governo, que só a concederá, por decreto fundamentado, quando seja inteiramente reconhecida a absoluta impossibilidade ou a manifesta inconveniência de se cumprir a vontade do doador ou testador.

§ 2.º A aquisição de bens pela Junta será sempre feita com dispensa de todos e quaisquer direitos ou impostos.

Art. 10.º No caso de serem doados ou legados à Junta bens ou mobiliários que ela não considere necessários para os seus fins, serão esses bens alienados e o seu produto convertido em fundos públicos consolidados, averbados à mesma Junta, declarando-se no respectivo averbamento o fim a que deverão ser aplicados.

Art. 11.º A administração dos bens e receitas das Juntas estará a cargo da comissão executiva.

§ 1.º Compete ao primeiro secretário, ou no seu impedimento ao segundo, elaborar de acordo com o presidente o orçamento anual das receitas e despesas da Junta, que será presente à comissão executiva e, depois de aprovado por esta, submetido à discussão e aprovação da assembleia geral.

§ 2.º A conta anual das receitas e despesas da Junta será apresentada pela forma descrita no parágrafo antecedente à aprovação da comissão executiva e da assembleia geral. Depois de aprovada será submetida ao exame e aprovação do Conselho Superior de Finanças, nos termos da legislação vigente.

Art. 12.º A Junta publicará em cada ano um relatório dos trabalhos do ano anterior dando conta dos resultados obtidos e das deficiências notadas.

§ 1.º Este relatório, elaborado pelo primeiro secretário, ou pelo segundo secretário no seu impedimento, será submetido à discussão e à aprovação da comissão executiva e da assembleia geral, na forma descrita no artigo antecedente, e depois presente ao Ministério da Instrução Pública;

§ 2.º A Junta poderá ainda publicar outros relatórios, memórias ou informações de interesse especial.

Art. 13.º A Junta poderá contratar o pessoal docente, o pessoal da secretaria e quaisquer outros funcionários de que carecer para o funcionamento dos serviços que instituir, ou arbitrar-lhes os respectivos vencimentos ou gratificações. Entre o pessoal da secretaria haverá sempre um ou mais funcionários com competência especial para a correspondência em línguas estrangeiras.

§ 1.º Estes contratos serão submetidos à aprovação do Governo.

§ 2.º O pessoal dos quadros oficiais, tanto militar como civil, contratado pela Junta será considerado em comissão de serviço público.

Art. 14.º As escolas e outros estabelecimentos científicos, literários ou artísticos, oficiais ou particulares, aos quais a Junta conceder auxílio financeiro ficarão sujeitos à sua fiscalização, nos termos do acôrdo que se firmar entre a Junta e essas entidades.

Art. 15.º As escolas e outros estabelecimentos científicos, literários ou artísticos fundados pela Junta e submetidos à sua fiscalização pedagógica e administrativa serão para todos os efeitos equivalentes às escolas e estabelecimentos oficiais correspondentes.

Art. 16.º A Junta apresentará, no mais curto prazo, à aprovação do Governo os regulamentos necessários para o funcionamento dos serviços seguintes:

- a) Bolsas de estudo;
- b) Auxílio e fomento a investigações científicas;
- c) Expansão cultural e intercâmbio intelectual.

Art. 17.º Poderão ser concedidas bolsas de estudo em Portugal, nas suas colônias ou no estrangeiro:

- a) Ao pessoal docente ou técnico dos estabelecimentos oficiais de ensino;
- b) Ao pessoal de outros centros de investigação científica;
- c) Aos diplomados por escolas portuguesas;
- d) Eventualmente, a alunos destas escolas, ou ainda a quaisquer outros indivíduos a quem seja reconhecida competência ou aptidões especiais.

§ 1.º A concessão das bolsas a que este artigo se refere será feita pelo Governo, mediante proposta da Junta, quando tenham de ser pagas com dotações atribuídas pelo Estado.

§ 2.º Esta concessão será feita pela Junta quando as bolsas forem pagas com os seus recursos próprios.

§ 3.º A Junta determinará, em cada caso, as condições a que deverão satisfazer os candidatos a bolseiros para que lhes possam ser concedidas as respectivas bolsas de estudo.

§ 4.º A escolha dos bolseiros, entre os candidatos que satisfazam as condições estabelecidas, será feita pela comissão executiva, atendendo à importância da verba global destinada a pensões, ao valor ou interesse relativo dos estudos propostos pelos candidatos, às condições pessoais destes, e a quaisquer outras circunstâncias de que possa resultar preferência.

Art. 18.º A Junta manterá freqüente comunicação com os bolseiros, informando-se dos seus trabalhos e aproveitamento por todos os meios ao seu alcance; poderá para este fim não só requerer o auxílio dos representantes diplomáticos e consulares portugueses, como enviar ao estrangeiro alguns dos seus membros ou delegados especiais, a quem sejam cometidas as referidas funções de fiscalização.

Art. 19.º A Junta poderá, em qualquer tempo, anular a concessão de uma bolsa, quando o procedimento ou o aproveitamento do bolseiro não seja satisfatório, dando desta resolução conhecimento ao Governo.

Art. 20.º A Junta estudará o modo de utilizar os conhecimentos adquiridos pelos bolseiros e de promover a sua colocação.

Art. 21.º A Junta proporá ao Governo a mais eficaz maneira de proteger e fomentar as investigações científicas, filológicas e históricas, de subsidiar os investigadores, e de auxiliar os laboratórios e outros centros de estudo.

Art. 22.º A Junta proporá ao Governo a regulamentação da nossa representação em congressos e outras reuniões científicas nacionais ou estrangeiras, e a organização de reuniões científicas em Portugal.

Art. 23.º Compete também à Junta promover o intercâmbio intelectual, fomentar a expansão da cultura portuguesa, e dirigir os serviços de informação internacional, em matéria de ensino e de actividade científica.

Art. 24.º O Governo promulgará, mediante proposta da Junta, os regulamentos necessários para a execução do presente decreto.

Art. 25.º A Junta será ouvida sempre que haja necessidade de modificar ou ampliar a sua organização.

Art. 26.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpriam e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 9 de Janeiro de 1929. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — José Vicente de Freitas — Mário de Figueiredo — António de Oliveira Salazar — Júlio Ernesto de Moraes Sarmiento — Antão de Mesquita Guimarães — Manuel Carlos Quintão Meireles — Eduardo Aguiar Bragança — José Bacelar Bebianno — Gustavo Cordeiro Ramos — Pedro de Castro Pinto Bravo.

D. do G. n.º 13.

Direcção Geral do Ensino Primário e Normal

2.ª Repartição

Decreto n.º 10:382

O Instituto do Professorado Primário Oficial Português tem em funcionamento, em Lisboa, duas secções — a masculina e a feminina — e estas, educando e protegendo órfãos e filhos de professores primários oficiais, vão colocando os seus pupilos em condições de poderem honestamente angariar os precisos meios de subsistência. Tem sido pois uma forma indirecta mas altamente eficaz de melhorar as condições de vida dos professores primários.

Do há muito porém solicita o professorado do norte do País a instalação das secções do Porto, destinadas, de harmonia com o § único do artigo 4.º do decreto n.º 14:088, de 10 de Agosto de 1927, aos filhos dos funcionários do ensino primário e normal em exercem a actividade em todo o País.

B3

Decreto n.º 17 037 de 24 de Julho de 1929

Diário do Governo n.º 143, I Série de 26 de Junho de 1929

Ernesto de Moraes Sarmento — Anibal de Mesquita Guimarães — Manuel Carlos Quintão Meireles — Gustavo Cordeiro Ramos — Pedro de Castro Pinto Bravo.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES

Direcção Geral do Comércio e Indústria

Repartição do Comércio

Decreto n.º 17:036

Tendo a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses requerido autorização para, nos termos do § 4.º do artigo 6.º do contrato de 11 de Março de 1927, modificado quanto ao quantitativo pelo artigo 6.º do contrato de 27 de Janeiro de 1928, celebrado entre o Estado, a Companhia Nacional de Caminhos de Ferro e esta Companhia, emitir 75:000 obrigações de juro de 7 3/4 por cento, amortizáveis em cinquenta e quatro semestres, para constituir o capital afecto à exploração das linhas do Estado, de que é arrendatária, pretendendo, como garantia suplementar, constituir em favor dos novos obrigacionistas um privilégio creditório especial;

Ouvido o Conselho Superior dos Caminhos de Ferro, nos termos do artigo 36.º do decreto n.º 13:829, de 17 de Junho de 1927;

Satisfeita a taxa devida nos termos do decreto n.º 7:868, de 5 de Dezembro de 1921, e alterada por decreto n.º 9:602, de 17 de Abril de 1924;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta do Ministro do Comércio e Comunicações:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

É autorizada a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses a emitir 75:000.000\$ de obrigações do valor nominal de 100\$ cada uma, nas seguintes condições:

1.ª As obrigações vencerão o juro, livre para o obrigacionista de todos e quaisquer impostos portugueses, presentes e futuros, de 7 3/4 por cento ao ano, pago semestralmente, a partir de 15 de Outubro de 1929, em Lisboa ou no Porto, à opção do portador.

2.ª O juro semestral de 3687(5) por obrigação será representado por cupões.

3.ª As obrigações serão amortizadas a partir de 15 de Abril de 1930 em 54 semestres, por sorteio ao par ou por compra no mercado, devendo a respectiva tabela ser organizada de forma que sejam iguais as semestralidades de juro e amortização.

4.ª A Companhia será porém reservado o direito de acelerar a amortização, por sorteio ao par, ou por compra no mercado.

5.ª O pagamento das obrigações amortizadas por sorteio será sempre feito, à opção do portador, em Lisboa ou no Porto.

6.ª Como garantia especial e adicional à amortização e ao pagamento dos juros destas obrigações, a Companhia obriga-se a manter sempre, incluído no seu capital circulante, um valor, nunca inferior ao montante nominal das obrigações em circulação, representativo de materiais de consumo dos referidos no artigo 12.º do contrato de 11 de Março de 1927 e exclusivamente destinados à exploração das linhas objecto do mesmo contrato.

7.ª Se antes da completa amortização destas obrigações voltarem para a posse do Estado as linhas adjudicadas à Companhia pelo contrato de 11 de Março de 1927, a Companhia completará obrigatoriamente a amortização das obrigações que então existirem, no prazo de dois anos, contados da data em que ela tiver deixado de fazer a exploração dessas linhas, e em tal caso a garantia especial estipulada na cláusula 6.ª, e dada à amortização e pagamento dos juros das obrigações ainda em circulação, passará a ser constituída pelo crédito que a Companhia ficar tendo sobre o Estado por virtude da execução do § 2.º do citado artigo 12.º do contrato de 11 de Março de 1927.

8.ª Estas obrigações constituem até à sua completa amortização «privilégio creditório» mobiliário, especial, nos termos do artigo 878.º do Código Civil, sobre os materiais de consumo referidos na cláusula 6.ª e sobre o crédito que, no caso previsto na cláusula 7.ª, substituirá esses materiais.

9.ª As anuidades destinadas ao serviço de amortização o juro destas obrigações serão incluídas nas «Despesas de exploração» das linhas adjudicadas à Companhia pelo contrato de 11 de Março de 1927.

10.ª Da emissão nenhuma responsabilidade de qualquer natureza ou espécie resultará para o Estado.

11.ª A emissão só poderá ter lugar depois de dar entrada na Repartição do Comércio o documento comprovativo de ter sido feito o competente registo no Tribunal do Comércio, como dispõe o artigo 49.º do Código Commercial.

12.ª Fica à responsabilidade da Companhia o pagamento dos impostos que competem aos portadores destas obrigações.

13.ª O plano de amortizações será publicado no *Diário do Governo* por conta da interessada.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar, tam inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 26 de Junho de 1929. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — José Vicente de Freitas — Mário de Figueiredo — António de Oliveira Salazar — Júlio Ernesto de Moraes Sarmento — Anibal de Mesquita Guimarães — Manuel Carlos Quintão Meireles — Gustavo Cordeiro Ramos — Pedro de Castro Pinto Bravo.

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Secretaria Geral

Decreto n.º 17:037

Tendo-me sido presente o regulamento da Junta de Educação Nacional, elaborado nos termos do decreto n.º 10:381, de 16 de Janeiro do corrente ano;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta do Ministro da Instrução Pública:

Hei por bem aprovar o referido regulamento, que faz parte integrante deste decreto e vai assinado pelo mesmo Ministro.

O Ministro da Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 24 de Junho de 1929. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — Gustavo Cordeiro Ramos.

Regulamento da Junta de Educação Nacional

CAPÍTULO I

Organização e fins

Artigo 1.º A Junta de Educação Nacional, criada pelo decreto n.º 16:881, de 16 de Janeiro de 1929, é um organismo permanente e autónomo, integrado no Ministério da Instrução Pública, e tem por objecto:

- 1.º Fundar, melhorar ou subsidiar instituições destinadas a trabalhos de investigação e propaganda científica por cujo intermédio especialmente se amplie o quadro dos estudos, se facilite a adaptação destes às necessidades do País, se auxilie o desenvolvimento da cultura nacional e se aperfeiçoem os métodos de educação;
 - 2.º Subsidiar investigações de carácter científico em Portugal ou suas colónias e em países estrangeiros;
 - 3.º Organizar e subsidiar missões de estudo na metrópole, nas colónias e em países estrangeiros;
 - 4.º Promover a melhoria das condições materiais, intellectuais e morais dos estudantes, professores e investigadores, especialmente dos subsidiados pela Junta;
 - 5.º Organizar e fiscalizar um serviço de bolsas de estudo em Portugal e fora d'elle;
 - 6.º Promover a colocação dos antigos bolseiros, segundo as suas habilitações;
 - 7.º Organizar um serviço de informações acerca dos centros docentes e das condições de vida nos principais países, especialmente sob os aspectos que possam interessar a estudantes e professores;
 - 8.º Promover o intercâmbio intellectual, a expansão da cultura portuguesa e a representação em congressos e outras reuniões científicas no País e fora d'elle;
 - 9.º Fundar, subsidiar e dirigir escolas de ensino pedagógico de todos os graus, exceptuando o superior;
 - 10.º Criar outras instituições destinadas a contribuir para a melhoria progressiva da educação nacional;
 - 11.º Promover ou subsidiar publicações de carácter científico;
 - 12.º Representar ao Governo, e a quaisquer outras entidades da sua própria iniciativa sobre assuntos de educação.
- Art. 2.º A Junta de Educação Nacional terá sede em Lisboa e desempenhará as suas funções por intermédio dos organismos seguintes:
- 1.º Assembleia geral;
 - 2.º Comissão executiva;
 - 3.º Secretaria;
 - 4.º Duas delegações, uma em Coimbra e outra no Porto.
- Art. 3.º A Junta apresentará anualmente ao Ministro da Instrução Pública um relatório dos seus trabalhos.

CAPÍTULO II

Da assembleia geral

Art. 4.º A assembleia geral será constituída por todos os vogais e os dois secretários.

§ 1.º Os vogais serão inicialmente em número de vinte e um, que poderá ser elevado até vinte e cinco, quando as necessidades da Junta o determinarem e o Governo, por proposta da Junta, o autorize.

§ 2.º Os vogais da Junta serão nomeados pelo Governo, de entre os propostos pela Junta, em lista triplíce. Nestas nomeações, atender-se-há às seguintes condições:

- 1.º Quinze vogais deverão ser professores ou assistentes das três Universidades da República, cinco por cada Universidade;
- 2.º A Escola Superior Colonial deverá ter representação na Junta;

3.º Os restantes vogais deverão ser escolhidos entre professores extra-universitários, membros de corporações científicas ou publicistas notáveis.

§ 3.º Na sua maioria os membros da Junta devem ter residência em Lisboa.

§ 4.º As funções de vogal da Junta são gratuitas.

§ 5.º Poderão ser convocadas para as reuniões da assembleia geral quaisquer entidades de reconhecida competência pedagógica ou científica.

Art. 5.º A assembleia geral escolherá, de entre os vogais residentes em Lisboa, o presidente e dois vice-presidentes.

§ único. O presidente e os vice-presidentes formarão com os dois secretários da Junta a mesa da assembleia geral.

Art. 6.º Compete à assembleia geral:

- 1.º Escolher o presidente e dois vice-presidentes, um para o ramo de letras e outro para o de sciências;
- 2.º Examinar e votar os orçamentos ordinários e suplementares;
- 3.º Examinar e votar os relatórios e as contas;
- 4.º Propor ao Governo, sob proposta da comissão executiva, a recondução ou substituição dos secretários;
- 5.º Resolver as demais questões que lhe sejam presentes pela comissão executiva ou por qualquer dos seus membros.

§ único. O presidente e os vice-presidentes serão nomeados por três anos, podendo ser reeleitos.

Art. 7.º A assembleia geral será convocada com a conveniente antecipação para examinar e votar o orçamento anual da Junta, bem como para examinar e votar o relatório e as contas que lhe serão apresentadas pela comissão executiva.

§ 1.º A assembleia geral poderá ainda reunir quando o presidente a convoque ou quando, pelo menos, um quinto dos vogais o requeira, indicando com vinte dias, pelo menos, de antecedência os assuntos que desejem submeter-lhe.

§ 2.º A convocação, na segunda hipótese do parágrafo anterior, será feita pelo presidente dentro dos dez dias posteriores à entrega do requerimento, devendo indicar-se nos avisos convocatórios os assuntos a tratar.

§ 3.º A convocação da assembleia geral para as reuniões ordinárias ou extraordinárias deverá ser feita com dez dias, pelo menos, de antecedência, e os respectivos avisos convocatórios indicarão os assuntos a tratar.

Art. 8.º A assembleia geral reunirá e tomará deliberações qualquer que seja o número dos membros presentes.

§ 1.º As resoluções serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes.

§ 2.º Quando não intervenha a maioria dos membros da Junta nas resoluções tomadas sobre assuntos não indicados nos avisos convocatórios, sobre propostas de modificação do decreto organico ou dos regulamentos da Junta e sobre a votação da lista triplíce para a nomeação de novos vogais, essas resoluções só serão válidas se tiverem sido aprovadas em segunda sessão, convocada para esse fim, com quinze dias, pelo menos, de antecedência, ainda que nesta segunda sessão não compareça a maioria dos membros da Junta.

CAPÍTULO III

Da comissão executiva

Art. 9.º A comissão executiva será composta do presidente, dos dois vice-presidentes, dos dois presidentes das delegações em Coimbra e no Porto e dos dois secretários.

Art. 10.º A comissão executiva terá uma reunião ordinária em cada mês e reunir-se-há extraordinariamente sempre que o presidente a convoque.

§ 1.º As convocações deverão ser feitas com a antecedência mínima de oito dias e os avisos convocatórios devem mencionar os assuntos a tratar.

§ 2.º A comissão executiva reunirá e tomará deliberações qualquer que seja o número dos membros presentes, mas as reuniões ordinárias não poderão funcionar sem a presença dos presidentes das delegações de Coimbra e do Porto ou de quem os substitua.

§ 3.º As deliberações tomam-se por maioria de votos dos membros presentes, tendo o presidente voto de desempate.

§ 4.º Só quando estiver presente a maioria dos membros da comissão executiva poderão tomar-se resoluções sobre assuntos que não venham mencionados nos avisos convocatórios.

Art. 11.º Compete à comissão executiva:

1.º Elaborar os projectos que tenham de ser submetidos à aprovação da assembleia geral e do Governo;

2.º Dar cumprimento às resoluções da assembleia geral;

3.º Arrecadar as receitas da Junta, administrar os seus bens e receitas e vigiar pela conservação e conveniente aproveitamento dos edificios, terreno e material pertencentes à Junta ou na sua posse;

4.º Aceitar as doações e legados que não sejam transmitidos com encargos estranhos ao objecto da Junta;

5.º Pedir ao Governo, mediante voto aprovativo da assembleia geral, autorização para aceitar as doações e legados transmitidos com encargos estranhos ao objecto da Junta;

6.º Pedir ao Governo, mediante voto aprovativo da assembleia geral, que autorize a aplicação de doações ou legados a fins diferentes dos que lhes tenham sido destinados pelo doador ou testador, nos termos dos §§ 1.º e 2.º do artigo 21.º

7.º Examinar e votar os orçamentos ordinários e suplementares e as respectivas contas, que devem ser presentes à assembleia geral e ao Conselho Superior de Finanças, nos termos da legislação vigente;

8.º Examinar e votar o relatório anual e apresentá-lo à assembleia geral e ao Governo;

9.º Contratar o pessoal docente, o pessoal da secretaria e quaisquer outros funcionários de que carecer para o funcionamento dos serviços que instituir, arbitrar-lhes os respectivos vencimentos ou gratificações e submeter os referidos contratos à aprovação do Governo;

10.º Dispensar e substituir o pessoal a que se refere o número anterior;

11.º Constituir-se em conselho disciplinar quando um funcionário do quadro da Junta cometer alguma infracção de disciplina;

12.º Propor à assembleia geral e transmitir ao Governo as deliberações desta, relativas à recondução ou substituição dos secretários;

13.º Resolver as questões de expediente que lhe forem presentes;

14.º Desempenhar todas as funções que por lei ou regulamento sejam da competência da Junta e não pertençam a outra entidade desta.

Art. 12.º Compete ao presidente:

1.º Convocar as sessões da assembleia geral e da comissão executiva e dirigir os respectivos trabalhos;

2.º Representar a Junta em juízo e fora dele;

3.º Fiscalizar o cumprimento das leis e regulamentos da Junta, bem como das deliberações do Governo, da assembleia geral e da comissão executiva;

4.º Comunicar ao Governo as deliberações da Junta, submetendo àquela, devidamente informadas, as que dependem da sua aprovação;

5.º Requisitar à Repartição de Contabilidade que funcione junto do Ministério da Instrução Pública as importâncias que lhe for necessário levantar das dotações que

lhe sejam consignadas no Orçamento Geral do Estado, nos termos que pela referida Repartição forem estabelecidos;

6.º Solicitar por intermédio daquela Repartição que das dotações orçamentais lhe seja autorizada a requisição de mais de um duodécimo em cada mês, desde que essa requisição seja devidamente justificada;

7.º Requisitar até 30 de Julho de cada ano, àquella Repartição, guias para a reposição das importâncias abonadas para despesas e que existam em saldo;

8.º Dirigir a elaboração do orçamento da Junta;

9.º Ordenar os pagamentos e visar as contas;

10.º Exercer a autoridade administrativa e disciplinar sobre o pessoal do quadro e assalariado da Junta para que tem a competência disciplinar do director geral;

11.º Conceder licenças até quinze dias ao pessoal do quadro da Junta, mediante informação do primeiro secretário e dos respectivos chefes de serviços;

12.º Resolver as questões de expediente.

Art. 13.º O presidente submete directamente ao Ministro os assuntos que lhe devam ser presentes e consulta directamente a Repartição de Contabilidade que funciona junto do Ministério da Instrução Pública, o Conselho Superior de Finanças e a Procuradoria Geral da República.

Art. 14.º Na falta do presidente substitui-o o vice-presidente de mais idade; na falta de ambos assume a presidência o outro vice-presidente.

Art. 15.º Compete aos vice-presidentes:

1.º Substituir o presidente, nos termos do artigo anterior;

2.º Elaborar, com os secretários, os projectos que devam ser presentes à comissão executiva, relativos, respectivamente, ao ramo de letras e ao ramo de sciencias;

3.º Resolver com os secretários ou os chefes de serviço o expediente, respectivamente, dos serviços do ramo de letras ou do ramo de sciencias;

4.º Fiscalizar e dirigir superiormente os serviços das secções a seu cargo.

Art. 16.º Os contratos celebrados pela comissão executiva serão assinados pelo presidente e pelo primeiro secretário, ou por quem os substituir.

Art. 17.º A comissão executiva corresponder-se-há directamente com quaisquer repartições ou funcionários públicos.

CAPÍTULO IV

Do regime económico

Art. 18.º A Junta de Educação Nacional será considerada como pessoa moral de utilidade pública, com autonomia administrativa e capacidade jurídica para adquirir, administrar e alienar bens e exercer todos os direitos civis relativos aos seus interesses legítimos, nos termos deste regulamento e nos gerais de direito.

Art. 19.º A gerência financeira da Junta será ordenada por anos económicos, referindo-se a estes os orçamentos ordinários ou suplementares e as respectivas contas.

Art. 20.º Constituem receita da Junta:

1.º As dotações ou subsídios que o Estado, os corpos administrativos e quaisquer entidades públicas ou particulares lhe concedam, quer para os seus fins gerais, quer para aplicações determinadas e concordantes com aqueles;

2.º Os rendimentos dos bens que possua ou usufrua por qualquer título;

3.º O produto da venda das suas publicações;

4.º As receitas provenientes dos cursos remunerados ou de instituições que organize.

Art. 21.º A Junta poderá adquirir por título gratuito quaisquer bens, não sendo necessária a autorização do

Governo senão para aceitar doações ou legados com encargos estranhos aos serviços da Junta.

§ 1.º Os bens doados ou legados à Junta terão o destino que lhes der o doador ou testador, não podendo ser aplicados para outros fins sem autorização do Governo.

§ 2.º A autorização do Governo, a que se refere o parágrafo anterior, só poderá ser concedida, em decreto, fundamentado, quando seja inteiramente reconhecida a Junta impossibilidade ou a manifesta inconveniência de cumprir a vontade do doador ou testador.

§ 3.º A aquisição de bens pela Junta será sempre feita com dispensa de todos e quaisquer direitos ou impostos.

Art. 22.º No caso de serem doados ou legados à Junta bens imobiliários que ela não considere necessários para os seus fins, serão esses bens alienados e o seu produto convertido em fundos públicos consolidados, averbados à mesma Junta, declarando-se no respectivo averbamento o fim a que deverão ser aplicados.

Art. 23.º A administração dos bens e receitas da Junta estará a cargo da comissão executiva.

§ 1.º Compete ao primeiro secretário, ou na sua falta ou impedimento ao segundo, elaborar o orçamento anual das receitas e despesas da Junta, que será presente à comissão executiva e, depois de aprovado por esta, submetido à discussão e aprovação da assembleia geral.

§ 2.º A conta anual das receitas e despesas da Junta será apresentada pela forma descrita no parágrafo anterior à aprovação da comissão executiva e da assembleia geral. Depois de aprovada será submetida ao exame e aprovação do Conselho Superior de Finanças nos termos da legislação vigente.

CAPÍTULO V

Da secretaria

Art. 24.º Os secretários são nomeados pelo Governo, por proposta da Junta por um período de cinco anos, devendo ser reconduzidos por iguais períodos, se a Junta assim o propuser.

Art. 25.º Entre o pessoal da secretaria haverá um ou mais funcionários com competência especial, para a correspondência em línguas estrangeiras.

Art. 26.º Um dos empregados da secretaria terá a seu cargo o serviço de movimento de fundos da Junta, na forma determinada pela comissão executiva.

§ único. A comissão executiva poderá exigir ao funcionário que desempenhe estas funções a caução que julgar necessária.

Art. 27.º Compete à secretaria:

- 1.º Executar ou promover a execução das resoluções da assembleia geral e da comissão executiva;
- 2.º Organizar os serviços de informação internacional, em matéria de ensino e de actividade científica;
- 3.º Escriuturar as receitas e as despesas da Junta e elaborar as suas contas;
- 4.º Preparar o expediente da Junta e dar-lhe andamento.

Art. 28.º Compete ao primeiro secretário:

- 1.º Dirigir e fiscalizar os serviços da secretaria e os demais serviços instituídos pela Junta;
- 2.º Elaborar o orçamento anual e os orçamentos suplementares das receitas e despesas da Junta, bem como as respectivas contas;
- 3.º Elaborar o relatório anual dos trabalhos da Junta, dando conta dos resultados obtidos e das deficiências notadas;
- 4.º Dirigir as publicações da Junta;
- 5.º Executar as demais funções que lhe sejam indicadas no presente regulamento ou pela comissão executiva.

§ 1.º Na falta ou impedimento do primeiro secretário desempenhará as suas funções o segundo secretário.

Art. 29.º Compete ao segundo secretário:

- 1.º Dirigir o serviço de expediente da secretaria;
- 2.º Auxiliar o primeiro secretário no desempenho das suas funções;
- 3.º Substituí-lo durante os seus impedimentos;
- 4.º Executar as demais funções que lhe são cometidas por este regulamento ou que o venham a ser pela comissão executiva.

CAPÍTULO VI

Das delegações

Art. 30.º As delegações da Junta em Coimbra e no Porto são constituídas pelos vogais da Junta residentes respectivamente em cada uma dessas cidades.

Art. 31.º Compete às delegações:

1.º Apresentar à comissão executiva ou à assembleia geral quaisquer propostas sobre assuntos que digam respeito a atribuições da Junta;

2.º Dar o seu parecer ou informações sobre quaisquer serviços a cargo da Junta, sempre que julguem conveniente ou a comissão executiva o solicite;

3.º Realizar os demais trabalhos que lhe sejam incumbidos pela assembleia geral ou comissão executiva.

Art. 32.º As delegações terão uma sessão ordinária mensal em dia que será por elas fixado e as sessões extraordinárias que o presidente convocar.

§ 1.º O presidente convocará sessões extraordinárias sempre que julgue conveniente ou quando, pelo menos, um terço dos vogais da delegação, pedir a convocação.

§ 2.º As convocações serão feitas e as deliberações tomadas nos termos dos §§ 1.º, 2.º, 3.º e 4.º do artigo 10.º, na parte em que forem aplicáveis.

Art. 33.º Cada delegação da Junta escolherá de entre os seus vogais o presidente e o secretário.

§ único. O presidente e o secretário serão eleitos por três anos, podendo ser reeleitos.

Art. 34.º Compete ao presidente:

- 1.º Convocar as sessões da respectiva delegação e dirigir os seus trabalhos;
- 2.º Informá-la das resoluções da comissão executiva;
- 3.º Representar a delegação;
- 4.º Fazer executar as deliberações desta;
- 5.º Fazer substituir por qualquer vogal da delegação nas sessões da comissão executiva, quando se torne necessária ou seja conveniente a substituição.

Art. 35.º As delegações poderão convocar para assistir às suas sessões quaisquer entidades de reconhecida competência pedagógica ou científica quando o julguem conveniente para esclarecimento de assuntos que nelas se devam discutir.

Art. 36.º Compete ao secretário:

- 1.º Executar, sob a direcção do presidente, as decisões da delegação;
- 2.º Elaborar, de acordo com o presidente, os relatórios, informações e pareceres que a delegação apresente;
- 3.º Redigir as actas das sessões e fazer todo o serviço do expediente;
- 4.º Realizar os demais serviços da competência da delegação e de que seja por ela incumbido.

CAPÍTULO VII

Bolsas de estudo fora do País

Art. 37.º Na organização, distribuição e concessão das suas bolsas de estudo fora do País deverá a Junta ter sempre em vista as faltas ou dificuldades que mais se façam sentir no estado actual da cultura e do ensino público, atendendo principalmente:

1.º Ao aperfeiçoamento dos métodos pedagógicos do ensino infantil, primário, secundário e profissional;

2.º As necessidades da investigação científica e à preparação do ensino;

3.º A aquisição das técnicas mais urgentes para o aproveitamento económico do País e suas colónias.

Art. 38.º A concessão destas bolsas será, em regra, feita por concurso, sem exclusão da faculdade que a Junta assiste, quando circunstâncias especiais assim o aconselharem, de oferecer espontaneamente ou conceder, mediante solicitação, alguma ou algumas bolsas de estudo fora do País.

Art. 39.º Os concursos para a concessão de bolsas serão pela Junta abertos anualmente pelo prazo mínimo de trinta dias e anunciados no *Diário do Governo* e em dois números, pelo menos, de qualquer diário nacional importante de Lisboa e Porto.

§ único. Quando não houver concorrentes a quaisquer das bolsas postas em concurso ou nenhum d'elles for julgado idóneo poderá a Junta dispor da verba que assim fique disponível, tendo em vista o disposto no artigo 37.º

Art. 40.º Poderão concorrer às bolsas quaisquer pessoas moralmente idóneas com a cultura geral e especial necessárias para os estudos que projectam.

§ 1.º Os concorrentes deverão declarar nos seus requerimentos:

1.º O nome, profissão, idade, estado, naturalidade e residência;

2.º Os estudos que querem fazer, os lugares em que pretendem realizá-los, o tempo de que precisam para este fim e o quantitativo da pensão que julguem necessário. Se estes estudos houverem de efectuar-se em estabelecimentos científicos serão esses mencionados, e se os concorrentes quiserem seguir qualquer curso ou investigação sob a superintendência de professores deverão mencionar quais os que preferem.

§ 2.º Os concorrentes deverão juntar os documentos que julguem necessários para provar a sua idoneidade científica e deverão igualmente juntar os que forem precisos para provar a sua idade, estado, naturalidade e residência.

§ 3.º Se os concorrentes não puderem juntar desde logo os documentos a que se refere o parágrafo anterior, poderá ser-lhes concedido um prazo para tal fim.

Art. 41.º A Junta poderá convidar os concorrentes a apresentar quaisquer documentos que julgue necessários, além dos que tenham sido juntos nos termos do § 2.º do artigo anterior, e poderá igualmente requisitar de qualquer repartição pública todos os documentos ou informações de que precise.

§ 1.º A Junta poderá exigir aos candidatos a prova de que conhecem suficientemente a língua do País onde pretendem estudar e submetê-los a exame especial, se o julgar conveniente.

§ 2.º Além do disposto nos parágrafos anteriores, a Junta pode proceder às indagações que julgue necessárias para avaliar a idoneidade moral e científica dos concorrentes.

§ 3.º Se algum dos concorrentes for pessoa de reconhecida reputação científica, poderá ser dispensada a junção de qualquer documento.

Art. 42.º A Junta poderá confiar o exame dos requerimentos a comissões de que façam parte, além de membros seus, especialistas de reconhecida autoridade, podendo também pedir o parecer de competentes estrangeiros.

Art. 43.º A escolha dos bolseiros, de entre os candidatos que satisfaçam as condições prescritas, será feita pela Junta, atendendo-se à importância da verba global destinada às pensões, ao valor ou interesse relativo dos estudos que os candidatos se propõem fazer, às condições pessoais destes e a quaisquer circunstâncias de que possa resultar preferência.

§ único. Será condição de preferência que os concor-

rentes tenham já realizado, no todo ou em parte, trabalhos que se relacionem com os assuntos que pretendem estudar e considerados valiosos pela Junta, mediante informação autorizada.

Art. 44.º A concessão de bolsas de estudo a funcionários públicos depende sempre da autorização do Governo.

Art. 45.º A Junta fixará, para cada caso, o tempo durante o qual deve ser concedida a pensão, o seu quantitativo, e como deve ser paga, atendendo para este fim às declarações feitas pelo candidato e às informações que possa obter.

Art. 46.º A Junta fixará para cada candidato a quem se conceda uma bolsa de estudo as obrigações que para elle resultam da concessão.

§ 1.º Do respectivo processo constará uma declaração, assinada pelo bolseiro e devidamente autenticada, em que elle se comprometa a cumprir as obrigações a que este artigo se refere, sob pena de se sujeitar às sanções do artigo 48.º e parágrafos.

§ 2.º Os bolseiros serão obrigados a enviar à Junta, nas condições por ela fixadas, relatórios dos seus trabalhos e certidões ou informações das escolas ou centros de estudo onde estejam trabalhando.

Art. 47.º A Junta manterá comunicação com os bolseiros, informando-se dos seus trabalhos e aproveitamento por todos os meios ao seu alcance.

§ único. Para os fins a que este artigo se refere será pedido o auxilio dos representantes diplomáticos ou consulares, ou de quaisquer entidades do lugar onde residam os bolseiros, e poderão ser enviados a esse lugar membros da Junta ou delegados seus, a quem sejam cometidas, para esse efeito, funções de fiscalização.

Art. 48.º A Junta poderá, em qualquer tempo, anular a concessão de uma bolsa quando o bolseiro não cumprir as obrigações que aceitou e o seu procedimento ou aproveitamento não sejam satisfatórios.

§ 1.º Se a Junta entender que o bolseiro deixou de cumprir as suas obrigações com fraude ou culpa grave, ordenar-lhe há que restitua a importância das pensões recebidas.

§ 2.º Se, no caso do parágrafo anterior, o bolseiro não fizer a restituição, será contra elle intentada acção de indemnização por perdas e danos, em nome do Estado, pelo agente do Ministério Público que for competente.

§ 3.º As quantias recebidas coercivamente, nos termos do parágrafo anterior, serão entregues à Junta.

§ 4.º As deliberações tomadas nos termos deste artigo e do § 1.º serão comunicadas ao Governo.

Art. 49.º A Junta promoverá o melhor aproveitamento nacional dos seus antigos bolseiros, quer collocando-os nos institutos por ella próprios fundados e mantidos, quer encaminhando-os para outros centros de ensino ou de estudo existentes no País, quer indicando-os ao Governo para os cargos ou serviços onde melhor possa exercer-se a competência por elles adquirida.

§ único. Para os efeitos deste artigo poderá a Junta passar aos antigos bolseiros atestados das suas habilitações e procedimento, como constar do respectivo processo.

Art. 50.º A Junta poderá considerar como bolseiros, para os efeitos da sua protecção e fiscalização, indivíduos que vão fazer estudos ao estrangeiro com recursos próprios ou fornecidos por outras instituições.

Art. 51.º As atribuições da Junta, em tudo o que diga respeito a bolsas de estudo, serão exercidas pela comissão executiva, que d'elas dará conta à assembleia geral.

§ único. Sempre que se trate da concessão de bolsas de estudo fora do País em casos não previstos neste regulamento, deverá a comissão executiva submeter previamente o assunto à assembleia geral.

CAPÍTULO VIII

Subsídios ou bolsas de estudo a investigadores no País

Art. 52.º A Junta pode conceder subsídios ou bolsas de estudo para investigações científicas no País:

a) A indivíduos que terminaram há pouco os seus estudos superiores ou estão a preparar trabalhos para doutoramento ou concursos e desejem iniciar-se na investigação científica ou prosseguir trabalhos já começados;

b) A investigadores que já tenham certo passado científico, demonstrado por trabalhos ou publicações de valor reconhecido e que precisem de subsídios para um período largo de tempo;

c) Aos investigadores a que se refere a alínea anterior e que precisem de um auxílio temporário para realizar determinadas pesquisas.

§ único. A Junta reservará alguns subsídios ou bolsas de estudo para investigações relativas às colónias portuguesas.

Art. 53.º A concessão de subsídios aos indivíduos a que se refere a alínea a) do artigo anterior implica o compromisso por eles tomado de executar investigações científicas, pelo menos, durante um ano.

Art. 54.º A concessão de subsídios aos investigadores a que se referem as alíneas b) e c) do artigo 52.º só pode ser feita a favor dos que, embora exerçam funções docentes ou técnicas em estabelecimentos científicos, possam dedicar à investigação a maior parte do seu tempo, e não exerçam profissões lucrativas incompatíveis com a dedicação e a continuidade que ela exige.

Art. 55.º A concessão do subsídio será feita mediante prévio requerimento do interessado ou proposta de qualquer membro da Junta.

§ 1.º Nos requerimentos ou propostas para a concessão do subsídio aos indivíduos a que se referem as alíneas a) e b) serão especificadas as pesquisas que pretendem efectuar.

§ 2.º Os requerimentos ou propostas indicarão a quantidade necessária e serão instruídos com os documentos que se julguem úteis.

§ 3.º Os indivíduos abrangidos na alínea a) do artigo 52.º documentarão os seus requerimentos com as informações dos respectivos professores e com os trabalhos que porventura já tiverem realizado.

Art. 56.º A Junta confiará, em regra, o exame dos requerimentos ou propostas do subsídio a comissões do que podem fazer parte, além dos membros da Junta, especialistas autorizados, podendo também solicitar a opinião do especialistas estrangeiros.

§ 1.º As comissões apresentarão os seus pareceres à Junta, instruindo os sempre com o *curriculum vitae* dos interessados e informações de quaisquer Repartições ou funcionários públicos, ou outras pessoas idóneas.

§ 2.º Para os fins indicados neste artigo a Junta e as comissões poderão solicitar documentos ou informações de quaisquer repartições ou funcionários públicos.

Art. 57.º Compete à Junta deliberar sobre a concessão de subsídios seguindo a ordem de preferência que lhe parecer melhor e devendo também fixar o seu quantitativo, o tempo por que devem ser concedidos e o modo do seu pagamento.

§ 1.º Em relação aos indivíduos compreendidos na alínea a) do artigo 52.º o subsídio será concedido pelo período de um ano e poderá ser renovado até um máximo de cinco anos.

§ 2.º Os subsídios aos investigadores a que se refere a alínea b) do artigo 52.º poderão ser concedidos por períodos renováveis de dois anos.

Art. 58.º Os subsidiados ficam obrigados a enviar à Junta os relatórios sobre os trabalhos efectuados que

lhos forem exigidos nos prazos previamente fixados e os demais que a Junta solicitar.

§ 1.º Os indivíduos a que se refere a alínea a) do artigo 1.º enviarão relatórios, pelo menos, no fim de cada ano; os investigadores indicados na alínea b), pelo menos, no fim de cada período de dois anos, e os investigadores mencionados na alínea c), pelo menos, no fim do prazo que declarem necessário para efectuar as pesquisas que se propuseram realizar.

§ 2.º A falta ou insuficiência destes relatórios é motivo para a cessação dos subsídios.

Art. 59.º São aplicáveis à concessão de subsídios e aos subsidiados as disposições dos artigos 40.º o parágrafos, 41.º o parágrafos, 42.º, 43.º o § único, 45.º, 46.º o parágrafos, 47.º o § único, 48.º o parágrafos, 49.º o § único e 51.º, o § único deste regulamento, na parte aplicável.

CAPÍTULO IX

Subsídios a centros de estudo e publicações científicas

Art. 60.º Poderão ser subsidiados pela Junta quaisquer centros de estudo, oficiais ou particulares, incorporados ou não nas Universidades ou Escolas Superiores, quando se mostre:

1.º Que se consagram à investigação científica, quer desinteressada quer acumulada com o ensino ou outra função de interesse público;

2.º Que nos últimos anos demonstraram produtividade suficiente, tendo os seus trabalhos merecido citações ou apreciações de especialistas nacionais ou estrangeiros.

Art. 61.º A Junta poderá também subsidiar centros de estudo oficiais ou particulares, recentemente criados ou reorganizados, que satisfaçam ao primeiro requisito do artigo anterior, quando o respectivo pessoal, pelo seu passado de investigação, devidamente comprovado, der garantias de trabalho eficaz.

Art. 62.º A concessão dos subsídios a que se referem os artigos anteriores será feita mediante requerimento do director do centro de estudo interessado, ou por proposta de qualquer membro da Junta.

§ único. Os requerimentos ou propostas indicarão a quantidade necessária e especificarão os fins a que se destinam.

Art. 63.º À Junta compete escolher os centros de estudo que devem ser subsidiados, arbitrar os subsídios e fiscalizar o emprego destes, podendo previamente proceder às indagações que julgue necessárias.

Art. 64.º Os subsídios serão concedidos por prazo determinado, findo o qual os directores dos respectivos estabelecimentos enviarão à Junta nota desenvolvida do emprego do dinheiro recebido.

Art. 65.º Os centros oficiais ou particulares que recebem subsídios da Junta deverão aceitar a fiscalização desta pelo que respeita ao emprego dos respectivos subsídios.

§ único. Os termos dessa fiscalização constarão de acordo firmado pela Junta e pelo director de cada um desses estabelecimentos.

Art. 66.º A Junta poderá criar centros de estudo, competindo-lhe a escolha do pessoal necessário, bem como a orientação e fiscalização deste e dos respectivos trabalhos.

§ 1.º A criação e sustentação destes centros pode ser feita somente com os recursos da Junta, ou com a cooperação do Estado ou de outras entidades nacionais ou estrangeiras, em regime determinado por acordo entre a Junta e as entidades que com ela cooperem, devendo, na falta de disposição a tal respeito, aplicar-se a parte final deste artigo.

§ 2.º Os centros de estudos fundados pela Junta e submetidos à sua fiscalização pedagógica e administra-

tiva poderão ser equiparados pelo Governo às escolas e estabelecimentos oficiais correspondentes por proposta da Junta.

Art. 67.º Os centros de estudo oficiais ou particulares que satisfaçam aos requisitos do artigo 60.º, e o requirerem, poderão ser considerados pela Junta seus aderentes, fixando-se por acôrdo entre aqueles e esta os direitos e obrigações respectivos.

Art. 68.º Os centros de estudo criados pela Junta, por ela subsidiados ou aderentes, são obrigados a receber os bolseiros ou antigos bolseiros da Junta por esta indicados e que neles desejem trabalhar, sempre que as possibilidades e recursos desses centros de estudo o permitam.

Art. 69.º A Junta poderá promover, subsidiar ou auxiliar a publicação de trabalhos de investigação e de revistas ou livros científicos ou educativos, nas condições que estabelecer para cada caso.

Art. 70.º É aplicável à concessão dos subsídios a que se refere este capítulo e às instituições subsidiadas o disposto nos artigos 41.º e parágrafos, 42.º, 43.º e § único, 45.º, 46.º e parágrafos, 47.º e § único, 48.º e parágrafos, e 51.º e § único, na parte aplicável.

CAPÍTULO X

Serviços de expansão cultural e intercâmbio intelectual

Art. 71.º A Junta promoverá e poderá subsidiar:

- a) A representação da ciência portuguesa em congressos e conferências científicas;
- b) Missões de estudo de curta duração ou visitas a estabelecimentos científicos dentro do território nacional ou fora dele;
- c) Conferências e lições de homens de ciência portugueses em universidades e escolas nacionais ou estrangeiras;
- d) Conferências e lições de homens de ciência estrangeiros em Portugal e a preparação do público para essas conferências e lições, quando necessária;
- e) A contribuição portuguesa para instituições internacionais de carácter pedagógico ou científico;
- f) Publicações destinadas a tornar conhecida fora do País a cultura portuguesa;
- g) Cursos de férias em Universidades ou escolas portuguesas destinadas a difundir ou aperfeiçoar a cultura científica nacional;
- h) Quaisquer outros serviços de expansão cultural ou intercâmbio intelectual.

Art. 72.º A Junta esforçar-se há para que nenhum congresso ou conferência científica internacional, reconhecidamente importante, deixe de ter representação portuguesa, tam numerosa quanto possível e constituída por pessoas de provada competência científica e que apresentem trabalhos originaes de valor.

§ único. Para os fins indicados neste artigo, será elaborada pela Junta uma lista dos congressos e conferências científicas, segundo as informações que colher.

Art. 73.º A Junta só promoverá ou subsidiará a representação em congressos e conferências que tenham um carácter estritamente científico.

Art. 74.º A representação em congressos e conferências, poderá ser concedida pela Junta:

- a) Aos professores ou outras pessoas de competência científica que a Junta convida para esse fim;
- b) Aos professores que as respectivas Faculdades ou Escolas tenham designado como delegados e que solicitem os subsídios da Junta, quando essas Faculdades ou Escolas lhos não possam conceder pelos seus recursos próprios;
- c) Aos professores ou outras entidades idóneas, que a tenham solicitado.

Art. 75.º Nos casos a que se referem as alíneas b) e c) do artigo anterior, a concessão de subsídios será feita mediante requerimento do indivíduo ou estabelecimento interessado ou por proposta documentada de qualquer membro da Junta, em que se declare qual o subsídio que pretende e o fim a que este se destina.

Art. 76.º A Junta escolherá os congressos e conferências para que subsidiará a representação e os representantes, tendo em atenção a importância dos primeiros, o valor dos segundos e a verba de que disponha, dando preferência aos representantes que tiverem comunicações ou relatórios a apresentar.

Art. 77.º A quantia a conceder a cada congressista compreenderá o preço de viagem e um subsídio de estada que a Junta fixará, tendo em atenção o País onde se realize o congresso ou conferência e o tempo de permanência.

Art. 78.º Na promoção ou subsídio de missões de estudo de curta duração e de visitas a estabelecimentos científicos observar-se há, na parte aplicável, o disposto nos artigos anteriores.

Art. 79.º A Junta organizará de acôrdo com as instituições estrangeiras o intercâmbio de professores e outros homens de ciência, quer promovendo a vinda a Portugal de conferentes estrangeiros, quer enviando ao estrangeiro conferentes portugueses.

Art. 80.º A Junta poderá ocupar-se ainda, com os centros de estudo ou instituições estrangeiras de intercâmbio, da colocação temporária de chefes de serviço ou de empregados técnicos do centro de estudos portugueses em centros de estudos estrangeiros e de estrangeiros em centros de estudos portugueses para difusão e aprendizagem dos respectivos métodos de trabalho.

Art. 81.º As pessoas enviadas pela Junta a congressos, conferências, missões de estudo ou intercâmbio intelectual ou por ela subsidiadas para estes fins, deverão apresentar, no regresso, um relatório.

Art. 82.º A Junta poderá considerar como suas representantes pessoas que vão a congressos e conferências ou outras missões de estudo ou intercâmbio, com recursos próprios ou subsídios de outras instituições.

Art. 83.º É lícito à Junta promover e subsidiar a reunião de conferências e congressos científicos em Portugal.

Art. 84.º A Junta poderá promover cursos de férias junto de qualquer Faculdade ou Escola do País e custear no todo ou em parte ou por qualquer outro modo auxiliar os que sejam de iniciativa dessas Faculdades ou Escolas.

Ministério da Instrução Pública, 24 de Junho de 1929. — O Ministro da Instrução Pública, *Gustavo Cordeiro Ramos*.

B4

Decreto-Lei n.º 26 611 de 11 de Abril

Diário do Governo, I Série n.º 116 de 19 de Maio de 1936

Irmãdada do Santíssimo Sacramento da freguesia de Vale de Remígio, concelho de Mortágua, o bom assim os respectivos vencimentos anuais, o qual fica constituído da maneira seguinte:

1 secretário 100\$500

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 19 de Maio de 1936. —
ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de
Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Secretaria Geral

Repartição

3.ª secção

Decreto n.º 26:610

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É confirmada a cedência feita ao Liceu de Sá de Miranda, da cidade de Santarém, pelo decreto n.º 21:035, de 30 de Março de 1932, de uma das duas casas referidas no mesmo decreto mais próxima do dito Liceu, ficando o cessionário autorizado a aplicá-la à instalação da respectiva associação escolar, sendo-lhe concedido o prazo de dois anos, contados desta data, para concluir tal instalação, e ficando sem efeito este decreto, sem qualquer indemnização ou restituição à entidade cessionária, se à casa cedida for dada aplicação ou destino diverso ou no caso de não ser aplicada, dentro do referido prazo, ao fim a que se destina.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 19 de Maio de 1936. — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Manuel Rodrigues Júnior.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Secretaria Geral

Decreto-lei n.º 26:611

Com fundamento na lei n.º 1:941, de 11 de Abril de 1936;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É aprovado, para todos os efeitos, o regimento da Junta Nacional da Educação, que faz parte integrante deste decreto-lei e vai assinado pelo Ministro da Educação Nacional.

Art. 2.º Este decreto-lei entra imediatamente em vigor.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 19 de Maio de 1936. — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Armindo Rodrigues Monteiro — Joaquim José de Andrade e Silva Abranches — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — Pedro Teotónio Pereira — Rafael da Silva Neves Duque.

Regimento da Junta Nacional da Educação

(J. N. E.)

TÍTULO I

Fins gerais

Artigo 1.º A Junta Nacional da Educação (J. N. E.), instituída pela lei n.º 1:941, de 11 de Abril de 1936, é um órgão técnico e consultivo que funciona junto do Ministro da Educação Nacional e tem por fim o estudo dos problemas relativos à formação do carácter, ao ensino e à cultura do cidadão português, a par do desenvolvimento integral da sua capacidade física.

Art. 2.º O Conselho Permanente da Acção Educativa (C. P. A. E.), instituído pela mesma lei n.º 1:941, é um órgão executivo que tem por fim assegurar, através da hierarquia, a unidade e continuidade da acção do Ministério da Educação Nacional, e pertence-lhe também uma função de consulta.

TÍTULO II

Organização

Art. 3.º A J. N. E. é nomeada pelo Ministro, para um período normal de três anos, e a escolha deve recair em individualidades ou instituições que hajam dado provas de capacidade em qualquer dos problemas que interessam à educação nacional.

§ 1.º O Ministro da Educação Nacional escolherá para presidente da J. N. E. uma individualidade que haja dado relevante prova de interesse pela educação da juventude.

§ 2.º As nomeações para as vacaturas que ocorrerem durante o triénio entendem-se válidas até ao termo deste.

§ 3.º A J. N. E. pode ser renovada, no todo ou em parte, em qualquer momento.

Art. 4.º A J. N. E. é constituída pelas seguintes secções:

- 1.ª Educação moral e física;
- 2.ª Ensino primário;
- 3.ª Ensino secundário;
- 4.ª Ensino superior;
- 5.ª Ensino técnico;
- 6.ª Belas artes;
- 7.ª Alta cultura.

§ 1.º A 1.ª secção é dividida nas seguintes subsecções:

- 1.ª Educação moral e cívica;
- 2.ª Educação física e pre-militar.

§ 2.º A 5.ª secção é dividida nas seguintes subsecções:

- 1.ª Ensino técnico profissional;
- 2.ª Ensino técnico médio;
- 3.ª Ensino técnico superior;
- 4.ª Ensino artístico.

§ 3.º A 6.ª secção é dividida nas seguintes subsecções:

- 1.ª Artes plásticas, museus e monumentos;
- 2.ª Antiguidades, excavações e numismática;
- 3.ª Música, arte cénica e canto coral;
- 4.ª Literatura, bibliotecas e arquivos.

§ 4.º A 7.ª secção é dividida nas seguintes subsecções:

- 1.ª Investigação científica;
- 2.ª Relações culturais.

Art. 5.º A 1.ª secção (educação moral e física) é constituída pelo director geral da saúde escolar, seu presidente, e pelos componentes das duas sub-secções.

§ 1.º A 1.ª sub-secção (educação moral e cívica) é composta do modo seguinte:

- 1.º Um vice-presidente e quatro a seis vogais, nomeados pelo Ministro;
- 2.º Um representante da 15.ª secção (interesses espirituais e morais) da Câmara Corporativa;
- 3.º O director geral de assistência;
- 4.º O director dos serviços de censura do Ministério do Interior;
- 5.º Um representante do Commissariado Nacional da Mocidade Portuguesa (M. P.);
- 6.º Uma representante da comissão executiva da Obra das Mães pela Educação Nacional (O. M. E. N.);
- 7.º Um representante da Associação dos Chefes de Família (A. C. F.);
- 8.º Um representante da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (F. N. A. T.);
- 9.º Um representante dos serviços de inspecção dos espectáculos;
- 10.º O inspector do ensino particular.

§ 2.º A 2.ª sub-secção (educação física e pre-militar) é composta do modo seguinte:

- 1.º Um vice-presidente, que será o presidente da comissão superior de educação física do exército, e quatro a seis vogais, nomeados pelo Ministro;
- 2.º O director geral de saúde;
- 3.º O director geral de assistência;
- 4.º Um representante do Commissariado Nacional da M. P.;
- 5.º Uma representante da comissão executiva da O. M. E. N.;
- 6.º Um representante da A. C. F.;
- 7.º Um representante da F. N. A. T.;
- 8.º Um representante do Comité Olímpico Português;
- 9.º Um representante das federações desportivas;
- 10.º O inspector do ensino particular.

Art. 6.º A 2.ª secção (ensino primário) é constituída pelo director geral do ensino primário, seu presidente, e por:

- 1.º Um vice-presidente e quatro a seis vogais, nomeados pelo Ministro;
- 2.º Um representante do ensino colonial;
- 3.º Um representante dos pais e educadores;
- 4.º Um representante dos municípios;
- 5.º O inspector do ensino particular.

Art. 7.º A 3.ª secção (ensino secundário) é constituída pelo director geral do ensino secundário, seu presidente, e por:

- 1.º Um vice-presidente e quatro a seis vogais, nomeados pelo Ministro;
- 2.º Um representante do ensino colonial;
- 3.º Um representante dos pais e educadores;
- 4.º Um representante dos municípios que a seu cargo tenham um liceu;
- 5.º O inspector do ensino particular.

Art. 8.º A 4.ª secção (ensino superior) é constituída pelo director geral do ensino superior, seu presidente, e por:

- 1.º Um vice-presidente, que será o reitor da Universidade de Lisboa, e os reitores das Universidades de Coimbra e Porto;
- 2.º Um vogal por cada tipo de Faculdade, nomeado pelo Ministro;
- 3.º Um representante do ensino colonial;
- 4.º Um representante dos pais e educadores;
- 5.º Um representante dos graduados.

Art. 9.º A 5.ª secção (ensino técnico) é constituída

pelo director geral do ensino técnico, seu presidente e pelos componentes das quatro sub-secções.

§ 1.º A 1.ª sub-secção (ensino técnico profissional) é composta do modo seguinte:

- 1.º Um vice-presidente e um vogal por cada tipo de escola profissional, nomeados pelo Ministro;
- 2.º Um representante do ensino colonial;
- 3.º Um representante dos pais e educadores;
- 4.º Um representante das associações de agricultura, outro das do comércio e outro das da indústria, legalmente constituídas;
- 5.º Um representante dos municípios;
- 6.º O inspector do ensino particular.

§ 2.º A 2.ª sub-secção (ensino técnico médio) é composta do modo seguinte:

- 1.º Um vice-presidente e um vogal por cada tipo de escola do ensino técnico médio, nomeados pelo Ministro;
- 2.º Um representante do ensino colonial;
- 3.º Um representante dos pais e educadores;
- 4.º Um representante das associações de agricultura, outro das do comércio e outro das da indústria, legalmente constituídas;
- 5.º Um representante dos municípios;
- 6.º O inspector do ensino particular.

§ 3.º A 3.ª sub-secção (ensino técnico superior) é composta do modo seguinte:

- 1.º Um vice-presidente, que será o reitor da Universidade Técnica;
- 2.º Um vogal por cada tipo de escola superior do ensino técnico, nomeado pelo Ministro;
- 3.º Um representante do ensino colonial;
- 4.º Um representante dos pais e educadores;
- 5.º Um representante das associações de agricultura, outro das do comércio e outro das da indústria, legalmente constituídas.

§ 4.º A 4.ª sub-secção (ensino artístico) é composta do modo seguinte:

- 1.º Um vice-presidente e um vogal por cada tipo de escola do ensino artístico, nomeados pelo Ministro;
- 2.º Um representante dos pais e educadores;
- 3.º O inspector do ensino particular.

Art. 10.º A 6.ª secção (belas artes) é presidida pelo presidente da Academia Nacional de Belas Artes e pelos componentes das quatro sub-secções.

§ 1.º A 1.ª sub-secção (artes plásticas, museus e monumentos) é composta do modo seguinte:

- 1.º Um vice-presidente e quatro a seis vogais, nomeados pelo Ministro;
- 2.º O director do Museu Nacional de Arte Antiga e o do Museu Nacional de Arte Contemporânea;
- 3.º Um representante de cada tipo de museu, nomeado pelo Ministro;
- 4.º Um delegado da Inspecção das Belas Artes;
- 5.º O director geral dos edificios e monumentos nacionais;
- 6.º Um representante da Sociedade Nacional de Belas Artes;
- 7.º Um representante dos municípios que possuam um museu;

§ 2.º A 2.ª sub-secção (antiquidades, excavações e numismática) é composta do modo seguinte:

- 1.º Um vice-presidente e quatro a seis vogais, nomeados pelo Ministro;
- 2.º O engenheiro chefe dos serviços geológicos;
- 3.º O director do Museu Etnológico Doutor Leite de Vasconcelos;
- 4.º Um representante dos Institutos de Antropologia das Universidades;

5.º Um representante da Associação dos Arqueólogos Portugueses e outro do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia;

6.º Um representante das restantes agremiações científicas que se dedicam ao estudo da arqueologia.

§ 3.º A 3.ª sub-seção (música, arte cénica e canto coral) é composta do modo seguinte:

1.º Um vice-presidente, que será o director do Conservatório Nacional, e quatro a seis vogais nomeados pelo Ministro;

2.º Um representante das sociedades ou centros de cultura musical;

3.º O secretário do Instituto Nacional de Trabalho;

4.º O director da Emissora Nacional;

5.º O director do Secretariado da Propaganda Nacional;

6.º Um representante dos serviços de inspecção dos espectáculos.

§ 4.º A 4.ª sub-seção (literatura, bibliotecas e arquivos) é composta do modo seguinte:

1.º Um vice-presidente, que será o inspector superior das bibliotecas e arquivos, e quatro a seis vogais nomeados pelo Ministro;

2.º Os presidentes da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Portuguesa da História;

3.º Um representante dos municípios que possuam biblioteca-arquivo devidamente organizada.

Art. 11.º A 7.ª secção (alta cultura) forma o Instituto para a Alta Cultura (I. A. C.), dotado de personalidade jurídica, e é constituído por um presidente, da escolha do Ministro, de entre as individualidades que hajam realizado trabalhos de mérito na investigação científica, e pelos componentes das duas sub-seções.

§ 1.º A 1.ª sub-seção (investigação científica) é composta do modo seguinte:

1.º Um vice-presidente e quatro a seis vogais, nomeados pelo Ministro, de entre os membros do professorado e das corporações científicas;

2.º Um representante de cada tipo de instituto de investigação científica reconhecido pelo Estado;

3.º O presidente da Junta das Missões Coloniais.

§ 2.º A 2.ª sub-seção (relações culturais) é composta do modo seguinte:

1.º Um vice-presidente e quatro a seis vogais, nomeados pelo Ministro de entre os membros do professorado e das corporações científicas;

2.º Os reitores das Universidades;

3.º Os presidentes das academias reconhecidas pelo Estado.

§ 3.º A direcção do I. A. C. é constituída pelo seu presidente, pelos vice-presidentes das duas sub-seções e por dois vogais nomeados pelo Ministro, um por cada secção.

Art. 12.º Quando na mesma pessoa coincidam duas ou mais representações dentro da mesma secção não dividida ou dentro da mesma sub-seção, optará aquela por uma, e o Ministro da Educação Nacional fará livremente a escolha para as que ficarem vagas.

Art. 13.º As funções de secretário da J. N. E., bem como das suas secções e sub-seções, serão desempenhadas pelo funcionário encarregado de dirigir a Secretaria Geral do Ministério, assistido de funcionários habilitados em estenografia, com excepção da 7.ª secção (I. A. C.), que terá um secretário privativo, professor de qualquer grau de ensino.

Art. 14.º O Conselho Permanente da Acção Educativa (C. P. A. E.) é constituído pelo presidente da Junta Nacional da Educação, pelos presidentes das secções desta e pelo inspector do ensino particular.

§ único. Servirá de secretário do C. P. A. E. o director geral mais moderno, com excepção do secretário geral.

TITULO III

Competência

Art. 15.º A J. N. E. compete, de um modo geral:

- 1.º Proceder, dentro de directrizes definidas pelo Ministro, aos estudos preparatórios de qualquer decreto, regulamento ou proposta de lei e elaborar os relatórios justificativos;

- 2.º Fazer a revisão de quaisquer projectos de decreto, regulamento ou proposta de lei que lhe sejam submetidos, restrita à correcção técnica do texto e à unidade orgânica de toda a legislação;

- 3.º Promover inquéritos e experiências pedagógicas, bem como oferecer alvites tendentes ao progresso da legislação e ao aperfeiçoamento dos serviços;

- 4.º Articular os diversos ramos do ensino e definir os limites dos respectivos programas, com observância da ordem lógica das matérias e a abstenção de tudo o que seja inútil ou pedagogicamente dispensável;

- 5.º Orientar pela política do espírito a acção da escola, no sentido da formação moral e intelectual, da consciência da Nação e do dever de servi-la, em todas as circunstâncias, dentro da ordem social constitucionalmente estabelecida;

- 6.º Estudar o problema da preparação e do aperfeiçoamento do professorado, tendo em vista a aptidão pedagógica, a posse do método e o espírito nacional, adquiridos e revelados em um estágio conveniente;

- 7.º Orientar a política pedagógica no sentido de se criarem estímulos à iniciativa privada nos domínios da educação, para a maior cooperação do ensino particular com a família e com o Estado, sem prejuízo da indispensável fiscalização por este;

- 8.º Difundir os métodos específicos para a educação dos amblíopes e outros anormais, quer mediante a acção do Estado, quer estimulando a iniciativa particular;
- 9.º Emitir parecer sobre a equiparação de habilitações, ainda que adquiridas no estrangeiro, em relação às ministradas pelas escolas portuguesas, bem como organizar as provas de equivalência que possam ser requeridas, designadamente para os filhos de portugueses, nos termos da base XI da lei n.º 1:941, quando não haja disposição legal aplicável ou a resolução de um precedente não assente em princípios que devam ser mantidos;

- 10.º Promover a instituição de bolsas escolares pecuniárias, com a colaboração dos municípios e outras entidades públicas ou particulares, para estudantes pobres de elevada capacidade moral e intelectual rigorosamente comprovada, e de prémios nacionais para os melhores estudantes, os quais consistirão preferentemente em visitas aos monumentos históricos e viagens às colónias portuguesas;

- 11.º Responder a todas as consultas que, por determinação da lei ou por despacho ministerial, lhe sejam apresentadas;

- 12.º Fornecer as indicações bibliográficas para a constituição da biblioteca do Ministério da Educação Nacional, de modo a corresponder, permanentemente, tanto à evolução doutrinal e legislativa da pedagogia como às necessidades culturais da Nação.

Art. 16.º A 1.ª secção (educação moral e física) compete o estudo dos meios a empregar para a formação moral e cívica do homem português, em harmonia com o § 3.º do artigo 43.º da Constituição Política, bem como para a valorização da sua energia física, no espírito de devoção à Pátria.

§ 1.º A 1.ª sub-seção (educação moral e cívica) compete especialmente:

- 1.º Organizar e rever o programa literário da educação moral e cívica, em relação aos diferentes graus

19 DE MAIO DE 1936

do ensino, e bem assim o da educação familiar nas escolas de frequência feminina;

2.º Emitir parecer para a elaboração e sobre o mérito do compêndio de educação moral e cívica, e bem assim pronunciarse sobre o mérito do livro de leitura e dos compêndios de história e filosofia, para o que, em todos os casos, poderá consultar por escrito individualidades nacionais de reconhecida competência;

3.º Promover o desenvolvimento da leitura sã para as crianças portuguesas e pronunciarse sobre os livros destinados a prémios escolares de qualquer grau de ensino;

4.º Tomar conhecimento de todos os relatórios oficiais e dados estatísticos sobre a acção moral e cívica das escolas portuguesas de qualquer grau, tanto públicas como particulares, e promover o auxilio do Estado a estas, quando prestem relevante serviço de assistência educativa às classes pobres, bem como a sua oficialização, requerida, se instalação e professorado satisfizerem a requisitos técnicos e pedagógicos que por despacho ministerial forem considerados suficientes;

5.º Estabelecer as directrizes para o registo de todas as associações de educação e recreio, com especificação dos seus fins, e tomar conhecimento dos relatórios sobre a acção moral e cívica por elas desenvolvida;

6.º Emitir parecer acerca das peças ou trabalhos de qualquer género propostos para exhibição pública e acerca do argumento dos filmes a produzir pela indústria nacional, ou sobre motivos portugueses, bem como estabelecer o programa do teatro, do cinema e da radio-difusão educativos;

7.º Estabelecer as regras a que devem subordinar-se a fiscalização moral e politico-social dos espectáculos e a censura educativa de todo o género de publicidade, bem como propor as sanções a aplicar aos infractores;

8.º Promover a revisão da toponímia em todo o País, com objectivo de se eliminar tudo o que, por dissolvente ou injusto, contrarie a acção educativa;

9.º Propor as bases para a instituição de associações escolares em todos os estabelecimentos de ensino, com o objectivo de se desenvolver o espirito de cooperação entre os estudantes, dentro de uma acção exclusiva-mente educativa ou de assistência;

10.º Emitir parecer sobre os métodos de educação moral e cívica a adoptar na organização nacional Mocidade Portuguesa (M. P.), tendo em vista a criação de hábitos de trabalho e o amor a este, como dever de solidariedade social;

11.º Emitir parecer sobre a colecção de cânticos nacionais que exaltem as glórias portuguesas, a dignidade do trabalho e o amor à Pátria, e sobre a selecção dos cânticos regionais educativos, destinados ao canto coral nos estabelecimentos de ensino, tanto oficiais como particulares;

12.º Promover tudo quanto possa concorrer para a vida moral da vida portuguesa, definindo as directrizes práticas para que a escola coopere com a família na formação da consciência recta e da vontade enérgica da mocidade.

2.ª A 2.ª sub-secção (educação fisica e pre-militar) compete especialmente:

1.º Organizar e rever o plano geral da hygiene e educação corporal da mocidade portuguesa, nas suas relações com a família, a escola e a Nação, o qual começará pelo desenvolvimento da puericultura nas escolas de frequência feminina;

2.º Emitir parecer sobre os métodos da ginnástica de formação do individuo, tendentes ao seu maior valor fisico útil para ele e para a colectividade;

3.º Promover a orientação e coordenação dos desportos e dos jogos desportivos, no sentido da boa ordem anatomio-fisiologica, do espirito de fraternidade e da

leal competição, bem como a cooperação das respectivas organizações na obra educativa do Estado;

4.º Coordenar a representação official portuguesa em competições desportivas e emitir parecer, em cada caso, sobre a sua oportunidade e sobre a idoneidade dos representantes, que hão-de saber e poder servir o brão da Nação, ainda quando não se classifiquem nos primeiros lugares;

5.º Promover o desenvolvimento de todas as espécies de desporto, particularmente o exercido ao ar livre, bem como estimular a criação de uma ampla rede de ginnásios, piscinas naturais ou artificiais e campos de jogos em todo o País;

6.º Promover o levantamento da carta desportiva do País, com o cadastro dos núcleos regularmente constituídos, das instalações existentes e dos elementos oferecidos pela própria natureza, bem como propor as medidas adequadas à eficaz protecção destes e das espécies animais relacionadas com o desporto;

7.º Emitir parecer sobre os métodos de educação fisica e pre-militar a adoptar na organização nacional M. P., depois de ouvir o estado maior do exército na parte relativa à instrução militar propriamente dita;

8.º Tomar conhecimento de todos os relatórios oficiais e dados estatísticos sobre a acção da escola e das organizações educativas portuguesas no que respeita à cultura fisica e preparação para o dever cívico e militar;

9.º Organizar a fiscalização das condições da vida fisica do estudante tanto no que respeita à habitação como ao alimento, particularmente quando fora da família;

10.º Promover tudo quanto possa concorrer para aumentar o vigor da raça portuguesa.

Art. 17.º A 2.ª secção (ensino primário) compete:

1.º Organizar e rever o quadro das disciplinas e os programas do ensino primário, tendo em atenção que este ensino, adequando, nos seus métodos de tenura e de intuição, à idade dos educandos, deve estimular o amor à terra, ser orientado no sentido pre-profissional e visar a economia doméstica nas escolas femininas;

2.º Emitir parecer sobre a escolha dos livros e compêndios, exceptuando o de educação moral e cívica, a adoptar oficialmente para o respectivo ensino, quanto possível pratico, para o que poderá consultar por escrito individualidades competentes, mediante autorização do Ministro, para cada caso;

3.º Propor a comissão que hã-de elaborar os pontos de exame para as provas escritas, os quais deverão ser organizados com equilibrio, clareza e toda a possível simplicidade;

4.º Tomar conhecimento dos relatórios anuais dos inspectores, tanto do ensino primário official como do particular, bem como apreciar os dados estatísticos relativos ao ensino primário, tendo sobretudo em vista o modo como se interpretam e executam os programas;

5.º Propor os meios mais efficientes para a extinção do analfabetismo em curto prazo, na base de que saber ler, escrever e contar é sufficiente para a maior parte dos portugueses, e pelo estímulo à instituição de cantinas escolares;

6.º Estudar num sentido pratico o problema do desenvolvimento do gosto pela leitura e, ouvida a 4.ª sub-secção (literatura, bibliotecas e arquivos) da 6.ª secção, promover, com a cooperação das autarquias locais, a instituição de pequenas bibliotecas populares adequadas ao meio e tendo por sede a escola;

7.º Emitir parecer acerca da classificação e da localização das escolas quando haja reclamação;

8.º Promover tudo quanto possa contribuir para a difusão do ensino primário nas suas possíveis modalidades.

Art. 18.º A 3.ª secção (ensino secundário) compete:

1.º Organizar e rever o quadro das disciplinas e os

programas do ensino secundário no sentido da articulação deste com o ensino técnico profissional e médio, da preparação para as escolas superiores e da autonomia da sua missão formativa;

2.º Rever os regulamentos internos dos liceus no sentido de toda a possível uniformização, bem como promover a fiscalização do seu cumprimento e a da distribuição do serviço e horários;

3.º Emitir parecer sobre a escolha dos compêndios, exceptuado o de educação moral e cívica, a adoptar oficialmente para o ensino secundário, tendo em vista que a natureza é, para muitos conhecimentos, o melhor livro, e com a faculdade de, mediante despacho do Ministro, para cada caso, consultar por escrito individualidades competentes;

4.º Propor a comissão que há-de elaborar os pontos de exames para as provas escritas, bem graduados e menos dirigidos à memória do que ao raciocínio;

5.º Graduar os alunos candidatos a bolsas escolares e emitir parecer sobre os requerimentos para isenção de propinas cujo despacho exceda a competência do reitor;

6.º Tomar conhecimento dos relatórios anuais dos reitores dos liceus, dos presidentes dos júris de exame e do inspector do ensino particular, bem como apreciar os dados estatísticos relativos ao ensino secundário, tendo sobretudo em vista o modo como se interpretam e executam os programas;

7.º Emitir parecer acerca da classificação e da localização dos liceus;

8.º Promover tudo quanto possa concorrer para o aperfeiçoamento da organização e o melhor rendimento do ensino secundário.

Art. 19.º À 4.ª secção (ensino superior) compete:

1.º Organizar e rever o quadro das disciplinas e os programas do ensino superior, tendo em vista que este deve procurar menos a extensão da cultura do que a posse do método para a plena emancipação intelectual;

2.º Rever os regulamentos das respectivas Faculdades e escolas no sentido de toda a possível uniformização, sem prejuízo da autonomia pedagógica atribuída a cada uma;

3.º Emitir parecer sobre a graduação dos alunos candidatos a bolsas escolares e isenção de propinas quando haja reclamação da decisão dos senados universitários;

4.º Tomar conhecimento dos relatórios anuais dos reitores das Universidades e dos directores dos respectivos estabelecimentos de ensino superior, bem como apreciar os dados estatísticos relativos a este, tendo sobretudo em vista a orientação pedagógica;

5.º Emitir parecer fundamentado sobre a criação ou supressão de algum curso ou estabelecimento do respectivo ensino;

6.º Promover tudo quanto possa concorrer para o aperfeiçoamento da organização e o melhor rendimento do ensino superior.

Art. 20.º À 5.ª secção (ensino técnico) compete o estudo dos problemas relativos à formação de um escol de dirigentes para a agricultura, o comércio e a indústria, bem como à educação profissional dos respectivos agentes.

§ 1.º À 1.ª sub-secção (ensino técnico profissional) compete especialmente:

1.º Organizar e rever os quadros das disciplinas e os programas do ensino técnico profissional, tendo em atenção que este ensino deve corresponder, na sua forma mais elementar, às exigências do meio económico local, e há-de revestir também formas que habilitem com mais completos conhecimentos para o acesso ao ensino técnico médio e às escolas de belas artes;

2.º Rever os regulamentos internos das escolas do ensino técnico profissional no sentido de toda a possível uniformização, bem como promover a fiscalização do

seu cumprimento e a da distribuição do serviço e horários;

3.º Emitir parecer sobre a escolha de livros e compêndios, exceptuado o de educação moral e cívica, a adoptar oficialmente para o ensino técnico profissional, que deve ser essencialmente prático, sem ser empírico, com a faculdade de, mediante despacho do Ministro, para cada caso, consultar por escrito individualidades competentes;

4.º Tomar conhecimento dos relatórios anuais dos directores das escolas e do inspector do ensino particular, bem como apreciar os dados estatísticos relativos ao ensino técnico profissional, tendo sobretudo em vista o rendimento do artífice por ele criado;

5.º Emitir parecer acerca da classificação e da localização dos estabelecimentos do ensino técnico profissional;

6.º Promover tudo quanto possa valorizar o ensino técnico profissional, nas suas possíveis modalidades, tendo em vista a capacidade de absorção pela economia portuguesa, tanto metropolitana como colonial.

§ 2.º À 2.ª sub-secção (ensino técnico médio) compete especialmente:

1.º Organizar e rever os quadros das disciplinas e os programas do ensino técnico médio, no sentido da articulação deste com o ensino secundário, da preparação para graus superiores do ensino técnico e da autonomia da sua missão formativa;

2.º Rever os regulamentos internos das escolas do ensino técnico médio, no sentido de toda a possível uniformização, bem como promover a fiscalização do seu cumprimento e a da distribuição do serviço e horários;

3.º Emitir parecer sobre a escolha dos compêndios, exceptuados o de educação moral e cívica, a adoptar oficialmente para o ensino técnico médio, com a faculdade de, mediante despacho do Ministro, para cada caso, consultar por escrito individualidades competentes;

4.º Propor a comissão que há-de elaborar os pontos de exame para as provas escritas, os quais serão quanto possível concretamente inspirados nos factos da vida;

5.º Graduar os alunos candidatos a bolsas escolares e emitir parecer sobre os requerimentos para isenção de propinas cujo despacho exceda a competência dos directores;

6.º Tomar conhecimento dos relatórios anuais dos directores dos estabelecimentos do ensino técnico médio e do inspector do ensino particular, bem como apreciar os dados estatísticos relativos ao ensino técnico médio, tendo sobretudo em vista o modo como se interpretam e executam os programas;

7.º Emitir parecer acerca da classificação e da localização das escolas do ensino técnico médio;

8.º Promover tudo quanto possa concorrer para o aperfeiçoamento da organização e o melhor rendimento do mesmo ensino.

§ 3.º À 3.ª sub-secção (ensino técnico superior) compete especialmente:

1.º Organizar e rever o quadro das disciplinas e os programas do ensino técnico superior, no sentido de que este, evitando a excessiva especialização, forneça à actividade económica nacional, nos seus diversos aspectos, os portugueses necessários para as responsabilidades de direcção, e habilite os mais bem dotados a contribuírem para os progressos da técnica;

2.º Rever os regulamentos dos respectivos institutos ou escolas, no sentido de toda a possível uniformização, sem prejuízo da autonomia pedagógica atribuída a cada um;

3.º Emitir parecer sobre a graduação dos alunos candidatos a bolsas escolares e isenção de propinas, quando haja reclamação da decisão do conselho universitário;

4.º Tomar conhecimento dos relatórios anuais do reitor da Universidade Técnica e dos directores dos respectivos estabelecimentos de ensino técnico superior, bem como apreciar os dados estatísticos relativos a este, tendo sobretudo em vista a orientação pedagógica;

5.º Emitir parecer fundamentado sobre a criação ou equiparação de alguns cursos ou estabelecimentos do ensino técnico superior;

6.º Promover tudo quanto possa concorrer para o aperfeiçoamento da organização e o melhor rendimento do mesmo ensino.

§ 4.º A 4.ª sub-secção (ensino artístico) compete especialmente:

1.º Organizar e rever, ouvida a respectiva sub-secção da 6.ª secção (belas artes), o quadro das disciplinas e os programas do ensino artístico, no sentido de se realizar o artífice-artista e de se tornar possível a fixação de uma arte portuguesa que seja a fisionomia do novo renascimento;

2.º Rever o regulamento das escolas de belas artes e os dos conservatórios, no sentido do revigoramento da sua função educativa e no de toda a possível uniformização pedagógica;

3.º Emitir parecer sobre a graduação dos alunos candidatos a bolsas escolares e isenção de propinas, quando haja reclamação da decisão dos conselhos escolares;

4.º Tomar conhecimento dos relatórios anuais dos directores das escolas de belas artes e dos conservatórios e do inspector do ensino particular, bem como apreciar os dados estatísticos referentes ao ensino artístico, tendo sobretudo em atenção o seu rendimento qualitativo;

5.º Emitir parecer fundamentado sobre a criação ou supressão de alguns cursos ou estabelecimentos do ensino artístico;

6.º Promover tudo quanto possa concorrer para o aperfeiçoamento da organização e o melhor rendimento do ensino artístico.

Art. 21.º A 6.ª secção (belas artes) compete definir as directrizes para a sistematização e desenvolvimento do património estético, arqueológico, histórico e bibliográfico da Nação, bem como promover as providências mais eficientes para segurança da sua inalienabilidade e conservação dentro do País.

§ 1.º A 1.ª sub-secção (artes plásticas, museus e monumentos) compete especialmente:

1.º Promover e estimular exposições-documentários do grau de perfeição da arte plástica nacional, mediante a instituição de prémios para os melhores trabalhos e a proposta de aquisição, pelo Estado, dos que sejam dignos de incorporação nos seus museus e colecções;

2.º Desenvolver o culto de toda a obra de arte, natural ou humana, pela constituição de núcleos locais de protecção estética, cujos relatórios apreciará;

3.º Estimular, sem prejuízo dos museus nacionais e regionais, existentes ou a criar, a instituição de um museu, por mais modesto que seja, na sede de cada concelho, no qual tenham representação os trabalhos dos artistas contemporâneos de mérito, a começar nos que dele sejam originários, constituindo-se deste modo valiosos centros de educação artística e de propaganda local;

4.º Desenvolver entre os portugueses o gosto pelo conhecimento e pela posse de colecções de obras de arte, como instrumento educativo, e, ao mesmo tempo, como dever patriótico, que aos mais abastados incumbe, de contribuir, por aquisições que enriquecerão os seus haveres e o seu bom gosto, para o progresso da arte nacional;

5.º Promover o cadastro nacional dos imóveis e o inventário dos móveis que tenham notável valor estético

ou histórico, bem como a respectiva classificação, sejam quais forem a sua natureza e o possuidor, exceptuadas as obras de autores vivos, e orientar os trabalhos de conservação ou tratamento de que carecerem;

6.º Definir o perímetro de protecção estética dos imóveis classificados como monumentos nacionais ou de interesse público, até pela tradição ou pela beleza natural, bem como propor, orientar e fiscalizar os respectivos trabalhos de reintegração, restauro, conservação ou valorização;

7.º Orientar os serviços de inspecção, em especial no respeitante a museus e colecções do Estado, municípios ou outra entidade pública;

8.º Emitir parecer sobre a instituição de museus e sobre a transferência, definitiva ou temporária, de obras de arte, de um para outro, bem como sobre a exportação, excepcional e por prazo definido, das que se encontrem incorporadas nos museus ou em condições de o serem, depois de ouvidas as entidades técnicas que nelas directamente superintendam;

9.º Emitir parecer sobre a localização, construção, aquisição e adaptação de edifícios ou salões destinados a museus ou colecções de arte do Estado ou de outra entidade pública, bem como sobre os projectos de conjunto arquitectural e decorativo para as exposições oficiais, de qualquer finalidade, no País ou no estrangeiro;

10.º Promover a publicação, em boletim ilustrado, do cadastro artístico de Portugal, bem como orientar a realização de documentários cinematográficos relativos a museus, monumentos nacionais, perspectivas arquitecturais e paisagens classificadas, para a educação estética nas escolas e para a difusão no País e no estrangeiro, bem como emitir parecer sobre a impressão, por conta do Estado, de trabalhos que aos mesmos assuntos se refiram;

11.º Animar e orientar, pela integração em regras de arte, a indústria decorativa regional;

12.º Propor a escolha dos modelos destinados a moedas, medalhas comemorativas, *ex-libris*, selos, diplomas e quaisquer obras susceptíveis de carácter artístico que interessassem ao Estado e organizar os respectivos concursos, para o que poderá consultar por escrito individualidades competentes, mediante autorização do Ministro para cada caso;

13.º Emitir parecer estético sobre os projectos de urbanização, ainda que de iniciativa particular, construção de edifícios do Estado de possibilidade monumental, transformações nos palácios nacionais e seus jardins, parques ou tapadas, e monumentos comemorativos, bem como sobre os respectivos trabalhos de arquitectura, pintura e escultura, e sobre os fornecimentos destinados à decoração, fixa ou móvel, dos palácios nacionais, parecer que incidirá também sobre os programas de concurso público para os mesmos fins;

14.º Emitir parecer estético, quando haja lugar, sobre os planos de pesquisas e de trabalhos no terreno aprovados pela 2.ª sub-secção, antes do início da sua execução;

15.º Designar os vogais que, em sua representação, hão-de intervir nos júris dos concursos para os corpos docentes das escolas de belas artes e nos júris de concursos de provas de aperfeiçoamento nas mesmas escolas;

16.º Promover tudo o que possa concorrer para o prestígio e evolução das artes plásticas.

§ 2.º A 2.ª sub-secção (antiguidades, excavações e numismática) compete especialmente:

1.º Promover ou estimular exposições de arqueologia e numismática, bem como, sem prejuízo dos museus nacionais ou regionais, instituídos ou a criar, a incorporação dos objectos avulsos no museu municipal da área em que forem encontrados;

2.º Promover o cadastro nacional dos imóveis e o inventário dos móveis que tenham valor arqueológico ou numismático, bem como a respectiva classificação, sejam quais forem a sua natureza e o possuidor, e propor as medidas eficientes para a sua conservação e guarda;

3.º Promover o inventário epigráfico da Nação, pela organização de corpos das inscrições lapidárias, romanas e portuguesas;

4.º Promover o levantamento da carta arqueológica de Portugal;

5.º Definir o perímetro de protecção arqueológica dos terrenos com estações paleolíticas ou mesolíticas, megá-litos, grutas, estações neolíticas e calcolíticas, sepulturas da época do bronze, castros e necrópoles da época do ferro, antiguidades lusitano-romanas, antiguidades visigóticas e muçulmanas e todas as de interesse arqueológico, perímetro cuja área de defesa será restrita ao indispensável para a conservação dos monumentos arqueológicos nacionais classificados e para as pesquisas que hajam de realizar-se;

6.º Promover a realização de excavações e outros trabalhos de exploração nos imóveis classificados como monumentos arqueológicos nacionais, mediante indemnização pelos prejuízos causados, e emitir parecer sobre quaisquer trabalhos de exploração de antiguidades em imóveis não classificados, os quais não poderão ser iniciados nem prosseguir sem autorização do Ministro da Educação Nacional;

7.º Promover a constituição de núcleos locais de protecção arqueológica e coordenar todos os trabalhos de exploração de antiguidades, integrando-os num critério científico, fiscalizando-os e suspendendo-os quando dele se desviem ou se revelem inconvenientes;

8.º Desenvolver entre os portugueses o gosto pelo conhecimento e pela posse de colecções de moedas e de medalhas, como documentários da evolução da arte e como expressão de factos históricos;

9.º Propor medidas tendentes à obrigatoriedade do manifesto de espécies raras de numismática ou medalhística pelas casas de venda, e a negociações com o Banco de Portugal para o exame e eventual substituição das mesmas espécies que se encontrem na sua reserva-ouro, facilitando a aquisição para as colecções portuguesas e, designadamente, promovendo a sua incorporação no museu nacional de numismática (Museu Numismático Português), quando este as não possua;

10.º Emitir parecer sobre a constituição de museus arqueológicos e numismáticos e sobre a transferência, definitiva ou temporária, dos respectivos objectos ou espécies, de um para outro, bem como sobre a exportação, excepcional e por prazo definido, dos que se encontrem incorporados nos museus ou em condições de o serem, depois de ouvidas as entidades técnicas que neles directamente superintendam;

11.º Promover a reprodução, em boletim ilustrado, do património arqueológico, epigráfico e numismático-medalhístico de Portugal;

12.º Promover tudo o que possa contribuir para o desenvolvimento da arqueologia, nos diversos aspectos do seu domínio.

§ 3.º À 3.ª sub-secção (música, arte cénica e canto coral) compete especialmente:

1.º Promover o desenvolvimento e a expansão da música, da arte cénica e do canto coral, como instrumentos de espiritualização da vida, de educação colectiva e de coesão nacional;

2.º Fazer restaurar as tradições portuguesas da música, da arte cénica e do canto coral como elementos do património cultural da Nação e expressão estética da sua continuidade, promovendo a edição das obras esculpidas e estimulando a sua execução;

3.º Promover a realização das condições materiais e artísticas que assegurem a existência da ópera portuguesa, elevem e nacionalizem o teatro, fazendo reviver o teatro histórico construtivo, e tornem possível a expansão do espectáculo popular e do teatro infantil como fontes de alegria sã;

4.º Propor o regulamento da exploração dos espectáculos no sentido de se respeitarem os legítimos direitos dos autores, de se assegurar a capacidade técnica e administrativa do empresário, de se hierarquizar o quadro dos artistas segundo o mérito de cada um, bem como no de se proporcionarem preços reduzidos às classes trabalhadoras organizadas e divertimentos gratuitos aos pobres;

5.º Estudar o justo equilíbrio entre a utilização dos progressos da música mecânica e do cinema e as necessidades da cultura e do trabalho nacionais, bem como defender da concorrência estrangeira a arte portuguesa, na medida do seu próprio progresso;

6.º Estabelecer as directrizes a que devem obedecer o cadastro de todas as casas de espectáculos e associações de instrução e recreio, bem como o registo dos empresários e artistas;

7.º Emitir parecer acerca das peças ou trabalhos de qualquer género propostos para exibição pública, e sobre o argumento dos filmes a produzir pela indústria nacional, ou sobre motivos portugueses, bem como acerca da realização artística do teatro e do cinema educativos;

8.º Emitir parecer, separadamente ou em conjunto com a 1.ª sub-secção, sobre os projectos de construção, reconstrução ou transformação das casas e recintos destinados a espectáculos, bem como sobre a sua aplicação ou alteração desta;

9.º Promover a organização obrigatória do canto coral nas escolas oficiais e particulares, com exclusão das superiores, e o programa da respectiva execução, de forma a encontrar-se sempre pronto para as festas escolares e para as grandes manifestações do sentimento pátrio, bem como a organização de orfeões de frequência facultativa nos centros universitários;

10.º Promover a harmonização do hino nacional, bem como a colecção de cânticos nacionais que exaltem as glórias portuguesas, a dignidade do trabalho e o amor à Pátria, e a selecção dos cânticos regionais educativos destinados ao canto coral obrigatório;

11.º Promover tudo quanto possa impregnar de grandeza e de beleza a ideia e o sentimento da Pátria.

§ 4.º À 4.ª sub-secção (literatura, bibliotecas e arquivos) compete especialmente:

1.º Integrar na intenção do interesse nacional a literatura, como obra de arte e expressão do pensamento, fazendo expungir dela, ainda que revista forma epigráfica, o que, não sendo um imperativo da verdade histórica, possa afectar o brio da Nação ou enfraquecer os elementos morais da sua coesão;

2.º Propor a concessão de prémios às obras originais que melhor realizem a conjugação da arte com o espírito nacionalista e promover a sua publicação;

3.º Desenvolver entre os portugueses o gosto pela leitura dos cronistas e dos clássicos, promovendo a publicação cuidada das suas obras em edições eruditas e populares, bem como propor os meios de acção a dispensar à Academia das Ciências de Lisboa para a intensificação dos trabalhos do *Dicionário da Língua*; a seu cargo;

4.º Propor, mediante consulta por escrito a especialistas nacionais ou estrangeiros, se necessário, as directrizes técnicas e uniformes para o inventário e catalogação de todas as espécies existentes nas bibliotecas e arquivos do Estado ou outra entidade pública, e anular a sua voluntária adopção pelos particulares;

19 DE MAIO DE 1936

5.º Promover a inventariação e classificação dos manuscritos iluminados, incunábulos portugueses, espécies xilográficas e paleotípicas estrangeiras, cartolários e outros códices, pergaminhos e papéis avulsos de interesse diplomático, paleográfico ou histórico, livros e folhetos raros ou preciosos e núcleos bibliográficos de valor pelos seus ciméios ou como colecção, ainda que pertencentes a particulares;

6.º Propor as medidas adequadas à higiene e conservação das bibliotecas e arquivos, extensivas aos que, pertencendo a particulares, se encontrem oficialmente inventariados ou classificados, bem como promover a incorporação nas bibliotecas e arquivos do Estado, mediante indemnização, se houver lugar, de todas as espécies cuja integridade perigues, por abandono ou por inobservância das mesmas cautelas;

7.º Emitir parecer sobre a classificação das bibliotecas e arquivos, e, em harmonia com ela, promover a incorporação dos livros e documentos que ao Estado pertençam ou devam pertencer e das aquisições pelo serviço das trocas internacionais, bem como a incorporação das cópias de livros raros e manuscritos portugueses ou referentes a Portugal, existentes nos arquivos particulares ou no estrangeiro, quando não seja possível adquirir os originais;

8.º Promover a constituição de núcleos locais de protecção documentária, cujos relatórios apreciará, e, sem prejuízo das bibliotecas nacionais e regionais, existentes ou a criar, estimular a instituição de uma biblioteca-arquivo na sede de cada concelho, a qual sirva, ainda que modestamente, as necessidades gerais da cultura popular, contenha a bibliografia dos autores originários do concelho ou a este referente e constitua um centro primário de incorporação, bem arrumado, dos impressos e manuscritos de interesse histórico que na sua área se encontrem e não sejam pertença de particulares;

9.º Emitir parecer sobre a transferência, definitiva ou temporária, de quaisquer espécies incorporadas em bibliotecas ou arquivos públicos, de um para outro, bem como sobre a exportação, excepcional e por prazo definido, das que se encontrem incorporadas nas bibliotecas ou arquivos ou em condições de o serem, depois de ouvidas as entidades técnicas que nelas directamente superintendam;

10.º Propor as medidas adequadas à realização, em curto prazo, do catálogo das bibliotecas portuguesas, com indicação das mais importantes em que as espécies se encontrem, e promover a publicação, em boletim ilustrado, do inventário das espécies classificadas como raras ou de interesse histórico, existentes nas bibliotecas e arquivos portugueses;

11.º Propor as regras orientadoras dos serviços de inspecção das bibliotecas e arquivos públicos, extensiva aos particulares no que se torne indispensável à defesa do património documental da Nação;

12.º Promover exposições bibliográficas, paleográficas e esgrafísticas, com representação das bibliotecas e arquivos particulares;

13.º Emitir parecer sobre a localização, construção, aquisição e adaptação de edifícios ou dependências destinados a bibliotecas ou arquivos do Estado ou de outra entidade pública;

14.º Escolher e propor os vogais que, em sua representação, não-de intervir nos júris de concursos para os lugares de bibliotecários-arquivistas;

15.º Promover as medidas necessárias para que o acesso à consulta das bibliotecas e arquivos públicos seja fácil, e para que eles constituam, tanto pela sua orgânica como pela competência e espírito do seu pessoal, instrumentos dinamizadores da cultura e da erudição;

16.º Promover tudo quanto possa contribuir para a defesa e valorização da propriedade intelectual ao serviço da Nação.

Art. 22.º A 7.ª secção, que forma o Instituto para a Alta Cultura (I. A. C.), compete promover o aumento do património espiritual da Nação e a expansão da cultura portuguesa, como mais elevada expressão da finalidade educativa do Estado.

§ 1.º A 1.ª sub-secção (investigação científica) compete especialmente:

1.º Coordenar os trabalhos de investigação científica, na metrópole e nas colónias, pela definição e classificação dos respectivos centros, pela criação dos que se tornem necessários e pelo auxílio dispensado segundo a função relativa de cada um;

2.º Promover o desenvolvimento dos altos estudos filosóficos e religiosos, pela criação dos institutos que se tornem indispensáveis ou pelo auxílio aos que dele sejam dignos;

3.º Organizar e conceder bolsas de estudo, em Portugal ou no estrangeiro, a diplomados de comprovada idoneidade moral e intelectual, que deem a garantia da sua ulterior cooperação com o Estado, para o aperfeiçoamento dos métodos de educação e o desenvolvimento da cultura;

4.º Organizar e subsidiar missões de estudo, na metrópole, nas colónias e no estrangeiro, tendo sempre como finalidade o desenvolvimento do esforço pessoal, o aperfeiçoamento pedagógico, o potencial científico e cultural da Nação e a utilidade das respectivas aplicações;

5.º Promover a efectiva utilização dos bolseiros do Estado e a realização das condições técnicas indispensáveis para o seu pleno rendimento;

6.º Classificar como equiparados a bolseiros, para o efeito de dispensa temporária do serviço docente, os professores de qualquer grau de ensino de comprovado mérito investigador, cujo programa de trabalhos seja reconhecido útil para a alta cultura;

7.º Promover ou subsidiar a publicação dos trabalhos produzidos pelos centros de investigação classificados, pelas missões oficiais de estudo, pelos bolseiros do Estado ou a estes equiparados;

8.º Pedir o parecer de qualquer das secções ou sub-secções da J. N. E. e consultar por escrito quaisquer individualidades ou organismos especializados, nacionais ou estrangeiros, sempre que isso se torne necessário para a realização dos fins do I. A. C.

§ 2.º A 2.ª sub-secção (relações culturais) compete especialmente:

1.º Coordenar a representação oficial portuguesa no estrangeiro, no que respeita a relações culturais de toda a espécie, designadamente congressos científicos, subordinando-a a directrizes uniformes e promovendo-a, quanto possível integrada num plano de conjunto, bem como emitir parecer, em cada caso, sobre a oportunidade da representação e a idoneidade dos representantes;

2.º Promover o intercâmbio intelectual, individual ou colectivo, tanto para a expansão recíproca da cultura como para a amizade espiritual entre os povos, tendo sempre em vista que a realização de qualquer congresso ou conferência em Portugal, por ou com a intervenção de estrangeiros, só será permitida com a prévia garantia do absoluto respeito pelos princípios fundamentais da estrutura filosófica do Estado Novo;

3.º Organizar e manter sempre actualizado um serviço de informações acerca dos mais interessantes centros culturais do estrangeiro, e bem assim das condições de vida dos respectivos países, no que possa interessar a estudantes e a professores;

4.º Promover ou subsidiar viagens de estudo, no estrangeiro ou dentro do País, designadamente às coló-

nias, para professores e alunos, com um programa educativo ou cultural bem definido, e com uma organização que assegure o êxito em condições de inteiro prestígio;

5.º Promover ou auxiliar cursos de férias em universidades ou escolas portuguesas, destinados não só a difundir ou aperfeiçoar a cultura científica nacional, mas também a revelar ao mundo culto estrangeiro os padrões da nossa grandeza histórica e a obra de reconstrução que em todos os domínios o Estado Novo realiza;

6.º Promover ou auxiliar a realização de exposições internacionais de belas artes e outras manifestações da alta cultura artística portuguesa e estrangeira;

7.º Promover o estudo da língua portuguesa no estrangeiro, como elemento de valorização nacional, pela oficialização do respectivo ensino, e como instrumento de propaganda da nossa cultura;

8.º Promover a tradução e publicação, em países estrangeiros, das obras e trabalhos que hajam alto expoente da cultura portuguesa e documento da nossa acção civilizadora.

§ 3.º A direcção do I. A. C. compete:

1.º Coordenar os trabalhos das duas sub-seções de forma a assegurar-se uma acção una e convergente para a equilibrada aplicação e o máximo rendimento das suas disponibilidades;

2.º Submeter à homologação do Ministro as deliberações do I. A. C., sempre fundamentadas, e executar as que a hajam obtido;

3.º Arrecadar as dotações ou subsídios que o Estado, os corpos administrativos e quaisquer entidades públicas ou particulares concedam ao I. A. C., bem como administrar os bens que lhe pertençam ou se encontrem na sua fruição e ainda as receitas próprias, entre as quais as provenientes de cursos remunerados ou de instituições que organize, e o produto da venda das suas publicações;

4.º Aceitar heranças, legados ou doações, mas é necessária autorização do Governo quando envolvam encargo estranho aos fins do I. A. C.;

5.º Preparar os orçamentos ordinários e suplementares, os quais, com o parecer do C. P. A. E., serão submetidos à aprovação do Ministro, bem como organizar as respectivas contas de gerência, a fim de serem submetidas ao Tribunal de Contas;

6.º Fiscalizar eficazmente, pelo exame dos resultados, pela informação fidedigna e pela inspecção directa, quando necessária, a utilização das bolsas e subsídios concedidos;

7.º Fazer no País a propaganda da finalidade pedagógica e patriótica do I. A. C., bem como interessar na sua acção os organismos similares estrangeiros;

8.º Elaborar e publicar o relatório anual da acção do I. A. C., o qual, com o parecer do C. P. A. E., será submetido à J. N. E., em reunião plenária;

9.º Indicar, em proposta fundamentada, o pessoal técnico e de secretaria para os seus serviços, ainda que deva fazer-se a requisição temporária de funcionários públicos affectos a outros, se a sua colaboração se tornar indispensável, bem como propor os vencimentos ou gratificações que devam ser-lhes arbitrados, e submeter à homologação do Ministro os respectivos contratos;

10.º Emitir parecer fundamentado sobre a recondução ou substituição do secretário do I. A. C., bem como informar por escrito o C. P. A. E. acerca do serviço prestado por cada um dos funcionários técnicos e de secretaria;

11.º Tomar a iniciativa de tudo o que possa contribuir para a realização dos fins do I. A. C. e, dentro da sua competência, desempenhar quaisquer funções de representação não especificadas.

Art. 23.º Das deliberações do I. A. C. que importem lesão de direitos haverá sempre recurso para o Ministro da Educação Nacional.

Art. 24.º Ao C. P. A. E. compete:

1.º Coordenar, pela uniforme aplicação da lei, a acção de todos os serviços que constituem o Ministério da Educação Nacional ou dele sejam dependentes e assegurar a rigorosa observância da hierarquia, sob pena disciplinar para todos os infractores;

2.º Fiscalizar a integração de todos os estabelecimentos de ensino, públicos ou particulares, e a dos seus agentes no programa educativo do Estado Novo, tal como é definido na Constituição, na lei n.º 1.941 e neste regimento, e promover a aplicação de sanções aos que o infringirem ou desvirtuarem;

3.º Promover a substituição dos responsáveis pela direcção das associações escolares que se desviem da sua finalidade exclusivamente educativa ou de assistência a estudantes;

4.º Exercer a jurisdição disciplinar sobre todos os funcionários, incluído o pessoal docente, mas submeterá as decisões à homologação do Ministro, que poderá alterá-las;

5.º Pronunciar-se sobre todos os casos, disciplinares ou não, em que a lei admita e seja exercido o recurso para o Ministro ou este provoque o seu parecer, bem como sobre todos os casos da competência geral da J. N. E., cuja urgência não permita aguardar a reunião desta;

6.º Distribuir às diversas secções e sub-seções da J. N. E., separadamente ou em conjunto, segundo a competência de cada uma e a natureza da matéria, os processos sobre que haja de pronunciar-se e estabelecer princípios de orientação para os que forem distribuídos a mais de uma secção;

7.º Emitir parecer sobre o orçamento do I. A. C., a submeter à aprovação do Ministro, e sobre o relatório anual da sua gerência, a apresentar à reunião plenária da J. N. E.;

8.º Uniformizar as conclusões dos pareceres emitidos pelas diversas secções da J. N. E. e dar seguimento ou execução às que hajam obtido a aprovação do Ministro;

9.º Estimular constantemente em todos os organismos educativos, públicos ou particulares, mediante instruções adequadas, o culto das tradições pátrias, o sentido nacional da educação e o espírito corporativista da Revolução Portuguesa, para que, com o mesmo ritmo todos cooperem na realização do novo renascimento;

10.º Administrar o Fundo das Bolsas Escolares e Prémios Nacionais;

11.º Emitir prévio parecer sobre as propostas de galardão ou mercê honorífica a qualquer funcionário, docente ou não, do Ministério da Educação Nacional, no sentido de se observar, em todos os casos, a relatividade de valores e de serviços a premiar;

12.º Julgar, com dependência de homologação pelo Ministro, os recursos por lei admitidos em matéria de censura educativa;

13.º Superintender na biblioteca-arquivo do Ministério da Educação Nacional e na construção de diagramas e quadros estatísticos, que traduzam, sempre em dia, os resultados da acção por ele desenvolvida;

14.º Promover a publicação frequente, por cada serviço, do respectivo boletim de acção educativa, destinado a orientá-lo e estimulá-lo, e publicar os *Anais do Ministério da Educação Nacional* para registo da obra realizada;

15.º Elaborar o relatório anual sobre o desenvolvimento da sua acção, os progressos realizados e as deficiências encontradas, bem como sugerir ao Ministro tudo o que possa contribuir para o aperfeiçoamento dos serviços.

TÍTULO IV

Funcionamento

Art. 25.º O Ministro da Educação Nacional preside por direito próprio aos trabalhos da J. N. E. a que assista, e tem por delegado permanente para os dirigir o presidente por ele nomeado.

§ único. O presidente da J. N. E. é substituído nos seus impedimentos pelo secretário geral do Ministério.

Art. 26.º A J. N. E. funciona em sessões plenárias e em sessões por secções.

§ 1.º Quanto às secções divididas em sub-secções as sessões de cada uma destas consideram-se, nos limites da sua competência, representativas da secção.

§ 2.º Podem reunir em sessão conjunta as secções e as sub-secções, ainda que estas sejam de secções diferentes, sempre que o mesmo assunto lhes seja comum.

§ 3.º Na sessão conjunta constitue-se uma única assembleia com todos os presentes, sem distinção de secção ou sub-secção a que pertençam, e o voto de cada um é independente do que haja emitido na respectiva secção ou sub-secção.

Art. 27.º A J. N. E. reúne obrigatoriamente em sessão plenária uma vez cada ano e em sessão por secções e sub-secções uma vez cada mês, em dias designados pelo Ministro, e extraordinariamente quando, autorizado por este, o seu presidente a convoque, e pode ainda o I. A. C. reunir por deliberação da direcção, mediante aviso convocatório do respectivo presidente.

§ 1.º O presidente da J. N. E. preside por direito próprio aos trabalhos das secções e sub-secções a que assista e tem por delegados permanentes para os dirigir os presidentes das secções.

§ 2.º A presidência da sessão conjunta que exceda os limites de uma secção pertence ao mais velho dos presidentes e, quando limitada a uma secção, ao presidente desta.

§ 3.º Os presidentes das secções divididas são substituídos nos seus impedimentos pelos mais velhos dos respectivos vice-presidentes.

§ 4.º É atribuído o voto de qualidade, para os casos de empate, àquele que de direito presidir.

Art. 28.º Sempre que os trabalhos da J. N. E. possam relacionar-se com a construção, transformação ou apetrechamento de instalações, serão convocados o director geral dos edificios e monumentos nacionais e o presidente da Junta das Construções para o Ensino Secundário e Técnico.

Art. 29.º Sempre que os trabalhos de J. N. E. possam relacionar-se com a acção própria do Secretariado da Propaganda Nacional, será convocado o respectivo director.

Art. 30.º Toma parte, sem voto, em todas as sessões do I. A. C. o respectivo secretário.

Art. 31.º Para cada assunto a apresentar à J. N. E. organizará um processo, do qual constarão todos os documentos com elle relacionados que no Ministério existam, e, tratando-se de objecto de natureza administrativa, será instruído sempre com a informação dos respectivos serviços.

§ 1.º Cada processo será distribuído a um relator designado pelo presidente e não poderá, salvo os casos de urgência, iniciar-se a discussão sem que elle faça a exposição do assunto com a possível solução.

§ 2.º Os pareceres da J. N. E. serão sempre fundamentados e assinados.

Art. 32.º Os pareceres ou resoluções da J. N. E. que excedam a competência de uma secção e os que dependam da intervenção do C. P. A. E. serão submetidos a despacho do Ministro pelo presidente da J. N. E. ou pelo secretário geral do Ministério e os restantes serão decididos pelo presidente da respectiva secção.

Art. 33.º O C. P. A. E. reúne obrigatoriamente uma vez por semana, em dia designado pelo Ministro, e extraordinariamente sempre que as necessidades do serviço o imponham.

Art. 34.º Estarão presentes nas sessões do C. P. A. E. os processos relativos aos assuntos d'elle pendentes, e bem assim as actas das sessões da J. N. E. em que hajam sido tratados.

Art. 35.º Os processos disciplinares submetidos a julgamento do C. P. A. E. serão distribuídos pelo presidente a um dos vogais, como relator, o qual terá por adjuntos dois vogais.

§ 1.º A designação do relator e dos adjuntos far-se-á por escala e de modo a distribuir igualmente os processos entre todos os vogais.

§ 2.º Os julgamentos serão proferidos por maioria de votos dos três vogais, mas, quando não seja possível obter maioria, o relator solicitará do presidente a nomeação de mais dois adjuntos de entre os vogais do Conselho.

Art. 36.º Tanto à J. N. E., por qualquer das secções e sub-secções, como ao C. P. A. E. será permitido, mediante autorização do Ministro, para cada caso, delegar em professores da mesma espécie e correspondente grau de ensino a observância directa da execução dos serviços docentes e em funcionários de categoria igual ou superior à dos não docentes.

Art. 37.º O cargo de presidente da J. N. E. é gratuito, mas o seu presidente é dispensado do exercício das funções docentes, se as tiver.

Art. 38.º Aos membros da J. N. E. e do C. P. A. E., bem como aos seus delegados ou agregados, serão abonadas despesas de transporte e ajudas de custo quando, por motivo de serviço, se ausentarem da sua residência e não lhes serão contadas, para efeito algum, as faltas que ao serviço derem por incompatibilidade de horários com os trabalhos da Junta ou do Conselho.

TÍTULO V

Disposições diversas

Art. 39.º Sob a égide do Chefe do Estado, é fundada, junto do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, a Academia Portuguesa da História, agremiação especializada dos eruditos que se entreguem à investigação e reconstituição critica do passado, a qual terá como primeiros objectivos estimular e coordenar os esforços revisionistas para a reintegração da verdade historica e enriquecer a documentação dos inauferíveis direitos de Portugal.

Art. 40.º É instituída, em cumprimento da base xi da lei n.º 1:941, a organização nacional denominada Mocidade Portuguesa (M. P.), que abrangerá toda a juventude, escolar ou não, e se destina a estimular o desenvolvimento integral da sua capacidade fisica, a formação do carácter e a devoção à Pátria, no sentimento da ordem, no gosto da disciplina e no culto do dever militar.

Art. 41.º O comando geral da milícia constituída pela M. P. será confiado a um official superior do exército ou da armada, nomeado pelo Presidente do Conselho e a todo o tempo substituível.

Art. 42.º É criado no Ministério da Educação Nacional o Commissariado Nacional da Mocidade Portuguesa, órgão destinado a dirigi-la superiormente, por delegação do Ministro.

§ 1.º O Commissariado Nacional da M. P. é constituído pelo secretário geral do Ministério e por quatro comissários adjuntos, de função gratuita, livremente nomeados pelo Ministro e a todo o tempo substituíveis.

§ 2.º Para a responsabilidade da execução permanente e para a publicação do *Boletim Oficial* do Comis-

sariado é criado o lugar de secretário-inspector da M. P., e a nomeação deve recair em pessoa que, na vida escolar, haja demonstrado possuir actividade organizadora e, na vida pública, haja dado provas de plena posse do espirito da Revolução Nacional.

§ 3.º Aos membros do Commissariado Nacional da M. P. e ao secretário-inspector serão abonadas despesas de transporte e ajudas de custo quando em serviço se ausentarem da sua residência e não lhes serão contadas, para efeito algum, as faltas que a outro serviço derem por aquele motivo.

Art. 43.º Em todas as escolas, públicas ou particulares, com excepção das do ensino superior, um dia útil de cada semana será destinado a exercícios colectivos, ao ar livre sempre que possível, de educação cívica e pre-militar, dentro do quadro geral da M. P.

Art. 44.º Para as disciplinas em regime de livro único, serão determinados em diploma especial as directrizes de elaboração deste e o processo de escolha.

§ 1.º O Ministro da Educação Nacional, ouvidas as correspondentes secções da J. N. E., escolherá livremente o compêndio ou compêndios a adoptar no ano lectivo de 1936-1937 para as mesmas disciplinas, imporá as alterações necessárias para a observância dos programas e tomará as medidas indispensáveis à identificação dos exemplares vendidos.

§ 2.º No contrato com os autores ou editores dos compêndios escolhidos, o Ministro da Educação Nacional procurará baratear o preço de venda, que será obrigatoriamente impresso na capa, e dele reservará uma percentagem não inferior a 20 por cento, para a constituição do Fundo das Bolsas Escolares e Prémios Nacionais, destinado ao auxílio e galardão indicados no artigo 15.º

n.º 10.º

§ 3.º Para as restantes disciplinas serão adoptados no ano lectivo de 1936-1937 os compêndios já aprovados ou em condições de o serem, mas devem os professores observar rigorosamente os novos programas, considerando eliminadas ou transpostas as matérias que devam sê-lo.

§ 4.º A edição ou a venda ao público de livros de ensino não aprovados nos termos legais, com a indicação de «aprovado oficialmente» ou outra que possa induzir em erro o comprador, será punida com multa de 5.000\$, ou 20.000\$ no caso de reincidência, importância que reverterá para o Fundo de Bolsas Escolares e Prémios Nacionais, e será apreendida e inutilizada toda a edição ou tiragem.

§ 5.º Ao autor da infracção será também imposta a pena de demissão, se for funcionário público, e cassado o diploma de director de estabelecimento do ensino particular ou de professor do mesmo ensino, se possuir uma ou outra dessas habilitações.

Art. 45.º O exame de aptidão consistirá na indagação da cultura e conhecimentos essenciais para os estudos em que o candidato pretenda ingressar e terá, sempre que possível, índole psicotécnica.

§ único. Na organização do exame de aptidão para os cursos superiores evitar-se-á toda a duplicação de provas sobre o mesmo ensino e não excederão o número de três as disciplinas que hão-de constituir-lo.

Art. 46.º O Instituto de Orientação Profissional Maria Luíza Barbosa de Carvalho é anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e deve ser remodelado no sentido da sua articulação com os estudos da mesma Faculdade e da sua cooperação com o Liceu Normal e a Escola do Magistério Primário de Lisboa, para a formação psicotécnica do professorado.

Art. 47.º Será organizada de um modo unitário e eficiente a Inspeção das Belas Artes, em todas as suas modalidades, com a dupla função de fiscalizar a integridade da respectiva actividade nos fins e no programa

educativos do Estado Novo e de velar pelo património da Nação, remodelando-se para tanto os serviços de inspecção já existentes, incluídos os que, por força da base IV da lei n.º 1.941, transitaram para o Ministério da Educação Nacional.

§ único. Até completa diferenciação do quadro burocrático dos serviços de belas artes, o Ministro da Educação Nacional arrumá-los-á do modo mais conveniente e designará o director geral que há-de nêles superintender.

Art. 48.º Os núcleos locais de protecção estética, de protecção arqueológica e de protecção documental de um mesmo concelho poderão constituir um único organismo, e os seus membros, de número variável segundo os casos e de função gratuita, serão da livre escolha do Ministro da Educação Nacional e por ele substituíveis a todo o tempo.

Art. 49.º As publicações previstas no artigo 21.º § 1.º n.º 10.º, § 2.º n.º 11.º, e § 4.º n.º 10.º, poderão constituir um só boletim de belas artes e ser realizadas em cooperação com o Secretariado da Propaganda Nacional, mediante proposta do Ministro e despacho favorável do Presidente do Conselho.

Art. 50.º São extintos os conselhos disciplinares do Ministério e das direcções gerais, bem como os de disciplina do magistério, e cessam as atribuições disciplinares, sobre funcionários, de quaisquer órgãos colectivos dependentes do Ministério da Educação Nacional.

§ único. Subsista todavia a competência disciplinar conferida pelo regulamento disciplinar dos funcionários civis, salvo recurso, para o Ministro, das decisões que apliquem pena superior à de repreensão verbal.

Art. 51.º As actuais publicações *Boletim da Saúde Escolar* e *Escola Portuguesa* constituirão os boletins da acção educativa para as Direcções Gerais da Saúde Escolar e do Ensino Primário, e os *Anais do Ministério da Educação Nacional* substituirão o *Boletim Oficial do Ministério da Instrução Pública*.

Art. 52.º Os responsáveis pela direcção de todos os estabelecimentos de ensino, público ou particular, enviarão à biblioteca do Ministério da Educação Nacional um exemplar de cada uma das publicações, avulsas ou periódicas, do respectivo pessoal docente e discente, seja qual for a sua natureza.

§ 1.º De todos os trabalhos publicados pelos serviços ou como resultante da actividade destes, e bem assim de todas as dissertações ou publicações académicas, os responsáveis pela direcção dos estabelecimentos de ensino enviarão à biblioteca do Ministério da Educação Nacional dez exemplares, para permuta com os mais importantes centros pedagógicos do estrangeiro.

§ 2.º O mesmo destino cultural será dado às publicações científicas do pessoal docente que voluntariamente forem enviadas à biblioteca do Ministério da Educação Nacional em número de dez exemplares.

Art. 53.º O termo do primeiro triénio da J. N. E. coincidirá com o dos dois anos civis completos que se seguirem à sua imediata instalação.

§ único. Competirá ao Ministro da Educação Nacional a livre escolha de todos os componentes da J. N. E. cujo modo especial de designação não se encontre legalmente determinado.

Art. 54.º Os titulares, efectivos ou substitutos, e os de provimento interino, dos lugares de direcção de todos os estabelecimentos de ensino público dependentes do Ministério da Educação Nacional e dos de representação deste junto de quaisquer organismos, são da livre escolha do Ministro, que poderá substituí-los a todo o tempo.

§ único. São declaradas findas em 31 de Julho de 1936 as funções dos que actualmente desempenham os

teridos lugares, desde que nêles não sejam antes con-

Art. 55.º Ficam sujeitos à jurisdição pedagógica do Ministério da Educação Nacional todos os estabelecimentos de ensino, com excepção dos que exclusivamente preparam para a carreira das armas.

Art. 56.º As contas da extinta Junta de Educação Nacional referentes ao ano económico 1934-1935 e seu prolongamento, bem como as correspondentes à sua gerência em 1936, serão examinadas pelo C. P. A. E. antes de remetidas ao Tribunal de Contas.

Art. 57.º O Ministério da Educação Nacional dará às comemorações do Ano X da Revolução Portuguesa toda a colaboração necessária, a qual abrangerá os seguintes actos:

1.º Em 28 de Maio de 1936, os reitores das Universidades e dos liceus e os directores dos restantes estabelecimentos de ensino público promoverão uma conferência, para professores e alunos, em que serão explicados, por forma adequada ao respectivo grau, os princípios essenciais do Estado Novo Corporativo e as suas mais importantes realizações a bem da Nação;

2.º Em 14 de Agosto de 1936 comparecerá em Aljubarrota e no Mosteiro da Batalha uma delegação, tão numerosa quanto possível, da M. P., para reviver a glória dos que consolidaram a independência da Pátria;

3.º Em 1 de Dezembro de 1936, cada aluno das escolas primárias plantará a Árvore do Renascimento, como símbolo de Portugal Renovado;

4.º No mesmo dia, será solenemente inaugurada a Academia Portuguesa da História;

5.º Desde 28 de Maio de 1936 até 27 de Maio de 1937, será aposto em todas as obras entradas nas bibliotecas públicas e em todas as que sejam consultadas naquele período o *ex-libris* do ano X.

Art. 58.º Serão publicados os regulamentos, estatutos e instruções complementares que se tornem necessários e deve recorrer-se, para os casos omissos, à respectiva legislação anterior que não contrarie o espírito da lei n.º 1:941 ou o dêste regimento.

Publique-se e cumpra-se como nêles se contém.

Ministério da Educação Nacional, 19 de Maio de 1936. — O Ministro da Educação Nacional, António Faria Carneiro Pacheco.

Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes

(Modêlo de diploma de *Engenheiro geógrafo*)

R.

(Emblema da respectiva Universidade)

P.

Doctores JOSEPHUS CAEIRO DA MATA, Iurisprudentiae Facultatis in Olisiponensi Vniuersitate Professor Cathedrae, eiusdem Vniuersitatis Prorector, simulque alima Academia ipsa:

ALIAM testamur certioresque facimus omnes et singulos hasce Litteras inspecturos, quod cl. uir IGNATIUS FRANCISCUS DA SILVA, IOANNIS FRANCISCI DA SILVA filius, in oppidulo dicto Ferragudo, concilio Lagoa natus, titulum sermonis patrium dictum «Engenheiro Geógrafo» in Praeclara Scientiarum Facultate laudabiliter et honorifice adptus est, cursibus suis de more peractis et publica probatione praemissa, in qua idoneus Praeceptorum suffragio indicatus est. Itaque ergo haec alma Olisiponensis Academia insum eo titulo decorauit die xxv mensis Iulii anno M. CM. XXX, ideoque artem cui nomen est Lusitano sermonis «de Engenheiro Geógrafo», exercere licite ualeat. Cuius rei, in «Libro iv Actuum et Graduum» fol. xx adnotatæ, testimonium publice perhibentes, has Litteras a Nobis signatas, appenso magno Academiae sigillo, praedicto bene merenti uiro dedimus Olisipone, die septimo Aprilis anno millesimo nongentesimo tricesimo tertio. Et ego, Ernestus Josephus Rodrigues de Bastos Coutinho Deleza de Andrade, Vniuersitatis a secretis, eisdem subscripsi.

Doctor Josephus Caeiro da Mata

Vniuersitatis Rector.

Doctor Abel Pereira de Andrade

Vniuersitatis Concellarius.

(Sólo pendente da Universidade)

OBSERVAÇÃO

As palavras laudabiliter et honorifice omittam-se quando o engenheiro geógrafo haja tido classificação final de Suficiente no respectivo curso.

B5

Decreto 38 680 de 17 de Março de 1952

Diário do Governo, I Série n.º 61 de 17 de Março de 1952

da sua publicação no respectivo *Boletim Oficial* e que respeitem a diuturnidades a partir de 1953.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 17 de Março de 1952. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — António de Oliveira Salazar — Manuel Maria Sarmiento Rodrigues.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de Cabo Verde, Angola, Moçambique, Estado da Índia e Macau. — M. M. Sarmiento Rodrigues.

Gratificações a abonar ao pessoal dos liceus do ultramar

(Mapa a que se refere o artigo 6.º do Decreto n.º 38:678, de 17 de Março de 1952)

	Cabo Verde	Angola	Moçambique	Índia	Macau
Directores	500\$	1.000\$	1.500\$	Rup. 200	\$ 250
Vice-directores	250\$	500\$	750\$	Rup. 100	\$ 125
Directores das secções	—	500\$	750\$	—	—
Secretários	250\$	500\$	750\$	Rup. 100	\$ 125
Directores de ciclo (a)	150\$	300\$	450\$	Rup. 60	\$ 75
Directores de instalação	100\$	200\$	300\$	Rup. 40	\$ 50
Auxiliares de instalação	50\$	100\$	150\$	Rup. 20	\$ 25
Chefe do pessoal menor	50\$	100\$	200\$	Rup. 20	\$ 25

(a) Durante o ano lectivo.

Ministério do Ultramar, 17 de Março de 1952. — Ministro do Ultramar, Manuel Maria Sarmiento Rodrigues.

Decreto n.º 38:679

Tendo em vista o disposto no § 1.º do artigo 150.º da Constituição, por motivo de urgência;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º do mesmo diploma, o Ministro do Ultramar decreta o eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º Será convertida em escola comercial a actual Escola de Pesca e Comércio de Moçamedes.

Art. 2.º É considerada definitiva a instituição da Escola Industrial de Luanda, bem como da Escola Industrial e Comercial de Nova Lisboa, a que se refere o Diploma Legislativo do Governo-Geral de Angola n.º 2:117, de 28 de Dezembro de 1948.

Art. 3.º É criada em Luanda uma escola comercial.

Art. 4.º É convertida em escola industrial e comercial a Escola Artur de Paiva, na Huila.

Art. 5.º Compete ao Governo-Geral da província de Angola propor a fixação dos quadros docentes das escolas comerciais de Luanda e de Moçamedes e da escola industrial e comercial da Huila, tendo em vista as disposições do Estatuto do Ensino Profissional.

Art. 6.º Logo que entre a funcionar a escola comercial de Luanda, cessa o regime de oficialização concedido pela Portaria Ministerial n.º 16, de 20 de Outubro de 1945.

Art. 7.º A Escola Técnica Sá da Bandeira, de Lourenço Marques, será desdobrada em duas, que serão, respectivamente, comercial e industrial, ficando esta instalada na actual sede da Escola Sá da Bandeira.

§ 1.º O desdobramento determinado no presente artigo será efectuado logo que o Governo-Geral da província de Moçambique disponha de instalação para a escola comercial.

§ 2.º Os quadros docentes das escolas resultantes do desdobramento serão os seguintes:

a) Escola comercial:

- 1.º grupo — 1 professor efectivo.
- 6.º grupo — 4 professores efectivos e 4 adjuntos.
- 7.º grupo — 2 professores efectivos.
- 8.º grupo — 2 professores efectivos e 1 adjunto.
- 9.º grupo — 3 professores efectivos.
- 10.º grupo — 2 professores efectivos.
- 11.º grupo — 1 professor efectivo.

b) Escola industrial:

- 1.º grupo — 2 professores efectivos.
- 2.º grupo — 2 professores efectivos e 2 adjuntos.
- 3.º grupo — 1 professor efectivo e 2 adjuntos.
- 4.º grupo — 1 professor efectivo.
- 5.º grupo — 2 professores efectivos e 2 adjuntos.
- 8.º grupo — 2 professores efectivos.
- 10.º grupo — 1 professor efectivo.
- 11.º grupo — 1 professor efectivo.

§ 3.º Os actuais professores, efectivos e contratados do quadro, da Escola Técnica Sá da Bandeira serão colocados como efectivos nos quadros a que se refere este artigo e mantendo os seus actuais direitos, por despacho do Ministro do Ultramar, o qual os atribuirá aos diversos grupos de disciplinas conforme as respectivas habilitações oficiais.

§ 4.º O governador-geral poderá determinar, em caso de necessidade e nomeadamente para o funcionamento do ciclo preparatório, que professores de uma das escolas prestem na outra todo ou parte do serviço docente semanal a que são obrigados.

§ 5.º Até ao desdobramento da Escola Técnica Sá da Bandeira, os quadros descritos no § 2.º formarão um só, atribuído àquela Escola.

§ 6.º As vagas de professores que forem ocorrendo, tanto durante a situação transitória da Escola Técnica como depois de realizado o desdobramento, darão sucessivamente lugar ao provimento de professores adjuntos nos grupos em que estão previstos, até se efectuarem os quadros definitivamente atribuídos às novas escolas.

§ 7.º O Governo-Geral da província de Moçambique proporá ao Ministério do Ultramar as designações a dar às escolas resultantes do desdobramento.

§ 8.º O pessoal de direcção, secretaria e menor da Escola Técnica Sá da Bandeira ficará pertencendo à escola industrial, devendo o Governo-Geral propor a composição do pessoal daquelas categorias que deverá ser atribuído à escola comercial.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 17 de Março de 1952. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — António de Oliveira Salazar — Manuel Maria Sarmiento Rodrigues.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de Angola e Moçambique. — M. M. Sarmiento Rodrigues.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Secretaria-Geral

Decreto-Lei n.º 38:680

Em vinte e dois anos de existência, longo é o caminho percorrido pela Junta de Educação Nacional, que, tendo sido criada pelo Decreto n.º 16:381, de 16 de Janeiro de 1929, e ampliada e regulamentada depois pelos Decretos n.ºs 19:552, de 1 de Abril de 1931, e 20:352, de 26 de Setembro do mesmo ano, veio a receber a designação de Instituto para a Alta Cultura pelo Decreto-Lei

n.º 26.611, de 19 de Maio de 1936, passando a constituir a 7.ª secção da Junta Nacional da Educação. A sua estrutura manteve-se sem alteração. Tomou, todavia, tal desenvolvimento este organismo do Estado e assumiu proporções tão vastas que necessário se torna rever o plano das suas actividades, regular o aproveitamento das técnicas adquiridas e organizar convenientemente o quadro do seu pessoal.

A experiência do passado e as perspectivas do futuro não só permitem, mas até impõem, a remodelação que agora se leva a efeito, como resultado de lição colhida e, na medida em que é lícito prever, quanto a um maior incremento nas relações culturais.

A investigação científica em Portugal antes da criação de organismo próprio era quase da iniciativa particular. Instituído este, sentiu-se desde logo a necessidade de a estimular com bolsas de estudo fora e dentro do País. Não poucas foram concedidas. Onde podia fazer-se a experiência, esta foi feita, criando-se núcleos de trabalho: até fins de 1951, oitocentas e sessenta e uma bolsas de estudo no estrangeiro e mil cento e quarenta e duas dentro do País traduzem-se, em aproveitamento efectivo, em vinte e cinco centros, que funcionam, na sua maioria, anexos às Universidades portuguesas. E não se pode esquecer o reforço dado aos quadros técnicos do Estado, poucos existindo sem participação de pessoas subsidiadas por esta instituição. Deve ainda dizer-se que no ano de 1940, nas comemorações centenárias, e posteriormente, em congressos e conferências internacionais, os bolseiros e os seus núcleos de trabalho têm honrado a Nação que lhes deu o encargo da representação e da renovação científica nacional.

Hoje reconhece-se que urge aproveitar e disciplinar os gastos de dinheiro e os frutos obtidos.

Da formação individual dos estudiosos passou-se ao aproveitamento colectivo dos trabalhadores. Só o tempo poderá dar a justa medida dos resultados e o balanço certo das necessidades; mas já se vê hoje que, se a dispersão é mais económica, é, sem dúvida, menos útil. E é evidente que a investigação pode trabalhar na modestia, mas não pode viver na carência de subsídios nem na deficiência da aparelhagem.

Do avultado número de bolsas e relativa largueza do número de centros convém caminhar para a concentração destes, melhores, mais completos, mais pragmáticos, sem pensar no luxo da fachada científica, com que não podemos materialmente.

Pelo que respeita às relações culturais, merece registar-se que foi possível, apesar das dificuldades provocadas pela guerra, manter, desenvolver e até, em alguns casos, criar centros de expansão da cultura portuguesa. O desejado reencontro amigável dos povos virá, sem dúvida, abrir novos horizontes a estes esforços de afirmação nacional.

Uma obra andava empreendida e essa foi profundamente prejudicada com a guerra: a expansão da Língua nas comunidades portuguesas do estrangeiro. Se foi possível manter nas Universidades estrangeiras a cultura portuguesa, já não foi fácil lançar no ambiente das colónias de portugueses a semente da renacionalização. Mais do que nenhuma outra se impõe agora essa imprescindível tarefa de reconstrução.

A remodelação proposta vem firmar o que até hoje foi natural evolução de uma organização de processos lentos. Sistematizados e disciplinados o organismo e as funções, parece justo e oportuno fixar os quadros até agora entregues a um regime provisório, que só se manteve graças a boas vontades e a dedicações que é de justiça salientar, o proveito dos funcionários integrados na estrutura das leis vigentes. A experiência adquirida segrega a necessária expansão das actividades e dos seus agentes.

Elevar-se de categoria o principal responsável das actividades do Instituto: andava diminuída a categoria e por demais sobrecarregada a função — executor das determinações, fiscal da sua execução, sujeito das relações pessoais com todos os serviços nacionais e internacionais ligados ao Instituto. Dá-se-lhe agora a justa coadjuvação e dota-se a secretaria do pessoal considerado necessário para assegurar o expediente, abundante, variado e delicado, normalizando-se ao mesmo tempo a situação de funcionários que no decurso de vinte e dois anos não alcançaram ainda situação estável nem a legítima compensação dos serviços prestados.

O diploma presente, além de ser a lição tirada de uma experiência fecunda, procura corresponder às exigências científicas e culturais da Nação.

Nestas condições:

Ouvinda a Câmara Corporativa, nos termos do artigo 105.º da Constituição;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

CAPÍTULO I

Objectivos do Instituto de Alta Cultura

Artigo 1.º O Instituto de Alta Cultura, que deixa de constituir a 7.ª secção da Junta Nacional da Educação, é uma pessoa colectiva de direito público, integrada no Ministério da Educação Nacional, e tem por fim estimular e orientar as faculdades criadoras da Nação nos vários ramos da sua actividade espiritual. Compete-lhe propulsionar a investigação científica e também suprir e difundir nas relações culturais com o estrangeiro e na difusão da língua e da cultura portuguesas.

Art. 2.º Para o aperfeiçoamento da cultura superior e da cultura estética são atribuições do Instituto:

- Conceder bolsas de estudo, em Portugal ou fora do País, a diplomados, artistas e estudiosos de comprovada idoneidade moral e intelectual que deem garantia da sua ulterior e útil cooperação com o Estado;
- Classificar como equiparados a bolseiros, para o efeito de dispensa temporária do serviço oficial e subordinação ao regime dos bolseiros do Instituto de Alta Cultura, os professores de qualquer grau de ensino, os técnicos e os artistas cujo programa de trabalho, exigindo a redução ou a dispensa do seu serviço normal, seja reconhecido proveitoso para a cultura nacional;
- Promover a efectiva utilização dos bolseiros do Estado e a realização das condições técnicas e económicas indispensáveis ao seu pleno rendimento;
- Organizar ou subsidiar missões, visitas e viagens de estudo, quando delas possa fundamentadamente resultar benefício para os organismos culturais e para o Estado;
- Auxiliar publicações científicas, didácticas, técnicas ou artísticas nas condições da alínea anterior;
- Promover ou auxiliar a realização de exposições artísticas e de cursos ou conferências de carácter universitário ou pós-universitário.

Art. 3.º Para o desenvolvimento da investigação científica são atribuições do Instituto:

- Promover a investigação em todos os domínios da ciência e estimular as vocações que despertem para o trabalho científico;
- Coordenar os trabalhos de investigação científica nacionais, organizando, definindo e classificando os centros criados pelo Ministério da Educação Nacional;
- Diligenciar no sentido de que aos investigadores sejam proporcionadas condições económicas que permitam consagrar ao trabalho científico a total ou a maior parte da sua actividade, quer concedendo-lhes bolsas de estado, subsídios temporários, etc.

outros estímulos, quer promovendo a sua colocação em estabelecimentos e institutos científicos;

f) Auxiliar os centros de investigação no que se refere às suas instalações, recursos em material e aparelhagem, suas bibliotecas, quadros, recrutamento do seu pessoal e meios de trabalho, superintendendo no aparelhamento da aparelhagem científica das Universidades, sempre que por lei ou por despacho do Ministro da Educação Nacional assim for determinado;

g) Criar e manter institutos de investigação e centros de estudo, superintendendo no movimento e na escolha do respectivo pessoal e na sua administração;

h) Organizar e subsidiar missões de estudo na metrópole, no ultramar e no estrangeiro;

i) Promover ou subsidiar a publicação de trabalhos científicos, quer de centros de investigação reconhecidos ou mantidos pelo Instituto de Alta Cultura, quer das missões oficiais de estudo ou das reconhecidas pelo mesmo Instituto;

l) Inventariar e publicar, mantendo-a em dia, a bibliografia científica existente em Portugal;

j) Promover a correlação da investigação científica nacional com as actividades económicas da metrópole e do ultramar e com outras de interesse para o País, colaborando para tal fim com os competentes organismos do Estado, quer do Ministério da Educação Nacional, quer dos outros Ministérios, quer autónomos;

k) Velar, sem prejuízo da autonomia dos estabelecimentos científicos, e de acordo com eles, para que os temas de investigação, pela sua importância, pelo pessoal que se lhes consagra e pelos meios de trabalho, dêem garantias de concorrer para a solução de grandes problemas em quaisquer dos seus aspectos ou para aplicações práticas de alcance nacional.

Art. 4.º São atribuições do Instituto, respectivamente às relações culturais e à expansão da língua e da cultura portuguesas:

a) Promover, de modo geral, o intercâmbio intelectual científico e cultural, individual ou colectivo, de professores, técnicos e artistas com os países e centros de cultura estrangeiros;

b) Fomentar o estudo e conhecimento da língua e da cultura portuguesas no estrangeiro como elemento de valorização nacional, pela oficialização do respectivo ensino e especialmente pela criação ou manutenção de laboratórios junto das Universidades e escolas estrangeiras, divulgando deste modo nos outros países a nossa literatura, a nossa arte, o conhecimento da nossa história e outros elementos da nossa cultura;

c) Organizar, coordenar ou subsidiar a representação intelectual oficial portuguesa em Portugal ou no estrangeiro, designadamente em conferências, cursos e congressos científicos, subordinando, tanto quanto possível, esta acção a directrizes uniformes e integrando-a num plano de conjunto, bem como emitir parecer em cada caso sobre a oportunidade da representação e a idoneidade dos representantes;

d) Promover ou auxiliar a realização de cursos de férias em Universidades ou escolas portuguesas, destinados não só a aperfeiçoar a cultura nacional em qualquer das suas formas, mas também a revelar ao mundo os padrões da nossa grandeza histórica e a obra em todos os domínios realizada pelo Estado;

e) Promover ou auxiliar exposições internacionais de belas-artes e outras manifestações de cultura artística, com intuito de tornar conhecidos a arte e os artistas portugueses;

f) Promover ou estimular o ensino do português nas escolas portuguesas existentes em países estrangeiros;

g) Estimular e promover a tradução e a publicação, por autores estrangeiros, de obras e trabalhos que sejam

expressão da cultura portuguesa e documento da nossa acção civilizadora;

h) Colaborar com outras instituições culturais, nacionais ou estrangeiras, podendo firmar acordo com elas, na execução de quaisquer dos fins definidos neste decreto-lei.

Art. 5.º As deliberações do Instituto de Alta Cultura estão sujeitas a homologação ministerial.

CAPÍTULO II

Órgãos do Instituto de Alta Cultura

Art. 6.º O Instituto de Alta Cultura desempenha as suas atribuições por intermédio dos seguintes órgãos:

- a) Direcção;
- b) Comissões permanentes;
- c) Conselho de Investigação Científica;
- d) Conselho de Expansão Cultural;
- e) Secretaria.

§ único. Junto do Instituto de Alta Cultura haverá um representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros, designado pelo respectivo Ministro.

Art. 7.º A direcção do Instituto de Alta Cultura compreende o presidente e oito vogais, dos quais quatro serão os presidentes das comissões permanentes, do Conselho de Investigação Científica e do Conselho de Expansão Cultural.

Art. 8.º As comissões permanentes, uma para as ciências e outra para as letras e artes, são órgãos técnicos de informação e consulta quanto aos assuntos que se referem à concessão de subsídios e bolsas para a investigação científica e fomento cultural e quanto à criação e organização de centros de estudo e de institutos de investigação.

§ 1.º A Comissão Permanente de Ciências terá um número de vogais não superior a sete, escolhidos de entre professores ou sócios da Academia das Ciências de Lisboa.

§ 2.º A Comissão Permanente de Letras e Artes terá um número de vogais não superior a nove, escolhidos de entre professores ou sócios das Academias das Ciências, da História e de Belas-Artes.

Art. 9.º O presidente do Instituto de Alta Cultura, sempre que o julgar conveniente, poderá comparecer às reuniões das comissões permanentes, assumindo neste caso a presidência.

Art. 10.º As comissões permanentes poderão, por intermédio do secretário, solicitar informações a quaisquer entidades, individuais ou colectivas, tanto nacionais como estrangeiras.

Art. 11.º O Conselho de Investigação Científica e o Conselho de Expansão Cultural, que têm respectivamente a seu cargo a organização e planificação das actividades definidas no artigo 3.º e a centralização e coordenação das actividades definidas no artigo 4.º, serão constituídos, além do presidente, por dois vogais.

Art. 12.º Os presidentes e vogais dos órgãos referidos nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 6.º serão nomeados pelo Ministro da Educação Nacional para o período de três anos.

Art. 13.º O presidente do Instituto de Alta Cultura não perceberá vencimento algum pelo exercício do seu cargo, mas será dispensado, quando professor, do exercício das funções docentes e manterá na hierarquia dos funcionários do Ministério da Educação Nacional o lugar imediato ao do presidente da Junta Nacional da Educação.

CAPÍTULO III

Do património

Art. 14.º O Instituto de Alta Cultura goza da capacidade de adquirir, administrar e alienar os bens próprios

e as dotações ou rendimentos que receber do Estado, das províncias ultramarinas, das autarquias locais, de instituições oficiais ou de particulares, e poderá exercer todos os direitos civis relativos aos interesses que representa, em harmonia com o presente estatuto e nos termos gerais das leis em vigor.

Art. 15.º O Instituto de Alta Cultura poderá adquirir por título gratuito quaisquer bens que se destinem à realização dos seus fins, só se tornando necessária a autorização do Governo para aceitar doações ou legados que envolvam encargos estranhos a tais fins.

§ 1.º Os bens doados ou legados ao Instituto de Alta Cultura sob qualquer cláusula modal terão o destino determinado pelo doador ou testador.

§ 2.º Quando for reconhecida a absoluta impossibilidade ou manifesta inconveniência de se cumprir integralmente a vontade do doador ou do testador, poderá o Governo, em decreto fundamentado, autorizar a sua aplicação pelo modo que mais se aproximar dos intuitos culturais que determinaram a liberalidade.

§ 3.º A aquisição de bens a título gratuito pelo Instituto de Alta Cultura será sempre feita com dispensa de quaisquer imposições fiscais.

Art. 16.º No caso de serem doados ou legados ao Instituto de Alta Cultura bens imobiliários sem dependência de qualquer cláusula modal e de este os não considerar necessários aos seus fins, serão tais bens alienados e o produto da alienação convertido em títulos da dívida pública portuguesa.

§ único. A determinação dos valores em que deve efectuar-se a conversão de que trata este artigo será feita por proposta da direcção, aprovada e homologada pelos Ministros das Finanças e da Educação Nacional.

Art. 17.º Constituem receitas do Instituto de Alta Cultura:

a) As dotações e subsídios que o Estado, as províncias ultramarinas, os corpos administrativos ou quaisquer entidades públicas ou particulares lhe concedam, quer para os seus fins gerais, quer para aplicações determinadas e que neles caibam;

b) Os rendimentos dos bens que possua ou usufrua a qualquer título;

c) O produto da venda das suas publicações;

d) As receitas provenientes de cursos remunerados ou de serviços que eventualmente organize.

§ único. A aplicação das dotações orçamentais e das receitas privativas do Instituto de Alta Cultura continua subordinada às disposições em vigor da contabilidade pública aplicáveis.

Art. 18.º O Instituto de Alta Cultura tem autonomia administrativa.

§ 1.º O conselho administrativo do Instituto de Alta Cultura será constituído pelo presidente da direcção, pelo chefe da secretaria e pelo primeiro-official contabilista.

§ 2.º Este conselho reunirá normalmente duas vezes por mês e, extraordinariamente, quando o presidente da direcção o entender necessário.

§ 3.º As sessões do conselho administrativo poderão assistir, por determinação da direcção, outros funcionários do Instituto de Alta Cultura, mas com mero voto consultivo.

Art. 19.º As importâncias recebidas do Estado ou de outras instituições são obrigatoriamente depositadas na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, ficando os pagamentos das despesas do Instituto de Alta Cultura por meio de cheques.

§ único. A movimentação da conta referida neste artigo está isenta de imposto do selo e de prémio de transacção.

Art. 20.º Os depósitos na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência serão sempre feitos em nome do Instituto de Alta Cultura.

CAPÍTULO IV

Do pessoal

Art. 21.º O quadro do pessoal do Instituto de Alta Cultura é integrado, para todos os efeitos legais, no quadro da Secretaria-Geral do Ministério da Educação Nacional, constante do mapa 1 anexo ao Decreto-Lei n.º 36:411, de 12 de Julho de 1947, e será constituído da seguinte forma:

- 1 secretário;
- 1 secretário adjunto;
- 1 chefe de secretaria;
- 1 primeiro-official;
- 3 segundos-officiais;
- 4 terceiros-officiais;
- 3 aspirantes;
- 2 dactilógrafos.

Pessoal menor:

- 1 contínuo de 2.ª classe;
- 1 servente.

Art. 22.º O provimento do lugar de secretário será feito por livre escolha do Ministro da Educação Nacional de entre professores do ensino superior ou doutores, correspondendo-lhe o vencimento do grupo C do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 26:115, de 23 de Novembro de 1935.

Art. 23.º O secretário será coadjuvado por um secretário adjunto.

§ 1.º O secretário adjunto será nomeado livremente pelo Ministro da Educação Nacional de entre professores de qualquer grau de ensino e perceberá o vencimento correspondente ao grupo R do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 26:115, salvo se outro vencimento superior lhe competir em razão das suas funções docentes.

§ 2.º O secretário adjunto será nomeado em comissão de serviço pelo período de três anos, podendo ser reconduzido por iguais períodos, contando-se, para todos os efeitos legais, como docente o serviço prestado.

Art. 24.º A secretaria do Instituto de Alta Cultura será dirigida por um chefe de secretaria, com a categoria de chefe de secção, escolhido de entre os funcionários dos quadros do Ministério da Educação Nacional com categoria igual ou superior à de primeiro-official e que sejam diplomados com um curso superior.

Art. 25.º O primeiro-official contabilista terá a seu cargo a organização e execução dos serviços de contabilidade e é o responsável imediato pela observância do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 34:332, de 27 de Dezembro de 1944.

Art. 26.º As funções de tesoureiro serão cumulativamente exercidas pelo segundo-official que, sob proposta da direcção, o Ministro da Educação Nacional designar e ao qual pertencerá para falhas o abono legal.

Art. 27.º Os funcionários com mais de dez anos de serviço, com boas informações, no Instituto para a Alta Cultura ou na extinta Secretaria de Educação Nacional poderão ser nomeados livremente para os lugares do quadro do pessoal do Instituto de Alta Cultura, mas só até à categoria de segundo-official se não possuírem as habilitações exigidas pelo artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 26:115, de 23 de Novembro de 1935.

§ único. É mantida o direito de acesso, nos termos legais, e até à referida categoria, aos funcionários admitidos na segunda parte deste artigo.

Art. 28.º O pessoal colocado nos quadros referidos na inscrição na Caixa Geral de Aposentações recebe

7 DE MARÇO DE 1952

data a partir da qual começou a prestar serviço no Instituto para a Alta Cultura e na extinta Junta de Educação Nacional, ficando sujeito, relativamente à totalidade do tempo, ao pagamento da quota legal, calculada sobre o vencimento do lugar para que transitar no novo quadro e acrescida do juro a que se refere o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 26:503, de 6 de Abril de 1946. O débito apurado poderá ser pago, sem acréscimo de novos juros, em prestações mensais, descontáveis em folha, no número máximo de quarenta e oito.

Art. 29.º O serviço de correspondência em línguas estrangeiras ficará a cargo de pessoa ou pessoas de especial competência, da escolha do secretário, homologada pelo Ministro da Educação Nacional, e será remunerado eventualmente em cada mês, mediante proposta do secretário e despacho do mesmo Ministro.

Art. 30.º Os lugares do pessoal menor são providos em indivíduos habilitados com a 4.ª classe de instrução primária e que possuam as qualidades físicas e morais para o desempenho do cargo.

Art. 31.º Os funcionários públicos, escolhidos para leitores, bolseiros ou comissionados do Instituto de Alta Cultura mantêm durante o tempo que durar a comissão os seus vencimentos, pagos pelos serviços a que pertencem, e as regalias inerentes aos seus lugares, incluindo a contagem de tempo para a concessão de diuturnidades; se tiverem boa informação do Instituto.

Art. 32.º Mediante parecer do Instituto de Alta Cultura, será feita a revisão dos actuais centros de investigação científica em harmonia com os princípios estabelecidos no presente decreto-lei, devendo ser eliminada a sua qualificação como tais quando se não verifique a observância destes princípios.

§ único. As autoridades escolares prestarão ao Instituto de Alta Cultura todas as informações necessárias para a inteira eficiência da revisão que neste artigo se determina.

Art. 33.º Dentro do prazo de sessenta dias, a contar da publicação deste decreto-lei, o Instituto de Alta Cultura elaborará e submeterá à aprovação ministerial os regulamentos necessários à sua inteira execução.

§ único. Enquanto não forem publicados os regulamentos continua em vigor, na parte aplicável, a legislação anterior que não contrarie o espírito deste diploma.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 17 de Março de 1952. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — António de Oliveira Salazar — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Joaquim Trigo de Negreiros — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — Artur Aguedo de Oliveira — Adolfo do Amaral Abranches Pinto — Américo Deus Rodrigues Thomaz — Paulo Arénio Viríssimo Cunha — José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich — Manuel Maria Sarmiento Rodrigues — Fernando Andrade Pires de Lima — Ulisses Cruz de Aguiar Cortês — Manuel Gomes de Araújo — José Soares da Fonseca.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

Decreto-Lei n.º 38:681

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. As despesas resultantes da publicação do Decreto-Lei n.º 38:680, de 17 de Março de 1952, serão satisfeitas neste ano pelas forças das dotações correspondentes do Instituto para a Alta Cultura inscritas no orçamento em execução do Ministério da Educação Nacional, sendo reforçada a do capítulo 2.º, artigo 26.º, n.º 1), com a quantia de 257.000\$.

§ único. Para compensação deste reforço anulam-se no mesmo orçamento as importâncias seguintes:

Capítulo 2.º, artigo 26.º, n.º 2)	9.000\$00
Capítulo 2.º, artigo 35.º, n.º 1), alínea a)	148.000\$00
Capítulo 2.º, artigo 35.º, n.º 1), alínea c)	20.000\$00
Capítulo 2.º, artigo 35.º, n.º 1), alínea j)	10.000\$00
Capítulo 2.º, artigo 35.º, n.º 1), alínea z)	50.000\$00
Capítulo 2.º, artigo 35.º, n.º 2), alínea b)	20.000\$00
	257.000\$00

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 17 de Março de 1952. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — António de Oliveira Salazar — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Joaquim Trigo de Negreiros — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — Artur Aguedo de Oliveira — Adolfo do Amaral Abranches Pinto — Américo Deus Rodrigues Thomaz — Paulo Arénio Viríssimo Cunha — José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich — Manuel Maria Sarmiento Rodrigues — Fernando Andrade Pires de Lima — Ulisses Cruz de Aguiar Cortês — Manuel Gomes de Araújo — José Soares da Fonseca.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

10.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública

De harmonia com as disposições do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 25:299, de 6 de Maio de 1935, se publica que S. Ex.ª o Ministro da Educação Nacional, por seu despacho de 28 de Fevereiro de 1952, autorizou, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do Decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, a seguinte transferência:

CAPÍTULO 4.º

Direcção-Geral do Ensino Linceal

Artigo 709.º «Remunerações certas ao pessoal em exercício»:

Do n.º 1) «Pessoal dos quadros aprovados por lei» — 1.000.000\$00

Para o n.º 2) «Pessoal contratado não pertencente aos quadros» + 1.000.000\$00

De harmonia com o preceituado no artigo 16.º do Decreto n.º 38:586, de 29 de Dezembro de 1951, esta alteração mereceu, por despacho de 11 do corrente, a confirmação de S. Ex.ª o Ministro das Finanças.

10.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 12 de Março de 1952. — O Chefe da Repartição, Manuel Miranda.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones

Decreto-Lei n.º 38:682

Sendo de justiça equiparar o subsídio a que tem direito o pessoal da Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones que exerça funções na ilha de Santa Maria ao fixado para os outros funcionários que ali prestem serviço;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. O § único do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 36:155, de 10 de Fevereiro de 1947, aditado

B6

Decreto-Lei n.º 46 038 de 16 de Novembro de 1964

Diário do Governo, I Série n.º 269, de 16 de Novembro de 1964

Portaria n.º 20 912

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros das Finanças e da Educação Nacional, nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 46 037, de 16 de Novembro de 1964, que ao quadro das direcções dos distritos escolares sejam aumentados os seguintes lugares:

Distritos escolares	Categorias			Total
	Técnicos- oficiais	Escriturários do 1.ª classe	Escriturários do 2.ª classe	
Aveiro	—	1	2	3
Braga	1	—	1	2
Braga	—	1	2	3
	1	2	5	8

Ministérios das Finanças e da Educação Nacional, 16 de Novembro de 1964. — O Ministro das Finanças, António Manuel Pinto Barbosa. — O Ministro da Educação Nacional, Inocêncio Galvão Teles.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Instituto de Alta Cultura

Decreto-Lei n.º 46 038

Considerando que o Instituto de Alta Cultura tem a seu cargo grandes responsabilidades na vida cultural do País;

Considerando que ao longo da sua existência tem feito face a essas responsabilidades na medida possibilitada pelos meios de que dispõe, quer na sua primeira fase, em que se chamava Junta de Educação Nacional (1920-1936), quer na segunda, em que passou a denominar-se Instituto para a Alta Cultura e constituiu a 7.ª secção da Junta Nacional da Educação (1936-1952), quer na terceira (iniciada em 1952), em que se autonomizou sob a designação de Instituto de Alta Cultura;

Considerando que no desempenho das suas funções tem o Instituto de Alta Cultura realizado obra considerável, dentro das possibilidades ao seu alcance, obra superior ao que muitas vezes se supõe por deficiente informação;

Considerando que na verdade tem sido muito apreciável o impulso dado por aquele órgão à investigação científica, ao intercâmbio cultural, à expansão da língua e cultura portuguesas;

Considerando que antes da sua criação, como se escrevia no preâmbulo do Decreto-Lei n.º 38 680, «a investigação científica em Portugal . . . era quase da iniciativa particular», que o Instituto deu e continua dando grande incremento à investigação, através da criação e manutenção de múltiplos centros de trabalho, da concessão de avultado número de bolsas de estudo, quer em Portugal, quer no estrangeiro, e de subsídios e outras formas de patrocínio ou apoio a variadíssimas actividades de carácter científico, cultural e artístico;

Considerando designadamente que numerosíssimos são os membros do corpo docente das Universidades que foram bolseiros do Instituto, trazendo para o ensino os benefícios do saber e experiência adquiridos nessa qualidade; que nas mesmas condições se encontram bastantes professores de outros graus de ensino e até estudiosos investigadores que exercem a sua actividade noutros centros, inclusive na esfera de acção de outros Minis-

térios; que os múltiplos centros de investigação da iniciativa do Instituto não são apenas os que continuam a trabalhar, a maior parte deles com excelente rendimento, sob a sua égide, senão também bastantes outros que vieram a integrar-se em órbita diversa (cite-se a mero título de exemplo o Laboratório Nacional de Engenharia Civil);

Considerando que, no campo do intercâmbio cultural, relevante tem sido também o papel do Instituto, através da permuta de professores, conferencistas e estudiosos, do patrocínio dado a congressos e outras manifestações internacionais, e ainda por meio de outras formas de aproximação e interpenetração das culturas;

Considerando que afirmação semelhante se deve produzir a respeito do esforço de difusão da língua e cultura portuguesas, exercido nomeadamente por meio dos diferentes leitorados existentes no estrangeiro;

Considerando que da actividade do Instituto se pode fazer ideia, ainda que meramente parcial, através da leitura dos trabalhos do Prof. Amândio Tavares sobre *O Instituto para a Alta Cultura e a Investigação Científica em Portugal*, dos relatórios da Comissão de Estudos de Energia Nuclear e dos relatórios e estudos dos centros do Instituto;

Considerando, no entanto, de desejar que o Instituto possa corresponder cada vez mais e cada vez melhor às importantíssimas funções a que é chamado e que o desenvolvimento da ciência e a maior complexidade da vida cultural tornam dia a dia mais pesadas;

Considerando de desejar, nesta ordem de ideias, que o Instituto possa vir a ser apreciavelmente ampliado, na sua estrutura e meios de acção;

Considerando não se reputar oportuno proceder desde já a essa reorganização particularmente extensa e profunda;

Considerando, porém, achar-se oportuno proceder a uma reforma, que se julga poder revestir-se de importante significado e alcance, nomeadamente no tocante à estruturação dos órgãos do Instituto, a que se pretende dar composição mais maleável e eficiente;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Instituto de Alta Cultura

SECÇÃO I

Fins do Instituto

Artigo 1.º O Instituto de Alta Cultura é uma pessoa colectiva de direito público, integrada no Ministério da Educação Nacional, e tem por fim concorrer para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da cultura superior e da cultura artística, da investigação científica e das relações culturais com o estrangeiro e difusão da língua e cultura portuguesas.

Art. 2.º — 1. No que respeita à cultura superior e à cultura artística, são atribuições do Instituto:

a) Conceder bolsas de estudo, para serem utilizadas dentro ou fora do País, a diplomados, artistas ou estudiosos de comprovada idoneidade moral e intelectual que dêem garantias de útil cooperação ulterior com o Estado;

b) Promover a efectiva utilização dos bolsheiros do Estado e a realização das condições técnicas e económicas indispensáveis ao seu pleno rendimento;

c) Organizar ou subsidiar missões, visitas e viagens de estudo, quando seja de esperar fundadamente que delas resulte benefício para os organismos a que se destinam;

d) Auxiliar publicações científicas, didáticas, artísticas ou técnicas nas condições da alínea anterior;

e) Promover ou auxiliar a realização de exposições artísticas e de cursos ou conferências de carácter universitário ou pós-universitário.

2. Quando os bolseiros exercerem funções públicas, poderão ser dispensados temporariamente, no todo em parte, do seu serviço normal.

3. O Instituto poderá equiparar a bolseiros, para subordinação ao regime de bolseiros do Instituto de Alta Cultura e nomeadamente para o efeito declarado no número precedente, os diplomados, artistas ou estudiosos que se encontrem nas condições da alínea a) do n.º 1 do presente artigo e cujo programa de trabalho, de reconhecido proveito para a cultura nacional, exija dispensa temporária, total ou parcial, das suas funções.

Art. 3.º No que respeita à investigação científica, são atribuições do Instituto:

a) Promover a investigação em todos os domínios da ciência e estimular as vocações que despertem para o trabalho científico;

b) Coordenar os trabalhos de investigação científica nacionais, organizando, definindo e classificando os centros criados pelo Ministério da Educação Nacional;

c) Diligenciar no sentido de aos investigadores serem proporcionadas condições económicas que lhes permitam consagrar ao trabalho científico a totalidade ou a maior parte da sua actividade, quer concedendo-lhes bolsas de estudo, subsídios temporários, prémios e outros estímulos, quer promovendo a sua colocação, em estabelecimentos e institutos científicos;

d) Auxiliar os centros de investigação no que se refere às instalações, recursos em material e aparelhagem, bibliotecas, quadros, recrutamento do pessoal e meios de trabalho, superintendendo no apetrechamento da aparelhagem científica das Universidades, sempre que por lei ou despacho do Ministro da Educação Nacional assim for determinado;

e) Criar e manter institutos ou centros de estudo ou investigação, superintendendo no movimento e escolha do respectivo pessoal e na sua administração;

f) Organizar e subsidiar missões de estudo na metrópole, no ultramar e no estrangeiro;

g) Promover ou subsidiar a publicação de trabalhos científicos, quer de institutos ou centros de estudo ou investigação reconhecidos ou mantidos pelo Instituto de Alta Cultura, quer das missões oficiais de estudo ou das reconhecidas pelo mesmo Instituto;

h) Inventariar e publicar, mantendo-a em dia, a biblioteca científica existente em Portugal;

i) Promover a correlação da investigação científica nacional com as actividades económicas da metrópole e do ultramar e com outras de interesse para o País, colaborando para tal fim com os competentes organismos do Estado, quer do Ministério da Educação Nacional, quer dos outros Ministérios, quer autónomos;

j) Velar, sem prejuízo da autonomia dos estabelecimentos científicos, e de acordo com eles, por que os temas de investigação, pela sua importância, pelo pessoal que se lhes consagra e pelos meios de trabalho, dêem garantias de concorrer para a solução de grandes problemas em quaisquer dos seus aspectos ou para aplicações práticas de alcance nacional.

Art. 4.º No que respeita às relações culturais com o estrangeiro e difusão da língua e cultura portuguesas, são atribuições do Instituto:

a) Promover o intercâmbio intelectual, científico e cultural, individual ou colectivo, de professores, técnicos e artistas com os países e centros de cultura estrangeiros;

b) Fomentar o estudo e conhecimento da língua e da cultura portuguesas no estrangeiro como elemento de valorização nacional, pela oficialização do respectivo ensino e especialmente pela criação e manutenção de leitorados junto das Universidades e escolas estrangeiras, divulgando deste modo nos outros países o conhecimento da nossa literatura, da nossa arte, da nossa história e de outros elementos da nossa cultura;

c) Organizar, coordenar ou subsidiar a representação intelectual oficial portuguesa em Portugal ou no estrangeiro, designadamente em conferências, cursos e congressos científicos, subordinando, tanto quanto possível, esta acção, a directrizes uniformes e integrando-a num plano de conjunto, bem como emitir parecer em cada caso sobre a oportunidade da representação e a idoneidade dos representantes;

d) Promover e auxiliar a realização de cursos de férias em Universidades ou escolas portuguesas, destinados não só a aperfeiçoar a cultura nacional em qualquer das suas formas, como também a revelar ao mundo culto os padrões da nossa grandeza histórica e a obra em todos os domínios realizada pelo Estado;

e) Promover ou auxiliar exposições internacionais de belas-artes e outras manifestações de cultura artística, no intuito de tornar conhecidos a arte e os artistas portugueses;

f) Promover ou estimular o ensino português nas comunidades portuguesas existentes em países estrangeiros;

g) Promover ou estimular a tradução e a publicação, em países estrangeiros, de obras e trabalhos que sejam expressão da cultura portuguesa e documento da nossa acção civilizadora;

h) Colaborar com outras instituições culturais, nacionais ou estrangeiras, podendo firmar acordo com elas, na execução de quaisquer dos fins definidos nos artigos precedentes.

Art. 5.º O Instituto de Alta Cultura e a Junta de Investigações do Ultramar deverão colaborar entre si, em ordem à conveniente coordenação dos seus planos de actividade.

SECÇÃO II

Órgãos do Instituto

Art. 6.º — 1. O Instituto desempenha as suas atribuições por intermédio dos seguintes órgãos:

- Conselho Superior;
- Conselho de Fomento Cultural;
- Conselho de Investigação Científica;
- Conselho de Intercâmbio Cultural;
- Conselho Executivo;
- Secretariado.

2. Junto do Instituto haverá um representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros, designado pelo respectivo Ministro.

3. As deliberações do Instituto estão sujeitas a homologação ministerial.

Art. 7.º — 1. O Conselho Superior tem a seu cargo a orientação superior do Instituto e compõe-se de um presidente, de um vice-presidente, de seis vogais e do secretário do Instituto.

2. O vice-presidente tem a incumbência de coadjuvar o presidente no desempenho das suas funções, exercer as atribuições especificadas em despacho ministerial que o presidente nele delegue a título permanente e substituí-lo nas suas faltas ou impedimentos.

3. O Conselho Superior reunirá, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, todas as vezes que o seu presidente o convocar.

Art. 8.º — 1. O Conselho de Fomento Cultural, o Conselho de Investigação Científica e o Conselho de Intercâmbio Cultural são órgãos técnicos e consultivos que têm por fim estudar e propor ao Conselho Superior planos e outras providências sobre as actividades definidas respectivamente nos artigos 2.º, 3.º e 4.º, e, bem assim, estudar e informar os processos respeitantes a essas actividades, e compõe-se, cada um deles, de um presidente e de dois vogais, sendo o presidente escolhido de entre os vogais do Conselho Superior.

2. O presidente ou o vice-presidente do Instituto poderão, sempre que o julguem conveniente, convocar os conselhos técnicos ou comparecer às suas reuniões, assumindo a respectiva presidência; e o secretário do Instituto prestará a esses conselhos a necessária cooperação.

3. Haverá reuniões conjuntas dos três conselhos técnicos, ou de dois deles, ou dos respectivos presidentes, para efeito de coordenação de estudos e propostas. Tais reuniões serão convocadas pelo presidente ou pelo vice-presidente do Instituto, que poderão nesse caso comparecer pessoalmente ou delegar a presidência no mais velho dos presidentes dos referidos conselhos.

Art. 9.º O Conselho Executivo tem a seu cargo dar execução às deliberações do Conselho Superior e compõe-se do presidente, do vice-presidente do secretário do Instituto.

Art. 10.º — 1. O presidente, o vice-presidente e os vogais do Conselho Superior, bem como os vogais dos conselhos técnicos, são nomeados pelo Ministro da Educação Nacional de entre pessoas que tenham dado relevantes provas de interesse pelos assuntos da competência do Instituto. Ao referido Ministro competirá também a escolha dos presidentes dos conselhos técnicos.

2. As nomeações são feitas por três anos, e renováveis por iguais períodos; mas o Ministro pode, em qualquer momento, substituir as pessoas nomeadas por outras.

3. As nomeações para vacaturas que ocorrerem no decurso do triénio entendem-se feitas até o termo deste.

4. O presidente do Instituto manterá na hierarquia dos funcionários do Ministério da Educação Nacional o lugar imediato ao do presidente da Junta Nacional da Educação. De futuro, não exercerá o cargo durante mais de nove anos seguidos.

Art. 11.º — 1. Os conselhos do Instituto, através do secretário deste, deverão ouvir as entidades que possam fornecer-lhes elementos ou esclarecimentos úteis sobre os assuntos de que têm de se ocupar. Serão ouvidas, nomeadamente, as Universidades, os Estudos Gerais Universitários, a Academia das Ciências de Lisboa, a Academia Nacional de Belas-Artes e a Academia Portuguesa da História.

2. Os aludidos conselhos poderão, do mesmo modo, convidar a colaborar nos seus trabalhos delegados das instituições a que se refere o número anterior e outras individualidades de reconhecida competência.

Art. 12.º — 1. O serviço prestado pelos membros dos conselhos que forem funcionários públicos considera-se, para todos os efeitos legais, como exercício do cargo de que são titulares.

2. Aos membros dos conselhos que em serviço do Instituto se ausentarem da sua residência serão abonadas as despesas de transporte e ajudas de custo. A importância destas últimas será fixada pelos Ministros das Finanças e da Educação Nacional, sempre que não se trate de funcionários públicos.

3. O disposto nos números anteriores é extensivo às pessoas que forem convidadas, nos termos do artigo 11.º, n.º 2, de acordo com o Ministro competente.

4. O presidente e o vice-presidente do Instituto, quando professores, poderão ser dispensados do exercício das funções docentes.

Art. 13.º O secretário do Instituto é coadjuvado por um secretário-adjunto, que assegurará a direcção dos serviços do Secretariado e a publicação regular do *Anuário* do Instituto.

Art. 14.º — 1. O secretário e o secretário-adjunto são nomeados pelo Ministro da Educação Nacional, o primeiro de entre professores do ensino superior ou doutores, o segundo de entre licenciados.

2. A nomeação far-se-á pelo período de um ano, findo o qual o nomeado cessará as suas funções ou será provido definitivamente.

3. Mas, sendo professor a pessoa escolhida como secretário-adjunto, a sua nomeação será feita em comissão de serviço, contando-se para todos os efeitos como docente o serviço prestado. Se, passado um ano, obtiver exoneração do cargo de professor, poderá o provimento tornar-se definitivo.

4. O secretário e o secretário-adjunto perceberão os vencimentos correspondentes, respectivamente, aos grupos C e F do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 42 046, de 23 de Dezembro de 1958, salvo se estiverem em comissão de serviço e lhes competirem vencimentos superiores em razão dos respectivos cargos docentes.

SECÇÃO III

Património do Instituto

Art. 15.º — 1. O Instituto goza de capacidade de adquirir, administrar e alienar bens, e pode exercer os direitos civis relativos aos interesses que representa, tudo nos termos das leis e regulamentos aplicáveis.

2. A aquisição de bens pelo Instituto acha-se isenta de toda e qualquer tributação.

Art. 16.º — 1. O Instituto pode aceitar qualquer liberalidade que lhe seja feita em vida ou por morte; mas deverá fazer a aceitação a benefício de inventário, mediante prévia autorização dos Ministros das Finanças e da Educação Nacional, se a liberalidade for acompanhada de encargo ou encargos estranhos aos fins do Instituto.

2. Quando seja impossível ou manifestamente inconveniente satisfazer o encargo ou encargos impostos pelo autor da liberalidade, através da aplicação dos bens aos fins culturais por este determinados, poderá o Governo, mediante decreto fundamentado, autorizar a aplicação a outros fins, tanto quanto possível aproximados dos primeiros.

3. Não se mostrando conveniente a conservação dos bens em espécie, serão eles vendidos e convertido o preço em títulos de dívida pública, mediante prévia autorização dos Ministros das Finanças e da Educação Nacional, salvo se a liberalidade for acompanhada de encargo incompatível com essa venda.

Art. 17.º — 1. Constituem receitas do Instituto:

a) As dotações e subsídios que o Estado, as províncias ultramarinas, as autarquias locais ou quaisquer entidades públicas ou particulares lhe concedam, quer para os fins gerais, quer para fins específicos que caibam no âmbito dos primeiros;

b) Os rendimentos dos bens de que seja dono ou de que tenha a fruição por qualquer outro título;

c) O produto da venda das suas publicações;

d) As receitas provenientes de cursos remunerados ou de serviços que eventualmente organize.

2. A aplicação das dotações orçamentais e das demais receitas do Instituto continua sujeita às disposições em

vigor das leis e regulamentos sobre contabilidade pública, no caso tiverem cabimento.

Art. 18.º — 1. O Instituto goza de autonomia administrativa e tem um conselho administrativo, constituído pelo presidente, pelo secretário e pelo secretário-adjunto.

2. O conselho administrativo reunirá, ordinariamente, duas vezes por mês e, extraordinariamente, sempre que o presidente do Instituto o convocar.

3. Quando o presidente assim o determinar, participará nas sessões do conselho outro ou outros funcionários do Instituto, mas sem voto.

Art. 19.º — 1. O Instituto depositará na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência todas as importâncias em dinheiro que receber, provenham do Estado ou de outra origem, e fará por meio de cheques todos os pagamentos que tenha de efectuar.

2. Os depósitos a que se refere o número anterior serão sempre feitos em nome do Instituto de Alta Cultura e a sua movimentação continuará isenta de imposto do selo e de prémio de transferência.

SECÇÃO IV

Pessoal do Instituto

Art. 20.º — 1. O quadro do pessoal do Instituto de Alta Cultura continua integrado, para todos os efeitos legais, no quadro da Secretaria-Geral do Ministério da Educação Nacional, constante do mapa 1 anexo ao Decreto-Lei n.º 30 411, de 12 de Julho de 1947, e é constituído da seguinte forma:

a) Pessoal administrativo:

- 1 secretário;
- 1 secretário-adjunto;
- 1 chefe de secção;
- 1 primeiro-oficial;
- 4 segundos-oficiais;
- 6 terceiros-oficiais;
- 3 aspirantes;
- 4 dactilógrafos.

b) Pessoal menor:

- 1 contínuo de 2.ª classe;
- 2 serventes.

2. No lugar de chefe de secção, correspondente ao anterior lugar de chefe de secretaria, será colocado o actual titular, com dispensa de quaisquer formalidades.

Art. 21.º O chefe de secção é livremente nomeado pelo Ministro de entre diplomados com um curso superior ou de entre funcionários do Ministério com categoria igual ou superior à de primeiro-oficial e competente para conduzir o secretário-adjunto no que por este for determinado, designadamente na recolha e ordenação dos elementos necessários à publicação do *Anuário* do Instituto.

Art. 22.º O primeiro-oficial tem a seu cargo a organização e execução dos serviços de contabilidade e é o responsável imediato pela observância do disposto no art. 1.º do Decreto-Lei n.º 34 332, de 27 de Dezembro de 1911.

Art. 23.º As funções de tesoureiro são exercidas cumulado pelo segundo-oficial que o Ministro da Educação Nacional designe para o efeito, sobre proposta do Chefe Superior, pertencendo-lhe o abono legal para

Art. 24.º O serviço de correspondência em línguas estrangeiras, em regime de prestação eventual, por pessoa ou pessoas de especial com-

petência, da escolha do secretário, homologada pelo Ministro da Educação Nacional, e remunerado nos termos estabelecidos em despacho do Ministro, sobre proposta do secretário.

Art. 25.º Os leitores, bolseiros ou comissionados do Instituto de Alta Cultura que forem funcionários públicos conservam os seus vencimentos, pagos pelos respectivos serviços, e, bem assim, as regalias inerentes aos seus cargos, incluindo, se tiverem boa informação do Instituto, a contagem de tempo para efeito de diuturnidades.

SECÇÃO V

Disposições diversas

Art. 26.º — 1. Dentro do prazo de 90 dias, a contar da publicação deste decreto-lei, o Instituto de Alta Cultura elaborará e submeterá a aprovação ministerial o regulamento ou regulamentos necessários à sua inteira execução.

2. Enquanto não forem publicados esses regulamentos, continuará em vigor, na parte aplicável, a legislação anterior que não contrarie o espírito do presente diploma.

3. Fica revogado o Decreto-Lei n.º 38 680, de 17 de Março de 1952, salvas as disposições transitórias dos seus artigos 27.º e 32.º, na medida em que ainda forem aplicáveis.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Pagos do Governo da República, 16 de Novembro de 1964. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — António de Oliveira Salazar — José Gonçalo da Cunha Sottomayor Correia de Oliveira — Manuel Gomes de Araújo — Alfredo Rodrigues dos Santos Júnior — João de Matos Antunes Varla — António Manuel Pinto Barbosa — Joaquim da Luz Cunha — Fernando Quintanilha Mendonça Dias — Alberto Marciano Gorjão Franco Nogueira — Eduardo de Arantes e Oliveira — António Augusto Peizoto Correia — Inocêncio Galvão Teles — Luís Maria Teixeira Pinto — Carlos Gomes da Silva Ribeiro — José João Gonçalves de Proença — Francisco Pereira Neto de Carvalho.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA

Direcção-Geral dos Serviços Pecuários

Gabinete do Director-Geral

Despacho

A peste suína africana (virose L), que grassa em certas zonas do País desde 1960, tem apresentado ultimamente aspectos distintos dos observados no início do seu desenvolvimento.

Uma série de perturbações da vacinação específica, praticada em larga escala durante o ano de 1962, conferiram à epizootia aspectos que não se verificaram na fase experimental.

Apesar de não haver ainda conhecimento do intimismo causal de tais anormalidades, observadas dentro do período habitual de imunidade, a sua incidência é prejudicial para a eploração pecuária, pelo que urge tomar disposições no sentido de a Direcção-Geral dos Serviços Pecuários ficar habilitada a intervir, procurando limitar as intercorrências de vacinação.

B7

Decreto-Lei nº 50/80 de 22 de Março de 1980

Diário da República, 1ª Série, n.º 69, de 22 de Março de 1980

mento e os fins tidos em vista na execução da medida privativa de liberdade, bem como a reclusos que sejam declarados responsáveis, nomeadamente por:

- a)
- b)
- c)
- d)
- e)
- f)
- g)
- h)
- i)
- j)
- k)
- l)
- m)
- n)
- o)
- p) Contratos não autorizados pelo director com outros reclusos, funcionários ou pessoas estranhas ao estabelecimento;
- q) Evasão;
- r) Factos previstos na lei como crime.

Artigo 136.º

Competência em matéria disciplinar

A aplicação das medidas disciplinares aos reclusos é da competência do director do estabelecimento.

Artigo 144.º

Efeito do recurso

O recurso tem efeito suspensivo a partir do 8.º dia, se até lá não for apreciado.

Artigo 173.º

Direcção dos anexos psiquiátricos

Os anexos psiquiátricos são dirigidos clinicamente pelos institutos de criminologia, através da 2.ª secção.

Artigo 174.º

Autorização de internamento

1 — Os internamentos nos anexos psiquiátricos são decididos pela Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, tratando-se de reclusos de outros estabelecimentos.

2 — Podem os institutos de criminologia solicitar o internamento do recluso que reputem ser conveniente estudar em anexos psiquiátricos.

Artigo 183.º

Competência dos directores dos estabelecimentos centrais e especiais

- 1 —
- 2 —
- a)
- b)
- c)

- d)
- e)
- f) Exercer o poder disciplinar que legalmente lhes competir, relativamente a funcionários.
- g)

Artigo 199.º

Conselhos de assessores

- 1 —
- 2 —
- 3 —
- 4 —
- 5 — A constituição dos conselhos é aprovada pelo director-geral dos Serviços Prisionais, sob proposta do director do estabelecimento.

Artigo 210.º

Regime de execução da prisão preventiva

- 1 —
- 2 —
- a)
- b)
- c) Que se mostrem inadaptados à vida em comum com outros detidos ou que, pelo seu passado criminal, se presumam especialmente perigosos;
- d)
- 3 —
- 4 —
- 5 —

Art. 8.º É acrescentado ao Decreto-Lei n.º 265/79, de 1 de Agosto, o artigo 216.º-A, com a seguinte redacção:

Artigo 216.º-A

Ao internamento em prisão preventiva são aplicáveis as normas relativas ao regime das penas privativas da liberdade, na medida em que a lei não dispuser em contrário.

Art. 9.º O presente diploma entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 28 de Fevereiro de 1980. — *Francisco Sá Carneiro* — *Mário Ferreira Bastos Raposo*.

Promulgado em 12 de Março de 1980.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Decreto-Lei n.º 50/80
de 22 de Março

O Instituto de Cultura Portuguesa (Icap), criado pelo Decreto-Lei n.º 541/76, de 9 de Julho, por transformação do Instituto de Alta Cultura, tem como

principal atribuição a difusão da língua e cultura portuguesas nas Universidades e instituições congéneres estrangeiras. Estas atribuições situam-se mais correctamente no âmbito do Ministério da Educação e Ciência do que no da Secretaria de Estado da Cultura, pelo que urge fazer regressar o Icap àquele Ministério, donde saiu por força do Decreto n.º 7/79, de 27 de Janeiro.

O ensino de Português no estrangeiro reveste-se de características específicas, tornando-se necessário que as acções nesse domínio obedeçam a um planeamento global comum, exigido por uma eficaz coordenação e desejável racionalização dos meios humanos e materiais existentes. Impõe-se, por isso, concentrá-lo num só organismo central no âmbito do Ministério da Educação e Ciência. Por essa razão, são transferidos para o Icap os serviços de ensino de Português no estrangeiro, até agora dependentes das Direcções-Gerais dos Ensinos Básico e Secundário.

Assim:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º — 1 — O Instituto de Cultura Portuguesa (Icap) deixa de depender da Secretaria de Estado da Cultura e é reintegrado no Ministério da Educação e Ciência, passando a denominar-se Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

2 — Aos quadros únicos do pessoal daquele Ministério devem ser acrescidos os lugares correspondentes, constantes do quadro anexo ao Decreto n.º 19/78, de 10 de Fevereiro.

Art. 2.º As atribuições relacionadas com o ensino português no estrangeiro a nível dos ensinos básico e secundário, previstas nos Decretos-Leis n.ºs 44/73 e 45/73, de 12 de Fevereiro, passarão a competir ao Icap.

Art. 3.º O pessoal que, a qualquer título, se encontra colocado no serviço previsto no n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 44/73, de 12 de Fevereiro, e no Serviço de Ensino Básico Português no Estrangeiro referido no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 45/73, de 12 de Fevereiro, ficará em regime de deslucamento no Icap até à sua reestruturação.

Art. 4.º O pessoal mencionado no artigo anterior será distribuído pelos serviços mediante despacho do Ministro da Educação e Ciência.

Art. 5.º É transferido para o Icap o equipamento que à data da entrada em vigor do presente diploma esteja afecto aos serviços previstos no n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 44/73 e no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 45/73.

Art. 6.º Transitam para o orçamento privativo do Icap todas as verbas inscritas no Ministério da Educação e Ciência destinadas aos ensinos básico e secundário português no estrangeiro.

Art. 7.º No prazo de trinta dias, a contar da data da publicação do presente decreto-lei, será publicado o diploma relativo à reestruturação do Icap.

Art. 8.º Fica revogado o Decreto-Lei n.º 541/79, de 31 de Dezembro.

Art. 9.º As dúvidas suscitadas pela execução do presente decreto-lei serão resolvidas por despacho do Ministro da Educação e Ciência.

Art. 10.º O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 21 de Fevereiro de 1980. — *Francisco Sá Carneiro* — *Vitor Pereira Crespo*.

Promulgado em 5 de Março de 1980.

Publique-se.

O Presidente da República, *ANTÓNIO RAMALHO EANES*.

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

ASSEMBLEIA REGIONAL

Decreto Regional n.º 4/80/A

Medidas sobre juros bonificados para reconstrução

O terramoto que no dia 1 de Janeiro do corrente ano atingiu as ilhas Terceira, Graciosa e S. Jorge causou elevados prejuízos que determinam, em nome dos princípios de solidariedade social, medidas de carácter excepcional destinadas à recuperação dos danos sofridos.

O Governo Regional acordou com o Governo da República providências de financiamento às entidades particulares afectadas pelo sinistro em condições especiais de prazo de reembolso — nalguns casos estendido até trinta anos — e taxas de juro bonificadas.

Importa agora estabelecer em decreto regional não só algumas disposições regulamentadoras do Decreto-Lei n.º 30/80, de 1 de Março, como as linhas básicas para uma justa distribuição das bonificações estabelecidas ou a estabelecer pelo Governo Regional no que concerne ao gravíssimo problema da habitação.

Assim:

A Assembleia Regional dos Açores decreta, nos termos do artigo 229.º, alíneas a) e b), da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º Este diploma destina-se a estabelecer princípios e regulamentações sobre financiamentos bonificados para reconstrução e aquisição de habitação nas zonas da região afectadas pelo sismo de 1 de Janeiro de 1980.

Art. 2.º — 1 — Podem beneficiar dos financiamentos bonificados referidos no artigo 1.º os proprietários de imóveis ou arrendatários com classificação de desalojados certificada pelo Governo Regional.

2 — Para os efeitos do número anterior, consideram-se:

a) Proprietários:

Os titulares de qualquer direito real de gozo sobre os imóveis sinistrados, incluindo os casos de comunhão ou de co-titularidade de herança indivisa e excluindo a servidão;

Os possuidores, em nome próprio, de qualquer daqueles direitos reais;

Os arrendatários do imóvel sinistrado que, não sendo desalojados do mesmo, pretenderem apenas, nos termos do

B8

Decreto-Lei n.º 135/92 de 15 de Julho de 1992

Diário da República, 1ª Série A, n.º161, de 15 de Julho de 1992

de regulamentação colectiva que vincula a entidade empregadora cedente, salvo se tiver sido substituído por outro;

- d) Possibilidade de denúncia, a todo o tempo, de convenções colectivas quando as partes outorgantes pretenderem substituir a convenção colectiva aplicável, em caso de cessão total ou parcial de empresas, ou quando acordarem no princípio da negociação simultânea da redução da duração e da adaptação da organização do tempo de trabalho;
- e) Admissibilidade do depósito de convenção colectiva ou de decisão arbitral antes de decorrido o prazo mínimo legal obrigatório, nos casos referidos na alínea anterior;
- f) Simplificação do processo de emissão de portarias de extensão, prevendo-se que sejam emitidas pelo Ministro do Emprego e da Segurança Social e, nos casos em que a oposição dos interessados se fundamente em motivos de ordem económica, por portaria conjunta do mesmo Ministro e do ministro responsável pelo sector de actividade;
- g) Previsão de que as conciliações efectuadas pelos serviços competentes do Ministério do Emprego e da Segurança Social se possam traduzir na formulação de propostas que visem a solução dos diferendos;
- h) Adequação do regime da decisão arbitral ao disposto no artigo 23.º da Lei n.º 31/86, de 29 de Agosto;
- i) Instituição de um sistema de arbitragem obrigatória quando, tendo-se frustrado a conciliação ou a mediação, as partes não acordem, no prazo de dois meses a contar do termo daqueles processos, em submeter o conflito a arbitragem voluntária;
- j) Possibilidade de a arbitragem obrigatória ser determinada por despacho do Ministro do Emprego e da Segurança Social mediante requerimento de qualquer das partes ou recomendação do Conselho Económico e Social, dispondo-se ainda que nos casos de empresas públicas ou de capitais exclusivamente públicos a arbitragem obrigatória só possa ser determinada mediante recomendação do Conselho Económico e Social;
- l) Estabelecimento das regras processuais relativas à nomeação dos árbitros, prevendo-se que a falta de designação pelas partes ou a falta de acordo quanto à nomeação do terceiro árbitro sejam supridas, em sede do Conselho Económico e Social, por via de sorteio de entre árbitros constantes de uma lista acordada pelas partes;
- m) Revogação dos preceitos do regime jurídico vigente relativos à possibilidade de determinação da autonomização do processo de negociação quanto às empresas públicas e de capitais exclusivamente públicos, bem como dos que se referem à exigência de autorização ou aprovação tutelar como requisito do depósito de convenções colectivas celebradas por essas empresas;
- n) Revogação do Decreto-Lei n.º 380/78, de 5 de Dezembro, do Decreto-Lei n.º 505/74, de 1 de Outubro, da Resolução do Conselho de Mi-

nistros n.º 163/80, de 9 de Maio, e dos n.ºs 3, 7 e 8 do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro.

Art. 3.º A presente autorização legislativa tem a duração de 90 dias.

Aprovada em 7 de Maio de 1992.

O Presidente da Assembleia da República, *António Moreira Barbosa de Melo*.

Promulgada em 17 de Junho de 1992.

Publique-se.

O Presidente da República, *MÁRIO SOARES*.

Referendada em 23 de Junho de 1992.

O Primeiro-Ministro, *António António Cavaco Silva*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Decreto-Lei n.º 135/92

de 15 de Julho

O quadro das relações culturais internacionais sofreu mutações que não podem deixar de ser devidamente consideradas, entre elas avultando o renovado relacionamento de Portugal com os países de língua portuguesa, a integração de Portugal nas Comunidades Europeias e o crescente peso do português entre os idiomas mais falados, num processo em contínua expansão.

Foi esta situação que levou à criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, entre outros instrumentos escolhidos pelos sete Estados lusófonos em ordem à preservação, enriquecimento e divulgação da língua portuguesa.

Neste contexto histórico e cultural é igualmente criado o Instituto Camões. Pretende-se com este instituto público, e sem prejuízo dos objectivos específicos do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, reunir um vasto leque de funções hoje dispersas por várias estruturas e departamentos ministeriais, protagonizando ao mesmo tempo uma resposta integrada e moderna aos imperativos de defesa da língua e valorização da cultura portuguesas.

Entre as principais inovações do presente modelo institucional são de salientar a íntima cooperação entre os departamentos governamentais responsáveis pelos negócios estrangeiros, educação e cultura e a forte aposta na descentralização de funções e actividades, através da previsão de institutos e centros portugueses sediados no estrangeiro, dotados de ampla autonomia e capazes de gerar receitas próprias, embora sujeitos à definição programática e coordenação do Instituto Camões.

Merecem, igualmente, referência a possibilidade de os institutos e centros portugueses no estrangeiro poderem certificar ou reconhecer acções de ensino ou difusão da língua e cultura portuguesas, a absorção pelos futuros institutos e centros portugueses da competência, no respectivo Estado, para orientação do ensino da língua, incluindo os níveis de ensino básico e secundário, tradicionalmente a cargo de serviços de coordenação autónomos, e ainda a previsão de estatutos do professor e do leitor de língua e cultura portuguesas no estrangeiro.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I

Natureza e atribuições

Artigo 1.º

Natureza

1 — É criado o Instituto Camões, adiante designado por Instituto.

2 — O Instituto sucede nos direitos e obrigações do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP), que fica extinto a partir da entrada em vigor do presente diploma, revestindo a mesma natureza jurídica e regime de autonomias.

Artigo 2.º

Tutela

1 — No desempenho da sua actividade, o Instituto está sujeito à tutela científica, pedagógica, funcional e patrimonial do Ministro da Educação, que compreende, nomeadamente:

- a) A determinação das linhas de orientação e os domínios prioritários da sua actuação;
- b) A aprovação dos planos financeiros do Instituto e das propostas de orçamento dependentes do Orçamento do Estado;
- c) A apreciação dos projectos de orçamento plurianuais e dos planos de desenvolvimento a médio prazo;
- d) A aprovação do relatório de actividades e do balanço dos anos económicos findos;
- e) O exercício dos poderes de supervisão e inspecção;
- f) A apreciação e decisão dos recursos cuja interposição esteja prevista em disposição legal expressa.

2 — A competência a que se refere a alínea a) do número anterior é exercida em articulação com o Ministro dos Negócios Estrangeiros e com o membro do Governo responsável pela área da cultura.

Artigo 3.º

Atribuições

1 — O Instituto tem como atribuição fundamental a promoção e fomento do ensino e difusão da língua e cultura portuguesas, tanto no âmbito das instituições de ensino como noutras instâncias vocacionadas para o diálogo intercultural, para a expansão e defesa do idioma português e para a valorização da presença portuguesa no mundo.

2 — O Instituto prossegue, especialmente, as seguintes atribuições:

- a) Promoção, em colaboração com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e com o departa-

mento governamental responsável pela área da cultura, da criação de institutos e centros portugueses, professorados e leitorados no estrangeiro e coordenação das suas actividades;

- b) Certificação e acompanhamento da actividade de institutos ou centros sediados no estrangeiro e que aí prossigam as atribuições referidas no número anterior;
- c) Promoção e apoio do ensino básico e do ensino secundário português no estrangeiro;
- d) Apoio à difusão e aprendizagem da língua e cultura portuguesas, designadamente através da concessão de bolsas e de outros apoios à realização de estudos para estrangeiros em Portugal;
- e) Apoio às acções que contribuam para a difusão da língua e cultura portuguesas;
- f) Apoio a actividades de índole cultural junto das comunidades portuguesas no estrangeiro;
- g) Desenvolvimento das acções que considere relevantes para estimular o interesse dos jovens pela língua e cultura portuguesas;
- h) Promoção do português como língua de comunicação internacional;
- i) Fomento da elaboração e edição de textos de difusão da cultura e língua portuguesas no estrangeiro;
- j) Avaliação regular das actividades desenvolvidas com o seu apoio, condicionando a continuação e o volume dos financiamentos ao resultado dessa avaliação;
- k) Participação, como membro, nas actividades de organizações nacionais, estrangeiras ou internacionais que se dediquem a objectivos coincidentes com as suas atribuições e nelas desempenhem os cargos para que for designado.

CAPÍTULO II

Órgãos, serviços e suas competências

SECÇÃO I

Órgãos

Artigo 4.º

Enumeração

São órgãos do Instituto:

- a) O presidente;
- b) O conselho geral;
- c) O conselho administrativo.

Artigo 5.º

Competência do presidente

1 — Compete ao presidente dirigir superiormente o Instituto, orientar e coordenar as suas actividades imprimindo-lhes unidade, continuidade e eficiência, e designadamente:

- a) Representar o Instituto em juízo e fora dele;
- b) Convocar o conselho geral e o conselho administrativo e presidir às suas reuniões;

- c) Exercer as demais competências legalmente conferidas aos directores-gerais.

— O presidente é coadjuvado por um vice-presidente, que o substitui nas suas faltas e impedimentos, e por um secretário executivo.

— O secretário executivo desempenha, sob a orientação do presidente, funções de coordenação dos serviços e de articulação destes com os órgãos do Instituto.

Artigo 6.º

Composição do conselho geral

1 — O conselho geral é constituído:

- a) Pelo presidente;
- b) Pelo vice-presidente;
- c) Por dois representantes do Ministro dos Negócios Estrangeiros;
- d) Por dois representantes do Ministro da Educação;
- e) Por um representante do membro do Governo responsável pela área da cultura;
- f) Por um máximo de três individualidades nomeadas pelo Ministro da educação, ouvido o presidente.

— O secretário executivo assiste às reuniões do conselho geral, sem direito a voto, cabendo-lhe elaborar as respectivas actas.

Artigo 7.º

Competência do conselho geral

Compete ao conselho geral:

- a) Pronunciar-se sobre as linhas de orientação e os domínios prioritários das actividades do Instituto, de harmonia com a política que tiver sido superiormente definida;
- b) Apreciar o relatório anual de actividades do Instituto;
- c) Propor iniciativas que considere adequadas para a prossecução das atribuições do Instituto;
- d) Pronunciar-se sobre quaisquer outros assuntos que lhe sejam presentes pelo presidente.

Artigo 8.º

Funcionamento do conselho geral

— O conselho geral reúne ordinariamente duas vezes por ano e extraordinariamente sempre que convocado pelo presidente, por sua iniciativa ou a pedido de dois terços dos seus membros em efectividade de funções.

— As deliberações do conselho geral são tomadas por maioria dos membros presentes, dispondo o presidente o voto de qualidade.

Artigo 9.º

Composição do conselho administrativo

1 — O conselho administrativo é o órgão deliberativo em matéria de gestão financeira e patrimonial do Instituto.

2 — O conselho administrativo é constituído:

- a) Pelo presidente;
- b) Pelo secretário executivo;
- c) Pelo director de Serviços Administrativos e Financeiros.

Artigo 10.º

Competência do conselho administrativo

Compete ao conselho administrativo:

- a) Submeter a aprovação superior o plano financeiro a médio prazo;
- b) Promover a elaboração dos projectos de orçamento do Instituto;
- c) Promover a arrecadação de receitas e a sua entrega nos cofres do Estado, a título de consignação;
- d) Administrar as dotações inscritas nos orçamentos e autorizar as despesas, verificar e visar o seu processamento;
- e) Ordenar o depósito dos fundos levantados do Tesouro;
- f) Autorizar o pagamento de subsídios, bolsas e outras formas de apoio financeiro a conceder pelo Instituto;
- g) Autorizar a transferência de verbas, nos orçamentos do Instituto entre todas as rubricas, salvo as de pessoal dos quadros aprovados por lei;
- h) Autorizar reforços das verbas inscritas nos orçamentos do Instituto por contrapartida de outras verbas disponíveis, salvo quando destinadas a pessoal dos quadros aprovados por lei;
- i) Aprovar as contas de gerência a submeter a julgamento do Tribunal de Contas, nos termos legais;
- j) Proceder à verificação regular dos fundos em cofre e em depósito e fiscalizar a escrituração da contabilidade;
- k) Apreciar as contas dos organismos dependentes do Instituto;
- l) Promover, nos termos legais, a venda em hasta pública de material considerado inservível ou dispensável;
- m) Promover a organização e actualização do cadastro dos bens do Instituto e determinar a elaboração do inventário nos termos legais;
- n) Adjudicar e contratar estudos, obras, trabalhos, serviços, fornecimentos de material e equipamento e o mais que se mostre necessário ao funcionamento dos serviços;
- o) Autorizar o pagamento de quotizações a organismos internacionais;
- p) Acompanhar a gestão financeira e patrimonial dos institutos e centros portugueses no estrangeiro;
- q) Pronunciar-se sobre qualquer outro assunto que lhe seja apresentado pelo presidente.

Artigo 11.º

Funcionamento do conselho administrativo

1 — O conselho administrativo reúne ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que

convocado pelo presidente, por sua iniciativa ou a solicitação da maioria dos restantes membros.

2 — Os membros do conselho administrativo são solidariamente responsáveis pelas deliberações tomadas, salvo se fizerem exarar em acta a sua discordância.

3 — O presidente dispõe de voto de qualidade em caso de empate.

4 — As reuniões do conselho administrativo são secretariadas por um funcionário do Instituto, a designar pelo conselho, que elabora as respectivas actas.

5 — Podem participar nas reuniões do conselho administrativo, sem direito de voto, os funcionários cuja presença se mostre aconselhável face aos assuntos a tratar, desde que convocados pelo presidente.

SECÇÃO II

Serviços

Artigo 12.º

Enumeração

1 — O Instituto compreende os seguintes serviços:

- a) A Direcção de Serviços de Difusão da Língua e Cultura Portuguesas;
- b) A Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros.

2 — As normas relativas à organização e competências dos serviços são fixadas por decreto regulamentar.

CAPÍTULO III

Institutos e centros portugueses no estrangeiro

Artigo 13.º

Caracterização

1 — Os institutos e centros portugueses sediados no estrangeiro são pessoas colectivas dotadas de autonomia administrativa e financeira, com património próprio e sujeitas à superintendência do Instituto nos termos definidos pelo presente diploma.

2 — Os responsáveis máximos dos institutos e centros portugueses no estrangeiro são designados por despacho conjunto dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Educação, ouvido o presidente do Instituto.

Artigo 14.º

Atribuições dos Institutos e centros portugueses

Os institutos e centros portugueses prosseguem, fundamentalmente, as atribuições seguintes:

- a) Assegurar, nos termos da legislação em vigor, a realização de cursos de língua portuguesa para estrangeiros ou nacionais residentes no estrangeiro e seus descendentes;
- b) Executar e promover acções de divulgação da língua e cultura portuguesas;
- c) Certificar ou reconhecer acções de ensino ou difusão da língua e cultura portuguesas, de iniciativa pública ou privada;

d) Propor o estabelecimento de negociações relativas à integração do ensino da língua e cultura portuguesas nos vários níveis e ciclos de ensino do sistema educativo dos Estados onde estejam sediados;

e) Apoiar, em termos pedagógicos e logísticos, bem como através da formação de docentes dos ensinos básico e secundário, os cursos integrados nos sistemas de ensino do Estado ou área geográfica determinada em que actuem.

Artigo 15.º

Coordenação dos institutos e centros portugueses

1 — As actividades dos institutos e centros portugueses são coordenadas pelo Instituto Camões.

2 — No âmbito da coordenação referida no número anterior cabe ao Instituto Camões:

- a) Definir as linhas de orientação e as áreas prioritárias de intervenção dos institutos e centros portugueses;
- b) Apreciar os planos de desenvolvimento e aprovar o plano anual de actividades;
- c) Aprovar o balanço e o relatório de actividades dos anos económicos findos;
- d) Superintender na contratação e na formação do pessoal dos institutos e centros portugueses, bem como, por seu intermédio, acompanhar e superintender no desempenho das funções dos professores, leitores e outros docentes colocados na sua área;
- e) Exercer os poderes de supervisão e inspecção nos termos legais.

3 — As actividades dos institutos e centros portugueses sediados no estrangeiro ficam sujeitas à superintendência do chefe de missão diplomática em cada Estado, para efeitos de coordenação geral da política externa do Estado Português na área correspondente.

Artigo 16.º

Professores e leitores de língua e cultura portuguesas

1 — O estatuto do professor e do leitor no estrangeiro regulará a selecção e recrutamento dos professores e leitores de língua e cultura portuguesas em instituições de ensino superior no estrangeiro, fixando as condições em que estes podem assegurar as funções de conselheiros ou adidos culturais.

2 — O estatuto referido no número anterior e o regime de exercício no estrangeiro da prestação de serviço docente de ensino português, aos níveis básico e secundário, são objecto de decreto-lei.

CAPÍTULO IV

Gestão financeira e patrimonial

Artigo 17.º

Princípios de gestão

1 — Na gestão financeira e patrimonial, o Instituto observa o disposto neste diploma e as demais normas legais aplicáveis.

2 — É vedado ao Instituto contrair empréstimos.

Artigo 18.º

Instrumentos de previsão

1 — A gestão económica e financeira do Instituto é disciplinada pelos seguintes instrumentos de previsão:

- a) Planos de actividade e financeiros, anuais e plurianuais;
- b) Orçamentos privativos anuais e suas actualizações.

2 — Os planos financeiros devem prever, em relação ao prazo adoptado, a evolução das receitas, os investimentos previstos e as fontes de financiamento a ser utilizadas.

Artigo 19.º

Receitas

Constituem receitas do Instituto:

- a) As quantias cobradas por actividades ou serviços prestados pelo Instituto;
- b) As dotações que lhe forem atribuídas no Orçamento do Estado;
- c) Os subsídios, subvenções, participações, quotizações, doações, heranças, legados e quaisquer liberalidades feitas a seu favor por entidades públicas ou privadas, aceites nos termos legais;
- d) Os rendimentos dos bens que possuir, a qualquer título;
- e) O produto da venda de material inservível ou da alienação de elementos patrimoniais;
- f) Quaisquer outras receitas que lhe sejam atribuídas por lei, contrato ou outro título.

Artigo 20.º

Relações financeiras entre o Instituto e os organismos dele dependentes

Podem ser celebrados contratos-programa de desenvolvimento entre o Instituto e os institutos e centros portugueses no estrangeiro, com base em programas anuais ou plurianuais de actividades.

Artigo 21.º

Despesas

Consideram-se despesas do Instituto as que resultam da prossecução das suas atribuições, nos termos definidos pelo presente diploma.

Artigo 22.º

Contabilidade

A contabilidade do Instituto deve responder às necessidades da sua gestão e permitir um controlo orçamental permanente, bem como a fácil verificação da correspondência entre os valores patrimoniais e finan-

ceiros e os respectivos elementos contabilísticos, nos termos da lei de bases da contabilidade pública.

CAPÍTULO V

Pessoal

Artigo 23.º

Quadro de afectação

1 — O quadro de afectação do Instituto, a integrar por pessoal do quadro único do Ministério da Educação, é fixado por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da Educação.

2 — Com a entrada em vigor do presente diploma, o pessoal integrado no quadro de afectação do ICALP regressa ao serviço de origem, podendo ser integrado no quadro de efectivos interdepartamentais do Ministério da Educação, verificados os pressupostos e observado o processo definidos na lei.

3 — O pessoal do Instituto é distribuído pelos respectivos serviços mediante despacho do presidente.

Artigo 24.º

Pessoal dirigente

1 — Os cargos de presidente e de vice-presidente são equiparados a director-geral e a subdirector-geral, respectivamente.

2 — O cargo de secretário executivo é equiparado a subdirector-geral.

3 — O vice-presidente e o secretário executivo são nomeados nos termos da lei geral, ouvidos o Ministro dos Negócios Estrangeiros e o membro do Governo responsável pela área da cultura.

4 — Quando a escolha recair em professores catedráticos de nomeação definitiva das universidades portuguesas ou em investigadores-coordenadores, os titulares dos cargos de presidente e de vice-presidente são equiparados, para efeitos de remuneração, aos de reitor e vice-reitor das universidades portuguesas, respectivamente.

5 — Os titulares de cargos de presidente e de vice-presidente são equiparados, para efeitos de representação, aos de reitor e vice-reitor das universidades portuguesas, respectivamente.

6 — O pessoal dirigente é nomeado em comissão de serviço, nos termos da lei geral.

Artigo 25.º

Disposições especiais relativas aos membros do conselho geral

1 — O mandato dos membros do conselho geral referidos na alínea f) do n.º 1 do artigo 6.º tem a duração de três anos, podendo ser renovado.

2 — Os membros do conselho geral têm direito ao abono de ajudas de custo e de outros abonos devidos a deslocações em serviço, nos termos da lei geral.

CAPÍTULO VI

Disposições finais e transitórias

Artigo 26.º

Superintendência sobre o ensino português,
básico e secundário, no estrangeiro

Até à criação em certo Estado de institutos ou centros portugueses, nos termos fixados no artigo 13.º, a competência para superintender no ensino português, aos níveis básico e secundário, nesse Estado é exercida pela Direcção-Geral de Extensão Educativa.

Artigo 27.º

Extinção de serviços

A entrada em vigor do presente diploma e a criação dos institutos e centros portugueses no estrangeiro, nos termos do disposto no artigo 13.º, determinam a extinção gradual dos serviços da Direcção-Geral de Extensão Educativa, do Ministério da Educação, da Di-

recção de Serviços das Relações Culturais Bilaterais, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e do Gabinete das Relações Internacionais, da Secretaria de Estado da Cultura, com competências similares às agora cedidas ao Instituto.

Artigo 28.º

Legislação revogada

São revogados os Decretos-Leis n.ºs 613/73, de 11 de Novembro, e 50/80, de 26 de Março.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros a 15 de Dezembro de 1991. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Jorge Braga de Macedo* — *João de Deus Figueiredo* — *Salvador Pinheiro* — *Diamantino Freitas* — *Guilherme Durão*.

Promulgado em 2 de Abril de 1992.

Publique-se.

O Presidente da República, *MÁRIO SOARES*

Referendado em 8 de Abril de 1992.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8814/85

ISSN 0870-9963

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



PORTE
PAGO

1 — Preço de página para venda avulso, 65\$ + IVA, preço por linha de anúncio, 178\$ + IVA.

2 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias a data da sua publicação.

PREÇO DESTES NÚMEROS 101\$00 (IVA INCLUIDO)

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República» deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, L. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex.

B9

Decreto-Lei n.º 48/94 de 24 de Fevereiro de 1994

Diário da República, 1ª Série A, n.º 46, de 24 de Fevereiro de 1994

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**Decreto-Lei n.º 48/94****de 24 de Fevereiro**

A actual Lei Orgânica do Ministério dos Negócios Estrangeiros foi aprovada em 1985. De então para cá verificou-se um progressivo aprofundamento da participação portuguesa nas relações internacionais no quadro bilateral, multilateral e comunitário, antevendo-se desafios acrescidos no âmbito da política externa e de segurança comum europeia.

Importa, portanto, dotar o Ministério dos Negócios Estrangeiros de uma lei orgânica que contribua para que Portugal possa reforçar a projecção da sua imagem e afirmar a sua presença no quadro internacional.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I**Natureza e atribuições****Artigo 1.º****Natureza**

O Ministério dos Negócios Estrangeiros é o departamento do Governo ao qual incumbe a formulação, a coordenação e a execução da política externa de Portugal.

Artigo 2.º**Atribuições**

As atribuições do Ministério dos Negócios Estrangeiros prosseguem-se nas seguintes áreas:

- a) Política internacional;
- b) Promoção e defesa dos interesses portugueses no exterior;
- c) Participação de Portugal no processo de construção europeia;
- d) Protecção dos cidadãos portugueses no estrangeiro;
- e) Condução das negociações internacionais e responsabilidade pelo processo visando a vinculação internacional do Estado, sem prejuízo das competências atribuídas a outros órgãos do Estado;
- f) Representação nacional junto de outros Estados e organizações internacionais;
- g) Cooperação para o desenvolvimento.

CAPÍTULO II**Órgãos e serviços****Artigo 3.º****Serviços e órgãos de apoio**

1 — O Ministério dos Negócios Estrangeiros compreende os seguintes serviços internos:

- a) A Secretaria-Geral;
- b) A Direcção-Geral de Política Externa;

- c) A Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários;
- d) A Direcção-Geral das Relações Bilaterais;
- e) A Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais;
- f) A Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas;
- g) O Instituto Diplomático.

2 — Junto do Ministro dos Negócios Estrangeiros funcionam, ainda, a Inspeção Diplomática e Consular, o Departamento de Assuntos Jurídicos e o Gabinete de Informação e Imprensa.

3 — São órgãos de apoio do Ministro dos Negócios Estrangeiros:

- a) A Comissão Interministerial para os Assuntos Comunitários;
- b) A Comissão Interministerial para a Cooperação;
- c) A Comissão Interministerial para as Migrações e Comunidades Portuguesas;
- d) O Conselho das Comunidades Portuguesas.

4 — Podem ainda funcionar no âmbito do Ministério dos Negócios Estrangeiros, nos termos previstos em diploma próprio, os organismos ou comissões cujas atribuições e competências se enquadrem nos domínios de actuação do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

5 — As atribuições do Ministério são prosseguidas no estrangeiro pelos seguintes serviços externos:

- a) As missões diplomáticas;
- b) As representações permanentes;
- c) Os postos consulares;
- d) As missões temporárias.

Artigo 4.º**Organismos autónomos**

1 — Sob a superintendência do Ministro dos Negócios Estrangeiros funcionam o Instituto da Cooperação Portuguesa e o Instituto Camões, pessoas colectivas públicas autónomas cujas atribuições e competências dos seus órgãos são fixadas nos respectivos diplomas orgânicos.

2 — Junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros existe o Fundo para a Cooperação Económica, entidade com a natureza de fundo público, dependente dos Ministros das Finanças e dos Negócios Estrangeiros e cujas atribuições e competências dos seus órgãos são definidas em diploma próprio.

3 — Junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros existe ainda o Fundo para as Relações Internacionais, entidade com a natureza de fundo público, sujeita à superintendência do Ministro dos Negócios Estrangeiros e cujas atribuições e competências dos seus órgãos são definidas em diploma próprio.

Artigo 5.º**Secretaria-Geral**

1 — A Secretaria-Geral é o serviço responsável por assegurar e coordenar a administração do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

2 — A Secretaria-Geral é dirigida pelo secretário-geral, que é o mais alto funcionário da hierarquia do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

3 — Integrando a Secretaria-Geral e na dependência directa do secretário-geral, existe o Departamento Geral de Administração, ao qual compete assegurar a gestão administrativa e dos recursos humanos, financeiros e patrimoniais do Ministério dos Negócios Estrangeiros, sem prejuízo das competências atribuídas a outros serviços e, em particular, ao secretário-geral.

4 — O Departamento Geral de Administração é dirigido por um director, equiparado, para todos os efeitos legais, a director-geral.

5 — Integrando também a Secretaria-Geral, e na dependência do secretário-geral, funcionam os seguintes serviços:

- a) O Protocolo do Estado;
- b) O Gabinete de Organização, Planeamento e Avaliação;
- c) O Serviço da Cifra;
- d) O Centro de Informática;
- e) O Serviço de Arquivo e Expediente.

6 — Junto do secretário-geral, que a eles preside, funcionam o Conselho Diplomático e o Conselho de Directores-Gerais.

Artigo 6.º

Direcção-Geral de Política Externa

1 — A Direcção-Geral de Política Externa é o serviço que assegura a coordenação dos assuntos de natureza político-diplomática e o tratamento de questões de índole económica que revistam natureza plurisectorial.

2 — No exercício da competência atribuída no número anterior, incumbe ao director-geral de Política Externa, em especial, articular a acção da Direcção-Geral das Relações Bilaterais, da Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais e, na parte atinente à política externa, da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários.

3 — Para o exercício das competências que lhe são cometidas, funciona, junto do director-geral de Política Externa, que a ele presidirá, o Conselho de Coordenação Político-Diplomática.

Artigo 7.º

Inspecção Diplomática e Consular

1 — Incumbe à Inspecção Diplomática e Consular verificar o cumprimento das normas reguladoras do funcionamento dos serviços internos e externos do Ministério, bem como assegurar a auditoria de gestão diplomática e consular.

2 — A Inspecção Diplomática e Consular é dirigida pelo inspector-geral diplomático e consular, equiparado, para todos os efeitos legais, a director-geral.

Artigo 8.º

Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários

Compete à Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários dar efectividade e continuidade à acção do Ministério dos Negócios Estrangeiros no plano da política comunitária, bem como coordenar as acções, no domínio da política externa, referentes aos assuntos das Comunidades Europeias.

Artigo 9.º

Direcção-Geral das Relações Bilaterais

Compete à Direcção-Geral das Relações Bilaterais dar efectividade e continuidade à acção do Ministério dos Negócios Estrangeiros no plano internacional bilateral no que respeita a todos os assuntos de carácter político, económico e cultural.

Artigo 10.º

Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais

Compete à Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais dar efectividade e continuidade à acção do Ministério dos Negócios Estrangeiros no plano internacional multilateral no que respeita a todos os assuntos de carácter político, económico e cultural.

Artigo 11.º

Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas

Compete à Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas dar efectividade e continuidade à acção do Ministério dos Negócios Estrangeiros no domínio da direcção da actividade dos postos consulares e no plano das relações internacionais de carácter consular, bem como coordenar e executar as acções relativas à política de apoio às Comunidades Portuguesas.

Artigo 12.º

Departamento de Assuntos Jurídicos

1 — Incumbe ao Departamento de Assuntos Jurídicos a análise e o tratamento das questões relevantes do âmbito do direito internacional e, em especial:

- a) A prestação de consultadoria jurídica;
- b) O apoio em matéria de processo legislativo que lhe for solicitado;
- c) A intervenção no contencioso administrativo em que sejam citados os membros do Governo do Ministério;
- d) A participação em processos de sindicância, de inquérito, disciplinares ou outros sempre que superiormente determinada.

2 — O Departamento de Assuntos Jurídicos é dirigido por um director, equiparado, para todos os efeitos legais, a director-geral.

Artigo 13.º

Gabinete de Informação e Imprensa

1 — Incumbe ao Gabinete de Informação e Imprensa coordenar as acções de todos os serviços do Ministério no âmbito da comunicação social e proceder à recolha, selecção e difusão de informações noticiosas com interesse para todos eles.

2 — O Gabinete de Informação e Imprensa é dirigido por um director, equiparado, para todos os efeitos legais, a subdirector-geral.

Artigo 14.º

Órgãos de apoio do Ministro

1 — A Comissão Interministerial para os Assuntos Comunitários assegura a coordenação entre os diversos ministérios, Regiões Autónomas e serviços do Estado, com vista à definição das posições a assumir pelo Governo nas diferentes instituições das Comunidades Europeias.

2 — A Comissão Interministerial para a Cooperação é um órgão de apoio destinado a coordenar iniciativas, no âmbito da cooperação, dos diferentes departamentos do Estado.

3 — A Comissão Interministerial para as Migrações e Comunidades Portuguesas assegura a coordenação de acções interdepartamentais em matéria de migrações e comunidades portuguesas.

4 — O Conselho das Comunidades Portuguesas tem como objectivo fundamental a salvaguarda dos valores culturais das comunidades portuguesas no estrangeiro e o reforço dos laços que as unem a Portugal.

Artigo 15.º

Serviços externos

1 — As missões no estrangeiro integram as missões diplomáticas, as representações permanentes e as missões temporárias.

2 — Os postos consulares compreendem consulados de carreira, secções consulares das missões diplomáticas e consulados honorários.

3 — A identificação, a categoria e a sede das missões diplomáticas, representações permanentes e postos consulares existentes constam de lista aprovada por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e dos Negócios Estrangeiros.

4 — As missões diplomáticas e postos consulares a estabelecer em países com os quais Portugal mantenha ou venha a manter relações diplomáticas, as representações permanentes junto dos organismos internacionais e as missões temporárias serão criadas por despacho conjunto do Ministro das Finanças e do Ministro dos Negócios Estrangeiros.

CAPÍTULO III

Pessoal

Artigo 16.º

Ordenação protocolar

Para efeitos de natureza protocolar é a seguinte a ordenação dos dirigentes máximos dos serviços internos:

- a) O secretário-geral;
- b) O director-geral de Política Externa;
- c) O inspector-geral diplomático e consular;
- d) O director-geral dos Assuntos Comunitários;
- e) O director-geral das Relações Bilaterais;
- f) O director-geral dos Assuntos Multilaterais;
- g) O director-geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas;
- h) O director do Departamento Geral de Administração;

- i) O chefe do Protocolo do Estado;
- j) O director do Departamento de Assuntos Jurídicos;
- l) O presidente do Instituto Diplomático.

Artigo 17.º

Provenimento dos cargos dirigentes

1 — O secretário-geral é escolhido de entre os funcionários diplomáticos com a categoria de embaixador.

2 — Os directores-gerais do Ministério dos Negócios Estrangeiros ou equiparados e o secretário-geral-adjunto são escolhidos de entre os funcionários diplomáticos com a categoria de embaixador ou ministro plenipotenciário, neste caso com pelo menos três anos na categoria.

3 — O director do Departamento Geral de Administração pode ainda ser escolhido de entre os ministros plenipotenciários com menos de três anos na categoria.

4 — Os subdirectores-gerais do Ministério dos Negócios Estrangeiros ou equiparados são escolhidos de entre funcionários diplomáticos de categoria não inferior a ministro plenipotenciário.

5 — Os directores de serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros são escolhidos de entre os funcionários diplomáticos de categoria não inferior a conselheiro de embaixada.

6 — Os chefes de divisão do Ministério dos Negócios Estrangeiros são escolhidos de entre os funcionários diplomáticos de categoria não inferior a secretário de embaixada com pelo menos cinco anos na categoria.

7 — O provimento dos cargos dirigentes do Ministério dos Negócios Estrangeiros pode, também, ser feito nos termos da lei geral, nos casos em que a regulamentação do respectivo serviço o preveja.

8 — O provimento dos cargos dirigentes, quando recair em funcionários diplomáticos, é feito em comissão de serviço por tempo indeterminado, podendo ser alterada a sua colocação, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 79/92, de 6 de Maio.

Artigo 18.º

Funcionários do serviço diplomático

O estatuto profissional dos funcionários do quadro do serviço diplomático é definido em diploma próprio.

Artigo 19.º

Forma dos actos

1 — A nomeação e exoneração dos embaixadores, dos funcionários que desempenhem funções de chefe de missão diplomática, dos cônsules-gerais e dos cônsules, bem como a promoção a embaixador serão feitas por decreto, nos termos da Constituição.

2 — São efectuadas por despacho conjunto do Primeiro-Ministro e do Ministro dos Negócios Estrangeiros:

- a) A colocação e transferência dos funcionários do serviço diplomático;
- b) A nomeação, exoneração e promoção dos funcionários diplomáticos até à categoria de ministro plenipotenciário.

3 — São efectuados por despacho do Ministro dos Negócios Estrangeiros:

- a) A confirmação dos adidos de embaixada;
- b) A nomeação e exoneração dos cônsules honorários;
- c) A nomeação e exoneração dos vice-cônsules e chanceleres;
- d) Todos os demais actos que alterem ou extinguam a situação dos funcionários diplomáticos.

4 — A nomeação e exoneração dos cargos de director-geral ou equiparado é feita por despacho conjunto do Primeiro-Ministro e do Ministro dos Negócios Estrangeiros e a dos subdirectores-gerais, dos directores de serviço e dos chefes de divisão ou equiparados por despacho do Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Artigo 20.º

Quadro de pessoal

1 — O quadro de pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros é aprovado por portaria conjunta dos Ministros das Finanças e dos Negócios Estrangeiros.

2 — A Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários e o Instituto da Cooperação Portuguesa dispõem de quadro próprio, aprovado nos termos do número anterior.

3 — O pessoal diplomático do quadro do Ministério dos Negócios Estrangeiros poderá prestar serviço na Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários e no Instituto da Cooperação Portuguesa, sem alteração da sua situação no respectivo quadro.

Artigo 21.º

Quadros de afectação

1 — Os serviços e organismos dispõem de um quadro de afectação, integrado por pessoal do quadro do Ministério dos Negócios Estrangeiros, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo anterior.

2 — A gestão do pessoal dos quadros de afectação cabe aos serviços respectivos, sem prejuízo das competências cometidas ao secretário-geral e ao Conselho Diplomático, devendo aqueles enviar, mensalmente, ao Departamento Geral de Administração os dados relativos ao mesmo pessoal.

CAPÍTULO IV

Apoio material e financeiro

Artigo 22.º

Apoio material e financeiro

1 — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, com faculdade de delegar, pode prestar apoio material e financeiro a entidades públicas, privadas e cooperativas, incluindo a atribuição de subsídios, no quadro do desenvolvimento de acções relevantes de política externa.

2 — Poderá ser atribuído, por despacho do Ministro dos Negócios Estrangeiros, apoio material e financeiro a instituições privadas ou mutualistas que desenvolvam actividades no domínio da protecção social dos funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

CAPÍTULO V

Disposições finais e transitórias

Artigo 23.º

Extinção de serviços

1 — São extintos os seguintes serviços e institutos:

- a) A Direcção-Geral dos Negócios Político-Económicos;
- b) A Direcção-Geral para a Cooperação;
- c) A Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e da Administração Financeira e Patrimonial;
- d) A Direcção-Geral do Pessoal;
- e) O Departamento de Estudos;
- f) A Auditoria Jurídica;
- g) O Instituto para a Cooperação Económica;
- h) O Instituto de Apoio à Emigração e Comunidades Portuguesas.

2 — São, também, extintas a Comissão Consultiva para a Cooperação e a Comissão Nacional da Organização Marítima Internacional.

Artigo 24.º

Transição de pessoal

1 — O pessoal do quadro do Instituto de Apoio à Emigração e Comunidades Portuguesas transita para o quadro 1 aprovado pela Portaria n.º 411/87, de 15 de Maio, mediante lista nominativa, sendo para tal efeito acrescentados àquele quadro os lugares necessários.

2 — O pessoal do quadro a que se refere o número anterior, incluindo o pessoal aí referido, transita para o quadro de pessoal a aprovar nos termos previstos no n.º 1 do artigo 21.º

3 — Os quadros da Direcção-Geral de Cooperação e do Instituto de Cooperação Económica mantêm-se em vigor até à aprovação do quadro de pessoal do Instituto da Cooperação Portuguesa, cabendo a sua gestão ao presidente deste Instituto.

4 — O pessoal integrado nos quadros a que se refere o número anterior transita para o quadro de pessoal do Instituto da Cooperação Portuguesa, a que se refere o n.º 2 do artigo 21.º

Artigo 25.º

Sucessão nas atribuições e competências

1 — A Secretaria-Geral sucede nas atribuições e competências da Direcção-Geral do Pessoal e das Direcções de Serviços de Administração Financeira e de Administração Patrimonial e da Divisão de Contabilidade Consular da Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e da Administração Financeira e Patrimonial.

2 — A Direcção-Geral de Política Externa sucede nas atribuições e competências do correspondente europeu da Direcção-Geral dos Negócios Político-Económicos.

3 — A Direcção-Geral das Relações Bilaterais sucede nas atribuições e competências das Direcções de Serviços da Europa, da América, da África Subsariana, do Médio Oriente e Magrebe e da Ásia e Oceânia da Direcção-Geral dos Negócios Político-Económicos.

4 — A Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais sucede nas atribuições e competências das Direcções de Serviços de Assuntos Multilaterais e dos Assuntos de Defesa, Segurança e Desarmamento da Direcção-Geral dos Negócios Político-Económicos.

5 — A Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas sucede nas atribuições e competências das unidades orgânicas da Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e da Administração Financeira e Patrimonial não compreendidas no n.º 1 e do Instituto de Apoio à Emigração e Comunidades Portuguesas.

6 — O Instituto Diplomático sucede nas atribuições e competências do Departamento de Estudos da Secretaria-Geral.

7 — O Instituto da Cooperação Portuguesa sucede nas atribuições e competências do Instituto para a Cooperação Económica e da Direcção-Geral para a Cooperação.

Artigo 26.º

Transferências patrimoniais

1 — As referências constantes de lei ou de contrato aos serviços extintos entendem-se feitas aos serviços ou organismos que sucederem, total ou parcialmente, nas suas atribuições e competências.

2 — O património do Estado afecto a cada um dos serviços extintos transfere-se para o serviço ou organismo que lhe sucede nas correspondentes atribuições e competências.

3 — O património do Instituto de Apoio à Emigração e Comunidades Portuguesas transfere-se para o Estado por força do presente diploma, que constitui título bastante para efeitos de registo, sendo afecto à Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas.

Artigo 27.º

Concursos, contratos, requisições e destacamentos

1 — Os concursos de pessoal, bem como os contratos administrativos de provimento e a termo certo, relativos aos serviços extintos cujas atribuições e competências passarem para os novos serviços, mantêm a respectiva validade e eficácia após a entrada em vigor do presente diploma.

2 — Com a entrada em vigor do presente diploma, cessam todas as requisições e destacamentos de pessoal em funções nos serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do pessoal dos quadros dos serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros em funções noutros serviços.

Artigo 28.º

Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários

A Direcção-Geral das Comunidades Europeias passa a designar-se Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários, considerando-se alteradas em conformidade todas as referências àquela constantes da lei, regulamento ou negócio jurídico.

Artigo 29.º

Legislação complementar

1 — Em complemento do presente diploma serão elaborados:

- a) O novo estatuto do pessoal dos serviços externos que não integra os quadros referidos no artigo 21.º;
- b) A revisão do estatuto orgânico do Instituto Camões, de modo a introduzir no mesmo as adaptações necessárias à sua inserção na estrutura do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- c) O novo regime de funcionamento dos postos consulares;
- d) O Regulamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- e) O novo regime jurídico e financeiro dos serviços externos, por decreto regulamentar.

2 — A tabela dos emolumentos consulares a cobrar pelos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros é aprovada por portaria do Ministro dos Negócios Estrangeiros, mantendo-se, tansitoriamente, em vigor até à publicação da referida portaria a tabela criada pelo Decreto-Lei n.º 46 641, de 13 de Novembro de 1965.

Artigo 30.º

Instituto Camões

A transição do Instituto Camões para a tutela do Ministro dos Negócios Estrangeiros é feita com salvaguarda do exercício pelo Ministro da Educação da tutela científica e pedagógica relativamente ao ensino português no estrangeiro, bem como à certificação ou reconhecimento de acções de ensino ou divulgação da língua e cultura portuguesas, de iniciativa pública ou privada.

Artigo 31.º

Regime orçamental transitório

Os saldos das dotações dos orçamentos dos serviços extintos serão afectados aos serviços criados pelo presente diploma, de acordo com a distribuição que vier a ser aprovada, por despacho do Ministro dos Negócios Estrangeiros, procedendo-se para o efeito às necessárias alterações orçamentais.

Artigo 32.º

Norma revogatória

1 — São revogados:

- a) O Decreto-Lei n.º 529/85, de 31 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 116/88, de 11 de Abril, e 118/91, de 21 de Março;
- b) O Decreto-Lei n.º 44-C/86, de 7 de Março;
- c) O Decreto-Lei n.º 528/85, de 31 de Dezembro;
- d) O Decreto-Lei n.º 486/79, de 18 de Dezembro;
- e) O Decreto-Lei n.º 44-D/86, de 7 de Março;
- f) O Decreto-Lei n.º 44-E/86, de 7 de Março;
- g) O Decreto-Lei n.º 44-F/86, de 7 de Março;
- h) O Decreto-Lei n.º 487/79, de 18 de Dezembro;

- i) O Decreto-Lei n.º 162/91, de 4 de Maio;
- j) Os Decretos-Leis n.ºs 763/74, de 30 de Dezembro, e 316/80, de 20 de Agosto, bem como demais legislação complementar relativa ao Instituto de Apoio à Emigração e Comunidades Portuguesas;
- l) O Decreto-Lei n.º 266/85, de 16 de Julho, e a Portaria n.º 725/85, de 26 de Setembro;
- m) O Decreto-Lei n.º 418/88, de 11 de Novembro;
- n) O artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 34-A/89, de 31 de Janeiro;
- o) O Decreto Regulamentar n.º 27/87, de 15 de Abril.

2 — São igualmente revogadas todas as disposições que contrariem o disposto no presente diploma e sua legislação complementar, nomeadamente no que concerne às normas que atribuem aos serviços externos a natureza de cofres do Tesouro.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 4 de Novembro de 1993. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Jorge Braga de Macedo* — *José Manuel Durão Barroso* — *António Fernando Couto dos Santos*.

Promulgado em 21 de Janeiro de 1994.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 24 de Janeiro de 1994.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

Decreto-Lei n.º 49/94

de 24 de Fevereiro

Pelo presente diploma é estabelecida a orgânica da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, serviço ao qual é cometida a coordenação da actividade deste Ministério no domínio das áreas que não relevam directamente da actividade político-diplomática.

Ao aprovar, na sequência da nova Lei Orgânica do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a estrutura orgânica da Secretaria-Geral, o presente diploma integra num único serviço interno a coordenação da gestão do Ministério, tendo em vista a optimização dos respectivos recursos humanos, financeiros e patrimoniais, afectos quer aos serviços internos, quer aos seus serviços externos. No domínio da organização caberá à Secretaria-Geral a função de promover a melhoria e aperfeiçoamento da gestão do Ministério dos Negócios Estrangeiros e a modernização de procedimentos, introduzindo maior racionalidade no respectivo funcionamento.

Concomitantemente, cabe ainda à Secretaria-Geral assegurar o exercício de importantes funções legalmente cometidas ao Ministério — Protocolo do Estado — em função da especial dignidade que assumem e da sua natureza institucional, que aconselham a sua colocação na esfera do secretário-geral, que continua a ser considerado o funcionário mais categorizado na hierarquia do Ministério.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I

Natureza

Artigo 1.º

Natureza

1 — A Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros é um serviço central, dotado de autonomia administrativa, ao qual incumbe assegurar e coordenar a administração do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

2 — A Secretaria-Geral compreende:

- a) O secretário-geral;
- b) O conselho administrativo;
- c) O Departamento Geral de Administração;
- d) O Protocolo do Estado;
- e) O Gabinete de Organização, Planeamento e Avaliação;
- f) O Serviço da Cifra;
- g) O Centro de Informática;
- h) O Serviço de Arquivo e Expediente.

CAPÍTULO II

Órgãos e serviços

Artigo 2.º

Secretário-geral

1 — O secretário-geral é o funcionário que ocupa na hierarquia do Ministério dos Negócios Estrangeiros o grau mais elevado.

2 — O secretário-geral é coadjuvado por um secretário-geral-adjunto, equiparado, para todos os efeitos, a subdirector-geral.

3 — Junto do secretário-geral, que a eles preside, funcionam o Conselho Diplomático e o Conselho de Directores-Gerais.

4 — Para apoio do secretário-geral no exercício das suas funções poderá ser designado o seguinte pessoal do serviço diplomático do quadro do Ministério:

- a) Um funcionário com a categoria não inferior a conselheiro de embaixada, equiparado a director de serviços;
- b) Dois funcionários com a categoria de secretário de embaixada.

Artigo 3.º

Competência do secretário-geral

Ao secretário-geral compete:

- a) Prestar o apoio necessário ao Ministro e demais membros do Governo;
- b) Representar o Ministério, no caso de ausência ou impedimento dos membros do Governo;

B10

Decreto-lei n.º 170/97 de 5 de Julho de 1997

· Diário da República, 1ª Série A, n.º 153, de 5 de Julho de 1997

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Decreto-Lei n.º 170/97

de 5 de Julho

criado pelo Decreto-Lei n.º 135/92, de 15 de Julho, o Instituto Camões visou dar uma resposta integrada e eficaz às exigências de defesa da língua e valorização da cultura portuguesas, reunindo funções até então dispersas por várias estruturas e departamentos governamentais. Originariamente atribuída ao Ministério da Educação, a tutela do Instituto viria a ser cometida ao Ministério dos Negócios Estrangeiros pelo Decreto-Lei n.º 48/94, de 24 de Fevereiro, e confirmada pelo Decreto-Lei n.º 52/95, de 20 de Março, que, simultaneamente, aprovou a sua lei orgânica. Procurou-se, desse modo, acentuar a vocação do Instituto para se assumir como instrumento privilegiado da política cultural externa de Portugal.

A nova lei orgânica, que agora se aprova, visa, no essencial, racionalizar os serviços e departamentos do Instituto, aproveitando já a experiência do seu funcionamento. No que respeita ao âmbito de intervenção do Instituto, procede-se a uma adequada delimitação de competências relativamente ao Instituto da Cooperação Portuguesa e aos departamentos do Ministério da Educação responsáveis pelos ensinos básico e secundário. Pretende-se reforçar o papel do Instituto na prossecução da política cultural externa e eliminar competências que devem caber, naturalmente, ao Ministério da Educação.

Assim:

Em termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I

Natureza e atribuições

Artigo 1.º

Natureza

O Instituto Camões, adiante designado como Instituto, é a pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, que, sob a superintendência do Ministro dos Negócios Estrangeiros, assegura a orientação, coordenação e execução da política cultural externa de Portugal, nomeadamente da difusão da língua portuguesa, em coordenação com outras instâncias competentes do Estado, em especial os Ministérios da Educação e da Cultura.

Artigo 2.º

Objectivo e atribuições

1 - O Instituto tem como objectivo a promoção e a difusão da língua e da cultura portuguesas no estrangeiro.

2 - São atribuições do Instituto:

- a) Desenvolver programas adequados à difusão da língua e da cultura portuguesas;
- b) Promover o português como língua de comunicação internacional;
- c) Conceber, desenvolver e gerir a rede de formadores e leitores de língua e de cultura portuguesas;
- d) Desenvolver acções culturais, em conjugação com os demais serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- e) Promover e acompanhar a participação portuguesa em acções culturais no estrangeiro;
- f) Divulgar no estrangeiro acções culturais que ocorrerem em Portugal, em cooperação com o Ministério da Cultura;
- g) Superintender na actividade dos centros culturais portugueses no estrangeiro, em articulação com os demais serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- h) Preparar reuniões internacionais com incidência no ensino da língua e na difusão da cultura portuguesas;
- i) Promover, preparar e coordenar a negociação de acordos de cooperação respeitantes ao ensino da língua e à difusão da cultura portuguesas;
- j) Promover e acompanhar a execução dos acordos de cooperação respeitantes ao ensino da língua e à difusão da cultura portuguesas;
- l) Conceber, desenvolver e executar acções, projectos e programas de cooperação respeitantes ao ensino da língua e à difusão da cultura portuguesas, sem prejuízo das atribuições próprias de outras instâncias do Estado, em especial dos Ministérios da Educação e da Cultura;
- m) Preparar e coordenar as comissões mistas decorrentes dos acordos culturais bilaterais;
- n) Colaborar e acompanhar a execução de acções, projectos e programas de cooperação respeitantes ao ensino da língua e à difusão da cultura portuguesas promovidos por órgãos do Estado e serviços públicos;
- o) Conceder apoio financeiro a cidadãos e entidades portugueses e estrangeiros que se dediquem ao estudo e à investigação da língua e da cultura portuguesas, visando a respectiva difusão externa;
- p) Promover e apoiar a produção de obras de divulgação da língua e da cultura portuguesas no estrangeiro;
- q) Participar em actividades de organizações nacionais, estrangeiras ou internacionais, no quadro das suas atribuições.

3 - São ainda atribuições do Instituto Camões relativamente aos centros culturais portugueses sob sua dependência:

- a) Estabelecer as linhas de orientação da actividade e as áreas prioritárias de intervenção;
- b) Apreciar e aprovar os planos e relatórios consolidados de actividades;
- c) Acompanhar a contratação e formação de pessoal;
- d) Coordenar e acompanhar a actividade de formadores e leitores.

CAPÍTULO II

Órgãos e serviços

Artigo 3.º

Órgãos

ão órgãos do Instituto:

-) A direcção;
-) O conselho consultivo;
-) O conselho administrativo;
-) A comissão de fiscalização.

Artigo 4.º

Composição e funcionamento da direcção

- A direcção é composta pelo presidente e por dois vice-presidentes.

- Compete ao presidente:

-) Representar o Instituto em juízo e fora dele;
-) Convocar a direcção, o conselho consultivo e o conselho administrativo e presidir às respectivas reuniões;
-) Exercer as demais competências legais dos directores-gerais, sem prejuízo das competências do conselho administrativo.

- O presidente é equiparado a director-geral, sendo coadjuvado no exercício das suas funções por dois vice-presidentes, que são equiparados a subdirectores-gerais.

- Os titulares de cargos de presidente e vice-presidente são equiparados, para efeitos de representação, a reitores e vice-reitores das universidades portuguesas, respectivamente.

- Quando a escolha recair em professores catedráticos, os titulares dos cargos de presidente e vice-presidente são equiparados, para efeitos de remuneração, a reitores e vice-reitores das universidades portuguesas, respectivamente.

Artigo 5.º

Competências da direcção

Compete à direcção definir as linhas de orientação da actividade do Instituto e assegurar a respectiva gestão.

Artigo 6.º

Composição e funcionamento do conselho consultivo

- O conselho consultivo é um órgão de consulta do Instituto Camões, sendo constituído:

-) Pelo presidente e vice-presidentes;
-) Por um representante de cada um dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da educação, da cultura, da ciência e tecnologia, da juventude e da comunicação social;

- c) Pelo director-geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas e pelo presidente do Instituto da Cooperação Portuguesa;
- d) Por cinco personalidades de reconhecido mérito nos domínios do ensino, da investigação, das artes e das ciências.

2 - Os membros referidos na alínea b) do número anterior são nomeados por despacho do Ministro dos Negócios Estrangeiros e dos membros do Governo responsáveis pelas áreas respectivas.

3 - Os membros referidos na alínea d) do n.º 1 são nomeados por despacho do Ministro dos Negócios Estrangeiros, sob proposta do presidente do Instituto Camões, não podendo fazer-se representar.

4 - Os membros referidos na alínea c) do n.º 1 poderão fazer-se representar em caso de impedimento.

5 - O conselho consultivo reúne ordinariamente duas vezes por ano e extraordinariamente sempre que convocado pelo presidente, por sua iniciativa ou a pedido de, pelo menos, metade dos seus membros.

6 - Aos membros do conselho consultivo referidos na alínea d) do n.º 1 são atribuídas senhas de presença por reunião, de montante a definir por despacho conjunto dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Finanças e do membro do Governo responsável pela Administração Pública.

Artigo 7.º

Competência do conselho consultivo

Ao conselho consultivo compete:

- a) Pronunciar-se sobre o plano e o relatório de actividades do Instituto;
- b) Pronunciar-se, por iniciativa própria ou mediante solicitação do presidente, sobre iniciativas relevantes para a prossecução das atribuições do Instituto;
- c) Contribuir para a articulação do Instituto com os órgãos do Estado e dos serviços públicos com os quais se relacione na prossecução das suas atribuições.

Artigo 8.º

Composição e funcionamento do conselho administrativo

1 - Constituem o conselho administrativo:

- a) O presidente;
- b) Os vice-presidentes;
- c) O director dos Serviços Centrais;
- d) O chefe da Repartição Financeira e de Património.

2 - O conselho administrativo reúne ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que convocado pelo presidente, por sua iniciativa ou a solicitação de qualquer dos seus membros.

3 - As reuniões do conselho administrativo são secretariadas por um funcionário do Instituto, a designar pelo

residente.

- Podem participar nas reuniões do conselho administrativo, sem direito a voto, os funcionários cuja presença se mostre aconselhável, desde que convocados pelo presidente.

- O director dos Serviços Centrais e o chefe da Repartição Financeira e de Património, nas suas ausências e impedimentos, poderão fazer-se representar pelo chefe da Divisão de Apoio Técnico e pelo chefe da Secção de Contabilidade, respectivamente.

Artigo 9.º

Competências do conselho administrativo

- O conselho administrativo é o órgão deliberativo em matéria de gestão financeira e patrimonial do Instituto.

- Compete ao conselho administrativo:

- Submeter à aprovação superior o plano financeiro a médio prazo;
- Promover a elaboração do projecto de orçamento do Instituto;
- Promover a arrecadação de receitas e a sua entrega nos cofres do Estado;
- Administrar as dotações inscritas no orçamento, autorizar as despesas e verificar o seu processamento;
- Ordenar o depósito dos fundos levantados do Tesouro;
- Autorizar o pagamento de subsídios, bolsas e outras formas de apoio financeiro a conceder pelo Instituto;
- Autorizar alterações orçamentais, nos termos da lei;
- Aprovar as contas de gerência a submeter a julgamento, nos termos legais;
- Proceder à verificação regular dos fundos em cofre e em depósito e fiscalizar a contabilidade;
- Promover, nos termos legais, a venda em hasta pública de material considerado inútil ou dispensável;
- Promover a organização e actualização do cadastro dos bens do Instituto e determinar a elaboração do inventário, nos termos legais;
- Adjudicar e contratar estudos, obras, trabalhos, serviços, fornecimentos de material e equipamento e o mais que se mostre necessário ao funcionamento dos serviços;
- Autorizar o pagamento de quotizações a organismos internacionais;
- Fiscalizar a gestão financeira e patrimonial dos centros culturais portugueses no estrangeiro;
- Pronunciar-se sobre qualquer outro assunto que lhe seja apresentado pelo presidente.

Artigo 10.º

Composição e funcionamento da comissão de fiscalização

- A comissão de fiscalização é composta por um presidente e dois vogais, nomeados por despacho conjunto dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Finanças.

- A comissão reúne ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que convocado pelo seu presidente, por sua iniciativa ou a solicitação de outro órgão do Instituto.

- Os membros da comissão de fiscalização têm direito a uma senha de presença, de montante a fixar por despacho

conjunto dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Finanças e do membro do Governo responsável pela Administração Pública.

Artigo 11.º

Competências da comissão de fiscalização

A comissão de fiscalização é o órgão fiscalizador em matéria de gestão financeira e patrimonial, competindo-lhe, em especial:

- a) Acompanhar o funcionamento do Instituto e verificar o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis;
- b) Emitir parecer sobre o orçamento anual, o plano e o relatório de actividades e a conta de gerência do Instituto;
- c) Fiscalizar a arrecadação de receitas, bem como a realização das despesas e os encargos com assistência ou apoios financeiros;
- d) Examinar periodicamente a situação financeira e económica do Instituto e proceder à verificação dos fundos em caixa e em depósito e fiscalizar a respectiva escrituração contabilística;
- e) Pronunciar-se sobre qualquer assunto submetido à sua apreciação pelo presidente, pela direcção ou por qualquer outro órgão do Instituto.

Artigo 12.º

Serviços

Para a prossecução das suas atribuições, o Instituto compreende:

- a) A Direcção de Serviços de Língua Portuguesa e Intercâmbio Cultural;
- b) A Direcção de Serviços de Acção Cultural Externa;
- c) A Direcção de Serviços Centrais.

Artigo 13.º

Direcção de Serviços de Língua Portuguesa e Intercâmbio Cultural

1 - A Direcção de Serviços de Língua Portuguesa e Intercâmbio Cultural, abreviadamente designada como DSLPIC, assegura a gestão da rede de formadores e leitores de língua e cultura portuguesas no estrangeiro, a promoção do português como língua de comunicação internacional, a preparação de acordos e programas culturais internacionais e a gestão das bolsas e subsídios decorrentes dos programas de intercâmbio.

2 - À DSLPIC compete, em especial:

- a) Coordenar, orientar e avaliar as actividades dos formadores e leitores de língua e cultura portuguesas no estrangeiro;
- b) Promover e coordenar cursos de língua portuguesa como língua estrangeira fora de Portugal;
- c) Promover e coordenar acções de formação de docentes;

-) Certificar cursos de português como língua estrangeira, através da universidade portuguesa;
-) Coordenar e acompanhar a participação portuguesa nas acções e programas de promoção do português como língua oficial ou de trabalho da União Europeia e de organismos multilaterais;
-) Preparar reuniões internacionais de carácter cultural ou referentes à difusão da língua portuguesa, no âmbito das atribuições do Instituto Camões;
-) Preparar e coordenar as reuniões das comissões mistas e a negociação dos acordos de cooperação cultural respeitantes ao ensino da língua e à difusão da cultura portuguesas, no âmbito das atribuições do Instituto Camões;
-) Acompanhar a execução dos acordos de cooperação respeitantes ao ensino da língua e à difusão da cultura portuguesas;
-) Preparar acções, projectos e programas de cooperação respeitantes ao ensino da língua portuguesa promovidos pelo Instituto;
-) Assegurar a participação do Instituto em acções, projectos e programas de cooperação respeitantes ao ensino da língua portuguesa promovidos por órgãos do Estado e serviços públicos;
-) Gerir os processos de concessão de bolsas de estudo, subsídios ou outros apoios ao abrigo dos acordos culturais ou de programas de apoio à difusão da língua e da cultura portuguesas, no âmbito das atribuições do Instituto Camões;
-) Assegurar a articulação dos serviços com os serviços competentes do Ministério da Educação.

- A DSLPIC compreende:

-) A Divisão de Ensino e Promoção da Língua Portuguesa;
-) A Divisão de Programas e Acordos Culturais;
-) A Divisão de Intercâmbio e Programas de Apoio.

- Compete à Divisão de Ensino e Promoção da Língua Portuguesa exercer as competências previstas nas alíneas a) d) do n.º 2.

- Compete à Divisão de Programas e Acordos Culturais exercer as competências previstas nas alíneas e) a j) do n.º 2, em articulação com os departamentos competentes da área político-diplomática e dos restantes serviços do Estado.

- Compete à Divisão de Intercâmbio e Programas de Apoio exercer as competências previstas na alínea l) do n.º 2.

Artigo 14.º

Direcção de Serviços de Acção Cultural Externa

- A Direcção de Serviços de Acção Cultural Externa, abreviadamente designada como DSACE, assegura a coordenação da actividade dos centros culturais portugueses no estrangeiro, o apoio às acções culturais desenvolvidas com outros serviços do Estado, sem prejuízo das competências da DSLPIC, o relacionamento com organismos internacionais e com organizações não governamentais que actuem nas suas áreas de intervenção, a programação de serviços, o apoio à edição e o fornecimento de meios bibliográficos, áudio-visuais e informáticos para difusão da língua e cultura portuguesas no estrangeiro.

- À DSACE compete, em especial:

-) Avaliar regularmente as actividades dos agentes culturais, das acções e dos programas culturais desenvolvidos com o apoio do Instituto;
-) Propor a concessão de apoios financeiros a cidadãos e entidades portuguesas e estrangeiras, tendo por fim a difusão da cultura portuguesa no exterior;

- c) Desenvolver acções junto de organismos internacionais e outras entidades portuguesas ou estrangeiras visando o financiamento de acções e programas de interesse mútuo;
- d) Assegurar a coordenação da participação portuguesa em acções culturais no estrangeiro;
- e) Promover a divulgação no estrangeiro de acções culturais que ocorrem em Portugal, no âmbito das suas atribuições, em articulação com os demais serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- f) Preparar e assegurar a participação do Instituto em acções, projectos e programas de cooperação respeitantes à difusão da cultura portuguesa, promovidos pelo Instituto ou por outros órgãos do Estado e serviços públicos;
- g) Assegurar a articulação com os serviços competentes do Ministério da Cultura e com os demais serviços do Estado;
- h) Coordenar e acompanhar os planos de actividades e a programação financeira dos centros culturais portugueses no estrangeiro;
- i) Fomentar a elaboração e edição de obras de difusão da língua e da cultura portuguesas no estrangeiro;
- j) Adquirir materiais sobre língua e cultura portuguesas para circulação no estrangeiro;
- l) Organizar, gerir e actualizar a Biblioteca e o Centro de Documentação do Instituto;
- m) Promover a edição de materiais de divulgação do Instituto e as suas actividades;
- n) Criar e manter uma rede informatizada de dados sobre a língua e a cultura portuguesas;
- o) Programar serviços e fornecer meios áudio-visuais e informáticos para difusão da língua e da cultura portuguesas no estrangeiro.

3 - A DSACE compreende:

- a) A Divisão de Acção Cultural;
- b) A Divisão de Centros Culturais;
- c) A Divisão de Edição, Documentação e Equipamentos;
- d) A Divisão de Audiovisual e Informática.

4 - Compete à Divisão de Acção Cultural exercer as competências previstas nas alíneas a) a g) do n.º 2.

5 - Compete à Divisão de Centros Culturais exercer as competências previstas na alínea h) do n.º 2.

6 - Compete à Divisão de Edição, Documentação e Equipamentos exercer as competências previstas nas alíneas i) a m) do n.º 2.

7 - Compete à Divisão de Audiovisual e Informática exercer as competências previstas nas alíneas n) e o) do n.º 2.

Artigo 15.º

Direcção de Serviços Centrais

1 - A Direcção de Serviços Centrais, abreviadamente designada como DSC, assegura as actividades inerentes à gestão administrativa, financeira, patrimonial e de recursos humanos do Instituto e dos agentes no estrangeiro.

2 - À DSC compete, em especial:

- a) Elaborar planos de curto e médio prazos destinados a assegurar uma correcta gestão dos recursos humanos;
- b) Assegurar os procedimentos necessários à selecção, recrutamento, promoção e mobilidade dos funcionários e agentes do Instituto;
- c) Elaborar os instrumentos de gestão provisional;

) Coordenar e controlar a actividade financeira do Instituto, incluindo os procedimentos inerentes à execução do orçamento;

) Assegurar a gestão dos recursos financeiros, contabilizar o seu movimento e promover os pagamentos autorizados, incluindo as contribuições financeiras para organismos internacionais;

) Preparar a elaboração do relatório anual de execução do orçamento, em coordenação com os demais serviços;

) Assegurar a gestão das instalações e equipamentos do Instituto.

- A DSC compreende:

) A Divisão de Apoio Técnico;

) A Repartição Financeira e de Património ;

) A Repartição de Administração de Pessoal e Expediente.

- Compete à Divisão de Apoio Técnico assegurar o apoio técnico do Instituto nas áreas de gestão de recursos humanos, financeira e patrimonial.

- Compete à Repartição Financeira e de Património:

) Verificar os documentos de despesa e organizar os respectivos processos de conta;

) Elaborar os documentos de prestação de contas;

) Elaborar os documentos de informação financeira a remeter aos organismos de controlo orçamental;

) Organizar e manter actualizado o inventário do património do Instituto;

) Administrar os bens a cargo do Instituto, providenciando para que as instalações, o equipamento e o mobiliário se mantenham em boas condições de utilização;

) Organizar os processos de aquisição de bens que se mostrem necessários, providenciando a sua subsequente amortização;

) Promover a venda em hasta pública do material considerado inútil ou dispensável.

- Compete à Repartição de Administração de Pessoal e Expediente:

) Executar as acções necessárias à instrução dos processos relativos ao pessoal do quadro do Instituto e organizar e actualizar o respectivo cadastro;

) Assegurar a passagem aos interessados das certidões requeridas, nos termos legais;

) Assegurar o processamento dos vencimentos, abonos e outras remunerações devidos ao pessoal do Instituto e aos seus agentes e docentes no estrangeiro e o processamento de descontos fiscais e para a segurança social;

) Instruir os processos de acidentes em serviço e dar-lhes o correspondente andamento;

) Assegurar as tarefas respeitantes à expedição, recepção, classificação, registo e distribuição interna da correspondência;

) Assegurar as tarefas respeitantes à circulação da documentação pelos serviços do Instituto;

) Assegurar a gestão unificada do arquivo, organizando e actualizando os processos;

) Assegurar a microfilmagem e reprodução de documentos;

) Assegurar a realização de outras tarefas de apoio aos serviços que lhe sejam cometidas pelo presidente.

- A Repartição Financeira e de Património compreende:

) A Secção de Contabilidade, à qual compete exercer as competências previstas nas alíneas a) a c) do n.º 5;

) A Secção de Património e Económico, à qual compete exercer as competências previstas nas alíneas d) a g) do n.º

8 - A Repartição de Administração de Pessoal e Expediente compreende:

- a) A Secção de Pessoal, à qual compete exercer as competências previstas nas alíneas a) a d) do n.º 6;
- b) A Secção de Expediente, à qual compete exercer as competências previstas nas alíneas e) a i) do n.º 6.

CAPÍTULO III

Centros e associações culturais no estrangeiro

Artigo 16.º

Centros culturais portugueses

- 1 - Para a prossecução das suas atribuições, o Instituto pode criar, no quadro das representações diplomáticas portuguesas, núcleos dotados de autonomia administrativa, que adaptarão a designação Instituto Camões - Centro Cultural Português.
- 2 - A criação de centros culturais portugueses será autorizada por despacho dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Finanças.
- 3 - Aos centros culturais portugueses é aplicável o regime orçamental dos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- 4 - Os centros culturais situados fora da capital do país de acreditação devem coordenar todas as suas actividades com o posto consular da área de residência, sob supervisão da representação diplomática respectiva.

Artigo 17.º

Direcção dos centros culturais portugueses

- 1 - A escolha dos responsáveis pelos centros culturais portugueses poderá recair em conselheiros ou adidos culturais, outros elementos da missão diplomática do respectivo território de influência ou individualidades de reconhecido mérito.
- 2 - Os responsáveis pelos centros culturais portugueses são nomeados, em comissão de serviço, por despacho do Ministro dos Negócios Estrangeiros, mediante proposta do presidente do Instituto Camões.
- 3 - Quando forem escolhidos de entre individualidades de reconhecido mérito, os responsáveis dos centros culturais serão contratados por um período de três anos, prorrogável, sendo as respectivas remunerações e subsídios de residência fixados por despacho conjunto dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Finanças.
- 4 - Aos responsáveis pelos centros culturais referidos no n.º 3 são aplicáveis o regime legal de recrutamento e o estatuto remuneratório previstos para os conselheiros culturais do quadro de pessoal especializado do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Artigo 18.º

Competência dos centros culturais portugueses

Os centros culturais portugueses desenvolvem a sua actividade de promoção da língua e da cultura portuguesas de acordo com planos anuais, competindo-lhes, nomeadamente:

-) Promover e executar acções de divulgação da língua e cultura portuguesas;
-) Realizar cursos de português como língua de comunicação internacional;
-) Apoiar acções de ensino da língua portuguesa promovidas por outras entidades, contribuindo para a formação de docentes integrados em sistemas de ensino estrangeiro;
-) Articular e acompanhar as actividades dos formadores e leitores de língua e cultura portuguesas;
-) Facilitar a utilização das suas instalações ao apoio das acções desenvolvidas no âmbito de acordos de formação sócio-profissionais.

Artigo 19.º

Associações culturais

- O Instituto pode incentivar a criação de associações culturais, a constituir de acordo com o ordenamento jurídico do Estado em que estiverem sediadas, para promover a difusão da língua e da cultura portuguesas no estrangeiro.
- O Instituto pode apoiar as associações culturais que prossigam actividades de difusão da língua e da cultura portuguesas em articulação e sob a supervisão dos centros culturais ou das representações diplomáticas e consulares portuguesas.

Artigo 20.º

Formadores e leitores de língua e cultura portuguesas

- Os formadores e leitores de língua e cultura portuguesas são recrutados pelo Instituto, mediante oferta pública, cujo processo seguirá, com as devidas adaptações, o previsto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro.
- Os formadores e leitores de língua e cultura portuguesas poderão desempenhar, para além das respectivas funções docentes, funções de difusão e promoção culturais, em coordenação e articulação com os centros culturais e as representações diplomáticas ou consulares portuguesas.
- Sem prejuízo do cumprimento de funções nas instituições de ensino em que estejam integrados, os formadores e leitores de língua e cultura portuguesas devem subordinar a sua actividade às orientações do Instituto.
- Os formadores que irão desempenhar funções nos Estados de língua oficial portuguesa serão recrutados de acordo com o previsto no n.º 1 do presente artigo.

CAPÍTULO IV

Gestão financeira e patrimonial

Artigo 21.º

Instrumentos de gestão

1 - A gestão financeira do Instituto é disciplinada pelos instrumentos de gestão provisional previstos no Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho.

2 - Os planos financeiros devem prever, em relação ao prazo adoptado, a evolução das receitas, os investimentos previstos e as fontes de financiamento a utilizar.

Artigo 22.º

Receitas

Constituem receitas do Instituto:

- a) As quantias cobradas por actividades ou serviços;
- b) As dotações atribuídas no Orçamento do Estado;
- c) Os subsídios, subvenções, participações, quotizações e quaisquer liberalidades feitas por entidades públicas ou privadas e aceites nos termos legais;
- d) Os rendimentos dos bens;
- e) O produto da venda de elementos patrimoniais;
- j) Quaisquer outras receitas atribuídas por lei, por contrato ou a outro título.

Artigo 23.º

Contratos-programas

Podem ser celebrados contratos-programas de desenvolvimento entre instituições académicas ou culturais, com base em planos anuais ou plurianuais de actividades.

CAPÍTULO V

Pessoal

Artigo 24.º

Quadro de pessoal

O quadro de pessoal do Instituto é aprovado por portaria conjunta dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Finanças e do membro do Governo responsável pela Administração Pública.

Artigo 25.º

Pessoal dirigente

O Instituto dispõe do pessoal dirigente constante do quadro anexo ao presente diploma e que dele faz parte integrante.

Artigo 26.º

Provimento do pessoal dirigente

O provimento do pessoal dirigente do Instituto pode ser realizado nos termos da lei geral ou recair em funcionários diplomáticos, nos termos do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 48/94, de 24 de Fevereiro.

CAPÍTULO VI

Disposições finais e transitórias

Artigo 27.º

Integração de pessoal

O pessoal do quadro de outros serviços ou organismos que se encontre à data da entrada em vigor do presente diploma a exercer funções no Instituto Camões poderá requerer, no prazo de 30 dias a contar daquela data, a integração no quadro do Instituto Camões.

A regularização da situação dos trabalhadores abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Julho, que se encontrem a exercer funções no Instituto Camões à data da publicação do presente diploma, correrá nos termos que vierem a ser definidos na lei.

Artigo 28.º

Transição de pessoal

O pessoal que, à data da entrada em vigor do presente diploma, se encontre a prestar serviço no Instituto Camões que tenha a qualidade de funcionário transita para o quadro a que se refere o artigo 24.º, de acordo com as seguintes

regras:

- a) Para a mesma carreira, categoria e escalão que o funcionário já possui;
- b) Sem prejuízo das habilitações legais, para carreira e categoria que integre as funções que o funcionário efectivamente desempenha, em escalão a que corresponda o mesmo índice remuneratório ou, quando se verifique coincidência de índice, em escalão a que corresponda o índice superior mais aproximado na estrutura da categoria para que se processa a transição.

2 - A determinação da categoria a que se refere a alínea b) do número anterior faz-se em função do índice remuneratório correspondente ao escalão 1 da categoria da nova carreira.

3 - O tempo de serviço prestado na categoria que deu origem à transição conta, para todos os efeitos legais, como prestado na nova categoria, a partir da data do início das funções correspondentes à da categoria para que se operou a transição.

Artigo 29.º

Ensino básico e secundário

As competências que estavam cometidas ao Instituto Camões relativamente aos professores do ensino básico e secundário de português no estrangeiro passam a ser exercidas pelo Ministério da Educação.

Artigo 30.º

Legislação revogada

É revogado o Decreto-Lei n.º 52/95, de 20 de Março.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 17 de Abril de 1997. - António Manuel de Oliveira Guterres - Jaime José Matos da Gama - António Luciano Pacheco de Sousa Franco - Eduardo Carrega Marçal Grilo - Manuel Maria Ferreira Carrilho - José Mariano Rebelo Pires Gago - Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho.

Promulgado em 17 de Junho de 1997.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

referendado em 20 de Junho de 1997.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

ANEXO

Quadro de pessoal dirigente do Instituto Camões

Grupo de pessoal	Categoria	Número de lugares
Dirigente	Presidente	1
	Vice-presidente	2
	Director de serviços	3
	Chefe de divisão	8

B11

Decreto-Lei n.º 119/2007 de 27 de Abril de 2007

Diário da República, 1ª Série, n.º 82 de 27 de Abril de 2007

nização e actualização da contabilidade, designadamente a conferência, processamento e liquidação das despesas relativas à actividade do FRI, I. P.;

j) Assegurar a organização e actualização do cadastro de pessoal afecto ao FRI, I. P., bem como o registo e controlo de assiduidade.

Artigo 6.º

Organização interna

A organização interna do FRI, I. P., obedece ao modelo de estrutura matricial.

Artigo 7.º

Pessoal

O pessoal do FRI, I. P., é destacado da Secretaria-Geral.

Artigo 8.º

Receitas

Constituem receitas próprias do FRI, I. P.:

a) Os emolumentos consulares cobrados nos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

b) Os saldos de gerência de anos anteriores, a autorizar nos termos da lei;

c) O produto de doações, heranças e legados;

d) Quaisquer outras receitas que por lei, contrato ou outro título lhe sejam atribuídas.

Artigo 9.º

Despesas

1 — Constituem despesas do FRI, I. P., as que resultem de encargos decorrentes da prossecução das respectivas atribuições, dividindo-se em normais e classificadas.

2 — As despesas decorrentes do exercício das competências previstas na alínea b) do n.º 2 do artigo 2.º podem ficar sujeitas ao regime de despesas classificadas, por despacho do Ministro dos Negócios Estrangeiros.

3 — As despesas classificadas são justificadas por documento do conselho directivo, assinado pelo seu presidente e outro membro.

Artigo 10.º

Património

O património do FRI, I. P., é constituído pela universalidade dos bens, direitos e obrigações de que é titular.

Artigo 11.º

Estatuto remuneratório dos chefes de equipas multidisciplinares

Aos chefes de equipas multidisciplinares é atribuído um estatuto remuneratório equiparado a chefe de divisão.

Artigo 12.º

Norma revogatória

É revogado o Decreto-Lei n.º 59/94, de 24 de Fevereiro.

Artigo 13.º

Entrada em vigor

O presente decreto-lei entra em vigor no 1.º dia do mês seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 14 de Dezembro de 2006. — *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa* — *Luís Filipe Marques Amado* — *Fernando Teixeira dos Santos*.

Promulgado em 27 de Março de 2007.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 27 de Março de 2007.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Decreto-Lei n.º 119/2007

de 27 de Abril

No quadro das orientações definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) e dos objectivos do Programa do Governo no tocante à modernização administrativa e à melhoria da qualidade dos serviços públicos, com ganhos de eficiência, importa concretizar o esforço de racionalização estrutural consagrado no Decreto-Lei n.º 204/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério dos Negócios Estrangeiros, avançando na definição dos modelos organizacionais dos serviços que integram a respectiva estrutura.

A valorização permanente e a difusão internacional da língua e da cultura portuguesa constituem tarefas do Estado, como tal consagradas no artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa.

Para cumprir o imperativo constitucional, empenharam-se os sucessivos governos democráticos em redefinir a orientação da política cultural externa, elegendo, como novo objectivo estratégico, o reforço das relações de cooperação com os povos que com Portugal mantiveram uma relação privilegiada ao longo de séculos, por forma a preservar e valorizar o património cultural que tem na língua comum a mais envolvente e consistente expressão.

Como sucessor do Instituto de Alta Cultura e do Instituto da Cultura e da Língua Portuguesa, coube ao Instituto Camões a dupla missão de prosseguir o esforço de difusão da língua e da cultura portuguesa junto das instituições estrangeiras de ensino superior e de dar expressão à política de cooperação cultural com os parceiros da recém formada Comunidade de Povos de Língua Portuguesa.

Entende, agora, o Governo, no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), alargar a área de actuação do Instituto Camões, cometendo-lhe a coordenação da rede do docência do português no estrangeiro ao nível do ensino básico e secundário.

Neste contexto e em obediência aos princípios que informam o PRACE, procede-se agora à flexibilização da estrutura interna do Instituto, ao reforço da autonomia dos órgãos estatutários e à consagração de um modelo de relacionamento institucional mais adequado à coordenação dos centros difusores da língua e da cul-

tura portuguesa implantados num vasto leque de países e instituições internacionais.

Assim:

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, e nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Natureza

1 — O Instituto Camões, I. P., abreviadamente designado por IC, I. P., é um instituto público integrado na administração indirecta do Estado, dotado de autonomia administrativa e património próprio.

2 — O IC, I. P., prossegue atribuições do Ministério dos Negócios Estrangeiros nas áreas da Cultura e da Educação, sob a superintendência e tutela do Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Artigo 2.º

Sede e rede internacional de serviços

1 — O IC, I. P., desenvolve a sua acção no exterior, designadamente através de centros culturais portugueses, criados no quadro das representações diplomáticas, e de leitorados de língua e cultura portuguesa.

2 — O IC, I. P., tem a sua sede em Lisboa.

Artigo 3.º

Missão e atribuições

1 — O IC, I. P., tem por missão propor e executar a política de ensino e divulgação da língua e cultura portuguesas no estrangeiro, assegurar a presença de leitores de português nas universidades estrangeiras e gerir a rede do ensino de português no estrangeiro a nível básico e secundário, em coordenação com outros departamentos governamentais, em especial os Ministérios da Educação, da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Cultura.

2 — São atribuições gerais do IC, I. P.:

a) Estruturar e coordenar a política de difusão e promoção da língua e da cultura portuguesa no estrangeiro e promover o português como língua de comunicação internacional;

b) Assegurar a representação do País na negociação de acordos culturais e respectivos programas de cooperação, coordenando a participação dos departamentos do Estado com atribuições nos domínios da cultura e educação;

c) Estabelecer programas de apoio à criação de departamentos de português em universidades estrangeiras e à contratação local de docentes;

d) Promover, coordenar e desenvolver a realização de cursos de língua portuguesa e outros conteúdos culturais quer em sistema presencial quer por recurso a tecnologias de informação e comunicação;

e) Desenvolver, em cooperação com universidades portuguesas ou estrangeiras, sistemas de avaliação e certificação de competências pedagógico-didáticas para o ensino/aprendizagem do português e de competências comunicativas em português;

f) Estabelecer parcerias e apoiar a realização de estudos e trabalhos de investigação sobre a presença e estatuto da língua e cultura portuguesas, designadamente na perspectiva da sua difusão internacional;

g) Conceber, promover, propor, apoiar e executar a produção de obras e projectos de divulgação da língua e da cultura portuguesas no estrangeiro;

h) Estimular, apoiar e promover acções que favoreçam a divulgação e o intercâmbio internacional das formas de expressão artística, designadamente nas grandes mostras e eventos internacionais;

i) Estabelecer as linhas de orientação e as áreas prioritárias de intervenção dos centros culturais portugueses no estrangeiro, bem como propor a sua criação;

j) Conceder bolsas, subsídios ou outros apoios decorrentes de acordos culturais ou programas de difusão da língua e da cultura portuguesa, em conformidade com regulamento interno;

l) Coordenar a actividade dos leitorados de língua e cultura portuguesas;

m) Desenvolver e coordenar a actividade de formação de professores nas áreas da língua e cultura portuguesas;

n) Coordenar a actividade da rede de docência de língua e cultura portuguesas no estrangeiro ao nível do ensino básico e secundário;

o) Apoiar a criação e o funcionamento de cátedras de português e centros de língua portuguesa junto de instituições estrangeiras de ensino superior e de organismos internacionais;

p) Promover a celebração e acompanhar a execução de acordos de cooperação cultural;

q) Editar materiais de divulgação da língua e cultura portuguesas em distintos suportes.

Artigo 4.º

Órgãos

1 — O IC, I. P., é dirigido por um presidente e dois vice-presidentes, cargos de direcção superior de 1.º e 2.º graus, respectivamente.

2 — É ainda órgão do IC, I. P., o conselho consultivo.

Artigo 5.º

Presidente

1 — O presidente exerce as competências que lhe forem conferidas por lei ou nele delegadas ou subdelegadas.

2 — Os vice-presidentes exercem as competências que lhe sejam delegadas ou subdelegadas pelo presidente, devendo este identificar a quem compete substituí-lo nas suas faltas e impedimentos.

Artigo 6.º

Conselho consultivo

1 — O conselho consultivo é o órgão de consulta, apoio e participação na definição das linhas gerais de actuação do Instituto.

2 — O conselho consultivo é constituído:

a) Pelo presidente e vice-presidentes;

b) Por um representante de cada um dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da educação, da cultura, do ensino superior, da ciência e tecnologia, da juventude e da comunicação social;

c) Pelo director-geral de Política Externa, pelo director-geral dos Assuntos Europeus, pelo director-geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas e pelo presidente do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento;

d) Por cinco personalidades de reconhecido mérito nos domínios do ensino, da investigação, das artes e das ciências.

3 — Ao conselho consultivo compete:

a) Pronunciar-se sobre o plano e o relatório de actividades do Instituto;

b) Pronunciar-se, por iniciativa própria ou mediante solicitação do presidente sobre iniciativas relevantes para a prossecução das atribuições do Instituto;

c) Contribuir para a articulação do Instituto com os órgãos do Estado e dos serviços públicos com os quais se relacione na prossecução das suas atribuições.

Artigo 7.º

Organização interna

1 — A organização interna do IC, I. P., é a prevista nos respectivos estatutos.

2 — A organização interna e as normas de funcionamento dos centros culturais portugueses constam de regulamento interno.

Artigo 8.º

Estatuto do pessoal dirigente

1 — Aos dirigentes do IC, I. P., é aplicável o disposto na lei-quadro dos institutos públicos e, subsidiariamente, o estatuto do pessoal dirigente da Administração Pública.

2 — Um dos lugares de direcção superior de 2.º grau é designado de entre funcionários da carreira diplomática, com categoria não inferior a ministro plenipotenciário.

Artigo 9.º

Regime do pessoal

1 — Ao pessoal do IC, I. P., é aplicável o regime geral da função pública.

2 — É admitido o recurso ao contrato administrativo de provimento para o exercício das funções de leitor, de docentes e de outras funções próprias do serviço público que não revistam carácter de permanência.

3 — Em casos devidamente fundamentados, o IC, I. P., pode recrutar trabalhadores, ao abrigo das disposições reguladoras do contrato individual de trabalho na Administração Pública, para as funções de técnicos especializados no âmbito da linguística, da cultura e da gestão e programação cultural, das novas tecnologias e suas aplicações às áreas de promoção e ensino.

Artigo 10.º

Receitas

1 — O IC, I. P., dispõe das receitas provenientes de dotações que lhe forem atribuídas no Orçamento do Estado.

2 — O IC, I. P., dispõe ainda das seguintes receitas próprias:

a) O produto da venda de publicações e outros materiais próprios;

b) As quantias cobradas por actividades ou serviços prestados;

c) O valor das rendas e outros proventos patrimoniais;

d) Quaisquer outras receitas atribuídas por lei, por contrato ou a outro título.

Artigo 11.º

Despesas

Constituem despesas do IC, I. P., as que resultem de encargos decorrentes da prossecução das respectivas atribuições.

Artigo 12.º

Património

O património do IC, I. P., é constituído pela universalidade dos bens, direitos e obrigações de que é titular.

Artigo 13.º

Participação em outras entidades

Quando se mostrar imprescindível para a prossecução das respectivas atribuições e precedendo autorização dos membros do Governo responsáveis pelas áreas dos Negócios Estrangeiros e das Finanças, o IC, I. P., pode criar, participar na criação ou adquirir participações sociais em entes de direito privado que revistam utilidade pública, em Portugal ou no estrangeiro, cujos fins sejam coincidentes ou complementares aos que lhe estão cometidos.

Artigo 14.º

Disposições transitórias

A transferência da atribuição prevista na alínea g) do n.º 2 do artigo 3.º efectiva-se até ao final do ano de 2007, por diploma próprio.

Artigo 15.º

Norma revogatória

É revogado o Decreto-Lei n.º 170/97, de 5 de Julho.

Artigo 16.º

Entrada em vigor

O presente decreto-lei entra em vigor no 1.º dia do mês seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 14 de Dezembro de 2006. — José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa — Luís Filipe Marques Amado — Fernando Teixeira dos Santos — Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira — Jorge Miguel de Melo Viana Pedreira — José Mariano Rebelo Pires Gago — Mário Vieira de Carvalho — Augusto Ernesto Santos Silva.

Promulgado em 27 de Março de 2007.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 27 de Março de 2007.

O Primeiro-Ministro, José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.

Decreto-Lei n.º 120/2007

de 27 de Abril

No quadro das orientações definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) e dos objectivos do Programa do Governo

B12

Portaria nº 509/2007 de 30 de Abril de 2007

Diário da república, 1ªa Série, n.º 83, 30 de Abril de 2007

daquele decreto-lei, determinar a sua organização interna.

Assim:

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro:

Manda o Governo, pelos Ministros de Estado e dos Negócios Estrangeiros e de Estado e das Finanças, o seguinte:

Artigo 1.º

Objecto

São aprovados, em anexo à presente portaria e da qual fazem parte integrante, os Estatutos do Fundo para as Relações Internacionais, I. P., abreviadamente designado por FRI, I. P.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no 1.º dia do mês seguinte ao da sua publicação.

Em 27 de Abril de 2007.

Pelo Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *António Fernandes da Silva Braga*, Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

ANEXO

ESTATUTOS DO FUNDO PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS, I. P.

Artigo 1.º

Organização interna

A organização interna do FRI, I. P., obedece ao modelo de estrutura matricial.

Artigo 2.º

Chefes de equipas multidisciplinares

A dotação máxima de chefes de equipas multidisciplinares é fixada em uma.

Artigo 3.º

Estatuto remuneratório

Ao chefe de equipa multidisciplinar é atribuído um estatuto remuneratório equiparado a chefe de divisão.

Portaria n.º 509/2007

de 30 de Abril

O Decreto-Lei n.º 119/2007, de 27 de Abril, definiu a missão e atribuições do Instituto Camões, I. P. Importa agora, no desenvolvimento daquele decreto-lei, determinar a sua organização interna. Conhecidas as limitações do modelo orgânico que vigorou nas últimas décadas, impõe-se a adopção de uma estrutura leve e flexível, assente numa lógica de partilha de objectivos entre as unidades operativas e de optimização dos recursos e meios de actuação.

Assim:

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro:

Manda o Governo, pelos Ministros de Estado e dos Negócios Estrangeiros e de Estado e das Finanças, o seguinte:

Artigo 1.º

Objecto

São aprovados, em anexo à presente portaria e da qual fazem parte integrante, os Estatutos do Instituto Camões, I. P.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no 1.º dia do mês seguinte ao da sua publicação.

Em 27 de Abril de 2007.

Pelo Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *António Fernandes da Silva Braga*, Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

ANEXO

ESTATUTOS DO INSTITUTO CAMÕES, I. P.

Artigo 1.º

Estrutura

1 — A estrutura dos serviços do Instituto Camões, I. P., abreviadamente designado de IC, I. P., compreende as seguintes unidades orgânicas nucleares:

- a) Direcção de Serviços de Coordenação do Ensino do Português no Estrangeiro;
- b) Direcção de Serviços de Promoção e Divulgação Cultural Externa;
- c) Direcção de Serviços de Gestão de Recursos.

2 — É fixado em sete o número de unidades orgânicas flexíveis, sendo a sua organização e funcionamento estabelecida em regulamento interno.

3 — A criação de estruturas portuguesas externas, designadamente dos centros culturais, é autorizada por despacho conjunto dos membros do governo responsáveis pelas áreas das finanças e da tutela, precedendo estudo de avaliação das condições locais de difusão da língua e da cultura portuguesa.

Artigo 2.º

Direcção de Serviços de Coordenação do Ensino do Português no Estrangeiro

À Direcção de Serviços de Coordenação do Ensino do Português no Estrangeiro compete:

- a) A coordenação dos programas de apoio ao estudo e à difusão da língua portuguesa;
- b) A gestão da rede de leitores e outros docentes colocados ao abrigo de parcerias com instituições estrangeiras de ensino superior;
- c) A gestão da rede de docência da língua e cultura portuguesa a nível básico e secundário no estrangeiro.

Artigo 3.º

Direcção de Serviços de Promoção e Divulgação Cultural Externa

À Direcção de Serviços de Promoção e Divulgação Cultural Externa compete:

- a) Assegurar a formulação, coordenação e gestão dos programas de promoção e divulgação da cultura portuguesa no estrangeiro e dos programas de cooperação no domínio cultural;
- b) Assegurar a coordenação da produção e manutenção de conteúdos para divulgação através da Internet, nomeadamente pelo portal do IC, I. P.;
- c) A promoção e gestão de acções estruturadas de aprendizagem e formação a distância;
- d) O apoio à edição e à produção de outros materiais destinados à divulgação da língua e da cultura portuguesa no estrangeiro;
- e) Organizar, gerir e actualizar a Biblioteca e o Centro de Documentação do Instituto.

Artigo 4.º

Direcção de Serviços de Gestão de Recursos

À Direcção de Serviços de Gestão de Recursos compete assegurar as actividades inerentes à gestão administrativa, financeira, patrimonial e de recursos humanos do IC, I. P.

Artigo 5.º

Participação em outras entidades

1 — Quando se mostrar imprescindível para a prossecução das respectivas atribuições, os Ministros das Finanças e dos Negócios Estrangeiros podem autorizar o IC, I. P. a criar e participar, a qualquer título, em sociedades, associações, fundações e outras entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras e internacionais.

2 — O aumento das participações referidas no número anterior está sujeito aos requisitos e forma nele mencionados.

Portaria n.º 510/2007

de 30 de Abril

O Decreto-Lei n.º 120/2007, de 27 de Abril, definiu a missão e atribuições do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I. P. Importa agora, no desenvolvimento daquele decreto-lei, determinar a sua organização interna.

Assim:

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro:

Manda o Governo, pelos Ministros de Estado e dos Negócios Estrangeiros e de Estado e das Finanças, o seguinte:

Artigo 1.º

Objecto

São aprovados, em anexo à presente portaria e da qual fazem parte integrante, os Estatutos do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I. P., abreviadamente designado por IPAD, I. P.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no 1.º dia do mês seguinte ao da sua publicação.

Em 27 de Abril de 2007.

Pelo Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *António Fernandes da Silva Braga*, Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

ANEXO

**ESTATUTOS DO INSTITUTO PORTUGUÊS DE APOIO
AO DESENVOLVIMENTO, I. P. (IPAD, I. P.)**

Artigo 1.º

Estrutura

1 — A estrutura do IPAD, I. P., integra as seguintes unidades orgânicas nucleares:

- a) Direcção de Serviços de Planeamento;
- b) Direcção de Serviços de Cooperação Geográfica I;
- c) Direcção de Serviços de Cooperação Geográfica II;
- d) Direcção de Serviços de Assuntos Europeus e Multilaterais;
- e) Direcção de Serviços de Gestão.

2 — O IPAD, I. P., integra, ainda, o Gabinete de Avaliação e Auditoria Interna e o Núcleo de Documentação e Educação para o Desenvolvimento, dirigidos por chefes de divisão.

3 — Para além das duas unidades referidas no número anterior, é fixado em 10 o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, sendo a sua organização e funcionamento estabelecido em regulamento interno.

Artigo 2.º

Direcção de Serviços de Planeamento

À Direcção de Serviços de Planeamento compete assegurar o planeamento global e a programação da ajuda pública ao desenvolvimento, em função das orientações, objectivos e prioridades definidos pela tutela, bem como elaborar ou promover a elaboração de estudos nas áreas de ajuda pública ao desenvolvimento e, em especial:

- a) Identificar as estratégias de intervenção global, sectorial e geográfica;
- b) Desenvolver e propor uma política de atribuição de subsídios;
- c) Definir os critérios para a atribuição de apoios às organizações não governamentais de cooperação para o desenvolvimento e a outras entidades da sociedade civil;
- d) Desenvolver e propor uma política de bolsas;
- e) Coordenar e gerir o Programa Orçamental da Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento e elaborar os respectivos relatórios de execução;
- f) Elaborar o plano e o relatório anual de actividades do IPAD, I. P.;
- g) Elaborar o plano e o relatório de actividades da cooperação portuguesa a apresentar ao Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE);

Artigo 3.º

Direcção de Serviços de Promoção e Divulgação Cultural Externa

À Direcção de Serviços de Promoção e Divulgação Cultural Externa compete:

- a) Assegurar a formulação, coordenação e gestão dos programas de promoção e divulgação da cultura portuguesa no estrangeiro e dos programas de cooperação no domínio cultural;
- b) Assegurar a coordenação da produção e manutenção de conteúdos para divulgação através da Internet, nomeadamente pelo portal do IC, I. P.;
- c) A promoção e gestão de acções estruturadas de aprendizagem e formação a distância;
- d) O apoio à edição e à produção de outros materiais destinados à divulgação da língua e da cultura portuguesa no estrangeiro;
- e) Organizar, gerir e actualizar a Biblioteca e o Centro de Documentação do Instituto.

Artigo 4.º

Direcção de Serviços de Gestão de Recursos

À Direcção de Serviços de Gestão de Recursos compete assegurar as actividades inerentes à gestão administrativa, financeira, patrimonial e de recursos humanos do IC, I. P.

Artigo 5.º

Participação em outras entidades

1 — Quando se mostrar imprescindível para a prossecução das respectivas atribuições, os Ministros das Finanças e dos Negócios Estrangeiros podem autorizar o IC, I. P. a criar e participar, a qualquer título, em sociedades, associações, fundações e outras entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras e internacionais.

2 — O aumento das participações referidas no número anterior está sujeito aos requisitos e forma nele mencionados.

Portaria n.º 510/2007

de 30 de Abril

O Decreto-Lei n.º 120/2007, de 27 de Abril, definiu a missão e atribuições do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I. P. Importa agora, no desenvolvimento daquele decreto-lei, determinar a sua organização interna.

Assim:

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro:

Manda o Governo, pelos Ministros de Estado e dos Negócios Estrangeiros e de Estado e das Finanças, o seguinte:

Artigo 1.º

Objecto

São aprovados, em anexo à presente portaria e da qual fazem parte integrante, os Estatutos do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I. P., abreviadamente designado por IPAD, I. P.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no 1.º dia do mês seguinte ao da sua publicação.

Em 27 de Abril de 2007.

Pelo Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros,
António Fernandes da Silva Braga, Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

ANEXO

ESTATUTOS DO INSTITUTO PORTUGUÊS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO, I. P. (IPAD, I. P.)

Artigo 1.º

Estrutura

1 — A estrutura do IPAD, I. P., integra as seguintes unidades orgânicas nucleares:

- a) Direcção de Serviços de Planeamento;
- b) Direcção de Serviços de Cooperação Geográfica I;
- c) Direcção de Serviços de Cooperação Geográfica II;
- d) Direcção de Serviços de Assuntos Europeus e Multilaterais;
- e) Direcção de Serviços de Gestão.

2 — O IPAD, I. P., integra, ainda, o Gabinete de Avaliação e Auditoria Interna e o Núcleo de Documentação e Educação para o Desenvolvimento, dirigidos por chefes de divisão.

3 — Para além das duas unidades referidas no número anterior, é fixado em 10 o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, sendo a sua organização e funcionamento estabelecido em regulamento interno.

Artigo 2.º

Direcção de Serviços de Planeamento

À Direcção de Serviços de Planeamento compete assegurar o planeamento global e a programação da ajuda pública ao desenvolvimento, em função das orientações, objectivos e prioridades definidos pela tutela, bem como elaborar ou promover a elaboração de estudos nas áreas de ajuda pública ao desenvolvimento e, em especial:

- a) Identificar as estratégias de intervenção global, sectorial e geográfica;
- b) Desenvolver e propor uma política de atribuição de subsídios;
- c) Definir os critérios para a atribuição de apoios às organizações não governamentais de cooperação para o desenvolvimento e a outras entidades da sociedade civil;
- d) Desenvolver e propor uma política de bolsas;
- e) Coordenar e gerir o Programa Orçamental da Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento e elaborar os respectivos relatórios de execução;
- f) Elaborar o plano e o relatório anual de actividades do IPAD, I. P.;
- g) Elaborar o plano e o relatório de actividades da cooperação portuguesa a apresentar ao Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE);

ANEXO C

Instituições responsáveis pelos leitorados e respectivas tutelas desde 1929

Anos	Instituição	Tutela
1929-1936	Junta de Educação Nacional	Ministério da Instrução Pública e Ministério dos Negócios Estrangeiros
1936-1952	Instituto para a Alta Cultura	Junta Nacional de Educação do Ministério da Educação Nacional
1952-1976	Instituto de Alta Cultura	Ministério da Educação
1976-1979	Instituto de Cultura Portuguesa	Ministério da Educação
1979	Instituto de Cultura Portuguesa	Secretaria de Estado da Cultura
1980-1992	Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP)	Ministério da Educação
1992-1994	Instituto Camões	Ministério da Educação
1994 -...	Instituto Camões	Ministério dos Negócios Estrangeiros

Fontes: Decreto n.º 26 611, Decreto n.º 38 680, Decreto-Lei 541/76 de 9 de Julho, Decreto-Lei nº 50/80 de 22 de Março, Decreto-Lei 135/92 de 15 de Julho, Decreto-Lei n.º 48/94 de 24 de Fevereiro

ANEXO D

Presidentes das Instituições responsáveis pelos leitorados desde 1936

Instituto para a Alta Cultura	1936-1940	Augusto Pires Celestino da Costa
	1940-1942	Domingos Fezas Vital (Pres. interino JNE)
	1942-1952	Gustavo Cordeiro Ramos
Instituto de Alta Cultura	1952-1964	Gustavo Cordeiro Ramos
	1965-1967	António da Silveira
	1967-1971	José Castro Petrony Abreu Faro
	1971-1973	Maria de Lurdes Belchior Pontes
	1973-1974	Vítor Pereira Crespo
	1974-1975	Ilídio do Amaral (Interino)
	21.02.75-20.08.75	João Luís Correia de Andrade e Silva
	1975-1976	Domingos Cruz Pereira de Moura (Interino)
Instituto de Cultura Portuguesa	1976-1977	Fernando Gonçalves Namora
	1977-1980	José Augusto Rodrigues França
ICALP	1980-1981	José Blanc de Portugal (Interino)
	1981-1984	Prof. Dr. Fernando de Melo Moser
	1984-1990	Prof. Dr. Fernando Alves Cristóvão
	1990-1992	Armando Marques Guedes (Sénior)
Instituto Camões	1992-1995	Luís Adão da Fonseca
	1995-1998	João Paulo Monteiro
	1998 – 2002	Jorge Couto
	2002 - 2004	Maria José Stock
	2004 - ...	Simonetta Luz Afonso

Fontes: 1936-1984: Anuário ICALP 1984-1987: 22; 1984-2007: contactos pessoais

ANEXO E

Quadro Resumo de informação sobre os concursos para leitores

Ano Lectivo	Perfil dos candidatos	Áreas Científicas admitidas	Condições preferenciais
1985-1986 <i>Revista ICALP</i> n.º 2 e 3: 145	Professores do ensino preparatório, secundário e superior		
1989/1990 (Anuário ICALP 1988)	Cidadãos portugueses com grau de doutor, mestre ou licenciado conferido por qualquer das Faculdades. De Letras das Universidades. Portuguesas ou diploma estrangeiro desde que tenham obtido equivalência nacional	Filologia Germânica, Românica, LLM, Estudos Portugueses, Estudos Clássicos	<ul style="list-style-type: none"> - Docentes universitários das faculdades de letras - Professores profissionalizados ensino preparatório e secundário - Professores provisórios e eventuais, desde que possuam diploma de mestrado
1990-1991 (Anuário ICALP 89)	Cidadãos portugueses com grau de doutor, mestre ou licenciado conferido por qualquer das Faculdades de Letras das Universidades Portuguesas, ou diploma estrangeiro desde que tenham obtido equivalência nacional Nota mínima de licenciatura: 13 valores	Filologia Germânica, Românica, Línguas e Literaturas Modernas, Estudos Portugueses, Estudos Clássicos	<ul style="list-style-type: none"> - Docentes universitários das faculdades de letras - Professores profissionalizados ensino preparatório e secundário - Professores provisórios e eventuais, desde que possuam diploma de mestrado
1993/1994 (Diário da República, N.º 59, 11-03-1993: 2663)	Docentes do ensino secundário, básico e superior de nomeação definitiva que possuam grau de licenciado, mestre ou doutor Docentes do ensino secundário, básico e superior do ensino particular que possuam grau de licenciado, mestre ou doutor nas áreas referidas com 5 anos de serviço Docentes que possuam diploma de instituições de nível superior ou congéneres estrangeiras, desde que possuam equivalência nacional Licenciados ou mestres que apresentem um projecto já iniciado na área da Língua e Cultura Portuguesa	Filologia Clássica, Germânica ou Românica, História, Língua e Cultura Portuguesa, Línguas e Literaturas Clássicas, Línguas e Literaturas Modernas, Linguística, Filosofia	<p>Exercício anterior de funções de docência na área da Língua e cultura portuguesas, nomeadamente as de leitor</p> <p>Projecto de mestrado ou doutoramento na área</p> <p>Conhecimento da língua do país para onde concorre</p> <p>Experiência do país em que pretende prestar serviço</p>
2002-2003 (Documentos fornecidos pelo Instituto Camões)	Ser de nacionalidade portuguesa	Língua e Cultura Portuguesa Línguas e Literaturas Clássicas e Modernas Linguística Portuguesa Filologia Portuguesa Tradução e Interpretação que inclua formação específica em Português Licenciatura em outras áreas científicas, com pós-graduação específica na área de “ensino do português” ou experiência comprovada em ensino de Português Língua Estrangeira e Língua Segunda	
2003-2004 (Jornal de Letras,	Os candidatos devem ter nacionalidade portuguesa (Jornal de Letras)	Língua e Cultura Portuguesa Línguas e Literaturas Clássicas e Modernas (com Estudos	

Janeiro 2003)		<p>Portugueses) Linguística Portuguesa Filologia Românica Os candidatos poderão ter licenciatura em outras áreas científicas desde que possuam pós-graduação na área de didáctica do português ou experiência em PLE, nomeadamente ao serviço do Centro de Língua Portuguesa do IPOR Para o Centro de Língua Portuguesa do IPOR serão seleccionados como professores candidatos que para além de uma das licenciaturas mencionadas comprovem ter experiência em PLE e como assistentes os que não a tenham</p>	
2005-2006 (www.instituto-camoes.pt)	Os candidatos devem ter nacionalidade portuguesa ou ter estatuto equiparado.	<p>Língua e Cultura Portuguesa; Línguas e Literaturas Clássicas e Modernas (com Estudos Portugueses); Linguística Portuguesa; Filologia Portuguesa; Tradução e Interpretação que inclua formação específica em Português. Poderão ter licenciatura em outras áreas científicas desde que possuam pós-graduação na área de Didáctica do Português ou experiência, devidamente comprovada por instituição oficialmente reconhecida, em ensino de PLE (Português Língua Estrangeira) e (Língua Segunda).</p>	
2006-2007 (www.instituto-camoes.pt)	Os candidatos devem ter nacionalidade portuguesa ou ter estatuto equiparado.	<p>Língua e Cultura Portuguesa; Línguas e Literaturas Clássicas e Modernas (com Estudos Portugueses); Linguística Portuguesa; Filologia Portuguesa; Tradução e Interpretação que inclua formação específica em Português. Os candidatos poderão ter licenciatura em outras áreas científicas desde que possuam pós-graduação na área de Didáctica do Português ou experiência, devidamente comprovada por instituição oficialmente reconhecida, em PLE e PL2.</p>	

Fontes: *ICALP Revista* n.º 2 e 3, Cristóvão 1988, Cristóvão 1990, DR. N.º 59, 11-03-1993, Documentos fornecidos pelo Instituto Camões, *Jornal de Letras*, Janeiro 2003, www.instituto-camoes.pt

Anexo F

Centros de Língua do Instituto Camões existentes em 2006/2007, por data de criação

Cidade	Ano de criação
Budapeste	1998
Nampula	1998
Buenos Aires	1999
Praia	1999
Beira	1999
Maputo	1999
São Tomé	1999
Goa	2000
Lubango	2001
Barcelona	2001
Lyon	2001
Newcastle	2001
Oxford	2001
Bucareste	2001
Dili	2001
Joanesburgo	2002
Hamburgo	2002
Bissau	2002
Benguela	2003
Vigo	2003
Newark	2003
Cáceres	2004
Lile	2004
Cidade do México	2004
Praga	2004
Tunis	2004
Pusan	2005
Madrid	2005
Poitiers	2005
Lublin	2005
Viena	2006
Antuérpia	2006
Edimburgo	2006
Constança	2006
Dacar	2006
Estocolmo	2006
Caracas	2006
Luanda	A inaugurar
Windhoek	A inaugurar
Abuja	Em instalação
Cidade do Cabo	Em instalação
Florença	Em instalação
Leeds	Em instalação
Adis-Abeba	Em instalação
Zagreb	Em instalação
Macau	s/d

Fonte: www.instituto-camoes.pt

ANEXO G

Protocolo entre o instituto Camões e a UNAM

PROGRAMA ESPECÍFICO ENTRE EL INSTITUTO CAMÕES Y LA UNIVERSIDAD NACIONAL AUTÓNOMA DE MÉXICO

El Instituto Camões, con sede en la calle Rodrigues Sampaio, N° 113, 1150-279, Lisboa, aquí representado por su Presidente, Prof. Jorge Couto,

y

La Universidad Nacional Autónoma de México, con sede en el 6° piso de la Torre de Rectoría, en Ciudad Universitaria, Coyoacán, Distrito Federal, C.P. 04510, aquí representada por su Rector, Dr. Juan Ramón de la Fuente,

considerando que:

- La Universidad Nacional Autónoma de México desea proporcionar a sus profesores y estudiantes los medios que les permitan profundizar sus conocimientos en el área de la Lengua y Cultura Portuguesas;
- es la vocación del Instituto Camões promover la divulgación de la Lengua y Cultura Portuguesas,

acuerdan suscribir bajo los términos y condiciones adelante descritos, el presente Programa Específico, a través del cual se establece la creación de:

- Centros de Lengua Portuguesa/Instituto Camões (CLP/IC).
- Cátedra Camões

Artículo 1°

El Centro de Lengua Portuguesa/Instituto Camões, adelante designado como Centro, funcionará como un espacio polivalente que proporcionará a los profesores y estudiantes de la Universidad Nacional Autónoma de México, adelante designada UNAM, y otras personas interesadas, los medios que les permitan profundizar sus conocimientos así como la participación en actividades de carácter cultural en el área de la Lengua y Cultura Portuguesas.

Artículo 2º

La UNAM pondrá a disposición las instalaciones para cada *Centro*, el primero de ellos en el campus Acatlán y el segundo en el Centro de Enseñanza de Lenguas Extranjeras de Ciudad Universitaria

Artículo 3º

La UNAM cubrirá los gastos de mantenimiento de cada *Centro*, específicamente los relacionados a agua, electricidad, limpieza y gastos afines resultantes de su funcionamiento.

Artículo 4º

El área en que cada *Centro* funcionará tendrá las condiciones necesarias para funcionar como:

- biblioteca de Lengua y Cultura Portuguesas;
- local de trabajo del Responsable del *Centro* y de los maestros de portugués,
- local para consultas diversas: lectura de prensa escrita, proyección de videocassetes y de diapositivas, audición de cassetes.

Artículo 5º

La UNAM designará para cada *Centro* un funcionario administrativo, necesario para garantizar su apertura al público y desempeñar funciones de secretariado.

Artículo 6º

El Instituto Camões pondrá a disposición un acervo bibliográfico, así como el equipo y materiales audiovisuales, seleccionados de acuerdo con los objetivos de cada *Centro*, asegurando su actualización regular.

Artículo 7º

La dirección de los *Centros* será tarea de un Lector del Instituto Camões, el cual será designado *Responsable del Centro*, donde realice sus actividades, siendo asesorado en la respectiva administración por un docente del Departamento.

El Lector realizará actividades de investigación y docencia en las entidades académicas de la UNAM, específicamente en el CELE y en el Campus Acatlán.

Artículo 8º

El acervo bibliográfico y audiovisual quedará disponible para consulta pública de acuerdo a los términos de un Reglamento de Funcionamiento que será presentado por el *Responsable del Centro* y aprobado por las instituciones firmantes.

Artículo 9º

El Instituto Camões, a través de los *Centros*, promoverá el desarrollo de actividades culturales en el ámbito de la divulgación de la Lengua y Cultura Portuguesas.

Artículo 10º

El Instituto Camões apoyará la formación de profesores de portugués que integren el personal docente de la UNAM, mediante programas desarrollados en Portugal y en México así como a través de la enseñanza a distancia.

Artículo 11º

El Instituto Camões coordinará y asegurará el funcionamiento de la *Cátedra Camões*, en acuerdo con las autoridades de la Facultad de Filosofía y Letras de la UNAM.

Artículo 12°

teniendo presente promocionar los Estudios Portugueses, el Instituto Camões manifiesta su disponibilidad para la celebración de acuerdos anexos a este Programa Específico, cuyos objetivos sean el traslado de profesores visitantes que aseguren docencia curricular o seminarios de opción, así como para el desarrollo de actividades de los Centros.

Artículo 13°

El Instituto Camões ofrecerá becas de estudio y actualización en Portugal, según criterios a definir y en conformidad con los proyectos que fuesen acordados.

Artículo 14°

El Instituto Camões analizará todas las propuestas de publicaciones a fin de promover su edición, principalmente a través de apoyos financieros.

Artículo 15°

Para la realización de este Programa Específico, la UNAM designa como responsable a la *Oficina de Colaboración Interinstitucional* y el Instituto Camões designa al *Responsable del Centro*.

Artículo 16°

Las partes acuerdan que el personal que cada una emplee para la ejecución del presente Programa Específico, se entenderá exclusivamente relacionado con aquella que lo empleó, por lo que cada una asumirá su responsabilidad por este concepto y en ningún caso serán considerados patrones solidarios o substitutos.

Artículo 17°

Queda expresamente acordado que las Partes no tendrán responsabilidad civil por daños o perjuicios motivados por caso fortuito o fuerza mayor,

expresamente debido a la suspensión de los trabajos académicos o administrativos.

Artículo 18º

El presente Programa Específico entra en vigor a partir de la fecha de su firma, con duración indeterminada. Podrá ser cancelado por cualquiera de las partes, comunicando esa intención a la otra parte, por escrito, con una anticipación mínima de seis meses.

Artículo 19º


El presente Programa Específico se hace de buena fe, por lo que las dudas que puedan resultar de su interpretación, formalización o ejecución, serán resueltas de común acuerdo entre las Partes.

México, D.F., a 13 de Diciembre de 2001

El Presidente del Instituto Camões


Prof. Jorge Couto

El Rector de la Universidad Nacional
Autónoma de México


Dr. Juan Ramón de la Fuente

Testigo de Honor


Dr. Antonio Antas de Campos
Embajador de Portugal en México

PROJECTO

PRIMEIRA ADENDA AO PROTOCOLO ENTRE O INSTITUTO CAMÕES E A UNIVERSIDADE NACIONAL AUTÓNOMA DO MÉXICO

O Instituto Camões, adiante designado *Instituto*, com sede na rua Rodrigues Sampaio, n.º 113, 1150-279, Lisboa, aqui representado pela sua Presidente, Dr.ª Simonetta Luz Afonso,

e

a Universidade Nacional Autónoma do México, adiante designada *UNAM*, com sede no 6.º andar da Torre da Reitoria, na Cidade Universitária, Coyoacán, Distrito Federal, C. P. 04510, aqui representada pelo respectivo Reitor, Dr. Juan Ramón de la Fuente, manifestam:

- I. Que no dia 13 do mês de Dezembro de 2001, as instituições aqui representadas subscreveram um Protocolo, cujo objectivo é oferecer aos professores e estudantes da *UNAM* os meios que permitam aprofundar os seus conhecimentos da Língua e Cultura Portuguesas, através do funcionamento dos Centros de Língua Portuguesa/Instituto Camões e da Cátedra Extraordinária na Facultad de Filosofía y Letras.
- II. Que a cooperação desenvolvida no âmbito do referido Protocolo permitiu estreitar a colaboração e enriquecer o desenvolvimento académico e cultural de ambas as instituições.

- III. Considerando que a *UNAM* deseja proporcionar a todos os estudantes e professores os meios que lhes permita o aprofundamento dos ditos conhecimentos e devido ao grande interesse que existe sobre o tema.
- IV. As partes acordam modificar os Artigos 2.º e 7.º do referido Protocolo, incluindo nos mesmos o pólo de Aragón da *UNAM* para que se crie e se instale o terceiro Centro de Língua Portuguesa/instituto Camões.
- V. O pólo de Aragón da *UNAM* compromete-se a cumprir tudo o assumido no Protocolo
- VI. Todos os Artigos estabelecidos no referido Protocolo mantêm-se válidos.
- VII. A presente Adenda ao Protocolo produz efeitos a partir da data da sua assinatura, tendo duração indeterminada. Poderá ser denunciada por qualquer das partes, comunicando essa intenção à outra parte, por escrito, com uma antecedência mínima de seis meses.

Lisboa, ... de ... de 2005

Cidade do México, ... de ... de 2005

A Presidente
do Instituto Camões

O Reitor
da Universidade Nacional Autónoma do
México

(Simonetia Luz Afonso)

(Dr. Juan Ramón de la Fuente)

ANEXO H

Folheto promocional do curso de professores de línguas estrangeiras da UNAM

El Centro de Enseñanza y Aprendizaje por el Tronco ofrece su curso de formación de profesores de lenguas extranjeras en las áreas de:

ALEMAN, FRANCÉS, INGLÉS, ITALIANO Y PORTUGUÉS

(Se pueden abrir cursos para otras lenguas dependiendo de la demanda y disponibilidad del personal docente)

El programa se dirige a personas interesadas en formarse como profesores de lenguas extranjeras, así como a todos aquellos profesores de lenguas interesados en tener un mejor desempeño en su actuación docente.

Objetivo

Formar y actualizar profesores para enseñar lenguas extranjeras a nivel medio superior y superior.

Capacitar a los participantes para tomar decisiones adecuadas relacionadas con la planificación de la enseñanza de lenguas extranjeras.

Conocer avances metodológicos actuales para optimizar el proceso de enseñanza-aprendizaje.

Desarrollar un espíritu crítico para identificar y analizar diversas situaciones de enseñanza-aprendizaje.

Sentar las bases para una formación continua y autónoma.

El programa tiene una duración de 450 horas distribuidas en dos semestres y está organizado de manera modular. Se divide en un "tronco común", impartido en español, y módulos específicos impartidos en las respectivas lenguas.

El tronco común abarca asignaturas de las siguientes áreas:

Teorías didácticas, aprendizaje de una L2, dinámica de grupos, herramientas de investigación, cultura e interculturalidad, evaluación, proyecto de formación personal, T.I.C.'S

Asimismo, se ofrecen módulos optativos en las áreas de:

Teorías lingüísticas para la enseñanza de una L2, sociolingüística, psicolingüística, educación a distancia, investigación-acción, enseñanza precoz, aprendizaje autodirigido, diseño de materiales, diseño de cursos.

los módulos optativos se abrirán siempre y cuando haya un número suficiente de alumnos.

En las áreas específicas se imparte en alemán, francés, inglés y portugués las siguientes temáticas:

Aspectos lingüísticos (fonología, morfosintaxis, sintaxis, vocabulario, semántica, pragmática, sociolingüística, etc.)
Habilidades comunicativas (comprensión auditiva, comprensión de lectura, producción escrita, producción oral, etc.)
Gramática pedagógica
Observación, planeación y práctica docente
Cultura e interculturalidad
Evaluación

Se pone especial énfasis en el desarrollo de habilidades para la praxis docente.

Modalidades

Sistema presencial: Toda la carga académica es impartida en la modalidad escolarizada (sistema presencial). El alumno tiene que asistir a las clases, con frecuencia obligatoria, en los horarios establecidos obligatoriamente en un horario determinado.

Sistema abierto: Las áreas de inglés y francés se imparten en la modalidad abierta (en esta modalidad el alumno debe haber cursado previamente la asignatura de inglés o francés, o contar con experiencia en el idioma, para impartir la asignatura).

La modalidad abierta contempla lecturas y trabajos de investigación que desarrollarán fuera de clase. Requiere de asistencia mínima de una semana de 37 horas durante el primer semestre. Los estudiantes de esta modalidad se reúnen dos veces por semana por una hora de clase formal. Incluye práctica de clase además de la atención al tiempo de estudio independiente (calidad de aproximadamente 4 horas semanales).

En la modalidad presencial cada módulo es evaluado por el docente con calificaciones parciales y/o con exámenes finales. En la modalidad abierta la evaluación es independiente y se realiza de acuerdo a sus propios criterios, por ejemplo en forma de ensayos, trabajos de investigación y proyectos.

Al finalizar el Curso de Formación de Profesores, el CELE expide una constancia de estudios y otorga un Diploma que es reconocido por la mayoría de las instituciones de enseñanza superior en el medio superior y México.

El Curso cuenta con una planta de aproximadamente 100 integrantes, entre ellos CELE especialistas en lingüística aplicada, psicolingüística, sociolingüística, didáctica de lengua extranjera.

Horarios

Modalidad presencial: lunes a viernes de 16:00 a 19:00 horas; las prácticas de clases se realizarán de 19:00 a 20:30 horas, 2 días a la semana.

Modalidad abierta: variable, se ofrecen generalmente dos o tres a elegir, mañana o tarde.

Requisitos de admisión

21 años cumplidos (acta de nacimiento).

Preparatoria terminada o estudios superiores (certificado).

Curriculum vitae.

Examen de admisión (4 habilidades) de la lengua de especialidad y entrevista.

Domnio del español (aspirantes extranjeros no hispano hablantes).

Carta de motivos (exposición escrita de motivos por los que desea participar en el curso, una cuartilla).

Disponibilidad de horario para asistencia a clases (90% mínimo), lectura de bibliografía, realizar tareas asignadas en cada módulo y hacer observaciones y prácticas de clase.

Constancia de trabajo (modalidad abierta).

Los aspirantes a la modalidad abierta presentarán una constancia de trabajo así como de experiencia docente a nivel medio superior o superior (mínimo 3 años).

Nota: favor de presentar original y copia de cada documento. Los originales se devuelven inmediatamente.

Exámenes

Examen de admisión: El programa de Formación de Profesores presupone que al iniciar sus estudios el alumno tenga muy buenos conocimientos de la lengua elegida. Por esta razón se requiere que todos los aspirantes presenten un examen de admisión en la lengua correspondiente. Este examen sólo se podrá presentar en tres ocasiones como máximo.

Examen de Dominio del español (aspirantes internacionales): Los aspirantes no hispano hablantes, además del examen en la lengua correspondiente, deben aprobar el examen de conocimientos del español que aplica el Centro de Enseñanza para Extranjeros (CEPE) de la UNAM. Los informes sobre este examen se dan en el CEPE, Departamento de Servicios Escolares, Av. Universidad 3002, Cd. Universitaria, Tel. 56 22 24 71.

Inscripción y entrega de documentos: del 18 al 22 de septiembre de 2006.

Los documentos se reciben en la Sección Escolar del CELE, ventanilla exterior del edificio "A" de 9:00 a 13:00 horas y de 15:00 a 18:00 horas.

Examen de admisión (pagar el examen al

presentar sus documentos) \$ 350.00

2.3

Público en general \$ 3,800.00

Profesores SEP, IPN y Colegio de Bachilleres \$ 2,800.00

Profesores, alumnos de la UNAM

y profesores de escuelas

incorporadas con credencial

actualizada \$ 1,800.00

Coordinación de Formación de Profesores, CELE - UNAM.

Circuito Interior s/n, Ciudad Universitaria, Coyoacán 04510,

México D.F.

56 22 8116

<http://www.cele.unam.mx>

ALEMÁN,

FRANCÉS,

INGLÉS,

ITALIANO Y

PORTUGUÉS

ANEXO I

**Notícias de jornais universitários relativas às actividades culturais ligadas ao
português**

Semana de Cultura Portuguesa

Día 15

11:00 horas. Inauguración de la exposición de carteles: "Lengua portuguesa. Océano deculturas".

11:30 horas. Conferencia: "Fotografía económica de Portugal", que dictará el Dr. João Rodríguez.

13:00 horas. Conferencia: "La música en la cultura portuguesa", que impartirá la Dra. Lúcia Borges.

Día 16

11:00 horas. Película: "Cinco días y cinco noches", de José Fonseca e Costa.

13:00 horas. Película: "La divina Comedia", de Manoel de Oliveira.

Día 17

11:00 horas. Conferencia: "Aspectos arquitectónicos portugueses", Ponente: Arquitecta Bárbara Orrego.

13:00 horas. Conferencia: "La política portuguesa actual", Ponente: Maestro Miguel Conde.

Día 18

11:00 y 13:00 horas. Película: "La tentación", de Joaquim Leitão.

La Semana de Cultura Portuguesa se llevará a cabo del 15 al 18 de marzo, en la Sala de Usos Múltiples del Centro de Enseñanza de Idiomas.

Notiões Académicas, 11 de Março 2004

EL CENTRO DE LENGUA PORTUGUESA DEL INSTITUTO CAMÕES
Y EL DEPARTAMENTO DE PORTUGUÉS INVITAN
A LA JORNADA DE CULTURA PORTUGUESA CON EL TEMA
MÚSICA EN PORTUGUÉS
30 de Noviembre

10:00

Raquel Andrade – Ritmo, Política e
Poesia: O Hip Hop no Brasil

Lugar: Sala de Usos Múltiples

11:00

Engenheiros do Hawai – (DVD)

Lugar: Sala de Usos Múltiples

12:00

Mra. Leonor Torgal – Rui Veloso:

Introducción a vida y obra

Lugar: Sala de Usos Múltiples

13:00

Rui Veloso (DVD)

Lugar: Sala de Usos Múltiples

14:00

Ivane Angelica Carneiro – Análise
Sociológica da Música "Cotidiano" de
Chico Buarque

Lugar: Sala de Usos Múltiples

15:00

Ana Gilka Duarte Carneiro – Zeca

Balero – Biografía y Musicografía

Lugar: Sala de Usos Múltiples

16:00

DVD Show MTV com bandas

Gaúchas

Lugar: Sala de Usos Múltiples

17:00

***¡Cuida
tu banca,
es para tu
beneficio!***



NOTIFICACIÓN
30 NOV. 2006

Cine, fotografía y concurso de oratoria, en la Jornada de Cultura Portuguesa en nuestra Facultad

proyección fotográfica, proyecciones cinematográficas y conferencias fueron las actividades que se llevaron a cabo en nuestra Facultad, en el marco de la Jornada de Cultura Portuguesa.

La temática del evento, organizado por el Centro de Lengua Portuguesa del Instituto Camões y el Departamento de Portugués de nuestra Facultad, fue el Cine portugués y mexicano de los años 30 y 40: una mirada conjunta.

El cine de ambos países tienen una coincidencia, pues su época dorada fue en los años 30 y 40, una época donde hay una gran producción filmica de alta calidad interpretativa, comentó Américo Frigues, lector del Instituto Camões de la Embajada de Portugal en Acatlán, durante la inauguración del evento en la Sala de Usos Múltiples del Centro de Idiomas.

Afirmó que la importancia de esta época radicó en el acercamiento de la población portuguesa con sus grandes escritores. Los cineastas plasmaron historias de los clásicos de la literatura y guiones que anteriormente se presentaban en teatro. Agregó que a diferencia del cine mexicano, el cine portugués no tiene fines comerciales, lo que supondría visiones sustanciales contrapuestas en las producciones filmicas de ambos países.

En su oportunidad, el profesor Fábio Barbosa comentó que en esta época, el cine brasileño produjo películas policíacas y algunas otras de situaciones reales, principalmente aquellas del campo. Pero también se filmaron muchas "chanchadas", conocidos como "churros", películas con tintes teatrales, musicales con escenografías exageradas. Entre las actrices más reconocidas de la época está Carmen Miranda, quien además filmó en Estados Unidos y dio pauta para que en el extranjero se pensara que Brasil era un carnaval en todo momento.

Mientras tanto, en nuestro país se vivía la Época de Oro del Cine mexicano. Al respecto, la profesora Mercedes Trujillo Molina resaltó que el esplendor del séptimo arte en esa etapa se debió al hecho de que Estados Unidos no produjo cine durante estos años.

Al hacer un recuento de las grandes producciones y los actores que hicieron historia en esta época mencionó a Jorge Negrete, María Félix, Pedro Infante, Dolores del Río, Joaquín Pardavé, Doña Sara García en

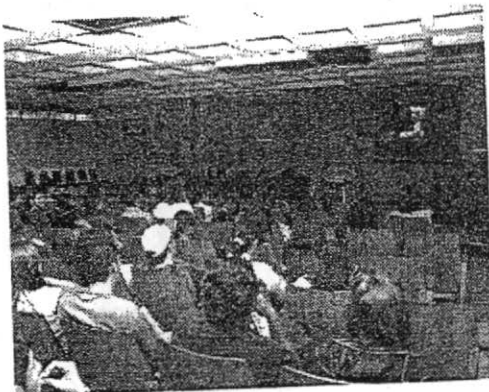
películas como *Allá en el rancho grande*, *Nosotros los pobres*, *ustedes los ricos* y *Una familia de tantas*, entre otras. Otro de los grandes actores de aquel tiempo que fueron recordados en este evento fue Germán Valdés, mejor conocido como Tin Tán, el cómico más importante de la época de oro del cine mexicano.

Para un mejor conocimiento del cine portugués se exhibieron *Joao Ratao*, *A Vizinha do Lado*, *Cancao de Lisboa* y *Fado-história de uma cantadeira*.


Durante la Jornada, los estudiantes que acreditaron el examen de Certificación Internacional de Lengua Portuguesa realizados en noviembre de 2005 recibieron sus respectivas constancias, al igual que los ganadores del Concurso de Oratoria en Portugués, cuyo primer lugar fue para Romina Quezada Morales, el segundo para

Vanessa Pérez Ríos y el tercero para Heriberto Velasco Velasco.

En la Sala de Usos Múltiples del Centro de Idiomas de Acatlán, se exhibieron 40 fotografías de la época dorada del cine portugués y del mexicano, ambas en los años 30 y 40. Entre las figuras del cine mexicano aparecieron retratos de Pedro Infante y Pedro Almendáriz, así como iconos del cine portugués, Horácio Silva y António Pereira.



Alumnos de Portugués tuvieron la oportunidad de ver películas en esta lengua.



**Estimado Exalumno
de la UNAM:**

**¡No te Desconectes!
¡Fortalece tu vínculo
con la Universidad!**

Tramita tu
CREDENCIAL DE EXALUMNO
y aprovecha sus beneficios.

FES Acatlán. Centro de Desarrollo Tecnológico,
del 29 de mayo al 2 de junio, de 10:00 a 17:30 horas.

Notifes Acatlán, 23 de Mayo 2006



2007-1
CURSOS
SABATINOS

12 SÁBADOS DE CLASE

del 13 de ENERO al 31 de MARZO de 2007

IDIOMAS QUE SE OFRECEN:

**ALEMÁN, CHINO, FRANCÉS, INGLÉS
ITALIANO, JAPONÉS Y PORTUGUÉS**

JAPONÉS SÓLO REINSCRIPCIÓN

**TURNOS: MATUTINO TODOS LOS IDIOMAS (9:00-13:00 hrs.)
VESPERTINO: SÓLO ALEMÁN, CHINO, FRANCÉS E INGLÉS (14:00-18:00 hrs.)**

REINSCRIPCIÓN A CUALQUIER IDIOMA:

(Para quien cursó algún nivel en el año 2006-1 al 2006-3)
JUEVES 7 Y VIERNES 8 DE DICIEMBRE DE 2006
de 10:00 a 13:00 y 17:00 a 19:00 hrs.

INSCRIPCIÓN NUEVO INGRESO A CUALQUIER IDIOMA:

SÁBADO 9 DE DICIEMBRE DE 2006 de 9:00 a 14:00 hrs.

EXÁMENES DE COLOCACIÓN:

INGLÉS (Obligatorio) SÁBADO 9 DE DICIEMBRE DE 2006 9:00 hrs.

SI TIENES CONOCIMIENTOS DEL IDIOMA:

CHINO, ITALIANO, JAPONÉS Y PORTUGUÉS, LUNES 11 DE DICIEMBRE DE 2006, 11:00 hrs.

FRANCÉS SÁBADO 9 DE DICIEMBRE DE 2006, 9:00 hrs.

ALEMÁN LUNES 11 DE DICIEMBRE DE 2006, 17:00 hrs.

SI TE VAS A INSCRIBIR A PRIMER NIVEL DE
**ALEMÁN, CHINO, FRANCÉS, ITALIANO O
PORTUGUÉS NO NECESITAS EXAMEN DE
COLOCACIÓN.**

NOTA:

EL EXAMEN DE COLOCACIÓN NO ASEGURA LA
INSCRIPCIÓN, LA CUAL ESTARÁ SUJETA AL CUPO
DE CADA UNO DE LOS GRUPOS.

REQUISITOS:

☒ Mayores de 16 años y/o la secundaria terminada.

☒ Identificación con fotografía y firma.

☒ Alumnos UNAM: tira de materias y credencial vigentes.
Exalumnos UNAM: Credencial de exalumno.

ENTREGA DE COMPROBANTES

DE PAGO DEL BANCO:

LUNES 11 Y MIÉRCOLES 13 DE DICIEMBRE DE 2006
de 10:00 a 13:00 y 17:00 a 19:00 hrs.

DOMICILIO: Av. ALCANFORES S/N STA. CRUZ ACATLÁN, NAUCALPAN, EDO. DE MEX.
CENTRO DE ENSEÑANZA DE IDIOMAS, EDIFICIO ADMINISTRATIVO
CORREO ELECTRÓNICO: cordiom@apolo.acatlan.unam.mx

Consulta la versión electrónica en www.acatlan.unam.mx



JORNADA DE CULTURA PORTUGUESA CINE PORTUGUÉS Y MEXICANO DE LOS AÑOS 30 Y 40



PROGRAMA

16 de Mayo

11:00 horas

* Inauguración de la Exposición *IMAGENS DO CINEMA PORTUGUÊS E MEXICANO DOS ANOS 30 E 40: UM OLHAR CONJUNTO*

* Entrega de Diplomas relativos a los exámenes de Certificación Internacional de Lengua Portuguesa realizados en noviembre de 2005

* Entrega de premios, diplomas y certificados a los participantes del Primer Concurso de Oratoria en Portugués

Sala de Usos Múltiples

11:30 horas

Conferencia: *O cinema português*

- Maestro Arturo Salinas Pasillas

Sala de Usos Múltiples

12:00 horas

Conferencia sobre la película portuguesa *JOÃO RATÃO*

- Maestra María Auxilio Salado Pérez

Salón A-901

13:00 horas

Presentación de la película portuguesa *JOÃO RATÃO*, dirigida por Jorge Brum do Canto, Portugal, 1940

Salón A-901

16:00 horas

Presentación de la película portuguesa *JOÃO RATÃO*, dirigida por Jorge Brum do Canto, Portugal, 1940

Instituto Camões, edificio A-14, salón 14207

17 de Mayo

07:00 horas

Presentación de la película portuguesa: *A VIZINHA DO LADO*, dirigida por André Brun, Portugal, 1945.

Instituto Camões, Edificio A-14, salón 14207

11:00 horas

Conferencia: *Cinema Português e Estado Novo*

- Maestra Leonor Torgal Ferreira

Salón A-901

11:30 horas

Presentación de la película portuguesa: *CANÇÃO DE LISBOA*, dirigida por Cottinelli Telmo, Portugal, 1933

Salón A-901

13:30 horas

Conferencia: *Germán Valdés "Tin-Tán" y su repercusión en el cine mexicano*

- Omar López Mendoza

Salón A-901

16:00 horas

Presentación de la película portuguesa *JOÃO RATÃO*, dirigida por Jorge Brum do Canto, Portugal, 1940

Instituto Camões, edificio A-14, salón 14207

18 de Mayo

07:00 horas

Presentación de la película portuguesa: *CANÇÃO DE LISBOA*, dirigida por Cottinelli Telmo, Portugal, 1933

Instituto Camões, edificio A-14, salón 14207

11:00 horas

Conferencia: *Los maravillosos años 30 y 40 del cine mexicano*

- Profesora Mercedes Trujillo.

Auditorio II *Miguel de la Torre*

11:30 horas

Presentación de la película mexicana: *EL PRIMO BASILIO*, dirigida por Carlos Nájera, México, 1934

Auditorio II *Miguel de la Torre*

13:00 horas

Presentación de la película portuguesa: *FADO - HISTÓRIA DE UMA CANTADEIRA*, dirigida por Perdigão Queiroga, Portugal, 1948

Auditorio II *Miguel de la Torre*

16:00 horas

Conferencia sobre la película portuguesa *A VIZINHA DO LADO*

- Javier Fernández Castro

Instituto Camões, edificio A-14, salón 14207

16:20 horas

Presentación de la película portuguesa: *A VIZINHA DO LADO*, dirigida por André Brun, Portugal, 1945.

Instituto Camões, edificio A-14, salón 14207

19 de Mayo

10:00 horas

Presentación de la película portuguesa: *FADO - HISTÓRIA DE UMA CANTADEIRA*, dirigida por Perdigão Queiroga, Portugal, 1948

Instituto Camões, edificio A-14, salón 14207

12:00 horas

Presentación de la película portuguesa: *FADO - HISTÓRIA DE UMA CANTADEIRA*, dirigida por Perdigão Queiroga, Portugal, 1948

Instituto Camões, edificio A-14, salón 14207

Consulta la versión electrónica en www.acatlan.unam.mx

Disfrutó nuestra comunidad de cine portugués y mexicano de los años 30 y 40

Jeimy I. Dueñas Lira

Proyecciones de cine, conferencias y una exposición fotográfica se llevaron a cabo en el marco de la *Jornada de cultura portuguesa*, que organizó el Centro de Lengua Portuguesa del Instituto Camões y el Departamento de Portugués de nuestra Facultad, cuya temática fue *Cine portugués y mexicano de los años 30 y 40: una mirada conjunta*.

El cine portugués y el mexicano tienen gran coincidencia: su época dorada fue en los años 30 y 40, periodo en el que se registra una gran producción filmica de alta calidad interpretativa, comentó Américo Rodrigues, lector del Instituto Camões de la Embajada de Portugal en Acatlán, durante la inauguración del evento en la Sala de Usos Múltiples del Centro de Idiomas (CEI) de la FES Acatlán.

Por su parte, el maestro Arturo Salinas Pasillas, profesor de Portugués, explicó que el cine de este país europeo es un cine de autor, donde la expresión artística es lo más importante. Por ese motivo, afirmó, no tiene nada que ver con el cine *Hollywoodense*, sin embargo, en el extranjero ha sido reconocido por los críticos especializados.

A su vez, la profesora María Auxilio Salado Pérez señaló que la industria cinematográfica en Portugal logró la vinculación entre la literatura y el cine, lo que originó que esta última se considere un producto artístico-cultural, a diferencia de un producto comercial como es visto en Estados Unidos en la mayoría de los países que tienen un desarrollo notable en esta industria.

En esta misma época, el cine brasileño produjo películas policiacas y algunas otras de situaciones regionales, principalmente relacionadas con el campo, señaló el profesor Fábio Barbosa, quien agregó que también se filmaron muchas "chanchadas" o

"churros", es decir, películas con tintes teatrales, musicales con escenografías exageradas.

Entre las actrices más reconocidas de la época figura Carmen Miranda, quien filmó en Estados Unidos y dio pauta para que en el extranjero se pensara que Brasil era un carnaval en todo momento.



A través del cine, los estudiantes del Centro de Enseñanza de Idiomas conocieron más a fondo aspectos de la cultura portuguesa.

Durante esta etapa se vivía en nuestro país la Época de Oro del cine mexicano, etapa en la que se produjo el mayor número de filmes que se han registrado en toda la historia de la industria cinematográfica de nuestro país.

Al respecto, la profesora Mercedes Trujillo Molina resaltó que el esplendor del séptimo arte en México se debió, entre otras cosas, a que Estados Unidos no hizo cine durante estos años y recordó las grandes producciones y los actores que dieron renombre a nuestra industria, entre ellos Germán Valdés, mejor conocido como Tin Tán, quizá el cómico más importante de aquella época.

Otras de las actividades que se llevaron a cabo para que la comuni-

dad tuviera mejor conocimiento del cine portugués fue la exhibición de algunas cintas, entre ellas, *Joao Ratao*, *A Vizinha do Lado*, *Cancao de Lisboa* y *Fado - história de uma cantadeira*.

De igual manera, la maestra Carla Povero Cantú, coordinadora del CEI, otorgó los diplomas a los estudiantes

que acreditaron el examen de Certificación Internacional de Lengua Portuguesa realizados en noviembre de 2005.

También se entregaron los reconocimientos a los ganadores del Concurso de Oratoria en Portugués. El primer lugar fue para Romina Quezada Morales, el segundo para Vanessa Pérez Ríos y el tercero se lo adjudicó Heriberto Velasco Velasco.

Por otra parte, en la Sala de Usos Múltiples del CEI se exhibieron 40 fotografías de la época dorada del cine portugués y del mexicano. Entre las figuras del cine mexicano aparecieron retratos de Pedro Infante y Pedro Armendáriz, así como iconos del cine portugués, como Horácio Silva y António Pereira.